

GALERIA
DOS
BRASILEIROS ILLUSTRES

(OS CONTEMPORANEOS)

RETRATOS

DOS HOMENS MAIS ILLUSTRES DO BRASIL, NA POLITICA, SCIENCIAS E LETRAS

DESDE A GUERRA DA INDEPENDENCIA ATÉ OS NOSSOS DIAS

COPIADOS DO NATURAL E LITHOGRAPHADOS

POR S. A. SISSON

ACOMPANHADOS DAS SUAS RESPECTIVAS BIOGRAPHIAS

PUBLICADA SOB A PROTECCÃO

DE SUA Magestade O IMPERADOR

VOLUME II.



RIO DE JANEIRO

LITHOGRAPHIA DE S. A. SISSON, EDITOR, RUA DA ASSEMBLÉA N. 54.

1861

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume encontra-se registrado
sob número 122
do ano de 1973.



SENHOR.

DESDE remotas eras é costume entre os que muito lidarão, entre os que muito emprehenderão, festejar no fim da luta, quando termina a empreza, a alegria ou o repouso de um dia, em compensação de mezes ou annos de cuidados e fadigas.

Nesse dia saudoso, rapido como são as horas mais ditosas da vida, o desafogo do coração é um bem-estar delicioso, o socego do espirito como um devaneio doce, cheio de encantos.

Deve sentir assim o peregrino que apoz longa viagem trepa ao pin-caro de um monte e de lá, assentado á fresca sombra do arvored, mede sorrindo o caminho que já quem lhe fica.

Ao voltar á patria amada deve sentir assim o nauta que, longe della, tantas vezes vio accordar e adormecer o dia sobre o buliçoso leito das ondas do oceano.

Nas proprias horas de lida, Senhor, ha entretanto quer para o que percorre a terra, quer para o que atravessa os mares, momentos de consoladora esperança; no rigor das estações a lymphá clara que corta o deserto renova as forças do primeiro, no meio das tempestades a estrella tremula que incendêa o azul do céo promette ao segundo serena bonança, propicia aragem.

Senhor, tambem o artista que alguma idéa levanta á sombra protectora do Vosso throno tem dessas horas, tem dessas consolações que lhe dão nova fé, nova coragem na occasião dos trabalhos; o amor de Vossa Magestade ás artes, ás emprezas uteis, é para o artista o que é a gôta crystalina do regato para o labio secco do peregrino: a força; e Vós, Senhor, sois para elle o que é para o navegante o astro brilhante engastado nos plumbeos folhos do horisonte: a esperança.

Por isso, Senhor, o artista que tanto amparo deve á Vossa mão augusta, entrega o seu coração ás effusões mais gostosas, ao prazer mais fundo, á gratidão mais sincera, vendo realisada a sua idéa, terminada a sua obra depois de quatro annos de dedicação e perseverança.

Tão puro como o incenso queimado em aras sagradas, possa o seu cantico de reconhecimento subir os degrãos do throno imperial e aos pés de Vossa Magestade desatar-se em perennes harmonias, em consonancias que exprimão os respeitosos e estremecidos votos do artista pela ventura do alto protector das artes, do sabio monarcha brasileiro.

Mas se é dado, Senhor, áquelle que tanto recebeo, desejar mais, pedir ainda; digne-se Vossa Magestade conceder que o augusto nome do protector seja nesta collecção de retratos e biographias de seus leaes servidores o symbolo do seu valor, e ao mesmo tempo como a prova evidente do quanto, Senhor, amais os vos-ros, e animastes o artista.

Deante dessa pagina de honra, o coração de meus irmãos na arte palpitará contente; porque elles que Vos prezão, Senhor, comprehenderão que no dia em que descanço, em quê como o nauta esqueço os embaraços da viagem, em que como o viajor calcúlo o caminho andado, Vossa mão bemfeitora se estendeo de novo ao artista, e sobre a sua obra, sobre a sua filha, depoz, como premio, uma joia valiosa: o vosso augusto nome, Senhor!

E é de justiça, Senhor, que o que está escripto tão profundamente no coração do emprozario appareça no seu livro, venha a lume no fructo de sua empreza.

Eis, senhor, o que ainda implora de Vossa Imperial benevolencia, eis o que ainda espera

O mais grato de Vossos devedores

S. A. SISSON.

OS CONTEMPORANEOS



S. A. Sisson del. e lith.

PEDRO D'ALCANTARA BELLEGARDE

Pedro d'Alcantara Bellegarde

S.A. Sisson. Editor. Lith. Rua dos Ourives 53

PEDRO DE ALCANTARA BELLEGARDE

QUANDO OS grandes acontecimentos sociaes, que enchem as primeiras paginas da historia deste seculo, vierão provar que a vasta America, até então refugio de obscuros desvalidos, devia offerecer nova patria aos principes perseguidos pelas consequencias da revolução franceza; quando, para nos servirmos ainda de palavras que com sobrada razão para aqui trasladamos (*), a vanguarda do exercito francez pisava a terra lusitana, e o Príncipe D. João, convencido por uma parte de que toda a resistencia seria infructifera contra o immenso poder de Napoleão, com as poucas forças do Reino, e por outra, cedendo ás instancias de seus conselheiros collaboradores da politica ingleza, se resolveu a sabir do Tejo e vir buscar asylo no Estado do Brasil; foi a não *Príncipe Real* escolhida para transportar á Terra de Santa Cruz o Regente e a Côrte.

A bordo desse importante vaso de guerra vinha um destacamento de artilharia, de que era commandante o capitão Candido Norberto Gorge de Bellegarde. Esse distincto official trazia em sua companhia a sua virtuosa consorte, a Sra. D. Maria Antonia de Niemeyer Bellegarde, que, não obstante o estado em que se achava, não quiz deixar de segui-lo em uma viagem tão travada de contrariedades.

Ao deixar as aguas do Tejo a não *Príncipe Real* vio-se saltada por violentos temporaes. A despeito da coragem varonil que possuia a Sra. D. Maria Bellegarde, e que era realçada por uma resignação verdadeiramente evangelica; tantas e tão vehementes commoções não podião deixar de actuar fortemente sobre o seu organismo, e o resultado foi que no dia 3 de Dezembro de 1807 veio anticipadamente ao mundo um menino que, poucos dias depois, e nos braços do Príncipe D. Pedro, recebia na pia baptismal o nome de Pedro de Alcantara Bellegarde.

Chegando ao Rio de Janeiro o capitão Gorge Bellegarde foi promovido a major e transferido para o corpo de engenheiros; e no anno de 1810 expirou deixando dous filhos confiados aos ternos cuidados de uma mãe, que soube assidua velar sobre elles com solicitude e dedicação nunca desmentidas, e certamente bem dignas do galardão com que a Providencia as recompensou, a sincera obediencia e o profundo respeito de seus filhos.

No anno subsequente (1811) ao do passamento do major Gorge de Bellegarde, o munificente Monarcha, em remuneração dos serviços do finado, mandou assentar praça de cadetes de artilharia a seus filhos, vencendo desde logo tempo de serviço e soldo.

A Sra. D. Maria Bellegarde, que ainda no verdor dos annos trajava o crépe da viuvez, dedicou-se incansavel á educação de seus filhos, que sob taes auspicios obtiverão tão rapidos progressos, que, em 1824, Pedro de Alcan-

tara Bellegarde, seu secundo-genito, que então contava apenas treze annos de idade, conseguiu matricular-se na Escola Militar, na qual, não obstante ser o mais joven de todos os seus companheiros, não deixou jámais de hobrear com os mais notaveis, e não raro de excedê-los. No anno de 1827 concluiu elle o curso da Escola Militar, que era então de sete annos, havendo por cinco vezes obtido premios.

Foi ahí que o joven Pedro Bellegarde começou a revelar da maneira a mais brilhante a sua já bem culta intelligencia.

A lei vigente para as promoções de artilharia no tempo da independencia estabelecia os concursos.

O mancebo que tão esforçado se mostrára nas lides da intelligencia não podia deixar de apresentar-se na arena; a propria consciencia para lá o impellia. Apresentou-se; e o futuro, que tantas vezes implacavel dissipa as mais amenas esperanças, encarregou-se desta vez de demonstrar irrecusavelmente quão legitimas erão as aspirações do talentoso mancebo.

Pedro de Alcantara Bellegarde alcançou por concurso os postos de 2º tenente, em 1823, de 1º tenente tres mezes depois, e de capitão de artilharia em 1824!

Além destas soube ainda merecer outras provas de consideração: antes mesmo de concluir os seus estudos foi pelo governo escolhido para servir sob as ordens dos illustres engenheiros Cordeiro Torres (depois visconde de Jerumirim) e Andréa (depois barão de Caçapava) nos trabalhos das fortificações das vizinhanças da cidade, e para outras commissões importantes de engenharia; e passou para o corpo de engenheiros.

Concluido o curso da Escola, foi-lhe commettida a direcção da obra do Pharol da Ilha Rasa; e bem assim o encargo de coadjuvar o plano do canal do rio Guandú á bahia do Rio de Janeiro.

No anno de 1828 foi-lhe conferida a graduação de major. Depois esteve por mais de dous annos em Campos de Goytacazes, incumbido de fazer os primeiros estudos sobre os canaes do Ururahy e do Nogueira, além de outros trabalhos.

Regressando á côrte, em 1832, e encontrando os negocios publicos dispostos por fórma mui pouco compativel com os seus principios de fidelidade, hesitou por algum tempo em conservar-se na carreira militar, que lhe parecia haver perdido nessa época o seu mais bello brazão — o da lealdade.

Tentou então estudar medicina, mas a anatomia se lhe apresentou de uma repugnancia invencivel; projectou depois estabelecer-se com uma typographia destinada á publicação de varios trabalhos scientificos que encetára: tão persistentes esforços havião por unico escôpo abandonar a carreira que abraçara.

Achava-se nestas circumstancias, quando se annunciou o primeiro concurso para vagas de substitutos da Escola Militar, lugar que se havia recusado sempre a solicitar, por ser cordialmente infenso a um tal systema de alcançar empregos e posição. Então o seu antigo mestre e prestante amigo Cordeiro Torres veio demovê-lo de seus projectos, e levado mais pela abnegação,

(*) As palavras, que acima reproduzimos, são extrahidas do *Resumo da Historia do Brasil*, do finado major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, irmão primogenito do conselheiro Bellegarde. Nas *Revistas do Instituto Historico* se encontra o seu elogio historico.

toque principal do seu character, do que por vontade propria, tal era a reluc-tancia que sentia em depender do governo, se inscreveu para o concurso an-nunciado.

Pelos fins do anno de 1832 teve lugar o primeiro concurso para professores da Escola Militar: seis concurrentes se apresentárão ás tres vagas de substi-tutos, e destes sómente foi proposto o major Pedro de Alcantara Bellegarde.

Este factio por si só bastaria para fazer crêr a quem não houvera o animo prevenido, que á nomeação do unico candidato approved se não levanta-ria a mais tenue duvida. Não aconteceu porém assim; nos tempos duros que então corrião o merecimento profissional bem pouco lhe valeu! Antigas relações de amizade que mantinha com pessoas desaffectedas ao governo, ou antes por este perseguidas, retardárão por seis mezes a sua nomeação, e por ainda mais um anno a posse do lugar!

Arrede Deos de nós outros semelhantes tempos de intolerancia!

Empossado finalmente em 1834 no emprego de substituto da Escola Militar, exerceu os encargos inherentes a este lugar e ao de lente proprietario pela ma-neira distincta por que o attestão, além de um bem merecido renome, os seus proprios discipulos e collegas, que virão sempre crescentes os creditos que gran-geara como estudante e engenheiro pratico. Leccionou em quasi todas as cadeiras da Escola, e não raro em mais de uma ao mesmo tempo. Sem outras interrupções, a não serem as motivadas pelo publico serviço, seguiu a carreira do magisterio por espaço de vinte annos até o de 1853, em que se jubilou, refu-sando a graça que o governo lhe offereceu de continuar no exercicio de suas funcções, dizendo: « A jubilação dos lentes antigos não é só uma recompensa de serviços, é tambem uma garantia de progresso: se hei sempre servido bem, outros virão depois e servirão melhor. »

No anno de 1836 fundou-se, em Nitheroy, a Escola de Architectos Medido-res, sobre um projecto elaborado pelo então já major effectivo Pedro de Alcan-tara Bellegarde e apresentado á assembléa provincial por José Clemente Pereira. O autor do projecto foi nomeado lente e director da Escola, e successivamente regeu todas as differentes cadeiras do ensino; e como se tanto labôr fôra ainda insufficiente, compôz e deu á luz da publicidade compendios apropriados á instrucção dos architectos medidores; instituição que, quando começava de apresentar auspiciosos resultados, foi supprimida.

Por esse mesmo tempo o major Bellegarde e o coronel Conrado Jacob de Niemeyer submittêrão á approvação da assembléa geral o plano de organização de uma companhia para o arrasamento do morro do Castello.

Esse projecto, por circumstancias que não cabe aqui aquilatar, não logrou o seu fito, e dahi ha tão sómente resultado o ir-se de dia para dia tornando mais despendiosa e difficil uma obra de utilidade real. Parecia que de todo se sumira nos limbos do esquecimento o projecto dos dous habeis engenheiros, e que o morro do Castello permaneceria firme em seu posto até que um cataclysmo se encarregasse de o derrocar. Alguns recentes estragos vierão porém acordar amortecidos receios, e hoje cura-se de novo da remoção dos perigos que a existencia da montanha pôde acarretar.

Oxalá que desta vez se leve a effeito a obra, sem aguardar que alguma cala-midade nos venha punir de tanta irresolução!

Em 1841 a provincia de Pernambuco, por intermedio de seu presidente, convidou os dous engenheiros coronel Conrado e major Bellegarde, afim de darem um plano para o encanamento das aguas potaveis do Recife. Pressuro-sos accedêrão elles ao reclamo, e no curto periodo de dous mezes de serviço apresentárão o plano completo, acompanhado das plantas, nivelamentos, etc. A obra realisou-se pouco tempo depois, e a provincia de Pernambuco goza hoje de seus beneficos resultados.

Antes dessa viagem, o major Bellegarde havia organizado o projecto, e dado começo á primeira estrada macadamizada do Imperio — a do Botafogo.

Ao regressar de Pernambuco foi nomeado chefe de uma commissão nova-mente creada de instrucção pratica dos engenheiros, accumulando além disso ao exercicio da sua cadeira de construcções na Escola Militar as lições de as-tronomia pratica. Empregado sempre em diversas commissões, quer na côrte, quer na provincia do Rio de Janeiro, e proseguindo na publicação de suas obras scientificas e praticas de engenharia; assim lhe correu a vida até o anno de 1848.

Foi então que uma nova carreira se abriu á sua dedicação. Obrigado a acce-itar a nomeação de encarregado de negocios no Paraguay, para ali partio no fim

do anno de 1848, e nessa legação permaneceu até 1852. Pouco amigo, por natureza, de fazer valer os seus serviços, não forão elle; então devidamente apreciados. Hoje porém que a todos são patentes as difficuldades das negocia-ções com aquella Republica, e quanto é ali melindrosa a residencia de um mi-nistro estrangeiro, pôde o publico melhor avaliar os obic s que teve o nosso encarregado de superar para celebrar um tratado de alliança, que foi o primeiro signal da grande cruzada, que deu em resultado a quêda de Rosas!

De volta dessa importante missão, foi o então já brigadeiro Bellegarde no-meado director do Arsenal de Guerra da Côrte, que, pouco havia, passara pela desagradavel phase, que é geralmente conhecida. Durante a sua adminisração a reparição mui regularmente funcionou.

A 6 de Setembro de 1853 foi convidado para a pasta da guerra pelo então visconde de Paraná, a quem declarou que, se se tratava do systema de persegui-ção e intolerancia, não podia assentir; e havendo-lhe o novo presidente do con-selho manifestado qual a marcha que pretendia seguir, respondeu por estas palavras, que patenteião a nobreza de seus sentimentos: « Sendo assim, e V. Ex. o presidente do conselho, aceito. »

No exercicio do seu ministerio, que durou de 6 de Setembro de 1853 a 14 de Julho de 1855, procedeu sempre com toda a benevolencia compativel com os austeros deveres da vida militar, jámais deixou de prezar e respeitar os seus camaradas, e teve a fortuna de propôr e obter galardão para alguns delles, que a despeito de relevantes serviços vivião quasi esquecidos.

Creou o batalhão de engenheiros, completando assim a organização do qua-dro do exercito; e a Escola de Applicação, que seus proprios emulos (só a me-diocridade é que os não tem) não podem deixar de elogiar, e que é por sem duvida um perduravel monumento alevantado á gloria do sabio continuador da grandiosa obra encetada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o fundador da Escola Militar.

O desprazer que lhe causára o desfecho da nossa missão ao Paraguay, (1854—1855), accumulado a desgostos provenientes de incompatibilidades de character com o presidente do conselho, inspirárão-lhe a inabalavel resolução de insistir por sua demissão do elevado posto que occupava.

Retirando-se do ministerio, foi poucos mezes depois nomeado vogal do conse-lho supremo militar, e sem mais commissão alguma do governo se conservou durante as administrações dos seus successores marquez de Caxias e Jeronymo Francisco Coelho.

Achando-se reduzido a um emprego honroso, porém de trabalho muito infe-rior ás suas habilitações e actividade, depois de haver por algum tempo espe-rado, tomou o partido de encarregar-se, com permissão do governo, da orga-nização da carta da provincia do Rio de Janeiro, conjunctamente com o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, seu tio e antigo companheiro de trabalho, e neste empenho ainda ambos se conservão.

Havendo chegado a esta côrte a infausta nova do fallecimento do marechal de exercito barão de Caçapava, chefe da commissão de limites entre o Imperio e o Estado Oriental, o Dr. J. A. Saraiva, então ministro interino dos negocios da guerra, o nomeou para substituir ao illustre marechal de exercito em tão honrosa commissão. Elle seguiu pouco depois para a provincia do Rio Grande do Sul, e, decorridos alguns mezes, os trabalhos de campo havião tocado ao seu termo.

Mui deliberadamente nos abstemos de entrar em considerações sobre estes ultimos serviços, e por isso, para ultimar, apenas accrescentaremos que o briga-deiro Pedro de Alcantara Bellegarde é actualmente do conselho de S. M. o Imperador, veador de S. M. a Imperatriz, commendador da Ordem de S. Bento de Aviz, doutor em sciencias mathematicas, director da Escola Central, chefe da commissão de limites do Imperio com o Estado Oriental, vogal do Conselho Supremo Militar e de Justiça, socio effectivo do Instituto Historico e Geogra-phico Brasileiro, e de outras sociedades scientificas e litterarias.

É que, indefesso no estudo, o fructo de suas lucubrações se acha reunido, não só em luminosos escriptos ineditos, mas tambem nas obras que ha publicado, e se compoem de Compendios de Mathematicas, de Mecanica, Architectura Civil e Hydraulica, Topographia, Direito das Gentes, Balística, e varios outros, todos notaveis, na opinião dos profissionaes, pela reunião das condições de clareza, concisão, e applicação pratica.

JULHO, 1859.

OS CONTEMPORANEOS



S. A. Sisson del. e lit.

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO D'ANDRADA

Martim Francisco Ribeiro d'Andrada

S.A. Sisson. Editor - Lih. Rua dos Ourives 53

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA



A MUITA vida, muita grandeza em nosso passado.

A historia contemporanea brasileira é fecunda em brilhantes episodios, em gloriosos exemplos, que devem ser religiosamente guardados pela gratidão nacional.

A causa da liberdade no Brasil tem sido illustrada por devoções patrióticas, por sacrificios heroicos. Filhos ingratos, nós renegamos o passado, e olhamos com desdenhosa indiferença para aquelles, que nos legarão uma nacionalidade. A lapida, que encerra os restos de nossos grandes homens, guarda tambem as glorias da patria: entretanto elles ali jazem no esquecimento, e a geração presente renega o culto do passado para incensar os idolos do dia!

Desde a Independencia até hoje ha mais de um exemplo eloquente para attestar a grandeza historica de nossos maiores. José Bonifacio, Martim Francisco, Antonio Carlos, Feijó, Paula Souza, Alves Branco, são nomes que symbolisam épocas, e hão de representar com honra o Brasil de hoje perante as gerações futuras.

No grande portico de nossa historia politica avulta a figura magestosa de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Emquanto o passado fôr uma religião; enquanto a virtude civica fôr honrada, e o patriotismo merecer cultos, esse nome viverá nas recordações da patria agradecida. Sua gloria sellou-a já a tradição.

Ide ali a todos os angulos do Imperio: penetrai até lá onde não tiver repercutido o movimento do seculo, escutai o singelo habitante do nosso interior, e ouvireis o nome dos Andradas proferido com o respeito devido a esses homens-épocas, que concitão a gratidão de um povo inteiro.

Martim Francisco é um dos apóstolos mais devotados de nossas liberdades, um dos grandes obreiros de nossa Independencia. Sua vida é uma reacção contra o passado colonial, um protesto energico e eloquente contra o absolutismo. Seus longos soffrimentos pela causa do Brasil, o prestigio da proscricção, a prohibidade e independencia de seu caracter, o mesmo orgulho de seu merecimento, dão á sua figura proporções grandiosas, que nos recordão os homens da antiga Roma, e o collocão entre os vultos mais notaveis do paiz.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada nasceu na então villa de Santos em 1776: forão seus pais o coronel Bonifacio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Barbara da Silva. Os recursos de sua familia proporcionárão-lhe a vantagem de seguir, com seus dous irmãos, a carreira litteraria: a Universidade de Coimbra abriu-lhe seus thesouros, e ali obteve Martim Francisco o grão em mathematicas.

Desde o reinado de El-rei D. João V alargára-se consideravelmente o circulo dos Brasileiros, que se dedicavão ás letras, e concorrião com distincção para o serviço da metropole. O desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, seu irmão o conde de Arganil, reitor reformador da Universidade de Coimbra, José Bonifacio de Andrada e Silva, Fr. Velloso o grande botanico, Souza Caldas, Silva Alvarenga, Coelho de Seabra, fechão com honra o seculo XVIII, e abrem com magestade o seculo XIX nos fastos do Brasil. Martim Francisco pertenceu tambem a essa pleiade brilhante. No anno de 1800 vemo-lo já empregado em excursões scientificas ao serviço da nação portugueza ao lado de seu irmão José Bonifacio, e do tenente-general Napion. O Brasil era então representado com gloria ante a metropole.

Voltou depois á sua patria todo entregue á vida pacifica do homem de letras, e accumulando com seus estudos esse cabedal de erudição e saber, que devia mais tarde engrandecê-lo tanto no theatro da vida publica.

Serenos forão os dias, que passou sob o reinado de D. João VI: o Brasil todo vivia tranquillo sob o regimen do absolutismo, e parecia como adormecido para

ganhar forças, com que se empenhasse mais tarde na luta porfiada da Independencia.

Durante esse largo periodo, em que se preparão os acontecimentos, que devião mais tarde confundir-se com seu nome, Martim Francisco era ainda o homem de letras, todo entregue ás indagações da sciencia.

O paiz entrára em uma nova phase: retirado El-rei D. João VI para Portugal, tornára-se a recolonisação do Brasil o alvo politico das cõrtes de Lisboa. Os decretos de 29 de Setembro forão o primeiro passo para restabelecer a antiga dominação colonial. O Brasil unisono repellió tão impolitica pretensão. Com seu irmão José Bonifacio concorreu Martim Francisco, a esse tempo secretario do governo provisorio de S. Paulo, para essa gloriosa representação de 24 de Dezembro de 1821, que foi o primeiro grito do patriotismo contra a prepotencia da metropole.

Chegado á cõrte, é José Bonifacio chamado á gerencia dos negocios publicos, e começa sua grande obra de organizar o paiz no sentido das idéas da Independencia. O passado porém estava ainda em pé: o mando de Portugal dominava. As medidas impoliticas das cõrtes havião lançado o germen da discordia entre os Brasileiros.

Em S. Paulo o movimento retrogrado das idéas lusitanas, apoiado pelo general João Carlos, conseguira entorpecer o progresso da liberdade constitucional, que a nova ordem de cousas tentava plantar no paiz. Como representante das novas idéas, que se incarnárão em José Bonifacio para dar-nos a Independencia, é Martim Francisco expulso do governo provisorio de sua provincia, e conduzido preso para a cõrte. Tal era ainda a força das idéas regressistas.

Chegado ao Rio, aguardava-o o mais brilhante triumpho: seu nome ia ligar-se ao grande drama de nossa libertação politica.

A luta da Independencia era uma empresa difficil: desorganizado pelas cõrtes, o Brasil entrava em combate com uma potencia constituída, que o assenhoreára por tres seculos.

Nessa grande empresa empenhavão-se todos os recursos do paiz: provas de extraordinaria firmeza e actividade déra José Bonifacio, conduzindo com prudencia consummada o movimento da Independencia. A época porém era critica: as circumstancias do paiz punhão em contribuição todos os recursos do politico; a nova ordem de cousas reclamava sobretudo um habil financeiro, que podesse, por acertadas medidas, fazer face ás avultadas despezas, que exigião acontecimentos tão extraordinarios: esse homem appareceu em Martim Francisco. A 4 de Julho de 1822 é elle chamado ao ministerio da fazenda: sua gloria illumina-se com os raios da liberdade nascente. O desinteresse e a prohibidade derão a mão a subidos talentos para firmar sua reputação politica: apesar dos enormes dispendios da guerra da Independencia, sua prohibidade e patriotismo achárão recursos para fazer-lhes face sem gravar os cofres da nação.

Consummou-se a Independencia, e a Constituinte Brasileira reunio-se para organizar o pacto da nova associação politica. Martim Francisco foi a ella deputado pelos votos da provincia do Rio de Janeiro: o ministro, encarregado de dirigir os destinos do Imperio, devia no seio da Constituinte defender os interesses do povo, a causa da liberdade. Essa missão elle a desempenhou com honra.

A energia dos Andradas em uma época critica, travada de paixões e preconceitos de nacionalidade, acarretou-lhes inimigos ardentes: uma opposição surgiu logo na scena politica, que procurava embarçar-lhes a acção: depois de algumas vicissitudes a liga dos exaltados com os realistas determinou-lhes a quêda, e a 17 de Julho de 1823 o glorioso ministerio da Independencia estava fóra da administração.

Os talentos dos Andradas porém marcavão-lhes ainda um lugar distincto na arena politica : retirados do poder organisarão essa opposição vigorosa, que antepunha os recursos da imprensa, a eloquencia da tribuna aos desvios do poder.

Na administração cingira Martim Francisco sua frente com os louros de uma gloria immorredoura ; a tribuna reservava-lhe os triumphos da palavra, a preeminencia do orador.

Sua palavra ecoava com a magestade do tribuno do povo: no facto de David Pamplona, sua voz elevou-se á altura de uma nobre indignação ; nos transportes do patriotismo, elle bradava com energia á Assembléa :

« Legisladores, trata-se de um dos maiores attentados : de um attentado, que ataca a segurança e dignidade nacional, e indirectamente o systema politico por nós adoptado e jurado. Quando se fez a leitura de semelhante atrocidade, um silencio de gèlo foi nossa unica resposta, e o justo receio de iguaes insultos á nossa representação nem sequer fez assomar em nossos rostos os naturaes sentimentos de horror e indignação. Dar-se-ha caso, que submergidos na escuridão das trevas tememos encarar a luz ? Que amamentados com o leite impuro do despotismo amamos ainda seus ferros e suas cadeias ? Ou que, vergados sob o peso de novas oppressões, emmudecemos de susto e não sabemos deitar mão da trombeta da verdade, e com ella bradar aos povos : *Sois trahidos!* Infames ! Assim agradecem o ar que respirão, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevámos ? Que fatalidade, Brasileiros ! Vivem entre nós estes monstros, e vivem para nos devorarem ! . . . Grande Deus ! E' crime amar o Brasil, ser nelle nascido, e pugnar pela sua Independencia e pelas suas leis ! Ainda vivem, ainda supportamos em nosso seio semelhantes feras ! . . . »

Esse discurso foi o testamento politico da Constituinte : suas palavras, encendidas pelo entusiasmo ardente do patriotismo offendido, ferirão o poder, e os nomes dos que as proferirão forão inscriptos nas taboas da proscricção : a 12 de Novembro de 1823 a Constituinte era dissolvida á força armada, e Martim Francisco, com seus irmãos e outros patriotas, arrastado ás torturas do exilio !

Emquanto Martim Francisco, atirado ás plagas do estrangeiro, geme sob o peso do exilio, o poder desenvolvia no Brasil sua vasta rêde de pesquisas, em que tentava colhê-lo : a dissolução da Constituinte fôra apenas um episodio da grande obra empreendida contra os representantes da nação. O decreto de 24 de Novembro de 1823 instituiu um vasto plano de inquisição politica, que imprimia o caracter de criminalidade nos mesmos discursos dos deputados á Constituinte !

Martim Francisco e Antonio Carlos forão comprehendidos na horrorosa devassa, a que então se procedeu. O processo contra elles instaurado é uma excepção, um interregno da Constituição : parece antes um parto do absolutismo dos antigos tempos, do que um documento de uma época constitucional : seus discursos na Constituinte, as cartas por elles escriptas do desterro á sua familia, ahí figuravão como provas de criminalidade ; e essas cartas o governo as apprehendera, violára seu segredo, e mandára por portaria de 9 de Outubro de 1824 appensa-las ao processo ! A historia lembrará sempre, como uma feição característica da época, que o ministro, que referendou esses actos, foi um dos redactores da Constituição do Imperio.

Em 1828 estava ultimado o plano do poder : o processo, que inculpava Martim Francisco do crime de sedição, ia ser sujeito á Relação. O illustre proscripto corre com seu irmão Antonio Carlos ao Rio para defender-se, e, chegando á sua patria, é encerrado em uma masmorra da Ilha das Cobras, onde deve expiar o crime de haver amado sua patria.

O véo ia rasgar-se, e sua innocencia apparecer em toda sua luz. A 6 de Setembro de 1828 a Relação do Rio de Janeiro firma a sentença de absolvição que lava a affronta feita aos Patriarchas da Independencia, e os restitue ao seio de seus concidadãos. Nesse mesmo anno a provincia de Minas, o fóco do civismo naquella época, protestava contra o poder, elegendo para a legislatura de 1830 o patriota proscripto.

Desgostoso porém por tantas decepções, leccionado por soffrimentos tão dolorosos, Martim Francisco protestára nunca mais chegar aos labios o calix amargurado da vida publica, que para elle só encerrára o fel da ingratição.

Em 1830 recusou entrar para os conselhos da Corôa, a que o chamava o Imperador, já arrependido de seu erro.

A generosidade é o apanagio das almas grandes : Martim Francisco e seus irmãos perdoarão a Pedro I as offensas delle recebidas, e forão na adversidade os unicos amigos, que encontrou o Imperador.

A gloria mais bella é a que illumina os raios desmaiados de um astro cadente. Na hora suprema da adversidade a amizade assume a sublimidade de um sacer-

docio: Martim Francisco soube ser amigo dedicado no dia do infortunio, elle, que no tempo da prosperidade só recebera do Monarcha offensas e ingratições. Levou a fidelidade ao infortunio do Imperador ao ponto de recusar servir sob a regencia, porque, aceitando o 7 de Abril como um facto consummado, não queria assumir a responsabilidade de um governo sahido do seio de uma revolução por elle reprovada.

O voto nacional lhe déra um assento no recinto dos legisladores da patria. Restituído ao antigo theatro de suas glorias parlamentares, Martim Francisco desprende sua voz poderosa, e oppôz o prestigio de sua palavra á marcha triumphante do governo da revolução.

Os acontecimentos se havião succedido com rapidez : a democracia tocára seu ultimo ponto de exaltação politica : envolto nas faxas da infancia, lá estava esquecido em S. Christovão o joven Imperador ; ao lado do berço imperial velava um veneravel ancião, que na hora da adversidade aceitára de um pai esse legado sagrado.

Nessa época cheia de apprehensões e de sustos, os actos do tutor parecerão aos olhos suspeitosos da revolução um crime : o governo propoz ás camaras a remoção de José Bonifacio da tutoria, Martim Francisco occupa a tribuna em defesa de seu irmão.

Havia em Martim Francisco esse fogo sagrado das grandes convicções, que é como uma centelha despreendida do céo para animar a argilla humana. Sua palavra traduzia a nobreza de suas paixões, e coloria-se com os brilhantes reflexos de um patriotismo ardente.

Durante o tempo da regencia guardou Martim Francisco religiosamente o protesto que fizera de abster-se da vida publica.

Em 1838, quando sobre os restos da democracia se erguera uma nova politica, Martim Francisco engrandeceu com seus talentos essa patriótica minoria, que oppunha na camara os recursos da eloquencia ao poder.

Na menoridade não havia salvação para o Imperio. O governo da regencia gravitava sob o peso de uma missão superior ás suas forças. A maioria appareceu como o termo dos males publicos.

Nesse grande movimento parlamentar, que investio o Imperador de suas funcções magestáticas, Martim Francisco teve uma parte larga e generosa. De novo o velho patriota desenrolou o pendão de sua eloquencia, e apoiou com o prestigio de sua palavra respeitavel essa idéa, que se antolhava á nação como o symbolo da salvação publica.

A 23 de Julho de 1840 a maioria era uma realidade, e o illustre Paulista era com seu irmão Antonio Carlos chamado aos conselhos da Corôa pelo joven Imperador. O mesmo genio, que tinha assistido o Imperio nos dias da Independencia, fôra pela Providencia fadado para inaugurar o reinado do 2º Imperador: atravessára dezoito annos de infortunio para cumprir sua missão, e finda ella nada mais lhe restava sobre a terra. Em menos de nove mezes deixou o poder, e nos poucos dias que viveu, guardava-lhe ainda a adversidade seus soffrimentos para coroa-lo martyr da patria.

Nenhuma parte tomou nos acontecimentos de 1842 : entretanto suas cans forão desacatadas, e elle, com seu irmão Antonio Carlos, solemnemente exautorado das honras de camarista do Imperador. A ingratição devia ainda turvar seus derradeiros dias, e até á ultima hora o venerando ancião teve de soffrer pela patria.

Um anno depois fallecia em Santos no dia 23 de Fevereiro de 1844 um veneravel velho, cujo nome recordava as glorias da Independencia, e cujo passamento obscuro traduzia uma viva exprobração á ingratição de sua patria : era o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

De uma severidade de costumes superior á toda seducção, conservou-se sempre pobre, sem honras, e baixou ao tumulo apenas com o habito de Christo do tempo colonial ao peito. Para sua gloria porém bastava-lhe seu nome.

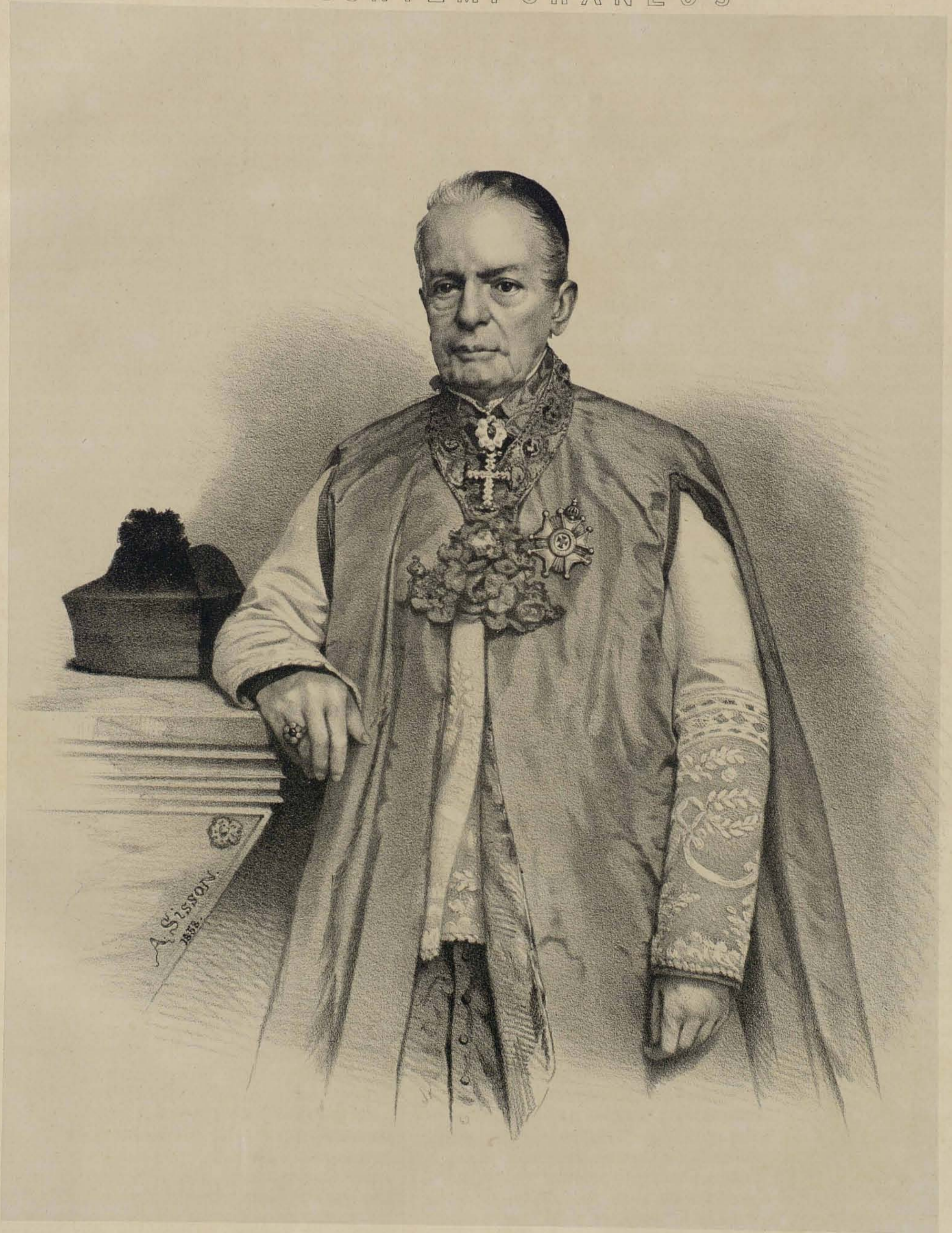
Esse nome symbolisa a época grandiosa da Independencia, as virtudes civicas do cidadão. Sua vida fôra travada de soffrimentos e de dôr ; seus dias amargurou-os a ingratição dos contemporaneos.

Sobre seu tumulo porém brilha hoje o sol de sua gloria : as paixões do dia desaparecerão ante a luz radiosa da verdade. A gloria tem sempre por pedestal um tumulo : só a morte assella a reputação dos grandes homens.

A memoria de Martim Francisco revive eterna no coração da patria agradecida : sua figura avultará sempre no portico magestoso, que abre a época de nossa libertação politica.

Honremos os grandes homens de nossa patria ; cubramos de flôres suas lousas sepulcraes : só assim veremos renascidos os dias dos Paulas Souzas, Andradas, e Feijós ; só assim seremos dignos dos altos destinos, que nos chamão no seio do porvir !

OS CONTEMPORANEOS



S.A. Sisson del. e lith.

MONS^{OR} J. MARCONDES DE OLIVEIRA CABRAL

Mons. Ignacio Marcondes de Olive. Cabral

S.A. Sisson. Editor Lth Rua dos Ourives 53

IGNACIO MARCONDES DE OLIVEIRA CABRAL

IGNACIO Marcondes de Oliveira Cabral, filho legitimo do capitão-mór Ignacio Marcondes do Amaral, e da Sra. D. Anna Joaquina de Oliveira Marcondes, nasceu na villa de Pindamonhangaba a 7 de Dezembro de 1783. Desde que attingio a idade de poder applicar-se aos primeiros estudos, deixou a casa paterna, e retirou-se para a cidade de Taubaté, onde deu principio á sua educação litteraria, a qual teve de concluir na cidade de S. Paulo, frequentando as escolas que ali existião, e instruindo-se nas materias que então se ensinavão.

A rigida e severa educação, que os antigos Paulistas sabião dar a seus filhos, e que garbosamente ostentavão na vida particular e publica, tornou o Sr. Ignacio Marcondes inflexivel em seu caracter, e austero em seus costumes desde a mais tenra idade. Sempre zeloso de seus sentimentos de honra e dignidade, effeitos da educação que recebêra, comtudo soube conquistar o respeito e a sympathia de seus collegas, ao lado da mais pura estima e confiança de seus professores. Inclinando-se logo nos primeiros annos de seus estudos á carreira sacerdotal, dedicou-se ao conhecimento das materias proprias; e por isso, depois de estudar latim, philosophia racional e moral, rhetorica e theologia, obedeceu á sua vocação, e satisfez o desideratum de seus pais, realisando a sua ordenação de presbytero, e retirando-se para a companhia destes no seu lugar natal, onde estabeleceu permanentemente sua residencia.

Iniciando a vida publica ladeado do prestigio e legitima influencia, que seu pai sempre mereceu na sua provincia natal; revestido elle proprio das qualidades que tornão o cidadão recommendavel e inspirão a mais firme confiança aos seus conterraneos, cedo recebeu provas não equivocas do alto grão de respeito e veneração que seus comprovincianos lhe tributão em homenagem aos elevados sentimentos que o distinguem.

A provincia de S. Paulo que, em outras éras, justo titulo de celebridade e de orgulho havia adquirido entre suas irmãs pelo rigoroso escrupulo, que guardava na escolha de seus representantes, nem uma só vez deixou de conceder

nos Conselhos Geraes, e depois na Assembléa Legislativa Provinvial, uma cadeira ao Sr. Ignacio Marcondes, ao lado dos immortaes Andradas, Feijós, Paulas Souzas e Alvares Machados. — Nesses tempos, em que o patriotismo e o enthusiasmo tinhão verdadeiro fervor no peito dos Paulistas; em que a abnegação era considerada como um dever sagrado, como uma religião santa, de cujas maximas não era permittido afastar uma só linha, sob pena de ser tido por um reprobado da patria; ahí, nesse recinto, onde se reunião os cidadãos mais conspicuos, e as primeiras illustrações do paiz, os sentimentos de devotamento pela patria tomavão de dia em dia novo impulso, as crenças do coração se robustecião, e formavão essas fileiras compactas e cerradas, que tinhão por motivo de acção o amor do paiz, e por norma de conducta seu engrandecimento, o respeito ás instituições e o florescimento da provincia.

Sob a benefica influencia dessas inspirações santas, filhas da liberdade, enunciadas e transmittidas por órgãos eloquentes, e por campeões distinctos, o Sr. Ignacio Marcondes consolidou suas crenças, deu o ultimo traço em sua phisionomia politica, e adquirio essa prudencia e longanimidade, que constituem um caracter verdadeiramente superior. Munido de arma tão poderosa, não poucas vezes, nessas épocas vertiginosas, em que aas localidades, longe das vistas immediatas do governo, e da acção directa das autoridades superiores, o espirito de partido encandecido, e as paixões politicas violentamente exacerbadas, entregues aos seus proprios impulsos, parecerião degenerar em sanguinolenta anarchia, o distincto Paulista prevalecendo-se de sua legitima influencia, e ascendencia sobre os espiritos, conteve o povo em sua colera, e evitou scenas bem dolorosas.

Atalaia incansavel do socego publico e do florescimento de seu municipio, não poucas vezes ha sido onerado pelo governo provincial e pelos suffragios do povo dos seus mais importantes negocios locaes, os quaes tem sabido promover e realisar com dedicado desinteresse e satisfação publica.

Não menos digno de nossa admiração e das benções da patria é o Sr. Ignacio Marcondes quando o contemplamos como sacerdote.

A fiel e constante observancia dos deveres que a Igreja impõe aos seus ministros; os actos de piedosa caridade que exercita, sempre que á sua protecção recorrem os indigentes, nos inspirão sentimentos de respeito e veneração.

A Munificencia Imperial não tem esquecido os merecimentos do distincto cidadão, com honras e distincções dignas de seu character, sentimentos e serviços. Já o Sr. D. João VI o nomeára cavalleiro da ordem de Christo com tenças, por alvará regio de 5 de Dezembro de 1820. S. M. Imperial houve por bem nomea-lo Commendador da mesma ordem em 9 de Agosto de 1841.

Por carta imperial de 6 de Maio de 1846 foi nomeado Conego honorario da Cathedral e Imperial Capella da côrte do Rio de Janeiro. Por breve de 21 de Janeiro de 1853 o Santissimo Padre houve por bem agracia-lo com as honras e privilegios de Protonotario Apostolico.

O Instituto Episcopal Religioso, fundado no Rio de Janeiro sob os auspicios do Ex^{mo} Bispo Diocesano, Conde Capellão-Mór, offereceu-lhe o titulo de socio honorario.

S. Ex. o Sr. Bispo Metropolitano de S. Paulo, D. Antonio Joaquim de Mello, Conde Romano, incansavel e solícito na apascentação de seu rebanho, apreciador dos sentimentos religiosos do Monsenhor Ignacio Marcondes, fê-lo seu delegado na comarca, confiando-lhe poderes e faculdades privilegiadas.

Pelo bem da causa publica, fiel observancia e propagação das doutrinas pré-gadas do alto do Golgotha, o Monsenhor Ignacio Marcondes, o cidadão, e o sacerdote, não vacilla um momento ante o sacrificio de sua individualidade.

Nas ultimas eleições, a que se procedeu para representantes da nação, o 3º districto da provincia de S. Paulo fez recahir em grande maioria seus suffragios sobre o distincto Brasileiro. Se em defesa das necessidades publicas, e dos legitimos interesses de seus constituintes lhe tem faltado o poder da palavra, não lhe faltará firmeza de character, robustez de crenças, e um fogo santo e nobre de patriotismo, se a patria exigir uma prova de seus sacrificios.

O Brasil se deve ufanar com orgulho de possuir em seu seio caracteres puros, e vontades tão dedicadas como os filhos da Grecia e de Roma.



OS CONTEMPORANEOS



S.A. Sisson. Lith.

Simplicio de Sá pinx.

D. PEDRO I^o

Imperador

S.A. Sisson. Editor Lith. Rua dos Ourives 53

DOM PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL

DOM PEDRO I, fundador da monarchia brasileira, é uma dessas personagens que offerece ao philosopho e ao politico, a par dos mais subidos titulos á admiracão, mais amplo assumpto de estudo. O biographo não é historiador : se póde indicar algumas observações, não deve demorar-se nellas, nem mesmo completa-las. cumpre que ellas saião de si mesmas, das circumstancias da vida que narra, dos acontecimentos em que seu heróe achou-se envolto como personagem capital : a nossa tarefa é pois limitada, e ainda bem ; que, se fosse tão extensa quanto poderia o leitor esperar, declinariámos a nossa competencia para desempenha-la.

Segundo filho varão do príncipe D. João e de D. Carlota Joaquina, princeza hespanhola, D. Pedro nasceu em 12 de Outubro de 1798. Na cõrte paterna a educação do joven príncipe, como a de seus irmãos, foi um tanto descuidada ; era esse o costume da cõrte portugueza, e ainda mais o devia ser com o caracter da princeza mãe e do príncipe regente. Arredado dos negócios publicos, cujo tirocinio constitue uma das maximas vantagens da realeza, excluído de todo estudo serio, se Pedro I foi o que vimos, deveu-o a uma natureza exuberante que o dotára das mais apreciaveis qualidades do homem e do estadista.

Chamado em cedo ao poder em circumstancias de maxima gravidade, completou elle por si mesmo os seus estudos, e de sua bella alma recebeu a educação de estadista.

Obrigada a cõrte portugueza a retirar-se para seus dominios transatlanticos, não só para mallograr a conquista franceza, como para entregar aos Inglezes Portugal, seu territorio, seus recursos e seus braços que elles organisassem para a luta européa contra Napoleão, D. Pedro ainda menino veio para o nosso Rio de Janeiro. Não surprende pois o amor que nos tinha ; que, de tão menino criado entre nós, necessariamente seria nosso.

A patria não é tanto o lugar em que nascemos como aquelle a que nós homens prendemos as nossas doces recordações de infancia, de mocidade, aquelle cujas auras bemfazejas nos embalárão nesses dias em que o ente humano, para cres-

cer, para desenvolver-se, tão completamente se assenhoreia dos elementos vitaes que o cercão, a si os assimila, com elles cresce e se desenvolve. Nascido em Lisboa, só até os dez annos D. Pedro respirou os ares europêos ; menino e moço foi Brasileiro, ao Brasil devia amar com o instincto, com o zelo, com o ciume do amor da patria.

A morte, ferindo o primogenito de D. João (sina fatal dos primogenitos de Bragança), aproximou do throno o joven príncipe.

O movimento constitucional de 1820, essencialmente dominado pelo exercito em que a França vencida havia inoculado o germen de suas idéas, abalou Portugal e Brasil : a cõrte teve de ir para Lisboa ; os sonhos de um grande Imperio luso-brasileiro tornárão-se impossiveis : a cõrte em Lisboa não nos podia dar senão a antiga condição de colonia, e o Brasil estava tão adiantado, tinha tanta consciencia de si, que não podia resignar-se a essa miseravel condição.

Facil era prevê-lo, e D. João, sahindo do Brasil, levando comsigo a cõrte portugueza, póde vêr o futuro, e convenientemente providencia-lo. Seu filho D. Pedro, seu primogenito, o herdeiro de sua monarchia, foi deixado entre nós com o titulo de regente.

D. Pedro já estava nas affeições populares : os seus modos francos e abertos, algumas anedotas que delle corrião, em que a agudeza do espirito e a bondade do coração transluzião, até o contraste do que se sabia do seu character e do character de seu irmão, a parte que tivera na aceitação da constituição proclamada em 1821 ; tudo lhe grangeava as sympathias populares.

Mais do que tudo, ainda concorrião as virtudes da princeza austriaca com quem em 1818 havia elle unido a sua sorte.

A princeza D. Maria Leopoldina apresentava aos Brasileiros o typo dessas virtudes domesticas que tão preciosas lhes erão e ainda hoje lhes são : nos corações de todos já havia lançado raizes essa affeição vivaz que acompanhou-a até o tumulo, que ainda hoje, tantos annos depois da sua morte, ainda hoje faz lembrado com amor o seu nome por nossos pais, por todos quantos a conhecêrão, e que ainda vivem para nos contar as suas virtudes.

O príncipe deixado para regente do Brasil era em tudo apropriado á missão a que o chamava a Providência, e que já então podia ser prevista. Os Brasileiros desde logo se lhe unirão, fizeram conta delle em todos os calculos de futuro a que se entregava o patriotismo. Em breve a acção das côrtes portuguezas, os seus esforços para reduzir o Brasil á posição em que tinha jazido antes de 1808, e ainda mais para quebrar a unidade brasileira, forão despertando zelos e ciúmes; a acção patriótica de sociedades secretas se fazia sentir em todas as manifestações exteriores, concentrando o esforço e os votos nacionaes para resistir ao fatal regresso contra nós planejado.

Não pretendemos escrever a historia dessa bella época de tanta gloria, de tanta ufania para o nome brasileiro e para o príncipe que se collocou á frente do Brasil; sómente pois indicaremos datas.

Em 9 de Janeiro de 1822, ao decreto das côrtes portuguezas que queria arredar de entre nós o príncipe regente, e assim estrear a reconquista da colonia, respondia a camara municipal do Rio de Janeiro representando em nome dos povos da cidade e do Brasil inteiro, e pedindo ao príncipe que desobedecesse, e a par do título de regente recebesse para si e para seu primogenito o título de defensor perpetuo do Brasil: e o príncipe, reconhecendo que nisso ia o bem de todos, mandava dizer ao povo que ficava.

Cumpria dar simultaneidade ao movimento: nas provincias apparecia alguns embarços, alguns empuxamentos de vontades rivaes, o príncipe teve de ir com a sua presença pôr termo ao desenvolvimento desses germens de que poderião sahir a guerra civil e a ruina do paiz. Minas e S. Paulo o virão, e em 7 de Setembro de 1822 o Ypiranga ouviu sahir dos labios do herdeiro da corôa luso-brasileira, e achar em todas as bocas, em todos os corações um eco simultaneo, a palavra fatidica—INDEPENDENCIA.

Não bastava porém acclama-la, cumpria realisa-la. Em algumas provincias do Brasil havia tropas portuguezas, commandadas por distinctos chefes adheros ás côrtes de Lisboa, cumpria obriga-las a sahir ou sem luta, ou vencidas; ora, não tínhamos exercito, nem marinha, nem governo, nem administração, nem fisco: tínhamos só patriotismo, e á frente delle o defensor perpetuo que em 12 de Outubro do mesmo anno, no vigésimo-terceiro anniversario do seu nascimento, acclamavamos Imperador constitucional, e que heroico de abnegação havia-nos dito: « De Portugal nada, nada, não queremos nada. »

A tudo bastou esse patriotismo e a devoção do príncipe á causa que abraçára: o Imperio sahio inteiro, com todas as suas provincias, dessa grandiosa revolução; apenas algum tributo de sangue generoso tivemos de pagar por esse immenso resultado.

Infelizmente não forão tão faceis, tão pouco duradouras, nem tão pouco dispendiosas as lutas da organização interior do recente Imperio.

O trabalho confiado ao génio do Sr. D. Pedro era duplo: cumpria-lhe—1º, firmar a independencia, organizar a nação separada da velha nação portugueza; 2º, organizar nessa nação cujas tradições se prendião ao regimen colonial, ao despotismo dos vice-reis e dos governadores locais, e posteriormente ao absolutismo real, o regimen representativo com a sua liberdade de imprensa e de tribuna, com toda a sublime ponderação de elementos de que nem sempre são capazes as nações as mais adiantadas em civilização.

Na primeira parte da sua tarefa D. Pedro achava o patriotismo unanime, prompto para todos os sacrificios, concentrado em um fim commum. Assim facilitada, ainda mais se lhe facilitava por ser elle o primogenito de Bragança e herdeiro presumptivo da corôa portugueza; ora, as tropas portuguezas, o commercio portuguez, os altos funcionarios do paiz, portuguezes, não podião com muito impulso resistir-lhe, quando mesmo não se prestassem a acompanhá-lo: se havia sacrificio, o príncipe dava-lhes o maior dos exemplos que lhes cumpria imitar.

Na obra da organização liberal as difficuldades creseião: o talento, a boa vontade do príncipe e do povo não bastavão para fazer funcionar a machina complicadissima do regimen representativo; as paixões suscitadas, preconceitos, rivalidades, os habitos velhos do absolutismo e as suas instituições em luta com as recentes e exageradas pretensões á liberdade, e com instituições novas, mal

comprehendidas, mal estudadas nos livros estrangeiros, e que cumpria transplantar, tudo isso constituia difficuldades tão momentosas que de sobejo explicão todos os desastres do primeiro reinado e da menoridade que se lhe seguiu.

Bemdigamos a Providencia, bemdigamos o príncipe, bemdigamos o patriotismo de nossos pais, a quem devemos não haver a nação naufragado nessa empresa em que todas as recentes nações nossas conterraneas, menos uma, têm naufragado!

Para dar uma constituição aos povos, condição annexa á sua acclamação em 12 de Outubro e á sua sagração em 1 de Dezembro de 1822, o Imperador convocou uma constituinte.

A experiencia de todos os povos nos diz o que é uma constituinte, qual a sorte ephemera das constituições que sabem se algumas conseguem sahir, das suas apaixonadas discussões.

A constituinte brasileira não podia escapar a esta sina. Como lhe escaparia? A nação tinha nella reunido todos os mais distinctos patriotas da independencia, os mais distinctos dos seus litteratos: entre elles porém nem um homem pratico apparecia. Em geral os nossos litteratos, formados desde a infancia nos estudos classicos, erão cidadãos entusiastas da velha Grecia, da prisca Roma; suas idéas politicas não vão além das virtudes dos heróes de Plutarcho: os mais lidos tinham algum conhecimento das obras da escola liberal franceza, dos grandes dogmas apregoados pelo revolução de 1789: nisso ficavão.

Sobre elles actuava uma opinião fogosa, da mesma illustração, bebida nas mesmas fontes. . . . A imprensa livre a fomentava, e infelizmente se comprometia nas paixões da independencia, nas rivalidades do nascimento.

Desse cahos ia nascendo o que delle podia nascer—a anarchia. D. Pedro I o fez cessar. A assembléa constituinte foi dissolvida, alguns dos seus mais consideraveis coryphéos deportados. Esse golpe de estado, não nos cabe a nós em uma simples biographia apreciá-lo, nem examinar que influencia teve sobre o primeiro reinado; não nos cabe vêr se desse acto não data a declinação da popularidade do príncipe que do apogéo a que havia chegado no grande entusiasmo de 1822, veio ao ponto em que o vimos nos lamentaveis dias de 1830, quando o opprobrio e calculos negregados. . . . mas deixemos á historia o que lhe compete, afastemos os olhos desses dias lamentaveis.

D. Pedro era profundamente liberal, nenhum príncipe o foi, nenhum o ha de ser mais do que elle. Além disso, o instincto do génio lhe mostrava que o Brasil independente só podia ser governado, no ponto de unidade em que para sua grandeza cumpria que ficasse, pelo regimen liberal.

Acceptando pois a fatal necessidade de dissolver a constituinte, como o fez em 4 de Novembro de 1824, não queria elle a dictadura senão temporaria, e prometeu logo offerecer aos Brasileiros uma constituição ainda mais liberal do que a que lhe poderia ser dada pela constituinte dissolvida.

E a promessa feita elle a cumprio: alguns mezes depois, a 25 de Março de 1825, essa constituição estava offerecida ao paiz, jurada pelo seu príncipe: era a constituição politica ainda hoje acclamada pela gratidão, pelas affeições de todos os Brasileiros, e que eternamente o será; pois, além da sabedoria que a dictou, liga-se-lhes para nós a recordação dos immensos beneficios que lhe devemos, sendo o primeiro a conservação da unidade nacional.

Entretanto a dissolução da constituinte repercutio fatalmente no paiz: os espiritos mais ardentes na provincia de Pernambuco não quizerão aguardar o cumprimento da promessa imperial, e romperão em revolução proclamando a confederação do Equador. Foi necessario contra a revolta empregar o apparatus bellico, e vencida ella recorrer ás justicas expeditivas do regimen militar.

Ao mesmo tempo successo mais fatal se realisava. Ultima e recente conquista de Portugal na America, Montevideo com o seu territorio, com a sua população hespanhola, ahi estava. . . .

Arrastados pelos acontecimentos, ainda não calculámos quanto custou ao Brasil esse legado fatal a que opportunamente não soubemos renunciar. Não fallamos no sangue brasileiro derramado, não nas nossas finanças depauperadas e estragadas, fallamos simplesmente na perda da força moral, do prestigio

magestático, no alimento emfim dado a partidos prestes a transformar-se em facções, por essa sinistra fatalidade que nos arremessou a nós Brasileiros, filhos de Portuguezes, nas insidias, nas guerras civis, nos desatinos dos filhos dos Castelhanos. Conquista recente portugueza, a colonia hespanhola quiz ser Brasil, quiz figurar decima-nona estrella na bandeira nacional: logo porém, com o abalo da dissolução da constituinte, a provincia Cisplatina desligou-se.

A monarchia brasileira quiz rebavê-la, e a guerra do Sul, em que nos achámos envoltos com as republicas do Parana, começou.

Pouco tempo felizmente durou esse erro da politica do Brasil: a paz de 1828, salvando a dignidade nacional, constituiu em republica independente da Confederação Argentina, que tanto a cubiçava, essa provincia que não podia nem devia ser nossa.

No interior entretanto os acontecimentos se vão precipitando: em 3 de Maio de 1826 D. Pedro installava a primeira legislatura do Imperio: algumas instituições livres se decretavam: a imprensa sahia do regimen arbitrario para entrar no da repressão legal, as finanças começavam a regularisar-se pela creação da caixa de amortisação e pela organização do thesouro: o poder municipal, cujas bases estavam na constituição, recebia o seu desenvolvimento em uma lei organica que ainda subsiste, embora de feito e na pratica tenha sido alterada.

Mas ao par desse trabalho, inspirado mais pelo patriotismo do que pela sciencia, e que devemos admirar como pôde ser feito naquelles dias da nossa infancia politica, progredia o trabalho funestissimo na opinião, no espirito publico.

D. João VI, depois de reconhecer a independencia do Brasil, e de assim ter consummado o desdobração do velho reino em duas monarchias separadas profundamente pelo Atlantico quanto pelas rivalidades dos povos, havia fallecido. A corôa portugueza foi deferida ao Imperador do Brasil. O principio hereditario o chamava ao throno, e todos os amigos da liberdade e do progresso em Portugal, conhecendo o espirito liberal do principe, a elle adherião com tanto maior entusiasmo quanto, se excluido fosse o primogenito de Bragança, o throno caberia ao infante D. Miguel, cujos instinctos despoticos elles sabião apreciar.

A circumstancia era grave para o Imperador do Brasil. Unir de novo na sua cabeça as duas corôas era pensamento que nem por um momento podia occorrer á sua perspicaz generosidade; repellir a corôa, e entregar esses que querião ser seus subditos ao poder de D. Miguel, era assumir a responsabilidade de grandes desastres. A posição era pois gravissima, a collisão das mais apuradas: D. Pedro I teve uma felicissima inspiração. Essa corôa de Portugal, elle a accitou e conservou apenas o tempo necessario para dar ao reino uma constituição liberrima, filha dos mesmos estudos que havião dictado a constituição brasileira, e para logo abdicar-la em sua filha primogenita D. Maria da Gloria, que, nascida em 4 de Abril de 1819, quando o Brasil ainda era portuguez, podia reclamar os direitos de netã de D. João VI.

Para consolidar essa transmissão do poder dynastico, a rainha devia casar-se com seu tio D. Miguel. Nos espiritos ainda os mais preocupados de zelos nacionaes esse arranjo não devia ferir susceptibilidade alguma; infelizmente não pôde elle realisar-se.

D. Miguel havia usurpado o regio poder, e substituido o despotismo á constituição: os liberaes, perseguidos, presos, supplicados, não tinham recurso senão na expatriação. A rainha, a esposa promettida a D. Miguel, em vez de ir ás aguas do Tejo, teve de ir as do Tamisa. Ahí achou a rainha grande numero de emigrados portuguezes, seus subditos; Londres era o fóco do liberalismo lusitano, e a diplomacia brasileira, nessa delicada conjunctura, não foi tão sabiamente inspirada como havia sido o Imperador brasileiro. Dahi complicações que actuárão fatalmente nas insidias e nos preconceitos dos partidos do paiz.

Entretanto a administração interior ia-se complicando: nas provincias do Norte, depois do abalo da confederação do Equador, reinava a maior inquietação, e na Bahia apparecia uma sedição, a primeira que se manchou no sangue da principal autoridade da provincia; seguirão-se-lhe complicações e abalos devidos á introdução de moeda de cobre falsificada que inundava o mercado

e chegava a proporções assustadoras. D. Pedro comprehendeu que uma visita sua áquella provincia seria de optimos resultados para acalmar os espiritos, e logo foi decretada, foi realisada a imperial viagem.

Na guerra da Cisplatina comprehendeu igualmente o Imperador que a sua presença no Rio Grande reergueria a força moral do exercito, reorganisaria mais convenientemente a administração militar; logo tambem partio para essa remota provincia.

Nella estava, quando uma fatal mensagem o trouxe apressado á capital: chega, e acha morta em 11 de Dezembro de 1826 a sua esposa, a mãi querida de augusta e numerosa prole, a imperatriz amada por todas as familias brasileiras.

Viuvo, D. Pedro ainda era moço: o ministro brasileiro que acompanhára á Europa a rainha D. Maria II levava igualmente missão de tratar do segundo casamento do Imperador.

Com effeito elle o conseguiu, e a princeza D. Amelia de Leuchtemberg, segunda imperatriz do Brasil, entrou no thalamo imperial em Setembro de 1829.

Por esse tempo a luta intestina dos partidos, fomentada por tantos incidentes exteriores, tinha chegado ao ponto da maior incandescencia: a revolução franceza que excluiu do throno o ramo mais velho da familia de Bourbon repercutia no Brasil, fazendo fermentar os principios revolucionarios eivados de republicanismos, e tornados mais intenos pela associação dos escrupulos de nacionalidade.

A uma camara que em luta com o senado, por amor da intelligencia do artigo constitucional que determina a fusão em assembléa geral, ia deixando o governo sem a legalidade do orçamento e da fixação de forças, havia succedido a agitação das sociedades secretas, a acção subversiva de uma imprensa que punha por diante dos seus votos democraticos a palavra federação, não comprehendida, não explicada senão como um éco da confederação do Equador de 1825.

Na presença desse movimento dos espiritos, D. Pedro I, antes de ceder-lhe, de por elle pantar o seu procedimento, quiz verificar o grão de sua intensidade: partio pois para Minas, provincia cujos sentimentos monarchicos mais lhe erão recommendados. A diffamação, o sarcasmo o acompanhárão. E para que tivesse elle prova de quão desaffeioados lhe estavam os povos, de quão fatalmente se havia desandado dos dias da primeira popularidade de 1822 aos primeiros mezes de 1834, o ministro que o acompanhava, sujeito então á reeleição por ter deixado vago na camara, ao passar para o gabinete, o seu assento de deputado, vio-se repellido pelos collegios eleitoraes!!

De volta ao Rio de Janeiro, aquí chegou em principio de Março. Os festejos com que é acolhido suscitão conflictos sanguinolentos. A revolução progredede, precipita-se, até que em 6 de Abril achão-se reunidas no Campo massas populares que querem impôr á corôa as suas desconfianças, e em nome dellas um ministerio.

D. Pedro então, em um momento supremo, consultou todo o seu amor ao Brasil, toda a fé que devia ter no grande destino do Imperio que fundára, toda a grandeza da missão a que o chamára a Providencia. Dessa solemne deliberação do principe com o seu genio, dessa solemne deliberação de que não houve confidente, sahio o acto de abdicación do fundador do Imperio na pessoa de seu filho o Sr. D. Pedro II, ainda menor, ainda então com cinco annos de idade.

Foi o genio, desvendando o futuro, quem deu ao Imperador conselho de tanta sabedoria.

Vio elle que o amor dos Brasileiros, desvairado pelas paixões do momento, pelo trabalho incessante do espirito das revoluções, se então o repellia, cedo voltar-lhe-hia: vio que um como interregno da realeza salva-la-hia, que as lições da menoridade aproveitarião ao novo reinado, que nesse intervallo as paixões, as preocupações terião tempo de acalmar-se, de esclarecer-se; e que pois cumpria que nos fosse deixado um throno, mas um throno não exposto aos embates da tormenta: um berço. Ainda nesse momento supremo de divorcio, o Imperador tanto amou o Brasil que lhe deixou a garantia do futuro: em tanto appreciou a nobre lealdade nacional, que no dia mesmo do tresvario não duvi-

dou deixar-lhe confiada toda essa familia de principes do seu saugue que perpetuassem a dynastia brasileira.

Daqui partio a bordo de um navio inglez a 13 de Abril; partio com sua esposa, com sua filha primogenita, para quem ia reconquistar o throno portuguez.

Chegando á Europa, tutor de sua filha a rainha D. Maria II, deu elle um centro de acção ao liberalismo portuguez, pôde conseguir da França e da Inglaterra esse tratado da quadrupla alliança, que lhe dava, contra a usurpação do absolutismo, a força moral das duas grandes nações occidentaes.

Em principio de 1833 ei-lo já D. Pedro IV, não mais Pedro I, desembarcando em Mindelo á frente de um pugillo de bravos que vão libertar a patria. Sempre a par da sua posição, agora que carecia das virtudes do guerreiro, da sciencia dos cercos e das batalhas, elle as acha, embora nunca as houvesse estu-

dados, nunca exercitado, elle as acha na fecunda inspiração do genio, e em breve a sua mão vencedora assigna o tratado de Torres Vedras que põe termo á usurpação e ao absolutismo nas terras de Portugal.

Então a grande missão do principe está completa; sua dynastia occupa dous thronos; nenhuma gloria mais póde vir a seu nome: cumpre que se retire da terra, que vá esquecer na mansão dos justos as injustiças e as ingratidões dos homens, que vá enfim descansar na paz do tumulo o corpo alquebrado de tantas fadigas, magoado de tão ingentes lutas. Em 24 de Setembro de 1834 vio Lisboa, coberta de luto, linar-se esse, o maior dos Braganças, ainda na flôr da idade, mas já velho de lidas e de gloria.

Na historia de dous povos, nos fastos de duas nações, nascida uma, outra restaurada para a liberdade, deixou elle o grande nome de libertador, a grande recordação das mais nobres virtudes politicas.



OS CONTEMPORANEOS



S.A. SISSON LITH.
1859.

S. A. Sisson del. e lith.

Barandier pinx.

JOÃO CHRYSOSTOMO CALLADO

João Chrysostomo Callado

S.A. Sisson. Editor. Lith. Rua dos Ourives 53

JOÃO CHRYSOSTOMO CALLADO

DESDE alguns annos que a morte impiedosa tem feito gemer o exercito brasileiro pela successiva perda de nobres veteranos da patria, velhos guerreiros, generaes experimentados que deixarão o seu nome escripto honrosamente nas paginas da historia.

O valente soldado, mancebo ainda, que, sonhando com a victoria e com retumbantes façanhas, desperta ao clangor das trombetas que o chamão á peleja, e denodado corre ao assalto mortifero da praça, levando no coração o amor e nos labios o nome da patria, e que, ou no fervor da batalha ou na hora do triumpho, cabe ferido por golpe mortal e expira, deixando o mundo com um heróe de menos, é uma victima que nunca se lamenta bastante: porque o futuro preparava ao joven guerreiro trophéos de victoria e os galardões da bravura.

Mas na sepultura do velho general cahem lagrimas ainda mais dolorosas. O velho general é o orgulho dos veteranos que elle guiou ás batalhas do tempo passado: é o pai desses mesmos e dos novos soldados com quem por vezes partilhára perigos, infortunios, proezas e triumphos: o velho general é a chronica viva e respeitavel desses mil episodios tremendos, brilhantes, calamitosos, entusiasticos da historia variada e electrificadora da guerra: o velho general é o exemplo da disciplina, é o symbolo da fidelidade, é a confiança da patria, o baluarte da nação, o guia da victoria: a sua experiencia é um grande livro, onde os novos guerreiros aprendem segredos que as mais sabias theorias não descontinão: a sua espada é um monumento que recorda gloriosos acontecimentos.

O exercito é uma familia immensa: todos os soldados são irmãos, e os velhos generaes são como os venerandos patriarchas desses milhares de homens, que têm todos a mesma bandeira, que prestarão todos o mesmo juramento, que obedecem todos ao mesmo dever: são as legendas vivas de um passado que pertence a elles todos.

E quando morre um desses capitães que, tendo já a nobre cabeça coroada pela neve dos annos, tem ainda o braço de ferro para defender o paiz, o exercito chora um chefe, os soldados um pai, a patria um benemerito.

Esse velho corpo que desce á sepultura é como uma fortaleza que desaba: contão-se no cadaver as cicatrizes das feridas feitas pelas balas e pelas baionetas do inimigo: calcula-se quanto sangue correu dellas, vê-se nas rugas da fronte pallida ainda planos de batalhas; vê-se na immobildade das feições marmoreas o frio valor do bravo que nem se sorria, nem tremia em frente da morte, e que impavido bradava — marcha! — sem indagar se adiante estava o perigo, bastando-lhe a certeza de que adiante estava o dever.

Oh! curvemo-nos ante as sepulturas daquelles que por longos annos pagarão ao Estado o tributo do sangue: honremos os guerreiros que morrem, porque os guerreiros são os baluartes da honra nacional, suas espadas as muralhas do Imperio.

Entre esses benemeritos veteranos, que descêrão á sepultura, um dos primeiros, cujo nome encontramos riscado da lista dos vivos, é o marechal João Chrysostomo Callado.

Em setenta e sete annos de vida, sessenta e dous de serviços relevantes prestados ao paiz: em sessenta e dous annos de serviço militar, exemplo constante de disciplina, de denodo, de dedicação, de pericia, de honestidade e de honra; em sua vida particular e em todo o tempo, notavel como cidadão prestimoso e probó, como esposo devotado, como pai extremoso e como amigo fiel, eis em resumo a historia do marechal Callado.

Cumprindo porém acompanhar este illustre finado desde o berço até á campa para pagar-lhe assim o tributo devido ao seu merecimento, o biographo descausa a penna, e deixa fallar por si a relação de factos sempre honrosos que documentos officiaes attestão: pede simplesmente á memoria que trace em alguns minutos essa carreira brilhante e trabalhosa de sessenta e dous annos de serviços, e entrega á posteridade o cuidado de fazer justiça e de honrar o nome do benemerito general perdido pela patria.

Os benemeritos fallão por si mesmos na recordação de suas grandes e nobres acções: o elogio dellas transpira naturalmente, como o perfume se exhala do seio das flôres.

João Chrysostomo Callado nasceu em 24 de Março de 1780, na cidade de Elvas, reino de Portugal, de seus legitimos pais o coronel Manoel Joaquim Callado e D. Maria Joaquina Nobre. Assentou praça em 26 de Março de 1795, no regimento de infantaria n. 20, e foi reconhecido cadete.

Na guerra de 1801 combateu contra os Hespanhóes; e finda essa campanha cursou as aulas de mathematicas, abandonando o serviço militar durante o dominio francez na Peninsula Iberica. Em 1808, com seus companheiros de estudos, passou á Hespanha, onde se reunião forças para expellir os Francezes, e foi pelo tenente-general Francisco de Paula Leite nomeado ajudante d'ordens do general hespanhol D. Antonio de Arcé, com a patente de tenente, á qual tinha sido elevado por decreto de 5 de Fevereiro de 1805. Sob o commando deste general, e pertencendo a uma divisão ingleza, fez toda a campanha até 1814 e entrou em Portugal: ascendeu gradualmente os postos, tendo sido graduado major em recompensa de sua conducta na acção de 5 de Março de 1811, junto a Chialona, e elevado á effectividade do mesmo posto na batalha de S. Munhoz, pelo zelo, valor e acerto com que defendêra uma posição contra o exercito de Soult: sendo ao demais louvados em ordem do dia seus serviços durante a expedição de Cadiz a Sevilha, em Agosto de 1812, pelo bom desempenho dos cargos de chefe da correspondencia official e parlamentar para o resgate de prisioneiros. Feita a paz, e restaurado o governo portuguez, forão a João Chrysostomo Callado offerecidos postos militares no exercito de Hespanha; mas, preferindo continuar no serviço de sua patria, recusou-os, e mereceu especial recommendação do general d'Arcé ao governo: seus serviços até então forão pela corôa remunerados com a cruz de S. Bento de Aviz e a tença correspondente.

Organizado de novo o exercito em 1815, querendo o principe regente D. João VI mandar uma divisão para o Brasil, foi o tenente-coronel João Chrysostomo Callado encarregado de organizar e disciplinar o 4º batalhão de caçadores; e apresentando-o na melhor ordem ao tenente-general Lecor, chefe da expedição, partio para o Brasil investido do commando desse corpo. Marchou a divisão, denominada de voluntarios reaes de el-rei, para a campanha da Banda Oriental do Uruguay; o coronel João Chrysostomo Callado della fez parte na qualidade de commandante do 2º regimento de infantaria; posteriormente commandou a 1ª e 2ª brigadas, e obteve em premio a condecoração da Torre e Espada.

Uma nova época vai começar para o illustre guerreiro; uma nova patria lhe abre o seio; o valente soldado vai adoptar a bandeira gloriosa de um novo imperio, e cumprirá até á morte o juramento de fidelidade que lhe vai prestar.

Não é um desertor que abandona as suas pelas contrarias phalanges: não: é um exercito que se divide, é a antiga patria que se separa em duas nações

distinctas; e elle é o homem devotado, o soldado leal que aceita e adopta a nova patria pelo coração.

Começava-se a elaborar a idéa de independencia do Brasil; a João Chrysostomo Callado, chefe da 2ª brigada de voluntarios reaes, se perguntou se prestaria sua coadjuvação para ser aclamado imperador o príncipe D. Pedro, e se o sustentaria; protestou que se podia contar com elle e com as forças sob seu commando; e adherindo decididamente á independencia acompanhou o general Lecor, então visconde da Laguna, em sua retirada da praça de Montevideo; reuniu-se ás forças que a favorecião, e debellou as contrarias, commandadas por D. Alvaro da Costa. Sofreu em consequencia sequestro nos bens que possuía dentro da praça.

Proclamada a independencia e o Imperio, tendo embarcado as forças de D. Alvaro da Costa, foi João Chrysostomo Callado commissionedo á côrte para dar parte do occorrido ao Imperador, o qual lhe ordenou continuasse no serviço do novo Imperio, promoveu-o por merecimento ao posto de brigadeiro graduado, e nesta categoria o fez regressar á provincia Cisplatina.

Pretendeu pouco depois esta provincia reconquistar sua independencia e proclamar-se republica, abrio-se por isso nova campanha em Maio de 1825. O brigadeiro Callado seguiu firme em seus sentimentos a favor do Imperio; combateu a rebellião, soffrendo novo sequestro dirigido então a seus bens ruraes que perdeu. Por ordem do visconde da Laguna tomou o commando da guarnição e departamento de Maldonado; posteriormente o barão de Villa Bella, nomeado presidente e governador das armas da provincia rebellada, o incumbio de, com os destroços do exercito, organizar e disciplinar uma divisão e assumir o commando da linha em frente da praça: honrado com a cruz de ouro da campanha Cisplatina e com o habito do Cruzeiro, o brigadeiro Callado permaneceu neste serviço activo até que, mudada a guerra para a provincia do Rio Grande do Sul pela intervenção das tropas argentinas, o marquez de Barbacena, chefe do exercito brasileiro, o chamou e incumbio de commandar a 2ª divisão desse exercito, á testa da qual assistio á batalha de 20 de Fevereiro de 1827 nos campos de Ituzaingo: pela maneira distincta por que se portou então mereceu ser elogiado em ordem do dia, feita publicar pelo mesmo marquez. (Claramente se achão descriptos esses seus serviços, e comprovados por documentos officiaes na segunda parte do opusculo publicado em 1852 sob o titulo *Memorias do grande exercito aliado libertador do Sul da America*.) Coube-lhe a promoção a marechal de campo graduado, e voltou a Montevideo, onde assumio o commando em chefe das forças ali estacionadas; commandou-as até que o tratado de 27 de Agosto de 1828 as fez retirar. No anno seguinte, achando-se reunida em Santa Catharina grande parte do exercito, foi João Chrysostomo Callado nomeado commandante das armas da provincia.

As idéas de protecção ao absolutismo que professavão as autoridades civis encontrárão nelle oppositor; foi por conseguinte delatado e submettido a conselho de guerra, o qual unanimemente o absolveu, declarando-o, em sentença de 14 de Novembro, sem culpa, e a sua conducta irreprehensivel durante o commando das armas; sentença confirmada pelo conselho supremo militar quatro dias depois, declarando-se sua conducta não só irreprehensivel, mas digna de louvor pelo zelo com que se prestára no desempenho de seus deveres. (Ordem do dia do quartel-general de 2 de Outubro de 1829.) S. M. o Imperador fez-lhe mercê do titulo da commenda da ordem de S. Bento de Aviz em 18 de Outubro desse anno; e o poder executivo deu complemento a essa publica satisfação nomeando-o de novo commandante das armas da mesma provincia, por decreto de 30 de Janeiro de 1830. Mas o marechal, comprehendendo que sua presença em Santa Catharina occasionaria discordia de autoridades, pediu dispensa, e se lhe concedeu com transferencia para o commando das armas da Bahia, onde tinha sido assassinado seu antecessor. No exercicio desse cargo foi agraciado com a commenda da ordem da Rosa.

A nomeação do marechal Callado para o commando das armas da provincia da Bahia em tão espinhosas circumstancias, e no estado de excitação politica em que então se achava aquella provincia, assignala a alta confiança que no illustre militar depositava o governo de S. M. o Senhor D. Pedro I.

Mas os germens de uma revolução já estavam espalhados em todo o Brasil: causas accumuladas, os acontecimentos da França em 1830, os erros do governo e a exaltação dos partidos preparavão um cataclysmo tremendo, que sómente pôde ser removido pelo patriotismo do Senhor D. Pedro I, que resolveu abdicar.

O movimento de 7 de Abril de 1831 foi precedido na Bahia pelo de 5 do mesmo mez e do mesmo anno. O commandante das armas da Bahia julgou de

seu dever oppôr-se á revolução: recebendo porém ordem do presidente da provincia, Luiz Paulo de Araujo Bastos, de deixar o posto, embarcou para a côrte; á sua chegada teve noticia da abdicção de D. Pedro I, e foi recolhido ás prisões da fortaleza de Villegaignon. Conscio de ter procedido no restricto cumprimento de seus deveres, pediu se lhe nomeasse conselho de guerra, sem mesmo esperar que os espiritos serenassem. Em 28 de Julho de 1831 foi absolvido em 1ª instancia, por julga-lo o conselho sem criminalidade; e na confirmação da sentença declara o conselho supremo militar que o fazia, não só por se lhe não provar criminalidade, mas até por serem muito louvaveis todos os seus procedimentos.

Apezar porém destas sentenças, que punhão a coberto seus bríos de soldado e o honravão como cidadão, comprehendeu o marechal Callado que sua estrella achára nevoas no zenith, e era de mister esperar que se dissipassem para prestar algum fulgor ainda no occaso; retirou-se por dous annos para as margens do Rio da Prata, deu nova tempera á sua coragem na séde de suas glorias.

De volta ao Rio de Janeiro, foi elevado á effectividade do posto de marechal de campo; e a regencia, julgando-o capaz de suffocar a rebellião que rebentára na provincia da Bahia em 7 de Novembro de 1837, e a assolava ameaçando todo o norte do Imperio, o nomeou commandante das armas dessa provincia, com autoridade de formar um exercito para submeter os revoltosos.—Cumprio o seu dever, batalhou durante tres dias consecutivos, obrigou a render-se á discrição desde o chefe até o subdito da rebellião, e a 16 de Março de 1838 cravou na praça da Piedade o estandarte imperial.

Os habitantes da Bahia demonstráram sua gratidão ao benemerito general commandante do exercito restaurador da ordem e da legalidade por intermedio de uma deputação, composta de alguns de seus mais distinctos concidadãos, que lhe dirigio um voto de reconhecimento. Uma particular manifestação partio ainda de muitos proprietarios e negociantes, que além disso assignáram avultadas quantias em uma subscripção destinada a offerecer uma prenda valiosa ao illustre marechal; este porém esquivou-se nobremente a receber o ultimo favor, e o cedeu em beneficio das viuas e orphãs dos bravos mortos em defesa da legalidade. A gratidão publica brilha aqui a par do desinteresse. Entretanto a digna esposa do general vencedor não pôde deixar de aceitar uma offrenda duplamente preciosa, porque, ao mesmo tempo que lhe recordava um dos bellos feitos do esposo, representava a effigie de S. M. I. o Senhor D. Pedro II com a inscripção « Os Bahianos agradecidos ao marechal Callado, 1837. »

Por tão relevantes serviços o governo imperial elevou o illustre militar ao posto de tenente-general, e nomeado ainda vogal do conselho supremo militar.

Nos tumultuosos dias de Julho de 1840 foi João Chrysostomo Callado o official-general que de moto proprio compareceu no paço da Boa Vista, e por ordem de S. M. I. o Senhor D. Pedro II, e de seu tutor o Ex^{mo} Sr. marquez de Itanhaem, encarregou-se da guarda do palacio, ponderou que a presença de baionetas no pateo do palacio era um inutil, triste e talvez prejudicial degráo para a ascensão de S. M. ao poder, e conseguintemente fez retirar os corpos armados, acômpañou o Imperador até o paço do senado, e só o deixou quando o reconheceu empossado da suprema administração em plena paz e regozijo.

Em 1841 o tenente-general teve a nomeação de conselheiro de guerra, e com cincoenta e quatro annos de serviço activo pediu sua reforma em marechal do exercito, e a obteve com a clausula de continuar no exercicio de conselheiro de guerra.

Esta longa e não interrompida serie de serviços terminou emfim de uma vez para sempre no dia 1º de Abril de 1857 pelo fallecimento do varão distincto e preclaro que os prestára.

Sobre a sepultura do marechal João Chrysostomo Callado a patria, a esposa, os filhos e numerosos amigos derramárão lagrimas de amor e de saudade.

Não faltárão honras nem distincções ao benemerito: João Chrysostomo Callado era fidalgo cavalleiro da casa imperial, commendador das ordens de Aviz e da imperial da Rosa, official da imperial ordem do Cruzeiro, cavalleiro da Torre e Espada, e condecorado com a cruz da campanha peninsular na Europa, e com a estrella de ouro da do Rio da Prata; conselheiro de guerra e marechal do exercito do Brasil.

Subio a tão subido posto, conquistando todos os grãos na escala da jerarchia militar por serviços relevantes prestados nos campos de batalha ou em importantes commisões administrativas.

As honras lhe forão devidas, como de direito lhe cabe um renome glorioso e a memoria dos justos eternisada na historia da patria.

OS CONTEMPORANEOS



S. A. Sisson del. e lith.

MARQUEZ DE INHAMBUPE

Marquês de Inhambupe

MARQUEZ DE INHAMBUPE

ANTONIO LUIZ PEREIRA DA CUNHA, marquez de Inhambupe, nasceu na cidade da Bahia a 6 de Abril de 1760.

Com idade de 21 annos embarcou para Portugal e chegou a Lisboa a 6 de Junho de 1781.

Nessa cidade aperfeçoou-se e completou seus estudos preparatorios, já começados no Brasil, e em 1782 marchou para Coimbra, em cuja universidade entrou no mesmo anno, matriculando-se na faculdade de leis.

No segundo anno do curso juridico, conhecendo que podia bem vencer as materias que tinha a estudar, e desejando alargar o mais possivel a esphera de seus conhecimentos, matriculou-se no primeiro anno do curso de mathematicas como estudante ordinario, e, fazendo o respectivo exame ao mesmo tempo que o de direito, obteve o premio da congregação da faculdade.

Emquanto foi compativel com o estudo de direito, continuou o curso de mathematicas, e o de philosophia em que depois entrou, e no mez de Junho de 1787 tomou o gráo em direito civil.

Retirando-se para Lisboa, foi admittido a lér na mesa do desembargo do paço a 19 de Janeiro de 1788, e não sómente as suas notas da universidade, como ainda as da mesa do desembargo, facilitarão-lhe o despacho de juiz de fóra da villa de Torres Vedras, de que tomou posse em Setembro de 1789.

Por decreto de 4 de Outubro de 1792 foi promovido a ouvidor de Pernambuco, e voltando ao Brasil tomou posse a 17 de Outubro de 1793.

Neste novo lugar esteve por seis annos, servindo ao mesmo tempo como desembargador da Relação da Bahia, a que foi graduado por decreto de 6 de Agosto de 1793.

Tendo em Dezembro do anno de 1798, em que completou o sexto anno de exercicio em Pernambuco, sido deposto o governador e capitão-general, foi elle incluido no triumvirato estabelecido na lei de 1770, e neste cargo servio por um anno que lhe faltava para terminar o sexto de exercicio na Relação da Bahia.

No anno seguinte de 1800 voltou a Portugal, e ahi, justificando-se plena e satisfactoriamente de accusações que se lhe fizera como administrador da provincia de Pernambuco, foi despachado por decreto de 2 de Janeiro de 1802 ouvidor da comarca do Rio das Velhas, em Minas Geraes, e por decreto de 27 de Fevereiro seguinte cavalheiro da real ordem de Christo.

E como tivesse direito a um lugar na Relação do Porto, S. M. Fidelissima ordenou, por immediata resolução de 17 de Julho do mesmo anno, que se lhe passasse carta de desembargador daquella Relação, com exercicio na ouvidoria de Sabará, sendo antes consultada a mesa do desembargo do paço.

Em Setembro seguinte embarcou para o Rio de Janeiro, d'onde seguiu para Sabará, e a 4 de Fevereiro de 1803 tomou naquella villa posse do lugar de ouvidor.

Durante o exercicio deste lugar, foi por decreto de 24 de Junho de 1806 despachado desembargador ordinario da casa da supplicação de Lisboa. Ali esteve até que, com a chegada ao Rio de Janeiro da côrte e familia real, obteve licença para vir beijar a mão de El-Rei, e com effeito chegou ao Rio de Janeiro a 24 de Abril de 1808.

Não tendo sido contemplado nos despachos da mesa do paço novamente creada no Brasil, foi esta injustiça promptamente reparada, despachando-o S. M. F. por decreto de 13 de Maio de 1808 chanceller da Relação da Bahia, com o titulo do conselho, sendo além disto despachado por decreto de 6 de Dezembro do mesmo anno conselheiro do conselho da fazenda, para ter exercicio quando voltasse da Bahia.

A 3 de Maio ainda de 1808 tomou posse do lugar de chanceller da Bahia, e tendo a 24 fallecido o governador e capitão-general daquella provincia, conde da Ponte, entrou no governo della, em companhia do arcebispo metropolitano D. Frei José de Santa Escolastica e do tenente-general João Baptista Vieira Godinho.

No governo da provincia adquirio muita influencia e sympathia, e por tal modo se houve que S. M. recusou-lhe sempre e a seus companheiros a exoneração repetidas vezes pedida, até que depois de dezeseis mezes, fazendo a camara da capital da provincia uma representação ao governo central, para conservar-lhe os tres governadores provisorios, elle servio-se disto para reclamar com mais força sua demissão, que lhe foi dada e aos mais, com muitos elogios, especialmente a elle.

Em attenção a esses serviços, o Sr. D. João VI foi servido condecora-lo por decreto de 13 de Maio de 1811 com a commenda da ordem de Christo, de que já tinha o habito.

Encarregado por immediata ordem de S. M. F. de organizar umas posturas e regulamentos municipaes para a camara da capital, e que podessem ser applicaveis a todo o reino, procedeu com toda a circumspecção, tendo sempre

em vista as vantagens de sua patria natal, e tanto que foi por isto accusado de atacar de frente o supremo poder do soberano; pelo que não forão seus trabalhos adoptados.

Completados os seis annos de serviço que lhe forão marcados na Relação da Bahia, deu posse em Setembro de 1815 a seu successor, e tendo já embarcado para o Rio recebeu a bordo, do conde dos Arcos, governador da provincia, um attestado o mais honroso possível em abono de seus serviços ali prestados.

Recolhendo-se a esta capital, entrou immediatamente em exercicio do lugar de conselheiro do conselho da fazenda, de que havia tomado posse em Janeiro de 1809.

Por decreto de 27 de Agosto de 1817 ordenou S. M. F. que se compilassem as ordenanças da marinha para regulamento da armada nacional, e com esse fim foi nomeada uma junta, a que foi elle adjunto e em que bons serviços prestou, até que aquelle trabalho passou para a commissão de censura e revisão, d'onde nunca mais sahio.

Em 1818 foi por decreto de 6 de Fevereiro despachado para deputado da junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação, de que tomou posse immediatamente.

Havendo-se impossibilitado por molestia de continuar no exercicio de fiscal das mercês o conselheiro Diogo de Toledo de Lara Ordonly, foi elle encarregado daquelle mister por aviso de 10 de Setembro de 1818, e tão bem se conduziu nessa serventia que S. M. F., dando-se o conselheiro Toledo por prompto, não permittio que Pereira da Cunha deixasse aquella repartição, e, para o conter ali e não despedir a Toledo, creou outro lugar, ficando desde então dous, em vez de um só fiscal das mercês.

Chegando a El-Rei a noticia do levantamento do Porto em 1820, e da creação da junta governativa de 24 de Agosto, e sendo indispensavel tomar medidas promptas e decisivas, mandou S. M. F., por decreto de 18 de Fevereiro de 1821, que se nomeasse uma commissão com o fim de escolher os objectos mais uteis para serem discutidos nas côrtes que se ião reunir em Lisboa, e nesta commissão, por decreto de 24 do mesmo mez e anno, foi contemplado o conselheiro Pereira da Cunha, que além disto foi muitas vezes consultado por El-Rei a respeito daquelles negocios, sendo sempre suas decisões recebidas com muita satisfação e consideração.

Tudo foi baldado no fim de reprimir o levantamento popular; emissarios dos insurgentes fizeram aqui mesmo o povo e a tropa obrigar o Rei a prestar a 26 de Fevereiro, juramento solemne de aceitar a constituição que se estava organisando em Portugal, e forão a ponto de lhe imporem nomes para certos e determinados empregos do reino.

Entre esses estava o do conselheiro Pereira da Cunha, que demais foi no dia 26 chamado em nome do povo e da tropa ao theatro de S. Pedro, onde erão convocadas todas as pessoas que devião receber os novos empregos, assim como as que tinhão de ser despedidas.

O lugar que lhe coube foi o de intendente geral de policia da côrte e reino, de que tomou posse, apesar de não entrar no movimento reaccionario, afim de evitar o perigo que naquella circumstancia lhe traria uma recusa.

No exercicio daquelle lugar pôde restabelecer a ordem publica, e pôr em bom pé e regular andamento o serviço da repartição; pagando, durante oito mezes que servio, a divida atrasada, e pedindo para maior regularidade uma contadoria que S. M. F. se dignou crear por decreto de 18 de Março do mesmo anno.

Como intendente, ainda foi elle que regulou o methodo para fazer-se a despeza, tão irregular até então, do encanamento do rio Maracanan, e que acabou com os espiões de policia, cuja unica vantagem consistia na despeza do Estado e em abusarem da boa fé das autoridades accusando impune-mente cidadãos honestos e innocentes.

Depois de ter prestado estes e muitos outros serviços que impossivel é nu-

merar, foi exonerado daquelle lugar por decreto de 6 de Outubro do anno de sua nomeação e oito mezes depois della.

Ordenando S. M. F. que se procedesse no reino do Brasil e dominios ultramarinos á nomeação para deputado á côrte de Portugal, na fórma das instruções que acompanhárão o decreto de 7 de Março de 1821, foi o conselheiro Cunha nomeado commissario em sua freguezia e vogal das juntas eleitoraes, por vontade dos respectivos deputados, e nesse lugar prestou grandes serviços á ordem publica, privando que chegassem ao monarcha reclamações e representações indevidas e improprias.

Obrigado a deixar o Brasil pelas occurrencias que se derão em Portugal, o Sr. D. João VI deixou por decreto de 7 de Março de 1821 encarregado do governo geral e inteira administração do Brasil o príncipe D. Pedro, a quem constituiu regente e seu lugar-tenente.

Este, proclamada que foi a independencia do Imperio e eleito pelo povo brasileiro Imperador Constitucional do Brasil, nomeou ao conselheiro Cunha conselheiro de Estado, e encarregou-o nessa qualidade de organisar juntamente com outros o projecto da constituição que mais tarde foi jurada; e nesse trabalho o conselheiro Cunha influio tanto pelas idéas liberaes, que admirou a todos, porque era homem da escola antiga, e ninguem acreditaria que delle partissem os artigos da constituição que mais sobressahem pelas garantias liberaes.

Jurada a constituição, foi elle na creação do senado eleito por tres provincias e escolhido pela de Pernambuco.

Em 1825, quando foi chamado para a pasta dos negocios estrangeiros, já o senador Cunha tinha sido agraciado por S. M. o Imperador Pedro I com o título de visconde de Inhambupe, dignatario do Cruzeiro, e mais tarde marquez de Inhambupe.

Como ministro de estrangeiros, assignou alguns tratados importantes, e entre elles o de 23 de Novembro de 1826, celebrado com a Grãa-Bretanha, para pôr fim ao commercio de escravatura da Costa d'Africa.

Por algumas outras vezes foi ministro de estado, e quando em 6 de Abril o povo pedia amotinado a retirada do ministerio, foi elle nomeado pelo Imperador, algumas horas antes da abdicção, ministro do Imperio, em cuja qualidade coube-lhe, depois da retirada do Imperador, a regencia do Imperio, em que esteve até á eleição da regencia permanente, como é determinado pela constituição.

Depois da retirada de D. Pedro e de ter entregado aos regentes as redeas do governo, retirou-se da vida publica, concentrou-se na familia, e apenas occupou-se com o senado, a que foi sempre muito assiduo e de que foi muito tempo presidente; lugar este em que se achava quando a morte o surpreendeu a 18 de Setembro de 1837.

Eis um homem que foi um dos vultos mais salientes em uma grande época da historia luso-brasileira, e que entretanto morreu de todo na lembrança dos dous povos a quem com tanta dedicação servio.

Nenhum Brasileiro apresenta maiores serviços á sua patria, nenhum os tem de maior importancia, nem mais nobre e desinteressadamente feitos.

O marquez de Inhambupe gozou sempre de uma popularidade immensa, como o prova sua eleição senatorial por tres provincias; esteve sempre no agrado e confiança dos monarchas que presidirão os destinos de nossa terra, como o provão as difficeis e honrosas commissões que constantemente lhes mereceu.

E entretanto o que é feito de seu nome? Quem guarda sua memoria respeitavel? O Paiz? Não, porque o paiz só lembra e applaude o homem, enquanto elle serve.

Só uma familia pobre, mas distincta, guarda em seu santuario a recordação do pai desvelado e carinhoso, só ella lembra ao Brasileiro, se algum ha que procura desenterrar os fosseis brilhantes da historia de sua patria, a passagem nesta terra do marquez de Inhambupe.

OS CONTEMPORANEOS



S. A. Sisson del. e lith.

JOSÉ ANTONIO SARAIVA

José Antonio Saraiva

S. A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

O CONSELHEIRO JOSÉ ANTONIO SARAIYA

Ao COMEÇAR da ultima sessão do parlamento, neste anno de 1859, uma circumstancia notavel prendeu para logo a attenção do publico. Um cidadão que havia militado nas fileiras do partido conservador, e que acabava de ser, no governo de Pernambuco, delegado do gabinete que então geria os destinos do paiz, se levantava e dizia: — Retiro a minha confiança ao ministerio de 12 de Dezembro!

Cahindo em cheio n'uma assembléa, cujas ondas vagavão ainda sem norte, cujos movimentos revelavão antes receios do futuro do que esperança no presente, essa manifestação franca de um voto decisivo ia condensar as nuvens da opposição, fomentar o debate, provocar a luta, excitar protestos, levantar contendas. Portanto, desagradava a muitos, assim como, para outros, era o som de trombeta que dá o signal de combate.

Nesse dia, a sorte do gabinete de 12 de Dezembro foi jogada. Nesse dia, a opinião que esse ministerio representava, e que com elle devia triumphar, conheceu, ou devia conhecer, que as vias do futuro lhe estavam cortadas; que os alliados rasgavão, ainda que com saudades, o pacto firmado depois da victoria de 29 de Setembro de 1848: vio que se conspirava, se armava a sedição e levantava-se dentro em seus proprios acampamentos: descortinou o abysmo que aos poucos se fôra cavando a seus pés, e que agora, mais profundo, a cercava em derredor: e então, presentindo a derrota, clamou que fôra atraçoada....

Atraçoada? Não! havia sido, apenas, julgada.

Os dogmas passão: era tempo de instituir exame, de colher documentos, de proferir juizo sobre aquelles que, alardeando vestes pontificias, e com a gravidade de serem sobrenaturaes, pretendião o governo exclusivo, em nome de um privilegio odioso. Os dogmas passão: sobre a arêa movediça dos tempos não é possivel construir pyramides. Os dogmas passão: para cada época um principio, uma opinião, uma idéa essencial, um pensamento director.

Como em tudo, assim é na politica. Aquelles que só cuidão do dia de hoje, que assistem descuidosos ao nascer da aurora e ao cahir da noite, que não se

elevão ao cume dos principios d'onde se contempla o universo, esses, na manhã de 29 de Setembro de 1848, no dia de uma victoria, não sonhavão que a medalha teria um reverso. Acreditavão ingenuamente que a ultima palavra estava proferida; que bastava grava-la nos frontaes dos palacios e esculpi-la nas columnas dos templos, para a completa felicidade do paiz.

Illusão pueril!

Rasgou-se o véo de ficção que tomárão pela realidade. O futuro avança, ameaça confundi-los: e elles, imprudentes! abandonão-se á indolencia de Capua, ás venturas do presente.

Não o dizemos por nós sómente. Quem quiz escutar, ouviu-o distinctamente por toda a sessão, que acaba de findar, do corpo legislativo. Sem fallar desses murmúrios populares, tão cheios de bom senso, e que são de ordinario os precursôres do porvir, a manhã das revoluções; sem recordar esse rumor que nos vem das provincias, ora vago como o longinquo bater das ondas nas praias, ora condensado como o arruido de um immenso tropel; sem commemorar as apprehensões da imprensa, as exagerações, se são exagerações, dos jornalistas politicos: não são bastante eloquentes os successos que se acabão de reproduzir no seio do parlamento? E quem houve que se não sentisse commovido pelo decurso de toda esta ultima sessão?

Esses acontecimentos são dignos da historia. Não deixemos, pois, obscurecerem-se as glorias do nosso tempo; não olvidemos os triumphos da causa do progresso; não condemne-mos á indifferença os cavalheiros do futuro. E' tão criminoso o atheismo politico como é desastrosa a exageração do fanatismo. Registremos nestas ligeiras paginas, soltas aos ventos da fortuna, a vida daquelles de quem o Brasil espera muito. Soletremos ao paiz os nomes distinctos de esforçados lidadores. Sem apóstolos não ha religião possivel: se vos interessais pela causa que defendeis, lêde o livro de seus apóstolos, ouvi a historia de seus feitos. E' assim que as crenças se fortificão, que as fileiras se condensão, que se ajunta o valor á esperança; é assim que a confiança cresce, que todos se animão, que todos palpitão, que todos se poem á escuta das palavras de seus conso-

cios, ameaçando confundir os que faltarem á fé jurada; é assim que o coração do povo, transformando os representantes de sua opinião em ídolos de ouro, derruba por terra, sem estrepito, sem assuadas, sem clamores, as estatuas de barro!

Comecemos a nossa tarefa por um nome que, de tres annos a esta parte, tem sido o alvo de muita anxiedade, e o repouso de muita esperanza. Imos retratar a vida de um cidadão que, na sagacidade do tino, no conhecimento dos homens, na promptidão no decidir, na originalidade dos projectos, na sciencia de se collocar superior a todos os interesses e a todas as paixões, e só inferior ao interesse e á paixão da justiça, póde servir de modelo aos homens da administração; e, pela sinceridade das convicções, pela moderação das idéas, pela vista profunda e longa que descortina os effeitos das causas, attrahe a attenção dos estadistas e a contemplação do paiz. Imos, enfim, tirar a limpo o vulto sympathico do Sr. conselheiro Saraiva.

José Antonio Saraiva nasceu no engenho Quitangá, freguezia do Bom-Jardim, do municipio de Santo Amaro, na provincia da Bahia, em o 1.º de Maio de 1823. É filho legitimo de José Antonio Saraiva e de D. Maria da Silva Mendes, fallecidos, o primeiro no anno de 1834, e a segunda em 1833. Forão seus avós maternos o capitão Luiz Manoel da Silva Mendes e D. Joaquina Ignacia Perpetua Felicidade Garcez; e paternos, o negociante matriculado (na praça da Bahia) José Antonio Saraiva e D. Catharina Francisca Saraiva.

Seu pai tomou uma parte muito activa nas lutas da independencia do Imperio. Com o denodo de um patriota assistio ás convulsões do despotismo portuguez, do regimen colonial; entoou os hymnos de *independencia ou morte!* que fazião, e ainda fazem, estremecer a Bahia inteira: ouviu os gemidos de angustia e os canticos de triumpho. Com o coração ainda quente das emoções da liberdade, a reacção monarchica e centralizadora de 1825 vio-o, o mesmo homem, voltar as costas, como outros tantos, ao principe que o 7 de Setembro fizera imperador e que se esquecia da origem popular de seu throno.

Membro do partido liberal-extremo daquelles tempos, José Antonio Saraiva deu a seu filho a educação moral e litteraria mais apurada, destinando-o ás carreiras publicas: foi assim que, na occasião de sua morte, o menino, havendo attingido apenas os onze annos da idade, conhecia já as linguas latina e franceza, e tinha noções geraes de geographia, estudos feitos na cidade de Santo Amaro.

Desse tempo em diante ficou o joven Saraiva entregue aos cuidados de seu avô affim, o brigadeiro Henrique Garcez. Este, que era guarda-roupa do Sr. D. Pedro I, e professava opiniões politicas oppostas, forcejou por que o menino abandonasse o pensamento, tão acariciado por seu pai, de seguir o curso das academias de direito; e incitava-o a que se dêsse á lavoura ou commercio, obstando, com esse intuito, por alguns annos, a continuação dos estudos já adiantados.

Não póde o velho brigadeiro, porém, vencer a obstinacia com que o moço ambicionava realizar os designios de seu pai: enviou-o, pois, a S. Paulo, onde, com applausos dos collegas e dos doutores seus mestres, recebeu, em Outubro de 1846, o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Ali, no meio dessa atmospheria juvenil em que se respira vida, em que o espirito se alimenta de enthusiasmo, e a imaginação corre a devassar futuros; ali, no silencio da meditação, nos bancos da academia, ao lado dos Olympio Machado e dos João Brotero, as idéas do moço se apurárão e fortificarão, suas convicções se formárão, e seu character comecou de tomar as fórmulas precisas e as feições sympathicas, que tanto o distinguem.

Regressando, logo após, á provincia que o vio nascer, exerceu immediatamente varios cargos policiaes da capital, ao passo que estreava no papel de advogado, occupando por vezes a tribuna do jury. Pouco tempo depois, era nomeado, em Junho de 1848, promotor da comarca de Jacobina; juiz municipal de Valença, em Novembro do mesmo anno; e, posteriormente, removido para os termos reunidos de Jacobina e Villa-Nova da Rainha, onde angariou a estima de todos os municipes sem excepção. A rectidão do juiz devia de ser o brilhante prefacio da imparcialidade do administrador.

Eleito membro da assembléa provincial (1849), abordou a tribuna sem

acanhamento, sujeitou-a sem embaraço, orou sem tropeços. Tomando parte activa nas discussões, fallando uma linguagem singela, mas animada, grave sem pretensão, moderada sem fingimentos, grangeou sympathias geraes, e firmou reputação de pensador.

Dest'arte, e mostrando-se familiar no conhecimento dos negocios publicos, nomeou-o o governo imperial, por carta de 23 de Junho de 1850, presidente do Piahy.

A administração que fez nessa provincia dá-nos a medida dos talentos e o cunho do character do Sr. conselheiro Saraiva. Durou ella pouco mais de tres annos, e durante esse espaço assistio a eleições de membros da assembléa provincial, de deputados geraes e de um senador. Conscio da dignidade de seu cargo, sem exagera-lo, assim como sem deprimi-lo, soube respeitar a liberdade de voto: não opprimio para vencer, não corrompeu para excluir; não montou machinas eleitoraes, não converteu o governo em caudilho de partidos. A repressão do crime foi pensamento seguido e acto continuo do seu governo: se a sua autoridade pesou com força sobre alguma cousa, foi certamente sobre a cabeça dos inimigos da lei. Não passarão despercebidos os serviços efficazes que prestou nesse ramo da administração da justiça: no relatório de 1852, o ministro dessa repartição delles fez menção honrosa e especial.— Reconhecendo má a situação da capital da provincia, a cidade de Oeiras, resolveu o Sr. Saraiva edificar uma outra nas margens do Parnahyba; e, apesar das difficuldades que se lhe oppunhão, apesar dos interesses locais colligados que já havião embaraçado e contrariado intenções semelhantes de alguns de seus antecessores, conseguiu a necessaria autorisação da assembléa provincial. Assim, com uma presteza e uma prudencia sem iguaes, vio-se de chofre nascer a nova capital, a cidade *Theresina*, cujo florescimento é a gloria de seu fundador.

Mas, não existe, que saibamos, na historia das ultimas administrações das provincias do Imperio, uma circumstancia tão digna de attenção como a seguinte: — O presidente que governára a provincia do Piahy por mais de tres annos; que operára a transferencia da capital; que perseguira os criminosos por toda a parte, sem excepção de côres locais, de patrocínios politicos; que, finalmente, atravessára varias lutas eleitoraes, e, entre essas, uma eleição de deputados e outra de senador; deixou o poder sem haver exercido uma vingança politica, sem haver referendado listas de proscricções, sem haver abandonado a provincia á prepotencia dos grupos; deixou o poder com as saudades de todos, com as affeições dedicadas de muitos, com as benções do povo, — desse povo que mais tarde, no anno de 1858, erigia-lhe, na cidade que fundára, uma pyramide com esta legenda: « Em signal de memoria, os Piahyenses agradecidos! » Ah! se esses administradores ephemeros, se esses governos de apparato, se esses chefes de momento, pudessem defender seus nomes da devastação dos tempos de hoje, envolvendo-os nas dobras de uma semelhante tunica de seda e purpura, que só a mão generosa do povo suspende aos hombros dos governos patriotas, desinteressados e justos!

Removido, em Agosto de 1853, para a presidencia de Alagôas, empenhou-se nesta provincia, com tanto ardor quanto manifestou na do Piahy, pela repressão do crime. Tão prospero successo correspondeu a seus esforços, que, dentro de poucos mezes, o fóco de malfitores que infestava o centro de Alagôas, na comarca da Imperatriz, ficou para sempre destrogado.— Aqui, revelou, ainda uma vez, a consciencia que tinha de sua autoridade, e a convicção, que sempre manteve, de que a maior necessidade dos povos é a imparcialidade no governo, a independencia no administrador, — essa qualidade especial de se collocar o poder acima de todos, para fazer justiça a todos, sem receiar de ninguem; qualidade que não exclue certamente o respeito á opinião, porque é sem duvida a melhor garantia da opinião.

O mesmo, inteiramente o mesmo, se póde afirmar de seu governo em S. Paulo.

Despachado presidente dessa provincia em Junho de 1854, o Sr. Saraiva, ao passo que impunha o programma de moderação aos dous partidos que ardentes dividião S. Paulo, transformando em realidade o pensamento do

gabinete de que era delegado, traçava os mais seguros e deslumbrantes planos de melhoramentos materiaes. Com effeito, a provincia de S. Paulo, com avultada população e centros productores, disseminados por um territorio tão extenso quanto fertil, sentia a mais palpitante necessidade de vias de communicacão; necessidade que, subindo ao auge, se converteu hoje em verdadeiro desespero. Administrações cujos cuidados se reduzião ao estreito círculo das questões politicas; influencias de localidade, que pesavão na distribuição das rendas, impedindo uma boa e systematica applicação dos recursos da provincia, concorrêrão, com outras causas que nos não cabe discutir aqui, para o abandono das estradas, caminhos, canaes e pontes, condições imperiosas da lavoura de um paiz. Maravilhado de que nem sequer se havião conservado convenientemente algumas das construcções antigas, como a estrada do Cubatão, o Sr. Saraiva solicitou para logo, e obteve da assembléa provincial, os fundos necessarios para o engajamento de operarios e engenheiros, que effectivamente se contractárão em Londres.

Resolvido a imprimir uma direcção nova aos trabalhos publicos da provincia, o Sr. Saraiva conseguiu, por intermedio do ministro brasileiro naquella côrte, o engajamento de um engenheiro profissional, incumbido principalmente de levantar a carta das estradas de S. Paulo, carta que devia de ser, no pensar do Sr. Saraiva, o roteiro seu, e dos presidentes vindouros, para o seguimento e complemento gradual de um systema de viabilidade que ligasse, primeiro, os grandes centros productores aos portos do litoral, e, depois, todos aquelles entre si: systema tão simples, tão economico, tão razoavel, tão intuitivo, e que, entretanto, ainda é hoje um problema para as ricas provincias do Brasil!

Por desventura, porém, da provincia de S. Paulo, um governo que tão magnificos resultados promettia foi de breve duração. Por tomar assento na camara temporaria, de que fôra, em Novembro de 1852, eleito membro por sua provincia natal, o Sr. Saraiva largou, em Junho de 1855, das redeas da administração, durante a qual seu espirito se revelára plenamente desenvolvido em toda a extensão dos seus vastos recursos.

Desse cargo, por ter votado contra a lei da reforma eleitoral, pediu, e, apesar das insistencias do presidente do gabinete, obteve a sua exoneração.

Votando contra o gabinete Paraná, o Sr. Saraiva não se determinava pelos motivos de opposição, que movêrão geralmente os conservadores de ambas as camaras divergentes do ministerio: o seu era um motivo diverso; era (se nos é licito devassar as intenções de outrem), era, talvez, a diminuta confiança que aos caracteres reflectidos inspira uma situação nova, que não dava seguranças de si mesma; erão, talvez, as apprehensões do constitucional; erão, por ventura, receios de um poder cuja prepotencia... se não sabe dizer até onde podia chegar.

Em Novembro de 1855 foi reeleito deputado pelo districto da Jacobina. A camara temporaria, approvando unanime (excepto um voto) o parecer que concluía pela legitimidade da eleição do Sr. Saraiva, — eleição disputada, mas de que se triumphou, apesar de influencias ministeriaes e da de outros cavalleiros residentes na côrte, — a camara temporaria via-o, dias depois (Maio de 1857), tomar assento nos conselhos da corôa, ministro da marinha, membro do gabinete a que ella prestava, em sua primeira sessão, uma adhesão franca, um apoio entusiasta, o gabinete de 4 de Maio, o gabinete do Marquez de Olinda, do senador Souza Franco, do general Coelho.

Não é nosso proposito, nem podiamos fazê-lo, determinar precisamente a porção de influencia que coube ao Sr. Saraiva nas tendencias, nos planos, nas decisões, no progresso, na vida, na morte do gabinete de 4 de Maio. A situação politica que esse gabinete creou no paiz, sustentada, acariciada, protegida, fecundada pelo venerando cidadão que o organisára, foi resultado do concurso leal e sincero de cada um de seus collegas. Ao Sr. conselheiro Saraiva, pela reputação que se havia feito, pelas ligações que o prendião á camara dos deputados, pela franqueza das opiniões, pela sinceridade das convicções, coube, certamente, grande parte dos successos do gabinete. Mas as questões da repartição a seu cargo, de natureza antes administrativa do

que de politica interna, attrahirão a sua atenção, tanto mais fortemente, quanto difficuldades se levantavão nas relações do Imperio com um dos estados ribeirinhos, para cuja solução devia de intervir a nossa marinha de guerra.

Com effeito, a administração do Sr. conselheiro Saraiva foi das mais fecundas que conta a repartição da marinha. Vê-lo, a esse joven ministro, procurar auxilios de todos, aproveitar as informações de todos, e, com os dados colhidos nessas pesquisas, traçar planos e emprehender trabalhos de vastas proporções! Que manejo dos negocios, que firmeza nas idéas, no systema, nos resultados! Suas vistas perscrutadoras dominárão para logo as minudencias da repartição que dirigia; e, dentro em poucos mezes, sua actividade fez-se sentir no centro e na circumferencia da administração. Reorganisação do corpo de saude da armada, do corpo de fazenda, dos officiaes de apito, do corpo de machinistas; reforma da academia de marinha, sob um desenho mais largo e um methodo mais regular do que o antigo; melhoramentos dos artifices de embarque; creação de companhias de aprendizes menores na Côrte, Bahia e Pernambuco; e de aprendizes marinheiros em Pernambuco, Santa Catharina e Matto-Grosso; augmento da de imperiaes marinheiros desta ultima provincia; contracto de marinhagem para os navios que se fabricárão; augmento da flotilha de Matto-Grosso; construcção, na Europa, de dez canhoneiras a vapor, adaptadas á navegacão do Rio da Prata e confluentes; fabrico de seis vasos proprios para subirem o Paraguay; fundação do estabelecimento naval do Itapura, com o projecto da navegacão a vapor do Alto Paraná; augmento consideravel do material dos arsenaes; melhoramentos de portos; regularisação do côrte de madeiras; regulamento e organisação do conselho naval, além de outros muitos objectos, emfim, eis o fructo precioso de uma administração que, por desventura do paiz, só durou dezoito mezes, estreito espaço de tempo sem duvida, mas de sobejo aproveitado por um ministro joven, emprehendedor e animado.

Comtudo, houve quem levantasse, contra a administração do Sr. conselheiro Saraiva, censuras de desperdicio e esbanjamento. Fôra, porém, mister provar que, na imminencia de guerra com o Paraguay, e desprovido de tudo, devesse o governo dormir n'uma indolencia criminosa, pelo escrupulo de despendar bastante com a compra de material e engajamento de marinhagem, sufficientes para assegurar-se o triumpho da causa brasileira. Os dinheiros publicos não se gastárão em vão e sem proveito para o futuro: obteve-se excellente material para os arsenaes; adquirio-se grande numero de bons marinheiros; augmentárão-se e regularisárão-se diversos corpos; e, finalmente, construirão-se ou comprárão-se, quasi todos fóra do paiz, não menos do que dezoito vasos de guerra, adaptados á navegacão dos rios: todas estas, vantagens que não são transitorias. Demais, proporcionalmente á de outros exercicios, a despeza realisada, por conta da administração do Sr. Saraiva, nem foi tão avultada como se tem querido insinuar ao publico, nem tão subida como podê-la-hia tornar um ministro menos fiscalizador e economico (*). Emfim (e para aqui ex-

(* A demonstração é rigorosa; basca-se em dados colhidos dos relatorios da marinha e fazenda no anno corrente.

A somma votada para as despesas do ministerio da marinha no exercicio de 1857—1858 (comprehendido na administração do Sr. Saraiva) perfazia o total de Rs.	4,633:285:268
Não sendo ella sufficiente para occorrer a todas as despesas, abriu o decreto n. 2157, do 1.º de Maio de 1858 (referendado pelo Sr. Saraiva), um credito de Rs.	2,558:672:419
O de n. 2329, de 31 de Dezembro do mesmo anno (referendado pelo Sr. visconde de Abaeté), abriu, para occorrer a despesas provenientes da administração do seu antecessor, outro credito de Rs.	668:268:605
Deduzindo a sobra, que houve lugar, de Rs. 206:425:423, esses dous creditos produzem a importância de Rs.	3,020:515:621
Finalmente, o Decreto n. 2340, de 17 de Janeiro de 1859, para occorrer a despesas da mesma natureza, abriu ao mesmo Sr. visconde outro credito, que, deduzida a respectiva sobra, importa em Rs.	2,760:503:466
Assim, vê-se que a somma total dos creditos extraordinarios é de Rs.	5,781:019:087
E, reunida esta somma á marcada pela respectiva lei do orçamento, acima indicada, temos que a despeza total, por conta do exercicio de 1857—58, e proveniente da administração do Sr. conselheiro Saraiva, por elle paga ou por seu successor, foi de Rs.	10,414:304:355
Ora, se confrontarmos esta somma com a que foi pedida para o exercicio de 1860—61, na importância de Rs. 6,660:544:756, vê-se que a differença para mais entre a despeza por conta da administração do Sr. Saraiva, — durante a qual tantas construcções novas se fizerão, e augmentou-se o material e o pessoal, — e a despeza por conta da administração presente, — que nenhuma dessas cousas tem necessidade de realisar, — é apenas de Rs.	3,753:759:599

citamos toda a attenção do leitor), quem evitou a guerra com o Paraguay, guerra que a final seria sempre, mesmo depois de uma victoria, mais esteril que fecunda, mais penosa que productiva; quem moderou as iras do seu governo, arrancando-lhe concessões, não foi sómente a magica palavra da diplomacia; não forão cortejos, não forão apparatus officiaes; mas foi a attitude imponente e ameaçadora em que se collocou o Imperio; foi a providencia do ministro que, de antemão e com a maior actividade, reunio todos os recursos que pudessem proporcionar o triumpho da guerra imminente.

Nos conselhos da corda, o Sr. Saraiva, o ministro joven, podia bem assentar-se ao lado do Sr. marquez de Olinda, o ministro ancião. Quaesquer que hajão de ser os casos futuros, guarde o Sr. conselheiro Saraiva a memoria de sua administração afortunada: tão pura e tão cheia, é uma gloria legitima!

Não cabe aqui estudar as causas da dissolução do gabinete Olinda. Quaesquer que hajão sido ellas, é certo, porém, que o ministerio de 12 de Dezembro, com a presença do Sr. Nabuco de Araujo, não se podia abrir em hostilidade com os homens da situação de 4 de Maio. Foi assim que, persuadido, rogado, instado, consentio o Sr. Saraiva em ser nomeado presidente da provincia de Pernambuco (Dezembro de 1858). Posteriormente, porém, a retirada do Sr. conselheiro Nabuco, — fiança, e representante no seio do gabinete, ao que se dizia, *da opinião de seus amigos*, — forçou o Sr. Saraiva a solicitar a exoneração do cargo de presidente, e a encaminhar-se para os bancos da opposição.

Nesse dia, abrio-se para a vida politica do Sr. conselheiro Saraiva uma pharse inteiramente nova. Seu voto já não podia ser, como em 1855, puramente symbolico. Devia levantar-se, animar-se, agitar-se, excitar os amigos ao combate, correr á tribuna, cerca-la, movê-la, domina-la. A scena mudava-se. O protagonista tambem tinha outra missão. Já se não tratava de gerir os publicos negocios: tratava-se de apregoar principios, de esclarecer a opinião, de fallar ao paiz: tratava-se de rasgar o véo que esconde o nosso horizonte

politico; tratava-se de demarcar a compasso a derrota que se deve seguir, de descrever com saliencias o terreno em que se vai combater, de indicar com precisão a estrella que nos deve guiar.

Orador de opposição, na ultima sessão da camara temporaria, o Sr. Saraiva não faltou a esse programma obrigado de toda a opposição. Sua palavra foi clara, fluente, animada; seu tom, de convicção, sincero, persuasivo, entusiasta; suas idéas, moderadas como se forão as idéas de um ministro, generosas como as intenções de um moço. Este orador da opposição não tem a linguagem abrasada do fervoroso Antonio Carlos; não revela a opposição de sistema; propõe-se apenas, segundo o acreditamos, a expôr, sem cortejo de exagerações e doestos que irritão, mas não convencem, as bases de uma opinião politica que se vai formando e ganhando corpo no espirito publico, a despeito das potencias de facto, das influencias antigas, da corrupção de muitos e do desanimo geral.

Essa opinião politica é a que não julga estreito o ambito das leis constitucionaes, mas que o pensa completo e sufficientemente amplo; que tem por timbre a adoração á lei e o respeito ao governo; que proclama a descentralisação real, porque é uma ficção a descentralisação legal, e um absurdo a centralisação que reina de facto; que ama o throno por amor do povo, e quer para o povo o profundo e exclusivo amor do throno; que rejeita o fausto, condemna a sumptuosidade, repudia o luxo; que pede melhoramentos reaes, administração verdadeira e resultados positivos; essa opinião, emfim, é a que combate os privilegios, renega as sinecuras, desconhece as accumulções e condemna a oligarchia schismatica!

Oxalá que, amparada pelos espiritos fortes como o do Sr. conselheiro Saraiva, possão em breve os adeptos dessa politica generosa nomea-la a seus adversarios, que são os inimigos da prosperidade do paiz, com esta só palavra de nobre orgulho e profunda crença: « *Aveugle, qui ne la voit pas!* »

Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1859.



OS CONTEMPORANEOS



S. A. Sisson del. e lith.

MARQUEZ DE BARBACENA

Marquis de Barbacena

S. A. Sisson Editor Rua do Cano 45

MARQUEZ DE BARBACENA

FELISBERTO CALDEIRA BRANT PONTES, visconde e marquez de Barbacena, senador do Imperio, conselheiro de estado, gentilhomen da imperial camara, mordomo-mór da imperatriz a Sra. D. Amelia (hoje duqueza de Bragança), alcaide-mór da villa de Jaguaripe, cavalleiro da ordem de Pedro I, grãa-cruz das ordens do Cruzeiro e Rosa, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da da Torre e Espada, grãa-cruz da da Corôa de Ferro, marechal de exercito, membro de varias sociedades scientificas e litterarias no Brasil e na Europa, nasceu a 19 de Setembro de 1772, no arraial de S. Sebastião, perto da cidade de Marianna, na provincia de Minas-Geraes. Foi filho legitimo do coronel Gregorio Caldeira Brant e sua mulher D. Anna Francisca de Oliveira Horta, neto paterno do coronel Felisberto Caldeira Brant, contractador geral dos diamantes e do ouro naquella provincia, e de D. Branca de Almeida Lara; neto materno do coronel José Caetano Rodrigues Horta e D. Ignacia Pires de Almeida. A familia paterna do marquez de Barbacena é oriunda de Utrecht, na Hollanda, e seu bisavô Ambrosio Caldeira Brant veio estabelecer-se no Brasil em 1700.

Tendo concluido os seus estudos preparatorios em Minas, Felisberto Caldeira Brant veio para o Rio de Janeiro em 1786, onde teve de passar com outros seus collegas por um exame publico em presença do governador e capitão general, que então era Luiz de Vasconcellos; e tão notavel foi esse seu exame de humanidades, que o governador para dar-lhe uma prova de distincção e agrado mandou-o convidar para jantar com elle naquelle dia. Depois de assentar praça de cadete, embarcou para Lisboa em 1788, e foi ali continuar os seus estudos sob a direcção de seu tio Manoel José Pires da Silva Pontes, lente da academia de marinha naquella cidade, e, por gratidão e reconhecimento aos bons conselhos e direcção do mesmo seu tio, adoptou o sobrenome de Pontes, de que sempre usou até ser titular. Entrou para o collegio dos nobres em Lisboa, e depois de ter satisfeito os exames preparatorios necessarios para matricular-se na academia de marinha, ahí continuou os seus estudos, sempre com a maior distincção e successo, como se vai ver pelo seguinte facto.

Aconteceu que nessa época o celebre Martinho de Mello, ministro dos negocios do ultramar em Portugal, resolvendo reformar a academia de marinha e procurando meios de excitar os alumnos ao estudo, ordenou que aos estudantes que fossem premiados se conferissem postos de accesso. Tal e tão brilhante foi, pois, a carreira escolar de Felisberto Caldeira Brant, que

no fim dos cinco annos do curso, e tendo apenas dezenove de idade, competia-lhe já o posto de capitão de mar e guerra, pelos premios que havia obtido. O governo portuguez, porém, entendendo que não convinha dar-lhe um tão elevado posto em tão tenra idade, passou-o a seu pedido para o exercito, sendo logo nomeado major do estado-maior e ajudante de ordens de D. Miguel de Mello, governador de Angola, com a obrigação de ahí servir por dous annos.

Estando em Angola, apparecêrão ali dous corsarios francezes que incommodavão os portos de Angola e Benguela. Então o joven major ajudante de ordens offereceu-se para commandar as duas embarcações de guerra que ali existião, e sahir com ellas a dar caça aos corsarios; e tão bem succedido foi no desempenho desta commissão, que os afugentou para longe, e nunca mais apparecêrão, sendo seus serviços reconhecidos e premiados pelo governo com a mercê do habito de Christo.

Terminados os dous annos de sua residencia em Angola, voltou á Lisboa, passando pela Bahia, onde demorou-se alguns mezes, e contractou o seu casamento com D. Anna Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Seguindo para Lisboa, voltou depois á Bahia, nomeado tenente-coronel do regimento de 1.^a linha daquella cidade, e então effectuou o seu casamento a 27 de Junho de 1801, nascendo-lhe deste consorcio quatro filhas e dous filhos, dos quaes sómente lhe sobrevivem dous filhos e uma filha, que são os Srs. conde de Iguassú e visconde de Barbacena, e a Sra. viscondessa de Santo Amaro.

A casa de seu sogro Antonio Cardoso dos Santos era uma das principaes casas commerciaes da praça da Bahia, possuindo já uma consideravel fortuna, que ficou desde logo á disposição de seu genro. Nestas circumstancias e conhecendo bem as grandes vantagens do commercio, estabeleceu elle novas relações commerciaes, e as entreteve com differentes praças do mundo, sem comtudo abandonar a sua vocação e carreira militar.

Convencido das grandes vantagens da introducção da vaccina no paiz, e tendo tentado debalde mandar vir o pus vaccinico em laminas, resolveu em 8 de Agosto de 1804 mandar a Lisboa sete moleques seus escravos, acompanhados de um cirurgião no navio *Bom Despacho*, para serem ahí vaccinados alguns, devendo, durante a viagem, passar o pus de uns para os outros, afim de poderem chegar á Bahia em estado de continuar a propagação. Felizmente por este modo, e não poupando sacrificios nem despezas, conseguiu elle que chegasse o pus vaccinico em perfeito estado, e desde logo foi a vac-

cina propagada na Bahia, sendo dahi remettida para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Cabe-lhe portanto a gloria de ter sido o introductor de tão util descoberta no paiz, a expensas suas.

Em Novembro de 1805, chegando á Bahia a esquadra ingleza do almirante Popham com destino a Buenos-Ayres, trazendo a seu bordo dez mil homens de tropas, e tendo necessidade de dinheiro para reparos e fornecimentos, não achou no commercio daquella praça quem lhe quizesse adiantar a somma necessaria. Então o tenente-coronel Felisberto Caldeira Brant (a quem desde agora chamaremos sempre o marquez de Barbacena, posto que ainda o não fosse, para uniformidade desta narração) resolveu prestar esse auxilio á esquadra ingleza, e adiantou-lhe a quantia de 67:000\$ em moeda forte sem juro algum, recebendo para seu pagamento letras sobre o thesouro inglez. Alguns mezes depois recebeu o marquez de Barbacena um officio do almirantado inglez em que em nome do seu governo se lhe agradecia aquelle importante serviço prestado á esquadra do almirante Popham, e assegurando-lhe que em qualquer occasião o governo inglez lhe retribuiria tão grande obsequio.

Já nesse mesmo anno havia o marquez obsequiado na cidade da Bahia ao principe Jeronymo Bonaparte, que ali aportára n'uma esquadra franceza, pouco antes de chegar a esquadra ingleza, e d'elle recebêra em agradecimento uma espada e alguns outros presentes. Este distincto acolhimento de estrangeiros tão notaveis produziu algum ciúme no espirito do governador o conde da Ponte, e então o marquez, para evitar desavenças, decidiu passar-se com toda a sua familia para Lisboa, o que realison.

Chegando a Lisboa, alugou o marquez o palacio do conde da Ega para residir, e o governo o nomeou tenente-coronel do regimento de Peniche; acontecendo porém a partida da familia real para o Brasil, veio nessa mesma occasião o marquez com sua familia, ficando porém na Bahia, onde tinha suas propriedades.

Sendo nomeado, em 1811, brigadeiro graduado e inspector geral das tropas da Bahia, procurou logo disciplinar os corpos de linha e milicias, ás quaes deu uma nova organização. Levantou uma planta militar da provincia, designando o espaço occupado pelos differentes corpos, assim como da provincia de Sergipe, que então era uma comarca da Bahia. Cuidou de melhorar a sorte do soldado no aquartelamento e rancho, e fundou o monte-pio para os officiaes. Nesse mesmo anno estabeleceu no arsenal de guerra uma fabrica de armas de fogo, mandando vir espingardeiros de Sergipe. Em 1812 mandou fazer a expensas suas uma estrada de S. Jorge dos Ilhéos ao arraial da Conquista, com a extensão de 42 leguas, empregando nestes trabalhos 240 escravos de suas fazendas, e concluindo a estrada em 1815, em que descêrão já por ella boiadas, algodões e muitos outros productos daquelles sertões: neste mesmo anno foi nomeado correspondente do banco do Brasil na praça da Bahia.

Em 1813 introduziu o marquez na provincia a primeira machina de vapor para moer cannas, fazendo-a assentar e trabalhar no engenho de seu cunhado o coronel Antonio Cardoso dos Santos. Em 1815 veio ao Rio de Janeiro como representante dos principaes proprietarios da provincia, trazendo uma representação com numerosas assignaturas, pedindo medidas energicas contra a insurreição dos escravos que, illudidos com a protecção do governador, tinham-se levantado já algumas vezes causando grandes prejuizos e desgraças. O governo attendeu ás razões dos peticionarios, e expedio ordens no sentido da representação, sendo este um grande serviço prestado á provincia da Bahia naquella época.

A 2 de Janeiro de 1817, por diligencia e esforços do marquez, installou-se tambem a caixa de descontos, na Bahia, filial do banco do Brasil, sendo directores elle, Pedro Rodrigues Bandeira e Manoel João dos Reis.

Durante a revolução de Pernambuco naquella anno, prestou muitos serviços pessoaes ao governo, e emprestou mesmo uma escuna para conduzir petrechos bellicos. A provincia da Bahia deve-lhe tambem por esta occasião um assignalado serviço que elle lhe prestou, e de que não podemos aqui fazer menção pela brevidade desta noticia; sendo certo que aos esforços e bons officios do marquez de Barbacena deve ella o não ter sido tambem envolvida no flagello da guerra civil que assolou a de Pernambuco, sem compromettimento de pessoa alguma.

Em 1818 encomendou o marquez para Inglaterra uma machina de vapor para mover um barco que foi mesmo construido na cidade da Bahia, o qual fez a sua primeira viagem á Cachoeira no dia 4 de Outubro de 1819, levando a seu bordo o governador e muitas pessoas gradas, o marquez e os seus socios nesta empresa, o negociante Pedro Rodrigues Bandeira, e o capitão-mór Manoel Bento de Souza Guimarães. O novo barco de vapor continuou suas viagens para os portos do reconcavo da provincia, até que se

arruinou, e com elle a idéa de sua introdução, que foi devida unicamente ao marquez de Barbacena.

Em 1821, tendo intimas relações de amizade com os principaes agentes da revolução que rebentou naquella cidade a 10 de Fevereiro desse anno, pôde convencer-se de que o plano vindo de Lisboa era para reassumir a antiga preponderancia e illudir os Brasileiros com frivolas promessas de liberdade. Assim, sendo convidado para fazer parte do club director, recusou, e disse aos taes agentes que, segundo ouvira ao conde de Palmella, estava persuadido de que el-rei o Sr. D. João VI pretendia dar uma constituição aos seus Estados, e que então lhe parecia melhor que se esperasse o resultado do movimento no Rio de Janeiro. Mas esses senhores, que depois fizeram a desgraça da Bahia, a nada attendêrão, e assentárão em cumprir a todo transe as ordens da côrte de Lisboa.

No dia 10 de Fevereiro, tendo-se reunido muita gente no forte de S. Pedro, quartel do regimento de artilharia, e apparecendo tambem grande quantidade de povo na praça de palacio, mandou o governador conde de Palma chamar o marquez, e ordenou-lhe que fosse examinar o estado daquelle regimento. O marquez disse ao major Hermogenes que o acompanhasse com duas companhias de infantaria, e approximando-se ao fim da rua das Mercês, que conduz ao largo onde está o forte de S. Pedro, observou uma peça de artilharia postada e um destacamento com um official. Mandou então fazer alto á tropa que o acompanhava, e marchou elle só com o seu pagem para indagar do official que commandava a peça e o destacamento o fim para que ali estava. Apenas porém se foi approximando, o official mandou dar fogo á peça, escapando o marquez milagrosamente, tendo levado uma bala na espada, outra no chapéo, e o seu cavallo tantas, que á pequena distancia cahiu morto, assim como o seu pagem, que morreu tambem no conflicto. As duas companhias soffrêrão consideravelmente, perdendo o seu commandante e varios soldados.

Voltando a palacio, o marquez disse ao governador que a revolução havia rebentado, e que achava melhor acquiescer a ella do que deixar derramar mais sangue. Dirigirão-se então todos para a casa da camara, onde já se achava reunido um grande numero de pessoas, tendo os agentes da revolução concordado de antemão em fazer lavrar uma acta para os fins que tinham em vista, conforme as instrucções recebidas de Lisboa. Nesta occasião apparecêrão muitas invectivas contra o marquez, e com difficuldade permittirão que elle ali estivesse.

Dando-se começo á leitura da acta, vio o marquez que nella se promettia obedecer á constituição que se fizesse em Portugal. Então pediu elle a palavra, e disse que, uma vez que se sacudia o jugo do governo despotico, entendia que a maior conveniencia do Brasil era separar-se logo de Portugal e fazer a sua constituição. O partido portuguez, que se achava presente e dirigia o movimento, exacerbou-se muito com estas opiniões do marquez, e fez reprovar a idéa. Continuando a leitura da acta, estava tambem expressamente declarado nella que o Brasil aceitava sua sujeição a Portugal. O marquez pediu de novo a palavra, e observou que, visto mais não poder ser, ao menos se substituisse a palavra *sujeição* por *adhesão*, o que foi geralmente aceito e applaudido.

Estas inspirações patrioticas do marquez de Barbacena produzirão grande effeito no espirito e nos corações dos Brasileiros que se achavão presentes, e apezar de sua exasperação e odio, o partido portuguez vio se obrigado a transigir, e desde esse momento aplacou algum tanto as suas iras contra o marquez, que parecia apoiado pelos seus compatriotas; chegando até os proprios membros do futuro governo provisório a pedirem-lhe que os coadjuvasse no desempenho de sua missão. E' admiravel a fortaleza da alma e a elevação do patriotismo do marquez de Barbacena nestes momentos criticos: pois apezar de ter recebido um tiro de metralha, ouvindo sibilar as balas em todas as direcções, apezar de ter perdido o seu cavallo e o seu pagem, e chegando á casa da camara ameaçado de ser lançado pela janella fóra e insultado com todos os epithetos injuriosos, contudo sua coragem nada soffreu, nem seu animo vacillou: patriota em alto e puro gráo, elle entrevio o futuro politico do seu paiz, e, resolvido a cumprir o seu dever de cidadão a todo transe, expóz com clareza e decisão as idéas que lhe parecião convenientes á sua patria.

Voltando para sua casa, e apezar de aceitar o facto consummado, ainda assim continuárão os seus inimigos a tentar contra sua vida, do que teve varias denuncias. Isto o determinou a abandonar a Bahia, o que fez mettendo-se a bordo de uma fragata ingleza que partia para o Rio de Janeiro.

Chegando ao Rio de Janeiro, apresentou-se ao governo, e rebentando poucos dias depois a revolução, ordenou uma notabilidade dessa época que o marquez ficasse preso em sua casa com sentinella á porta. Elle pediu então licença

para retirar-se para Inglaterra a tratar de sua saúde, e effectivamente para ali partio em um navio mercante. Chegando a Londres, o marquez não foi bem recebido pelos coryphêos da revolução, que o accusavão dos acontecimentos da Bahia, julgando-se elles com o direito de dirigir a marcha futura deste paiz no interesse da côrte de Lisboa. Entre esses coryphêos distinguia-se o celebre redactor do jornal—*O Portuguez*.

Continuou por algum tempo o marquez a residir em Londres, occupando-se da educação de seus filhos e de alguns melhoramentos para as propriedades agricolas que possuia no Imperio; e, logo que o Sr. D. Pedro I resolveu ficar no Brasil e declarar a sua independencia, abriu o marquez uma correspondencia activa com o ministro José Bonifacio de Andrada, offerecendo-lhe sua pessoa e bens para o serviço do seu paiz. Foi nesta occasião que o marquez teve a idéa de apresentar ao governo inglez a carta que havia recebido do almirantado agradecendo-lhe os serviços prestados á esquadra ingleza na Bahia em 1805, pedindo-lhe uma conferencia particular. O ministro dos negocios estrangeiros de Inglaterra, Mr. Canning, não podia receber o marquez em caracter publico, mas recebeu-o em qualidade particular e como um cidadão distincto, e testemunhou-lhe todo o desejo que tinha de o obsequiar e recompensa-lo por aquelle serviço, escrevendo-lhe frequentemente e dando-lhe muitas facilidades para poder elle auxiliar o governo brasileiro. O marquez declarou ao ministro inglez que se dava por satisfeito, e accitaria como a maior paga do serviço a que elle alludia, conseguindo a segurança e reconhecimento da independencia do Brasil.

Nestas intenções escreveu o marquez a todos os Brasileiros notaveis por qualquer titulo, convidando-os a voltar para o Brasil, e offerecendo-lhes meios de transporte e auxilios. Conhecendo tambem pela correspondencia official que havia no Brasil falta de marinheiros e de officiaes, e de muitas outras cousas, mandou á sua custa marinheiros e officiaes engajados, empenhando não só tudo quanto tinha, mas até pedindo emprestadas algumas sommas que lhe faltavão. Entre esses officiaes veio o actual almirante Grenfell.

Animou alguns negociantes a remetterem petrechos bellicos, e fez tudo quanto esteve ao seu alcance para coadjuvar o governo do Sr. D. Pedro I.

Em 1823 voltou ao Rio de Janeiro como deputado á assembléa constituinte pela provincia da Bahia, mas pouco depois foi a mesma assembléa dissolvida. Convidado nessa época para a pasta da guerra e marinha, recusou. Parecendo-lhe que o melhor meio para chegar a um bom resultado pratico seria aceitar a constituição offerecida pelo Imperador o Sr. D. Pedro I, foi á Bahia promover esta aceitação, e de facto conseguiu o seu desejo. S. M. I. agradeceu-lhe este serviço, e por este tempo, pouco mais ou menos, recebeu elle o titulo de visconde de Barbacena, sendo poucos annos depois elevado a marquez do mesmo titulo. Dahi partio elle para Londres a negociar um emprestimo para o governo, e tratar do reconhecimento definitivo da nossa independencia. O emprestimo realisou-se com condições muito vantajosas para o paiz, tanto no preço, como pela qualidade dos capitalistas que o fizerão, e que ainda hoje sustentão o nosso credito naquella praça.

Tendo o governo portuguez nomeado um plenipotenciario para tratar com os plenipotenciarios brasileiros, que erão o marquez de Barbacena e o visconde de Itabayana, sobre o reconhecimento da independencia do Brasil, não foi possivel chegar a um accordo; mas o governo inglez, desejando que o reconhecimento tivesse lugar, porque assim convinha aos seus interesses, mandou Sir Charles Stuart a Lisboa, d'onde veio para o Rio de Janeiro, e ahi se fez o tratado do reconhecimento da independencia.

Voltando o marquez de novo ao Rio de Janeiro, foi eleito senador por tres provincias ao mesmo tempo, pelas provincias de Minas, Bahia e Alagôas. O Imperador escolheu-o pela provincia das Alagôas, em 19 de Abril de 1826, data da organização primitiva do senado brasileiro.

Em fins deste mesmo anno foi nomeado general em chefe do exercito do Sul, mas só tomou o commando do exercito em Janeiro de 1827. Nos officios que dirigira ao ministro da guerra pinta o marquez o estado lastimoso em que achára o exercito, a nudez dos soldados, a falta de cavallada e munições, o hospital sem camas, e finalmente a mais completa falta de recursos, pedindo se lhe mandasse fornecer de tudo quanto era preciso. O marquez deu as providencias que estavam ao seu alcance, e mandou reunir a esquerda do exercito que se achava a oitenta leguas do centro.

Não tendo cavallaria, e espalhando-se a noticia da invasão da provincia do Rio-Grande pelo general Alvear, cuidou o marquez em tomar posição em algum terreno montanhoso, para poder resistir ao inimigo, que tinha grande força de cavallaria. Reunindo-se o general Brown e o general barão do Serro-Largo, montou a força do nosso exercito a 6,600 praças das diversas armas e paisanos armados. A idéa de que o inimigo se retirava, ou antes fugia diante de nós, produziu um falso enthusiasmo nas nossas tropas, que mostravão-se

desejosas de atacar o inimigo. O marquez pretendia augmentar o seu reforço antes de o fazer; mas convocando um conselho militar sobre este assumpto, forão todos de opinião que se atacasse o inimigo quanto antes. O marquez, informado da retirada do inimigo, encarregou o coronel Bento Manoel Ribeiro que se conservasse á vista delle, para informar ao general do que se passasse; e para melhor desempenhar esta commissão o dito coronel escolheu 800 soldados bem montados. No dia 18 de Fevereiro participou o coronel Bento Manoel Ribeiro ter havido um pequeno choque com a retaguarda do inimigo, perdendo este 50 homens. No dia 19 marchou o exercito imperial em procura do inimigo que se dirigia para o paço do Rosario; e no dia 20 pela manhã avistárão-se os dous exercitos. O marquez reconheceu o campo e fez as suas disposições para o combate, dando o commando da divisão ligeira ao general barão do Serro-Largo, e ordenando-lhe que avançasse sobre o inimigo. A primeira divisão foi confiada ao commando do general Barreto, e a segunda ao do general Callado.

A primeira divisão marchou sobre o inimigo e alcançou grandes vantagens; mas neste momento o inimigo desenvolveu alguns corpos de cavallaria sobre a divisão do general Serro-Largo, e este, possuindo-se de um terror panico, fez meia volta e deitou a fugir cahindo sobre o nosso regimento de cavallaria n. 5, e quasi envolvendo os batalhões ns. 13 e 18, que se formárão em quadrado e fizerão fogo sobre o inimigo de envolta com a divisão ligeira. Este successo retardou a marcha da segunda divisão, que devia ter apoiado a primeira. Então o marquez, vendo aquelle desastre, a deserção de muitos soldados e officiaes e a do corpo commandado por Isaac Calderon, julgou conveniente tomar a defensiva até que o coronel Bento Manoel Ribeiro chegasse com a divisão do seu commando, visto como tinha ordem de conservar-se nas immedições, e de reunir-se ao exercito logo que ouvisse o fogo. Mas tal não aconteceu, e o general em chefe teve necessidade de mandar formar quadrados e esperar os ataques do inimigo, que entretanto forão todos repellidos com honra e coragem.

Tendo durado onze horas o fogo, e havendo falta de agua, tendo o inimigo incendiado os campos circumvizinhos, resolveu o general retirar-se para o Caciquy. Cessando o fogo, o general Alvear escreveu ao nosso, pedindo licença para mandar buscar o cadaver do coronel Brantrea, que tinha morrido em frente dos nossos quadrados. Tal foi a perda do inimigo nesta batalha, que, apesar de retirar-se o nosso exercito a passo ordinario, não foi perseguido pelo inimigo, e conservou sempre a sua formatura. Depois da acção, verificou-se que haviamos perdido duzentos e tantos homens entre mortos e feridos, quando o general Alvear eleva a perda do seu exercito a 500 homens, como confessa na sua defesa, que corre escripta, reconhecendo o merecimento do general brasileiro. Deve-se observar tambem que o exercito brasileiro constava sómente de 6,600 praças, enquanto que o do Alvear era de 10,140.

O resultado desta batalha foi que nunca mais o exercito inimigo nos incomodou, e fez-se a paz. Apesar de todos os contratempos e desgraças, o marquez mostrou a maior bravura e sangue frio durante a acção, como attestão todos os officiaes superiores que a ella assistirão, e manobrou com habilidade tanto no ataque como na retirada.

Feita a paz com Buenos-Ayres e voltando o marquez ao Rio de Janeiro, foi nomeado embaixador e encarregado de acompanhar para Vienna d'Austria S. M. F. a Sra. D. Maria II, servindo-lhe de tutor durante a viagem, e incumbido ao mesmo tempo de escolher nas côrtes da Europa uma nova esposa para S. M. o Sr. D. Pedro I, que pretendia passar a segundas nupcias.

Chegando a Gibraltar communicou com a terra para ter noticias e receber refrescos; e então soube com a maior surpresa que D. Miguel, tomando posse da regencia de Portugal em nome da rainha, havia-se declarado rei absoluto com violação do juramento e protestos feitos perante os soberanos d'Austria, França e Inglaterra, e perante seu augusto irmão; recebendo tambem informações confidenciaes do visconde de Itabayana, nosso ministro em Londres, e do marquez de Rezende, ministro em Vienna, expondo-lhe o trama que a santa alliança havia formado para sacrificar a rainha, conservando-a em Vienna até que D. Miguel tivesse destruido a cartá constitucional dada aos Portuguezes pelo Sr. D. Pedro I, e consolidasse ali um governo de fórma absoluta.

Poucos homens talvez se tem visto, como então o marquez de Barbacena, n'uma situação tão critica, vendo-se na necessidade de tomar uma resolução grave e importantissima para a liberdade de um povo, sem faltar ao mesmo tempo aos seus deveres; mas elle mostrou-se superior a todas estas difficuldades. Depois de pensar maduramente resolveu tomar sobre si e sobre a sua lealdade a immensa responsabilidade de não continuar a viagem para Vienna, e seguir com a rainha para Inglaterra, avisando a S. M. I. dos motivos que o tinham obrigado a tomar esta resolução, e esperando novas ordens.

Este acontecimento tornou-se muito notavel por ser inesperado, e por collocar o governo inglez n'uma posição difficil. A nação ingleza applaudia a reso-

lução do marquez, e sympathisava com a innocente rainha de Portugal; mas o ministerio inglez do duque de Wellington e lord Aberdeen, desejando agradar ao principe de Metternich e ao rei de França, instava com o marquez para ir para Vienna e cumprir as ordens do imperador, e até o conde Aberdeen se tornou violento em sua correspondencia com o marquez; o qual conhecendo bem o terreno em que pisava, e o trama occulto de que era objecto, respondeu a Aberdeen que com ordem positiva de deixar a Inglaterra elle partiria immediatamente. Mas o marquez estava bem certo de que o ministerio inglez não ousaria fazer tal, desde que a opinião publica se havia pronunciado contra D. Miguel e em favor da rainha.

O principe de Metternich tambem lançou mão de todos os meios a seu alcance para obrigar o marquez a conduzir a rainha para Vienna; mas foi de balde. Firme no seu proposito, o marquez sustentou sempre os direitos da rainha, e esperou a resposta de S. M. o Sr. D. Pedro I.

Entretanto occupava-se sempre com a segunda parte da sua missão, o casamento do Imperador, e, depois de haver esperado por muito tempo em vão o cumprimento das promessas da Austria, tratou de ver n'outra cõrte da Europa uma princeza que conviesse ao throno imperial e aos desejos do principe que o occupava, conseguindo finalmente a princeza Amelia de Leuchtemberg, que foi a escolhida esposa e a consorte fiel e amada do Sr. D. Pedro I, de quem é hoje viuva.

Quando o marquez concluia o ajuste do casamento, chegava a ordem do imperador para que a Sra. D. Maria II voltasse ao Rio de Janeiro.

Não nos occuparemos aqui com pormenores nem esclarecimentos sobre a questão dynastica portugueza que então se agitava, porque isto exigiria maiores desenvolvimentos do que comporta uma noticia biographica; bastará dizer que o marquez de Barbacena, conservando e fazendo sempre respeitar o seu caracter nacional, fez tudo quanto lhe era possível em favor de Portugal, e afagou e protegeu os Portuguezes dedicados á causa da rainha.

Aportando ao Rio de Janeiro em companhia da nova imperatriz e da rainha de Portugal, o imperador recebeu o marquez da maneira a mais obsequiosa, e concedeu-lhe todas as graças que poderião ser-lhe agradaveis. Então pediu-lhe elle a graça de o deixar retirar-se á vida privada, o descanso com dignidade, o que as circumstancias politicas do paiz lhe não consentirão.

Os negocios publicos não marchavão bem. O imperador, illudido por certos individuos, arrostava a opinião publica do paiz, e uma revolução parecia estar imminente. O marquez, aproveitando então a influencia que lhe davão os seus serviços e a consideração em que o tinha o imperador, fez diferentes observações a S. M. I. sobre a má direcção dos negocios e sobre o perigo que nella havia. S. M., parecendo impressionado pelo modo por que o marquez encarava o estado dos negocios, e mostrando-se desejoso de conjurar a tempestade, instou com o marquez para que se encarregasse da administração, promettendo fazer tudo quanto delle se exigisse no interesse da paz e da ordem. O marquez accedeu ás instancias do imperador e aceitou o ministerio na intenção de fazer ao seu paiz todo o bem que pudesse, porque para a sua pessoa de nada precisava, tendo já alcançado todas as honras e dignidades da eleição popular e da corõa. Demais, ha de ter-se notado por esta resumida narração que o patriotismo mais puro e mais dedicado foi sempre o traço dominante do caracter do marquez de Barbacena em toda a sua vida publica.

Organizado o novo ministerio, cuidou logo o marquez de apresentar-se ás camaras legislativas, encarando a situação do paiz da maneira mais franca e leal, reconhecendo os defeitos da administração, propondo os correctivos que lhe parecião necessarios, pedindo o seu apoio, sem o qual não podia marchar, e annunciando as medidas que teria de apresentar á consideração do corpo legislativo. A violenta opposição que existia na camara dos deputados, e que tinha guerreado fortemente os ministerios anteriores, declarou que, attendendo á marcha do actual ministerio, lhe prestaria o seu apoio em tudo que fosse util ao paiz.

Mencionaremos aqui uma circumstancia infeliz que muito contribuiu para

produzir e alimentar a desintelligencia entre o Sr. D. Pedro I e o marquez de Barbacena. S. M. prestava decidido credito aos seus criados particulares, e isto havia de tal sorte excitado o clamor publico, que o marquez se julgou obrigado a exigir a expulsão desses criados do paço, ao que S. M. annuiu sem difficuldade. Alguns outros porém que ainda ficarão, insuflados pelo partido portuguez dessa época, e procurando vingiar os seus companheiros, começaram a incutir receios no animo do imperador, dizendo-lhe que o marquez posto á testa do ministerio governava tudo, e reduziria a corõa á maior nulidade; que os republicanos da camara dos deputados o apoiavão, porque contavão com elle, e que assim levaria a monarchia ao precipicio. Illudido por estas suggestões, e mal avisado em suas deliberações, o Sr. D. Pedro I pareceu ver com effeito a sua queda nos triumphos do marquez, e assim resolveu desembaraçar-se d'elle. Insinuou-lhe primeiro que pedisse a sua demissão; mas o marquez respondeu que tendo-se comprometido com a camara dos deputados pela apresentação de varias medidas importantes, taes como a organização da contabilidade publica, o resgate do papel-moeda, o estabelecimento de bancos, etc., não podia retirar-se do poder, porque isto pareceria receio ou incapacidade de sua parte; mas que S. M. poderia demitti-lo se assim o entendesse conveniente, e deste modo tudo ficaria satisfeito.

O imperador mandou então lavrar um decreto demittindo o marquez do ministerio, mas dando para isto uma causa que não existia, o que o obrigou a escrever ao visconde de Alcantara um officio com todos os documentos, provando a inexactidão das asserções conteídas no decreto de sua demissão, e a publicar n'um folheto avulso o officio e todos os documentos que o acompanhavão. Esta brochura produziu uma grande impressão no espirito publico; a opposição na camara temporaria tomou-a por thema de suas aggressões ao novo ministerio, os jornaes continuárão a azedar os animos e augmentar as desconfianças que já existião, e as cousas chegarão a um tal estado de effervescencia, que produzirão os acontecimentos de Abril de 1831, a abdicação do Sr. D. Pedro I e a sua retirada para a Europa.

O marquez não desejava a revolução, nem a provocava, tanto que nella não figurou; o que queria sómente era persuadir o imperador a reinar constitucionalmente, não contrariando de frente a opinião publica nacional, legalmente manifestada. A ultima carta escripta ao Sr. D. Pedro I pelo marquez de Barbacena, no momento de deixar o ministerio, é um documento muito notavel, que será talvez publicado em outra occasião.

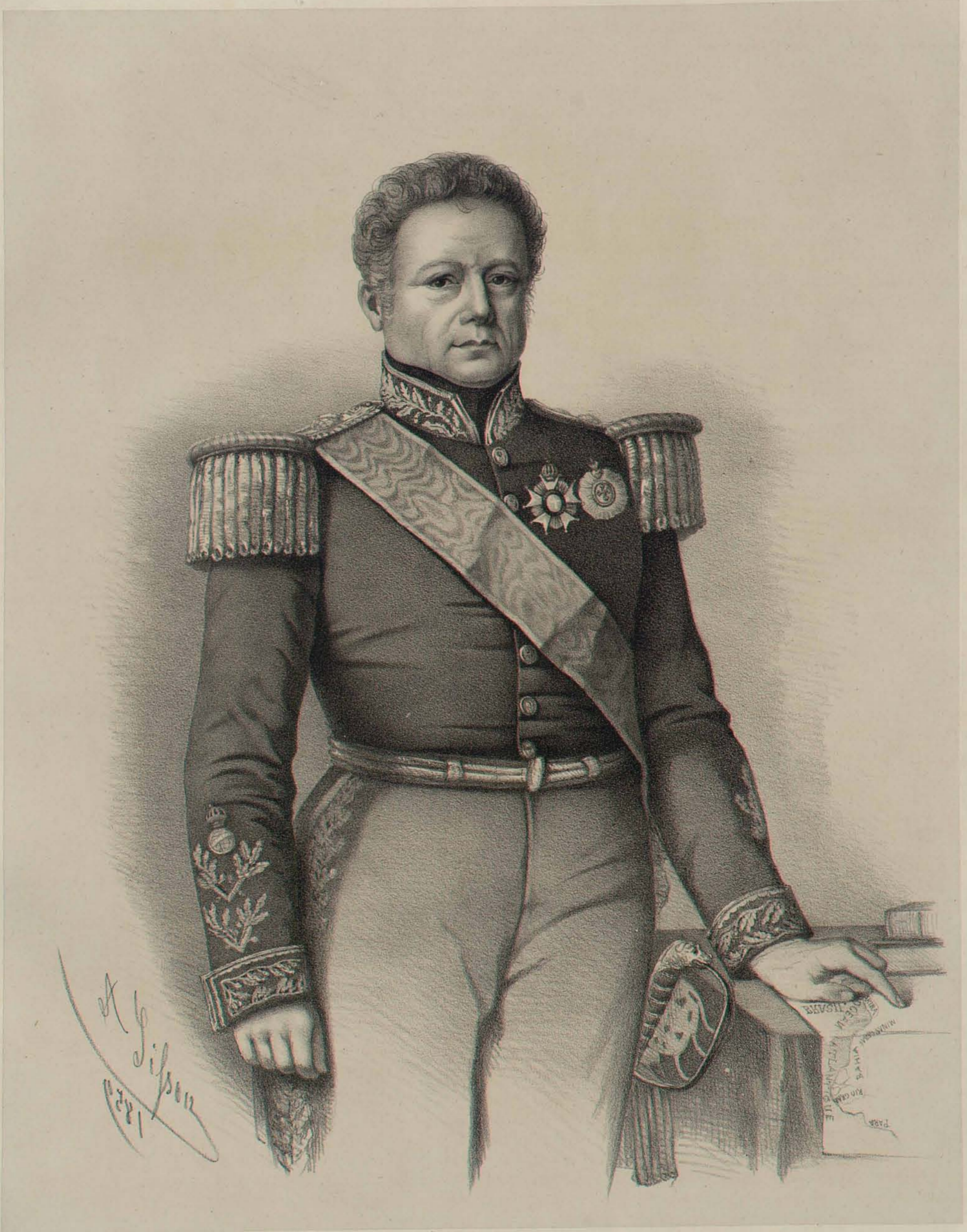
Desde essa época até 1835 conservou-se o marquez firme no seu posto no senado, como monarchista de convicção e progressista, tanto no que respeita a melhoramentos materiaes, como nas reformas sociaes e politicas, defendendo sempre o principio da segurança de pessoa e de propriedade. Muitas vezes discutio e propoz reformas ao meio circulante, resgate da moeda de cobre, que então era um flagello, e em todas as materias economicas occupou sempre nas discussões lugar distincto.

Tendo de ir á Inglaterra em 1836, o regente Diogo Antonio Feijó nomeou-o ministro plenipotenciario para tratar sobre a interpretação do tratado de commercio, que então devia cessar com aquelle paiz; mas nada pôde elle alcançar de lord Palmerston, que só pretendia um novo tratado. Não perdeu porém o seu tempo nesta viagem, pois enviou ao governo uma proposta de alguns banqueiros inglezes para fundar um banco no Brasil, e retirar da circulação o papel-moeda do governo. Enviou tambem outra proposta da companhia ingleza do caminho de ferro de Durrham para construir uma estrada de ferro do Rio de Janeiro a Minas, exigindo sómente a importação livre de direitos dos objectos que lhe fossem necessarios, e a concessão do terreno para a via ferrea, estações, etc.; mas o governo entendeu que não erão ainda cousas proprias para este paiz. Por este tempo começou o marquez a soffrir de pedra na bexiga, e, apesar de ter-se sujeitado muitas vezes á operação cirurgica propria desta molestia, por fim succumbio a ella. Emquanto lhe restarão forças, foi sempre ao senado e tomou parte nos debates.

O marquez de Barbacena falleceu a 13 de Junho de 1841.



OS CONTEMPORANEOS



S. A. Sisson del. e lit.

BARÃO DE CAÇAPAVA

Barão de Caçapava

S. A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

BARÃO DE CAÇAPAVA

Não é das tarefas menos arduas a que nos impomos esboçando a vida militar, civil e politica de um dos mais illustres e conspícuos cidadãos do Imperio do Brasil, cujos serviços prestados em prol da causa publica sem outro interesse além da consciencia do dever e da honra, que sempre os pautarão, são hoje reconhecidos, porque as paixões que os contestavam, as rivalidades que se lhes antepunhão e algumas ambições illegítimas, que elles levárão de vencida, têm-se arrefecido e extinto, para cederem o passo á verdade e fazerem ouvir a voz da justiça, da imparcialidade, que os aquilatão, aferindo-os pelos effeitos e vestígios que deixarão impressos na memoria daquelles para quem não é indifferente a gloria alheia. São legados feitos á historia, que os ha de avaliar devidamente inscrevendo-os em uma de suas melhores paginas.

Francisco José de Souza Soares de Andréa, barão de Caçapava, era homem perfeitamente talhado para os lugares da alta administração militar. Dotado de coragem reflectida, de intelligencia cultivada, de probidade inconcussa aos assaltos da peita, de honradez estoica, de espirito de disciplina severo quando as necessidades assim urgirão, podia como Turenne collocar-se á frente de exercitos belligerantes, podia como Murat e Lannes familiarisar-se com a victoria, assim como, á semelhança de Vauban e Berthier, regularisar o serviço das campanhas, traçar planos, delinear e tornar effectivas as fortificações indispensaveis a mallograr o ardor do inimigo e a debella-lo.

É deste prestante servidor do Estado, deste extremado campeão da monarchia, e acerrimo mantenedor da ordem publica que vamos tratar, esboçando o quadro dos seus serviços, exhibindo a importancia dos actos de sua vida militar e civil sem exagera-los com uma analyse minuciosa e parcial, nem enfraquecê-los com o esquecimento de circumstancias que lhes dão o devido relêvo.

É um serviço que fazemos á historia do paiz, é um preparo que offerecemos á penna habil que tiver de assignalar nos fastos do Imperio da Cruz as acções daquelles, que, pela sua dignidade e mantença das instituições que têm recebido dos corpos politicos, lhe consagrarão toda a vida, todos os esforços, zêlo e dedicacão que puderão para tão justo fim despendar.

Francisco José de Souza Soares de Andréa, barão de Caçapava, marechal do exercito, conselheiro de estado e de guerra, grãa-cruz da ordem de

S. Bento de Aviz, official da imperial do Cruzeiro e commendador da da Rosa, nasceu na cidade de Lisboa em 29 de Janeiro de 1781. Destinado a seguir a carreira das armas, e feitos os primeiros estudos, em 14 de Dezembro de 1796 assentou praça no regimento de infantaria n. 2, onde reconheceu-se cadete a 18 de Fevereiro do anno seguinte. Completou com distincção o curso de engenharia e navegacão. Servindo na arma de artilharia fez a campanha de 1801, sendo promovido a alferes em 13 de Agosto de 1805 com antiguidade do 1º de Janeiro do mesmo anno. Desejoso de ir servir na marinha, foi em 1807 embarcado a bordo da náó, que conduzio de Portugal para o Brasil a el-rei D. João VI, então principe regente.

Promovido a 2º tenente em 8 de Março de 1808, foi transferido para o corpo de engenheiros, no qual se lhe deu o accesso de capitão em 7 de Abril do mesmo anno.

Estes postos, ganhos pelo trabalho e merecidos pela intelligencia, derão a conhecer que do capitão Andréa podia o Estado aproveitar os prestimos em serviços de ordem mais elevada e dependentes de conhecimentos profissionaes da engenharia.

Assim é que foi logo empregado no archivo militar, nivelamento da cidade, deseccamento dos paues da quinta da Boa-Vista, e outras commissões que desempenhou com geral applauso, começando desde então a merecer muito conceito e a distinguir-se na carreira de serviços valiosos feitos ao Brasil, patria de sua querida mã.

Casou em 8 de Agosto de 1809 com a Sra. D. Germana Rita Brito de Victoria.

Em 3 de Abril de 1812 foi nomeado para fazer o reconhecimento da estrada projectada desta cidade ao Rio-Preto e de executa-la, commissão onde se conservou até que em 1817 foi escolhido para fazer parte da expedición que marchou sob o commando do general Luiz do Rego Barreto a pacificar a provincia de Pernambuco, estando então no posto de major em que fôra graduado a 13 de Maio de 1811 e feito effectivo em 30 de Janeiro de 1813.

Havendo partido para esta expedición na qualidade de chefe de engenheiros, foi pelo general encarregado, em 6 de Abril de 1818, da secretaria do governo da capitania de Pernambuco, substituindo o secretario José Carlos Mayrink, que foi depois senador por aquella provincia.

Por officio de 6 de Julho do mesmo anno foi-lhe commettido o oneroso

encargo de organizar toda a divisão militar daquelle capitania com authorisação de dar instrucções, fazer propostas de promoções, reformas e nomeações dos chefes, designando os districtos e limites dos batalhões e brigadas, lugares de exercicios, etc.

Tarefa tão espinhosa, e por sem duvida de grave execução, foi de tal modo delineada e executada que não excitou clamores, se não mereceu applausos, sendo certo que a organização da capitania chegou ao ponto de marcar as localidades em que devião de ficar os habitantes isentos do serviço no caso provavel de se effectuar em qualquer paragem do litoral o desembarque de uma expedição hespanhola ao mando do general Riego, cujo apparecimento se esperava.

Ao par e passo que o infatigavel major Andréa desempenhava com tanto tino e acerto estas medidas de precaução, dava andamento ao systema de estradas da capital a diversos pontos do interior da capitania.

No decurso destes serviços inquestionavelmente valiosos foi promovido a tenente-coronel graduado em 6 de Outubro de 1817, confirmado no posto a 4 de Novembro de 1818, passando á gradação de coronel em 15 do mesmo mez e anno, e a ser confirmado no lugar de secretario do qual não percebeu ordenado.

Tendo a poder de sacrificios e de merito real conquistado a posição em que se distinguia e a reputação de illustrado e probo servidor do Estado, não estava destinado ao nobre militar constituir-se a excepção dos que praticão feitos notaveis sem que a inveja de mãos dadas com a calumnia denigrão a seu talante. Effectivamente a má vontade de seus inimigos urdiu-lhe tramas calumniosas, dos quaes sahio victorioso, desenredando-os com a linguagem dos factos, a cuja verdade em vão se oppunha o artificio dos manejos como o calculo da intriga.

A situação da capitania nesses tempos, que a historia ainda não se encarregou de definir, era grave, e as providencias em ordem a domina-la não podião ser outras senão as aconselhadas pela severidade.

O juiz da alçada, nomeado para processar e julgar os compromettidos na rebellião de 1817, mostrava-se animado de excessivo rigor no tocante a puni-los; e, a não dar-se a intervenção de um elemento de generosidade em favor desses réos politicos, muitos delles expiarião com morte affrontosa os delictos de que erão accusados.

Esse elemento de generosidade, esse correctivo, foi ministrado pelo illustre militar de que nos occupamos, e, graças a tão opportuna mediação, muitas victimas já decretadas á morte escapárão do supplicio. Honra ao barão de Caçapava, que foi o que deve de ser o bravo militar—impetuoso nos combates—indulgente na victoria.

A noticia deste facto, considerado como acto de extremo liberalismo, apressou-lhe a retirada de Pernambuco; e, chegado ao Rio de Janeiro por ordem do governo, teve de responder em 1821 por essas e ou ras quejandas accusações, de que logrou justificar-se plenamente.

Em Julho de 1822 foi nomeado para fortificar Santa Catharina.

Os sentimentos do então coronel Andréa, os serviços até ali prestados ao Brasil, onde estava estabelecido, onde tinha filhos, erão motivos poderosos para não ensurdecer aos brados da independencia, que echoavão em todos os angulos deste vasto territorio. Adherio ao movimento geral, e desde essas éras até os ultimos momentos de sua laboriosa existencia não teve um pensamento, não deu um passo, não praticou um só acto, que não tendesse ao bem do Imperio, ao seu engrandecimento, á consolidação das instituições juradas, e á conservação do prestigio da monarchia.

Encarregado de cobrir a cidade do Rio de Janeiro com fortificações, no que foi auxiliado com as luzes dos illustres generaes Francisco Cordeiro da Silva Torres e Antonio Elisari de Miranda e Brito, foi simultaneamente incumbido da construcção do pharol da ilha Rasa, já principiado.

Tendo sido promovido a coronel effectivo em 12 de Outubro de 1823, e estando ainda no exercicio das referidas commissões, recebeu ordem para servir no exercito do Sul, commandado pelo general em chefe marquez de Barbacena.

Foi promovido a brigadeiro graduado em 12 de Outubro de 1826.

Nomeado ajudante-general do exercito, assistio á batalha de 20 de Fevereiro de 1827, continuando a exercer esse cargo até 27 de Janeiro de 1828, data em que foi incumbido de fortificar a villa do Rio-Grande do Sul e barra da provincia, por nomeação do então general em chefe do exercito visconde da Laguna.

Aceitou esta incumbencia, impellido pelo desgosto que lhe causou a nomeação do marechal Brown para chefe do estado-maior do exercito.

Erão, porém, taes os brios do general Andréa, que, pedindo exoneração do cargo de ajudante-general, pedia ao mesmo tempo que não fosse distraído do theatro da guerra.

Entrado que foi na posse da mencionada commissão, teve de elaborar o projecto de um pharol para a barra do Rio-Grande, conforme lhe fôra requisitado pelo presidente da provincia. Executou esse projecto em Janeiro do anno seguinte.

Por aviso de 20 de Dezembro de 1828 foi-lhe confiado o commando das forças imperiaes da praça de Montevidéo até que fosse entregue.

Era uma commissão inçada de difficuldades, embaraçosa por demais, visto como, para desempenha-la convenientemente, fazia-se mister muito tino de envolta com severidade, indispensaveis a evitar graves conflictos entre a tropa brasileira e os orientaes habitantes da praça. Mas, não estando essa commissão acima da altura dos prestimos do general Andréa, elle a concluiu sem a mais pequena quebra da dignidade e honra nacionaes, provendo a todas as emergencias que della se derivárão com um acerto nunca desmentido.

A entrega da praça teve lugar em 23 de Abril de 1829.

Volvido á côrte, foi logo nomeado commandante das armas da provincia de Santa Catharina, d'onde foi removido para a do Pará, afim de ali exercer identico lugar, para que fôra nomeado em Janeiro de 1830.

Havendo deixado em Santa Catharina batalhões disciplinados, que com elle tinhão feito a campanha do Sul e supportado todas as fadigas e privações inherentes aos combates e ás marchas por caminhos inhospitos, foi encontrar no Pará corpos insubordinados, soldadesca infrene prompta a servir ás paixões dos amotinadores, que já preparavão as scenas de desolação de que foi theatro essa vasta porção do territorio brasileiro.

Tinha o general Andréa de chamar ao dever esses desvairados, de fazer abortar os germens de uma revolta imminente. Apoiado no concurso de cidadãos prestantes, apercebia-se para a execução de fim tão justo, quando foi destituído do commando em 22 de Abril de 1831.

Regressando á côrte, ficou desempregado e malvisto do governo de então.

Nenhuma estranheza deve causar este acto de ingratidão, precursor de outros de que foi victima o general Andréa.

Quem folhêa a historia sabe da sorte dos Themistocles e Milciades, dos Camillos e Scipiões. Os varões illustres não passão á posteridade sem provar o fel da injustiça contemporanea, e sentir a falta de reconhecimento, se não do paiz, daquelles de cuja segurança forão muitas vezes os sustentaculos e de cuja fazenda a mais decidida garantia.

Os serviços do general Andréa não o preservárão do ostracismo, que, se alguma desculpa merece, é porque hoje os animos desapaixoados o considerão como consequencia das vertigens e lutas dos partidos politicos que nesses tempos anormals se debatião em desfavor da ordem publica, pugnando mais pelo triumpho de pessoas do que pela realisacão de idéas. Neste estado enfermo da sociedade os principios de justiça e os deveres da gratidão calárão-se em presença do alarido das paixões do momento.

Foi pois o general Andréa mandado para Santos, por aviso de 9 de Março de 1832, á disposição do presidente de S. Paulo, que lhe ordenou partisse para a capital da provincia, e logo depois que seguisse para Porto-Feliz, sem entrar na capital, datando a primeira ordem de 24 e a segunda de 29 do referido mez.

Por motivo de molestia não pôde seguir o destino que se lhe indicava, nem arredar-se de Santos, aonde grangeou a afeição de muitas pessoas respeitaveis, que lhe offerecêrão meios de retirar-se dali, convictas como estavam de que era victima de perseguição, meios dos quaes se não quiz aproveitar por julga-los desnecessarios.

A' vista de documentos transmittidos pela camara dos deputados, em 9 de Abril daquelle anno baixou ordem para que respondesse a conselho de guerra pelo facto de haver mandado prender, quando commandante de armas do Pará, a Jacintho José Lopes, tenente de milicias, que havia desrespeitado o anterior commandante das armas.

O conselho de guerra, que se não deixou levar da subserviencia a manejos de perseguição, proferio a sua sentença, declarando que « visto não ter o accusado commettido transgressão de lei, e havendo pelo contrario procedido em ordem a manter a disciplina e subordinação militar, o absolvio. » Esta sentença é datada de 19 de Junho do anno acima, e, sendo enviada ao conselho supremo militar e de justiça, foi reformada em 31 de Julho do mesmo anno « por ter sido o processo organizado em juizo incompetente », e por isso remetidos os autos á secretaria da guerra, afim de que se lhes dêsse o devido destino.

Basta um exame perfunctorio para reconhecer-se que o movel de semelhante processo era o desejo de arredar do Pará o general Andréa; e, tanto assim é, que tendo esse processo ido á relação do districto, não foi possivel encontra-lo quando o illustre general, presidindo aquella provincia, solicitamente o procurou para fazê-lo passar pelos ultimos tramites. Estava conseguido o fim; era inutil proseguir nos meios, visto como não tinhão sido elles curiaes nem

abonavão aquelles que os havião posto em pratica. Seria mesmo luxo de perseguição, alardo de injustiça, continuar esse padrão de vingança contra um funcionario distincto a tantos respeito, e que nunca soube comprimentar os caprichos de quantos naquelles tempos de exaltamento e utopias mercadejavão com a desordem e dismantelamento da sociedade brasileira.

Era preciso que a actividade do brioso general fosse entretida com alguma commissão; mas sendo elle membro da Sociedade Militar estabelecida nesta cõrte, e indigitado como restaurador proeminente, fõra impolitico emprega-lo.

O que fazer pois para não correr o perigo de conservar desoccupada uma intelligencia fecunda e diligente? O que se fez aconselhado pela politica da estrategia e das insidias: foi convidado para a exploração do Rio-Doce no intuito de que se recusasse a partir e assim abrisse espaço a novas perseguições e saciedade de odios.

Mas o nobre general não era tão novel na arte dos partidos que não adivinhasse o *anquis in herbis* de semelhante convite, de tão bem urdida cilada. Respondeu que estava prompto e disposto a seguir, uma vez que se lhe communicasse a respectiva ordem e lhe fossem expeditas as necessarias instrucções.

Taes instrucções e ordens nunca as recebeu, nem mais se fallou na imaginaria commissão.

Na madrugada de 14 de Dezembro de 1833 recebeu o general ordem, datada da vespera á meia noite, para *in continenti* dirigir-se ao quartel-general; e, ali sendo, foi detido e mandado recolher a bordo da *Presiganga*, onde, de parceria com outros presos, foi metido no porão e ali conservado até que o inspector do arsenal de marinha, o chefe de divisão Francisco Bibiano de Castro, mandasse preparar as precisas accommodações. A 27 do mesmo mez communicou-se-lhe ordem de soltura, *devendo ser conduzido por um coronel a bordo do brigue Rio-Grandense, no qual seguiria para a provincia de S. Pedro do Sul.*

Rezavão as instrucções, que lhe forão dadas—crear na provincia um archivo; dar o plano para todos os depositos militares, defesa da fronteira, melhora-mento do porto e planta da provincia.

Parecia sobremaneira importante tal commissão, etanto mais consideravel quanto para o seu desempenho, além do elemento de confiança, fazia-se necessario no commissionado grande somma de conhecimentos profissionaes.

Se foi real ou illusoria a creação desta commissão é o que não está averiguado; o que é certo é que o general Andréa foi della dispensado em 25 de Janeiro de 1834, e a 17 de Fevereiro do mesmo anno *transferido para a villa de S. José do Norte, onde deveria conservar-se até nova ordem da regencia.*

Presidia então a provincia o Sr. desembargador José Marianni, a quem forão expeditas as ordens em questão.

Character nobre e circumspecto, não se decidiu este digno funcionario a agir no interesse dos inimigos e perseguidores do illustre general; pelo contrario tanto quanto pôde mitigou-lhe os dissabores do exilio por meio de actos de urbanidade e cavalheirismo.

Chegado ao lugar do seu degredo, não quiz passar a vida enervando-se no ocio. Levantou diversas plantas, fez o projecto de arruamento da cidade do Rio-Grande, que foi adoptado com algumas modificações na execução. Obteve excellente acolhimento dos habitantes da villa, entre os quaes viveu, recebendo constantes provas de consideração.

Posto em liberdade por ordem da presidencia, datada de 17 de Novembro do citado anno, foi, sem perda de tempo, encarregado da construcção do pharol da barra, em que se conservou até que, por aviso de 5 de Março de 1835, foi chamado á cõrte, aonde demorou-se desempregado, sendo em principios de Novembro daquelle anno nomeado presidenté e commandante das armas do Pará, que estava sendo abrasado nas lavas do volcão revolucionario.

Os membros do governo que acordarão nesta nomeação erão os mesmos que o havião feito tragar até ás fezes o calix da adversidade e das provações do exilio!

Outro cidadão, menos zeloso e mais resentido, houvera declinado a nomeação no intuito de crear embarços, de crivar de estorvos a marcha administrativa daquelles que, com tanta desattenção, e quicá crueldade, o havião tratado; mas o clamor partia do paiz, a nação exigia os serviços dos seus sustentaculos, o Imperio arreceiava-se de ver eclipsar-se uma das mais brilhantes estrellas de sua constellação. O que em tal conjunctura devêra fazer o general Andréa?

Pospôr á honra os desejos de uma vingança mesquinha e inopportuna. Foi o que fez e o que sempre se applaudio de ter feito.

Antes de seguir ao seu afanoso destino, fez-se preceder de reforços de tropa e embarcações, afim de não encontrar o theatro das operações sem os recursos com que devesse contar para o exito feliz da causa que ia defender.

A 2 de Janeiro de 1836 partio para onde o chamava o dever de soldado e de

cidadão. Ei-lo mar em fóra do Rio de Janeiro a ir arcar com as difficuldades, os perigos, as vicissitudes, as pretensões, os caprichos, os odios profundos de uma revolução diffundida por toda uma provincia de extenso territorio, dominada então por um pugillo de ambiciosos sedentos de mando e riquezas, e apoiada na massa de uma população, pela maior parte composta de semi-selvagens, sahidos das virgens matas que bordão a immensidão das aguas do Amazonas.

Considerada a provincia sob este aspecto, não era a pacificação de uma revolta o que ia operar o general Andréa, era uma verdadeira conquista, para a realisação da qual estava munido de poderes, taes como o de promover em certos casos; mas não tinha os meios materiaes indispensaveis porque o estado dos cofres publicos não comportava larga acquisição delles, e por haver necessidade de dividir os existentes pela provincia do Rio-Grande, aonde já lavrava a lava revolucionaria que a trouxe em combustão pelo espaço de dez annos.

Releva notar que o general Andréa, antes de partir para o Pará, offereceu-se a desempenhar igual missão no Rio-Grande do Sul, ponderando judiciosamente que, estando aquella provincia quasi toda em poder dos rebeldes, e esta no começo da revolta, convinha tratar com antecedencia da pacificação da ultima, fazendo para ella convergir todos os esforços do Imperio, visto que pouco prejudicava á primeira ser pacificada depois, em occasião em que a hydra da rebellião podesse ser de prompto debellada.

Debatida esta questão difficil de resolver, decidiu-se por fim o governo a abrir mão della, e o general Andréa seguiu seu destino, fazendo escala pelas provincias da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, onde desembarcára afim de apressar a remessa dos contingentes de tropa que essas provincias devião fornecer, os quaes, sommados com as praças idas do Rio de Janeiro, não chegarão ao computo de 2,000.

Chegado ao Pará, verificou que da provincia apenas obedecião ao governo legal a pequena ilha de Tatuoca, em que se havião refugiado os habitantes da capital, Cametá, Vigia, Macapá, Abaeté e Muaná; em todos os outros municipios lavrava a revolta com intenso vigor.

Foi este o estado em que recebeu das mãos do corajoso e dedicado marechal Manoel Jorge Rodrigues a administração da provincia para a conservação da qual, com os fraquissimos recursos de que dispunha, fez esse veterano do exercito tudo quanto lhe suggerio a sua reconhecida bravura, soffrendo privações de todos os generos, contrariedades de todos os quilates.

A memoria do digno general barão de Taquary deve o Estado subido reconhecimento.

Logo que o novo presidente entrou em exercicio, tratou de prover aos meios efficazes de melhorar a sorte dos habitantes de Tatuoca; mandou escolher posição azada ao estabelecimento de uma povoação na ilha de Urapiranga, e deu principio ao movimento das forças sob seu commando, estabelecendo um cerrado bloqueio na cidade de Belém.

A cidade, assim privada de communicar-se com os outros centros da rebellião, e carecida de alimentos, não pôde resistir por muito tempo. Um mez depois estava em poder das forças legaes.

Os poucos habitantes que não conseguirão subtrahir-se ás depredações dos rebeldes durante a posse da cidade por elles tomada, forão encontrados em perfeito estado de penuria. Victimias de toda a casta de violencias, de actos de feroz cannibalismo, esses miseros opprimidos agradecerão a Deos e ao governo imperial o remedio a seus males, que lhes foi ministrado pelo illustre general a quem se confiára a provincia.

Era um bom feito de armas a tomada da capital; com ella, além de um triumpho de grande alcance moral, havião-se obtido vantagens materiaes de muita importancia, mas ainda restava bastante a emprehender e demasiado a executar.

Internar forças pouco disciplinadas por uma provincia cortada de immensos rios, crivada de florestas densas, aonde os agentes da guerra civil ruminavão os meios de brandir, com esperanza de resultado, as armas do fratricidio e o brandão do incendiario; conter soldados civados de espirito de insubordinação apascentado nos motins populares do Rio de Janeiro em Abril e Setembro, soldados muitos delles sahidos das prisões de Fernando de Noronha; suavisar a miseria, que, pallida e mirrada, se encontrava por toda a parte; reduzir ao dominio das leis assim os seduzidos como os seductores, fazer emfim parar o carro da rebellião, que ainda não tinha sido ferida mortalmente, embora já um tanto depauperada de sangue—era o que restava fazer e curava de conseguir o infatigavel presidente Andréa.

Os homens talhados para as grandes lutas não se deixão assoberbar pelas difficuldades que as ericão; envidão esforços, e, sempre de animo feito aos perigos, raras vezes succumbem.

Não era o general Andréa homem de esmorecer e de recuar ante os estorvo

que se oppuzessem á marcha de seus deveres—estudava-os para combatê-los, combatia-os para destrui-los.

Depois de tomada a capital, continuou na perseguição dos rebeldes, alcançando constantes e decisivas vantagens sobre elles. Capturou-lhes o chefe; apoderou-se da ilha de Marajó e de varios pontos do Amazonas, com o que desembaraçou o commercio e a navegação dos obstaculos que até ali havião encontrado.

Abertas á fruição do povo estas duas fontes de abastecimento de generos necessarios aos usos da vida, principiou a abundancia a substituir gradualmente a geral carestia.

O exercito, desde a abdicação do Sr. D. Pedro I. não tinha sido distinguido com uma só promoção por classes; apenas dos corpos scientificos alguns officiaes havião sido promovidos.

Coube ao general Andréa a gloria de fazer uma promoção em todas as armas, autorizado como estava a fazê-la, e obrigado como se via pelo dever de retribuir os trabalhos de seus irmãos de armas, de recompensar os serviços daquelles que o estavam auxiliando na grande obra de restituir ao paiz uma das melhores partes do seu territorio.

Aos officiaes, que não pôde promover por estarem fóra da alçada a que estava circumscripto, não deixou em esquecimento: recommendou-os ao governo imperial, abonando o muito que havião feito.

Os recursos pecuniarios de que podia soccorrer-se o general afim de pagar á tropa, como aos empregados publicos, erão de notoria escassez e formavão uma das mais graves difficuldades com que lutava a administração a seu cargo. Os supprimentos que recebia do governo erão diminutos, porque nessa época nem ás finanças do Estado se podia conferir o epitheto de prosperas, nem as complicações que lhe estagnavão algumas de suas principaes fontes davão lugar que a provincia do Pará obtivesse as quantias regulares para o pagamento das despesas certas e das extraordinarias que, como é de prever, exigião as circumstancias excepçionaes em que ella se achava.

Entretanto cumpria pagar com alguma regularidade os soldos da tropa e cuidar de sua alimentação em ordem a não excitar justos queixumes.

Ainda desta vez o general Andréa mostrou-se sobranceiro ás difficuldades; lançou mão de medidas adequadas, e os soldos, se não forão pagos em dia, em compensação nunca faltou aos soldados a necessaria alimentação.

Em 17 de Outubro de 1836 foi promovido á effectividade do posto de brigadeiro, passando a marechal graduado em 18 de Fevereiro do anno seguinte e a effectivo a 1 de Março de 1839.

A provincia do Pará não podia, no vortice em que estava collocada, ser administrada *ad instar* do que se pratica em tempos normaes; reclamava uma administração especial apoiada em alguma força indispensavel a garantir a ordem e segurança publica. Foi por isso que o previdente administrador sujeitou-a a uma organização militar.

Deu a cada povoação um commandante militar escolhido d'entre os cidadãos que mais se havião pronunciado em favor do restabelecimento da ordem e em prol della feito serviços.

Assim, era commandante militar de Cametá o padre Prudencio; em Mojú commandava as forças que cercáão o caudilho Eduardo, o padre Martel que, sem embargo de ser entrevado e precisar de transportar-se em rede carregado por indios, tinha muita resolução e boa vontade.

A guarda nacional, que não chegou a ser creada, foi supprida por corpos denominados policiaes, por companhias de trabalhadores; os primeiros, formados de funcionarios publicos, de gente do commercio e de proprietarios; os segundos, de indigenas destinados ao custeio da navegação fluvial, offerecendo desl'arte as seguranças precisas, assim aos donos das embarcações como ás respectivas equipagens.

São de publico conhecimento os proficuos resultados auferidos destas creações aconselhadas pela lei da necessidade, e de tanto prestimo forão julgadas que, não existindo as causas que as origináão, continuáão por muito tempo no pé em que forão estabelecidas.

Vagando apenas pelos sertões da provincia alguns grupos de rebeldes, e esses mesmos desmoralizados e desprovidos dos meios de prejudicar, podia considerar-se o Pará pacificado e restituído á communhão brasileira.

Era tempo de pôr em execução as leis geraes do Imperio, que nem todas puderão estar em vigor durante o estado excepcional da provincia.

Forão nomeadas autoridades civis que entráão em exercicio; procedeu-se á eleição de deputados e convocou-se a assembléa provincial que funcionou regularmente.

Restabelecido assim o dominio da lei, aniquilada a anarchia e por toda a parte plantada a ordem, tratou o illustre general de realisar alguns melhoramentos materiaes de que a provincia se achava carecida.

Ordenou a escolha de lugar nas Salinas para levantar um pharol; dispóz os meios de construi-lo; cuidou da navegação do Amazonas, acoroçoando os negociantes e capitalistas, afim de que incorporassem uma companhia que fizesse effectiva essa idéa de tantas esperanças, para cuja execução já havião alguns fundos.

Infatigavel no cumprimento de seus deveres, o illustrado presidente não vacillava, não recuava em presença de embarços. De animo deliberado a concluir com gloria e proveito do paiz a missão de que se encarregára, nem a enfermidade lhe tolheu os passos na senda que trilhava, nem a carencia de recursos que soffria lhe entibiu a coragem e lhe embotou o espirito emprehendedor com que assellava os actos de sua vida tão fecunda em acontecimentos notaveis.

Cabe aqui fazer menção de um facto comprobatorio do quanto era capaz a energia do nobre general, que até á dor physica não sabia ceder.

Na occasião em que tinha de partir um paquete fracturou um braço. Comparecerão medicos para reduzir a fractura; mas, enquanto elles aprestavão os appparelhos, o activo general assignava officios e escrevia outros de seu proprio punho, com o fim de não retardar a sahida do paquete. E' de crer que dôres lacerantes o affligissem, mas a vontade tenaz, a consciencia do dever sobrepujáão a dôr!

Antes de levar a effeito os melhoramentos que deixamos apontados, estabeleceu o côrte de madeiras. Foi um meio salutar de que se soccorreu para corrigir pelo trabalho a desmoralisação a que tinhão tocado os indios.

Quando se tratou de eleger o deputado que dava a provincia, não quiz ser eleito, abnegação que muito o honra, visto como nessas éras, e mesmo ulteriormente, poucos forão os presidentes de provincia que deixáão de solicitar o mandato do povo. Entretanto obteve votos que o fizerão supplente.

Ao general Andréa já pouco restava a fazer na provincia do Pará.

Exonerado da presidencia e do commando das armas no 1º de Março de 1833, a 8 de Abril entregou a administração da provincia ao novo presidente.

Nessa occasião leu o relatorio que escreveu, dando conta do estado da provincia, sendo elle o primeiro que fez a leitura de tal peça official, então não usada nem lembrada por nenhum presidente tanto daquella como de outras provincias, e hoje indispensavel e obrigada por lei na entrega de administrações. E' mais um melhoramento do ramo administrativo devido ao tino e ao acerto do general Andréa.

Oito dias depois da leitura dessa peça official, seguia para a côrte o illustre ex-presidente coberto de serviços da maior importancia, da ordem mais transcendental, que a voz da injustiça e da ingratição procuráão afanosamente desabonar, mal cuidosa de que a posteridade, que já começou, os havia de aquilatar e enthesoura-los em uma das melhores paginas da historia do unico Imperio americano.

Felizmente o general Andréa possuia graade cabedal de bom senso, tinha proveitosa lição da historia de outros paizes, e não se deixou arrastar e inutilisar pelo clamor e pelos feros de inimigos gratuitos, que contra os actos de sua administração com tão grande descomedimento se pronunciavão.

Fez bem; não se encantonou, e a ulterioridade de outros graves acontecimentos em que tomou parte, de outros perigos que venceu em proveito do Imperio e de sua integridade tantas vezes assaltada pela sanha das rebelliões, veio cabalmente provar que o paiz carecia de sua espada, e mais ainda de sua pericia na administração.

A 6 de Junho do anno citado tomou assento na camara quatriennial, onde foi recebido como o Atila, o Gengis-kan, cruel, tyranno, devastador da provincia do Pará. E a provincia do Pará, entregue ao regimen da ordem, fruindo os resultados da paz, lá estava no meio do seu Amazonas protestando contra tantos improperios e ominosos baldões.

O illustre accusado não era um Demosthenes, um Cícero, um Mirabeau, mas nem por isso estava na alheação dos recursos oratorios. Fallava como escrevia. Incisivo, vigoroso, era o exemplo da regra de Boileau — o que se comprehende claramente se enuncia —. Energico, resolutivo, era mais uma prova da verdade de Buffon — o estylo é o homem.

Tomou a palavra por diferentes vezes, e com a franqueza do soldado, e a lealdade que se adquire nos combates, açaimou a loquacidade de seus adversarios, pulverisando as accusações e triumphando como merecia.

A provincia de S. Pedro do Sul continuava a arder no fogo da revolta, e a de Santa Catharina, sua limitrophe, tinha sido invadida por um troço das forças rebeldes.

Era indeclinavel a necessidade da pacificação de ambas, e o general Andréa foi encarregado de pacificar a ultima.

A nomeação foi impugnada na camara dos deputados por forte opposição

Parece que esses eleitos do povo querião tornar imprestavel o homem provado nos misteres para que era escolhido; mas o governo, surdo ás roncas de tão cerebrino patriotismo, fez partir o general que tomou posse da presidencia e do commando das armas a 18 de Agosto de 1839.

Estavão os habitantes da cidade do Desterro espavoridos, amedrontados das forças rebeldes que se lhes acercavão; reinava entre elles grande desconfiança, pendião sobre pessoas gradas accusações de participação nas vistas dos revoltosos vizinhos, e uma extensa relação de indigitados co-rebeldes foi apresentada ao presidente.

Nesta occasião, como em outras o havia feito, o general Andréa deu prova de não vulgar habilidade. Travou da lista em presença de muitas testemunhas, e sem lê-la queimou-a, desarmando assim a intriga e nullificando os manejos de que se pudera servir em detrimento dos denunciados e da marcha administrativa do presidente.

Por acção identica os historiadores romanos enchêrão de gabos o vencedor de Pharsalia que não quiz devassar os papeis achados na tenda do infeliz rival desbaratado.

A força de que o general podia lançar mão era pequena, mas não obstante collocou-se logo na offensiva, dando o commando dessa força, que orçava por um batalhão, ao tenente coronel Fernandes (actualmente tenente-general reformado).

Organisou mais dous batalhões recrutados na provincia; recebeu outro de soldados paraenses, cujo commandante e officiaes havião servido no Pará, e quatro canhoneiras de S. Pedro do Sul.

Em presença deste movimento os rebeldes retrocedêrão até á Laguna, onde parece se querião fortificar.

Continuando o ataque e combinada a força naval ao mando do captião de mar e guerra Mariath, que varou a barra, com a força de terra, que avançava a marcha forçada, foi tomada a villa da Laguna, e desassombrada das tropas rebeldes, que poucos dias depois desalojârão-se da provincia.

Fiel ao systema de dotar as provincias que administrava com melhoramentos materiaes, não deixou que a de Santa Catharina ficasse sem a divida de reconhecimento de que em todas se fez credor. Além de outras medidas que ali pôz em pratica, cuidou de preservar das incursões dos indios a parte do continente aonde havião fazendas de plantação, e tratou seriamente dos trabalhos de estradas.

Estando occupado nestas providencias e em outras que planejava, recebeu o offerecimento da presidencia e commando do exercito da provincia de S. Pedro do Sul. Zeloso, porém, da propria dignidade, não desprezava a alheia; por isso respondeu ao brigadeiro Salvador José Maciel, emissario do offerecimento, que não desejava occasionar, aceitando essa offerta, o desgosto do prestante general Manoel Jorge, incumbido de dirigir as operações das forças legaes naquella provincia.

Subindo o referido brigadeiro ao ministerio da guerra, recebeu então ordem de partir para a dita provincia. Era forçoso obedecer, e os habitos de disciplina do nobre general não oppunhão reluctancia ás intimações do governo.

Obedecendo á ordem, entregou a presidencia e commando das armas de Santa Catharina em 26 de Junho de 1840, e poucos dias depois seguiu para o Rio-Grande de S. Pedro do Sul a continuar a serie dos serviços que tanto o nobilitârão na carreira das armas.

Temporaes que sobrevierão obrigârão o vapor, em que ia, a arribar, e demorando-se ainda em Santa Catharina alguns dias, á espera de monção, seguiu viagem e tomou posse da presidencia a 27 de Julho.

Apenas empossado do commando do exercito, operou as manobras que julgou mais convenientes.

Erão poucas as forças de que dispunha para fazer as evoluções rapidas de que tinha necessidade. Por isso requisitou mais dous mil homens e dous vapores, os quaes não lhe puderão ser enviados.

Não obstante um tal transtorno conseguiu que os rebeldes marchassem em retirada até á Serra em que se refugiârão, conservando guarnecida a linha de Taquary, que seu antecessor tinha sustentado.

Expedio gente pelo Botucarahy para o Passe-Fundo que protegesse, caso fosse preciso, a retirada do general Labatut, que havia marchado de S. Paulo á frente de tropa com artilharia.

O ter obrigado os revoltosos a se abrigarem na Serra, faltos de munições, era já uma grande vantagem, que fôra precursora de outras de não menor importancia, á vista dos movimentos que o presidente general pretendia effectuar e com os quaes esperava dar o golpe mortal na rebellião.

Emquanto se realisavão estas operações de guerra e combinações estrategicas, mutações politicas se davão na cõrte.

Houve mudança de ministerio, e para a provincia foi enviado o deputado

Alvares Machado em missão especial com os fins de chamar os revolucionarios a uma solução pacifica.

Este acontecimento, que pertence á historia coeva, e no qual figurârão alguns personagens que ainda vivem, não pôde passar pela fieira de uma analyse calma e imparcial, não deve mesmo ser discutido dentro dos limites de uma biographia do varão illustre cujos restos mortaes ainda não forão consumidos pelos vermes do jazigo em que dorme o somno da eternidade. Deixemo-lo em herança aos vindouros. Elles, com a razão fria e o animo estreme de preconceitos, que o julguem e lhe assignalem o merito.

Não apparecião os reforços pedidos pelo general.

Cansado de esperar, dirigio ao ministro da guerra o officio datado de 12 de Setembro de 1840, dando conta do estado de cousas da provincia, terminando-o pelas seguintes palavras:

« Mande-me V. Ex. pelo menos mais dous mil homens de infantaria, mande-me esses officiaes que estão pela cõrte e pelas provincias ganhando postos sem se incomodarem, mande-me os barcos de vapor que tenho pedido, e mande-me tudo depressa; e, se nada disto tem de vir, se a provincia tem de ser perdida, então peço que se deixe a outro essa tarefa: não seja eu quem a enterre. »

Exonerado da presidencia e do commando das armas por decreto de 14 de Novembro de 1840, repellio as manifestações que a tropa e os habitantes de Porto-Alegre querião fazer em ordem a provar que confiavão em sua administração, oppondo-se outrosim á posse do novo presidente. Era um passo imprudente que se pretendia dar, era um precedente de desastroso alcance que se ia estabelecer, e, quando mesmo assim não fosse, a consideração unica de que a tolerancia desse acto poderia produzir crença de que o ex-presidente o havia preparado, o fez com todo o esforço despersuadir os entusiastas, e o deputado Alvares Machado assumio as redeas da administração sem o mais pequeno embaraço.

Presidio o general Andréa por espaço de quatro mezes a provincia de S. Pedro do Sul, e na estação menos propria a mover o exercito, que deixou cheio de espirito de disciplina e adestrado para as operações de campanha.

Chegando á cõrte, tomou de novo assento na camara dos deputados a 5 de Maio de 1841.

Foi nesta sessão que contra o illustre general appareceu uma accusação relativa a abusos que lhe attribuirão como presidente da provincia do Pará.

Fundava-se a accusação:

1.º Que o ex-presidente da provincia do Pará infringira o art. 15, § 17 da Constituição, arrogando-se as attribuições do corpo legislativo, porque, segundo constava do seu officio de 29 de Julho de 1837, autorisara alguns negociantes a estabelecer uma caixa de emissão de bilhetes impressos com o valor de 100 e 500 réis para troco das notas legaes, com agio de 1 a 3 %, fazendo-os circular como moeda e como taes receber nas repartições fiscaes, tudo sob pretexto de cada vez ser mais gravosa a falta de trocos miudos.

2.º Que com o fundamento de ser instado pela necessidade de pagar á tropa e aos empregados publicos a grande somma da divida atrasada, e de não lhe ser possivel obter letras sobre a thesouraria do Maranhão para realisar os 25:000\$000 mensaes que o thesouro publico nacional destinara em supprimento á do Pará, o ex-presidente lançara mão arbitrariamente de tres expedientes, todos, como o anterior, attentatorios das attribuições do poder legislativo, conforme a doutrina do referido art. 15, §§ 13, 14 e 17, e estava provado nos officios do mesmo ex-presidente de 1 e 13 de Outubro de 1838 e 28 de Fevereiro de 1839 sob ns. 2, 3 e 4, e do officio com documentos do inspector da thesouraria da provincia sob n. 3 de 1839.

Os tres expedientes averbados de illegaes erão:

1.º Empregar nessa despeza por uma vez 56:500\$000 e 43:500\$000 por outra de moeda de cobre punçada que, por ordem do thesouro publico devia ter sido remetida para o resgate e substituição, e que ainda circulava na provincia, desviando assim essa moeda do unico e privativo fim a que era destinada, e praticando em consequencia uma emissão extraordinaria e illegal.

2.º Applicar á mesma despeza 42:012\$825 em notas do novo padrão, que restavão da ultima operação do resgate do papel e cobre, operando por este modo outra emissão de moeda, que não era legal, por isso que na circulação não entrava pelo meio designado na lei, isto é, em substituição do que se resgatava e recolhia.

3.º Tomar do cofre da renda provincial, a titulo de emprestimo para as despezas geraes, a quantia de 92:162\$700 por meio de vales assignados pelo inspector da thesouraria e por elle rubricados, com inteira preterição de todas as formalidades essencialmente precisas para regular a contabilidade, administração e fiscalisação dos dinheiros publicos, pois que, além de não ser bem demonstrada a urgencia de tal medida extraordinaria e excedente de suas at-

tribuições, ella foi posta em pratica por ordens simplesmente verbaes, e nenhuma escripturação se fez em qualquer das thesourarias tanto da entrada como da sahida da quantia tomada que, por falta das exigidas solemnidades, pôde mais facilmente ser consumida e extraviada, sendo empregada em vastas negociações, como firma o documento n. 6.

O simples enunciado destas accusações revelão, a *prima facie*, que ellas forão produzidas no recinto da representação nacional na intenção de fazer vingar despeitos impotentes, que se servirão da irresponsabilidade da tribuna para nodoar a honradez do illustre general, que salvou das garras da anarchia e restituiu ao Imperio uma de suas mais opulentas provincias.

O prestante general Andréa foi accusado no parlamento brasileiro; no da Inglaterra nunca o seria, e, quando o fosse, porque estivessem averiguados os pontos das accusações, um *bill de indemnidade* seria votado. Os actos de illegalidade imputados ao pacificador do Pará o não desdourão, e, a serem taes quaes os figurarão, ainda assim se justificarião com a falta de recursos pedidos e a necessidade de prover de remedio ás imperiosas occurrencias do momento.

A defesa do nobre accusado corre impressa.

É um documento precioso, um bello capitulo de sua biographia, que ha de ser compulsado quando a historia dos tempos que forão e são tiver de apreciar assim a rebelião do Pará, como todas aquellas para a aniquilação das quaes se recorreu aos prestimos e pericia administrativa do general Andréa.

Nessa defesa, não obstante o illustre general reconhecer que — *veritas odium parit* — diz-se a verdade sem os atavios de quem solicita favores, senão com a dignidade de quem clama por justiça.

Ali menciona-se o escandalo com que se obrigou a um alto funcionario e compromettido a depôr contra o ex-presidente do Pará mediante a promessa de consentir que partisse para o Amazonas a negociar com parte dos bens já sequestrados e o offercimento de solver aos poucos a grossa quantia, a cuja indemnisação era forçado. Deu-se aberta a duas immoralidades para emprestar a uma outra a apparencia de zêlo pelos dinheiros publicos e pela punição da autoridade com excessos! Estes e outros factos, adduzidos na defesa provão a malignidade da accusação e a importancia politica que se lhe ligava.

Mas a nosso ver o que mais argumenta e conclue em defesa do honrado general é a nobre abnegação com que elle, deputado á assembléa geral, prescindió do julgamento de seus pares preferindo o dos tribunaes.

Tanta dignidade não ficou sem galardão. O supremo tribunal de justiça absolveu-o.

É uma sentença que honra os projectos da magistratura brasileira.

Passada esta crise foi de novo empregado em commissões a par de suas não vulgares habilitações.

Em 1841 o governo incumbio-o de formular o projecto da organização do quadro do exercito e de qualificar os officiaes que d'elle deverião fazer parte. Em 11 de Outubro de 1842 foi nomeado commandante do corpo de engenheiros.

A provincia do Rio de Janeiro deu ao illustre general uma grande prova do elevado conceito em que o tinha elegendo-o seu representante á assembléa geral nas eleições de 1842, sem que para essa manifestação de apreço concorresse elle com o menor contingente de pedidos e promessas dos que em tempos eleitoraes sóem fazer aquelles que almeião os favores da urna. A sua candidatura não foi imposta; foi acto espontaneo do corpo eleitoral da cõrte e provincia, então como sempre composto em sua maioria de cidadãos grados e vistos nos negocios publicos, para a gestão dos quaes tinham muito onde escolher.

Em desempenho de tão importante mandato tomou assento na camara dos deputados.

Em 20 de Fevereiro de 1843 foi nomeado presidente da provincia de Minas-Geraes, e a 4 do mez seguinte commandante das forças da mesma provincia.

As chammas revolucionarias, que a pouco se havião difundido pela provincia, estavam extintas, mas ás cinzas que produzirão ainda restava grande somma de calor.

As prisões regorgitavão de réos politicos, muito diferentes dos do Pará, porque aquelles erão quasi todos homens intelligentes e civilizados sem nodoas de atrocidades, e estes, em grande maioria, semi-selvagens e cobertos de crimes de todas as especies.

Rancores inveterados, vinganças adiadas, estremecimento geral, opprimidos e oppresores, era o quadro desanimador que offerencia a provincia de Minas, o Ophir do Brasil. Põde-se dizer sem receio de errar que as duas metades della se votavão reciproco odio; erão como se fossem dous acampamentos, o de Eteocles e o de Polynices, promptos a darem farto cevo ás iras fraticidas que lhes tolhião o uso da razão.

Presidir uma provincia neste estado de demencia social era commetter empresa de arriscadissimo exito, arrostar difficuldades previstas e por prever.

O presidente, indocil a suggestões dos vencedores, podia sentir falta de apoio, e constituido o instrumento de suas paixões, posto á mercê de seus caprichos e velleidades, podia aggravar a sorte dos compromettidos, que aguardavão nos carcerees a accão da justiça.

Dava maior relêvo a estes graves embarços a fama que na provincia havia precedido o general Andréa.

Repûtado excessivamente rigoroso, indigitado hostile ás idéas de liberalismo, e fido mesmo por cruel, fazia-se-lhe mister primeiro que tudo mostrar a exaggeração de um tal conceito, offuscar essa impressão tão desfavoravel.

Semelhante cuidado não escapou ao illustre general que, dotado de um discernimento admiravel, reconheceu logo que a sua norma de proceder devia de ser a que sempre se impõz — não dispensar na lei, mas distribuir justiça a todos, cerrando os ouvidos a quaesquer insinuações, partissem ellas d'onde partissem.

Não ficarão sem demónstrações muito sensiveis estas louvaveis disposições de animo em que se achava. As nomeações que fez forão a melhor pedra de toque que aferio a imparcialidade de seus actos; ellas recahirão em pessoas habilitadas e das quaes obtinha boas informações, embora algumas lhe fossem apresentadas como solidarias com as idéas do partido decahido.

Não aspirando ás honras de homem politico, como sóem ser aquelles que tudo sacrificão á posse de uma tal representação, contentando-se em bem merecer do paiz, deixando das commissões que desempenhava resultados beneficos e indeleveis, que são os mais significativos attestados dos prestimos do homem publico, depois de curar dos males moraes da provincia, e ainda durante esse trabalho, que o honra, occupou-se da abertura e melhoramento de estradas.

Sendo seu parecer que o meio mais efficaz, se não o unico, de utilizar os ricos sertões do Brasil, é communica-los com o litoral, curou muito particularmente de communicar a provincia com a do Espirito-Santo, de estabelecer um ramal entre Caethé e a mesma provincia, de ligar por outra estrada aquelle município ao de Joanesia, franqueando o commercio com a comarca da Serra e de abrir mais uma que partisse do lugar denominado « Quartel do Piahy » a encontrar a margem esquerda do rio Mucury.

A estes trabalhos, por si sós de summa importancia e de interesse vital para a provincia, associarão-se mais alguns da mesma natureza, taes como: principios de outras estradas em diversas direcções; projectos de pontes, confecção de orçamentos, tudo em desempenho das vistas de um vasto plano de vias de comunicação que pretendia pôr em pratica na bella provincia que administrava.

O illustrado monarcha, a quem felizmente estão entregues os destinos do Brasil, galardoou ainda por esta vez os importantes serviços do infatigavel presidente de Minas. Condecorou-o em 11 de Setembro de 1843 com a grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz.

A 4 de Maio do anno seguinte foi exonerado da presidencia daquella provincia, cuja administração entregou a seu successor no 1º de Julho desse anno.

Voltando á cõrte, afim de partir para a provincia da Bahia, de que tinha sido nomeado presidente, só pôde seguir viagem em Dezembro de 1845, e a 10 desse mez tomar posse daquelle cargo e do commando das armas.

Comquanto a provincia da Bahia gozasse de tranquillidade, não era todavia tão completa que não precisasse de algumas medidas de vigor que contivessem duas familias que no interior se guerreavão.

Alguns destacamentos já tinham sido expedidos com o fim de pôr cõbro a esses excessos.

O novo presidente mandou reforçar esses destacamentos; e, sabendo que um dos chefes das familias em luta tão renhida estava na capital, procurou habilmente persuadi-lo a pôr termo a essas desavenças, perante as quaes a autoridade não devia cruzar os braços.

Volvida a provincia ao seu estado normal, não era possivel que o general Andréa não encontrasse nella com que alimentar os seus desejos de aproveitar ao paiz, que o distinguia com empregos de laboriosa gestão, e que jámais elle deixou de desempenhar com zêlo e dedicação exemplares.

Organisou a repartição das obras publicas, deu andamento ás que achou paradas, mandou fazer outras de que a provincia mais carecia, provendo tambem a muitos melhoramentos na capital.

Activo como era, diligente e decidido no cumprimento de seus deveres, justiceiro como convinha, tratou seriamente da repressão do crime, que ha tanto tempo, mais do que nas grandes povoações, se abriga no interior de todas as provincias do Imperio, entregando ao arcabuz e ás pontas dos punhaes o

desenlace de questões em que a justiça só deve intervir, a solução de odios e vinganças que a civilização e o catholicismo altamente condemnão.

Entretanto os criminosos frequentemente depararão assim refugio como protecção; e, apaniguados nos reductos dos regulos de aldêa, zombão da acção da lei e acoroção outros attentados.

A exactidão do que fica dito levou o general Andréa a envidar esforços no interesse de fazer capturar e punir muitos malfeitos que erravão pelos sertões da provincia.

A fiscalisação severa dos dinheiros publicos tambem absorveu grande parte da sua attençaõ.

Os descontentes bramião, vociferavão; mas o zeloso presidente, surdo a seus queixumes e desmando de linguagem, ia por diante, só tendo em vista o bem publico e o desempenho de sua missãõ em benefício da importante provincia que administrava.

A 27 de Julho de 1846 foi exonerado daquella presidencia, tendo sido cinco dias antes nomeado conselheiro de guerra. No anno anterior tinha sido condecorado com a commenda da ordem da Rosa.

De volta á corte, reassumio o commando do corpo de engenheiros, do qual pediu e obteve demissãõ para não ficar sujeito ao commandante das armas, que lhe era inferior em patente.

Em 18 de Março de 1848 foi nomeado presidente e commandante do exercito da provincia de S. Pedro do Sul, para a qual seguiu a empossar-se destes lugares, que pela segunda vez ia exercer.

Dominava então em Buenos-Ayres, com todo o peso infenso da prepotencia, o dictador Rosas.

Esse homem *sui generis*, que governava pelo terror, fazia sentir ao Estado Oriental o ominoso do seu mando, e os Brasileiros ali residentes soffrião todas as sortes de vexações.

Seus justos clamores echoavão pela provincia do Rio-Grande, e ião fomentando desejos de represalia.

Este estado de cousas era ainda aggravado pela presença de emigrados, contra os quaes reclamava o dictador, e que fôra crueldade entregar-lh'os, o que effectivamente não aconteceu.

Estudando esta situaçãõ, o general resolveu acautelar a provincia de prováveis aggressões dos seus inquietos vizinhos, preparando-a para qualquer eventualidade de guerra.

Mandou cobrir a cidade do Rio-Grande com um entrincheiramento; escolheu e determinou posições para acampamento de grandes forças, cobrindo certas zonas de terreno d'onde se podesse procurar da fronteira o ponto que fosse mister; destinou Caçapava para deposito central de um material sufficiente á força de vinte mil homens; indicou nas immediações da villa lugar apropriado á construcção de uma fortaleza com capacidade indispensavel ao desempenho do fim que tinha em vista, isto é, no caso de qualquer revéz de nosso exercito, ter elle onde abrigar-se e socorrer-se fóra da acção da cavallaria inimiga, que ali não podia manobrar pela natureza do terreno montanhoso; mandou projectar em Uruguayana um quartel fortificado e um arsenal de marinha, mandando ao mesmo tempo armar uma força naval adequada ao rio em que tinha de navegar.

Releva notar que, pelo que se observa hoje, estes planos tão bem delineados e combinados não forão executados, maiormente no que diz respeito a Caçapava. Talvez que as vistas do general, cujo alcance penetrava muito pelo futuro, não fossem as mesmas de quem ultimamente executou essas fortificações.

Ao passo que o illustrado general emprehendia estes trabalhos puramente militares, occupava-se dos outros ramos da administração com tanto zêlo e fervor como se nelles sós estivesse absorvido.

Empregou tambem os seus cuidados no melhoramento e aformoseamento da capital da provincia.

Deu começo aos edificios da cadêa e ao theatro.

Conhecendo praticamente algumas localidades da campanha, e visitando outras de que não tinha pleno conhecimento, ia-lhes estudando as necessidades, que procurava prover de remedio.

Tendo noticia da resoluçãõ que alguns Brasileiros havião formado de passar ao Estado Oriental em demanda de gado, que o governo de lá não permittia sahisse do seu territorio, e constando-lhe que alguém se fizera cargo de persuadir a esses inconsiderados que semelhante passo achava apoio no presidente da provincia, não sómente tentou providenciar com o fim do Estado vizinho não soffrer a mais pequena aggressãõ, como dispôz-se a seguir para a fronteira, passando pelo Rio-Grande, aonde se lhe fazia mister deixar algumas instrucções para o bom andamento do serviço.

Quando porém se apercebia para levar a effeito esta diligencia, conveniente

ao arrefecimento da exaltação que descobria na gente da campanha, soube por um navio de vela, entrado do Rio de Janeiro, que tinha de ser substituido.

Previdente como era em todos os actos de sua vida, regressou á capital a preparar-se para entregar a administração a quem o viesse succeder.

Findão aqui os trabalhos e valiosos serviços do illustre general Andréa, prestados como presidente de provincias. Seis vezes foi investido desses cargos, na gestãõ dos quaes houve-se com aptidãõ invejavel, alliando ás qualidades politicas do administrador, que não se reduz a manivella de partidos, os predicados do funcionario que, prescindindo de accessorias, tudo vê, tudo examina por si para conseguir marchar com segurança e certeza de eficiencia das medidas que emprega.

Logo que chegou á cõrte foi nomeado membro da commissãõ de revisãõ da legislação e presidente da de propostas de promoçãõ no exercito.

Occupando estes lugares, pediu e obteve reforma no posto de marechal do exercito.

O Brasil tinha acabado de entabolar tratados com as republicas vizinhas, sendo talvez o de ordem mais momentosa o que dizia respeito á demarcaçãõ de limites.

Por mui pouca que seja a lição que se tenha de negocios publicos, comprehende-se qual a gravidade destas questões e o interesse que a ellas ligão os Estados.

A historia da diplomacia regorgita destes factos; e se geralmente são elles de difficil trato, no caso peculiar do Brasil a difficuldade subia de ponto, porque os vizinhos do Sul do Imperio, ávidos de concessões, que requerem, desconfiados e meticulosos, nunca se dispoem a mutuar a generosidade e galhardia com que são tratados pelo governo imperial. A desconfiança é o seu systema, e a fé punica o seu alvo.

Convinha pois um homem de animo feito a arrostar as exigencias de nossos vizinhos.

Esse homem, o governo imperial deparou-o no general Andréa.

Iamos omitindo um facto que nos parece digno de menção, porque refere-se a uma bella obra que está sendo executada, e cujo historico cumpre-nos esboçar.

Em fins do anno de 1851 o illustrado marechal do exercito foi convidado para, com uma commissãõ que presidio, e que ficou composta do brigadeiro Antonio Joaquim de Souza, do coronel Ricardo Gomes Jardim, do capitão do porto chefe de esquadra Pedro Ferreira, e do engenheiro civil Fernando Halfeld, propôr o alinhamento do novo cães da alfandega da cõrte e o melhor plano de sua construcção.

A commissãõ, assim composta, começou a funcionar muito antes da expedição do aviso que a nomeava, datado de 28 de Janeiro de 1852.

Em officios de 14 e 17 de Fevereiro do citado anno apresentou o marechal Andréa os pareceres relativos aos planos elaborados pela commissãõ.

A estes officios respondeu o Sr. visconde de Itaborahy, então ministro da fazenda, com o aviso de 22 de Abril daquelle anno, declarando que S. M. I., a cuja presença tinha feito subir os trabalhos da commissãõ, a mandava louvar pelo zêlo com que os havia desempenhado.

A descripção do projecto do cães e das docas foi pelo marechal remettida ao Instituto Historico, no archivo do qual poderá sem duvida ser examinada.

Reproduzimos este facto com o intento unico de pôr a bom recado a reputação scientifica do illustre marechal e dignos membros da commissãõ que presidio, e com o fim mesmo de não haver ali alguém que diga que para execução de uma obra importante como é a do cães e bacias da alfandega não havia no paiz engenheiros de que se podesse lançar mão.

Naturalmente estes motivos, e não os do despeito e da inveja, que nunca denegrio as qualidades civicas do nobre marechal, compellirão-o a enviar ao Instituto a descripção alludida, estando já então na fronteira de S. Pedro do Sul a trabalhar na commissãõ de limites.

A lealdade que desenvolveu nos preparatorios desta ardua missãõ, a imparcialidade com que se houve, demonstrando ao commissario oriental que ás intenções do governo imperial não dominava o desejo de adquirir terreno; o zêlo e a diligencia que pôz em pratica, apezar da idade avançada que os devêra arrefecer, são da maior notoriedade e dispensão commentarios.

Era o principal *desideratum* do marechal Andréa estabelecer uma fronteira que impedisse toda e qualquer reclamação futura da parte do Estado vizinho, e foi por isso que, sem quebra do andamento da demarcaçãõ de limites, tratou de crear uma base para a carta do Imperio, cuja falta é sobremodo sensivel. Levantou plantas de zonas de terreno em distancias da fronteira e tomou todos os apontamentos que julgou indispensaveis ao bom resultado do seu plano.

Veio interrompê-lo nestas fadigas a noticia da enfermidade grave de que se achava acommettida sua respeitavel consorte. O medico que a tratava e

acompanhava o movimento da molestia, instava-o a que viesse talvez assistir ao passamento dessa virtuosa senhora.

Bom cidadão, optimo funcionario, como excellente pai de familia, não pôde resistir á necessidade de seguir para a cõrte, onde desembarcou em Fevereiro de 1855.

Poucos dias depois dava a alma ao Creador a virtuosa esposa, que pelo espaço de quasi meio seculo comparticipou das glorias e soffrimentos de que foi iriada a vida laboriosissima de seu illustre marido.

Da volta inopinada do marechal quizerão tirar partido alguns que não sabião graduar a importancia dos seus serviços; mas embalde, porque o magnanimo principe, que impunha o sceptro da monarchia americana, ainda por esta vez distinguio o seu dedicado subdito e assiduo servidor do Estado, conferindo-lhe o titulo de barão de Caçapava.

Estes actos dos soberanos justiceiros, pelos quaes os povos concluem das qualidades brilhantes do seu espirito e coração, ao passo que realção os meritos do dispensador de graças e os prestimos dos agraciados, servem efficazmente a punir o antagonismo dos calumniadores e a maledicencia dos pessimistas, que só e meramente no alheio achão fertil pasto para as declamações de que usão e abusão.

Sem o tempo necessario á cicatrização das profundas feridas do coração; premado pelo dever que sabia antepôr aos commodos da vida, voltou o illustrado commissario do governo imperial a reatar o fio de sua missão que pretendia concluir em proveito do Imperio e satisfação da Banda Oriental.

Superadas não pequenas difficuldades, já relativas á natureza do trabalho material, já inherentes a conferencias e debates diplomaticos, estava a demarcação de limites fixada, restando apenas alguns accessorios e ultimas demãos, que á actividade proverbial do illustre barão não causava abalo. Erão os remates de uma grande obra, mas o insigne architecto della já os havia previsto e ia executar-los.

A morte, porém, a exactora do tributo a que nos condemna a culpa original, apercebeu-se a receber o feudo daquelle que por tanto tempo lh'o havia disputado.

O barão de Caçapava dispunha de uma constituição athletica, gozava de saude robusta e tão vigorosa que resistio ás fadigas de campanhas, a marchas forçadas, a climas insalubres, a privações e soffrimentos Moraes provenientes de alguns contratempos de sua vida publica e inherentes aos trabalhos proprios da arma scientifica em que tanto se distinguio.

Mas a comissão de limites, encontrando-o no occaso da existencia e dependendo de movimento constante em campos amplissimos que não podião offerecer os commodos da vida das cidades ou das povoações providas do necessario a uma subsistencia regular; a importancia bem merecida que elle ligava a esse encargo de honra e confiança, absorvendo-lhe grande attenção e obrigando-o a exames minuciosos e frequentes; os esforços do animo e do corpo que despendia sem cessar para levar ao cabo essa empresa momentosa, forão-lhe desenvolvendo os germens da enfermidade de que veio a succumbir.

Adoeceu por diferentes vezes, sendo constrangido a ficar de cama.

Reconhecia então o dever de medicar-se, e não obstante a consciencia que tinha da sua natureza privilegiada que o fez atravessar tantos perigos e percorrer incolume um longo estadio, aceitou com toda a docilidade os cuidados de seus filhos que sempre lhe dedicarão respeitoso e profundo amor.

Tratou-se pois com as cautelas que a gravidade do mal requeria, e ao accurado tratamento parecia que a doença tinha de ceder. Melhoras ião-se manifestando, e presumia-se proximo o restabelecimento.

Um transtorno, porém, que não podia prever-se, nem coube á sua familia prevenir, uma contrariedade relativa á comissão que geria, agio de modo tal sobre a sua enervação susceptivel, que todas as melhoras obtidas esvaecêrão-se dando aberta á recrudescencia da molestia que então zombou dos recursos da medicina e da vigilancia do amor filial. Emissaria da morte, incumbida de provar que não ha naturezas indestructiveis quando sôa o clangor da trombeta do exterminio, a enfermidade resolveu-se a não dar treguas, decidiu-se a combater até levantar o trophéo da victoria e dojar a necropole de S. José do Norte

de mais um cadaver, o nada de um grande vulto, o involucro de uma alma nobre, o symbolo de uma intelligencia superior.

Cahio o enfermo em profundo abatimento.

As faculdades intellectivas, que a molestia nunca alterou, derão-lhe a conhecer que ia morrer para o mundo e viver para a eternidade. Como philosopho e christão aguardou esse momento, que os espiritos fracos e demasiadamente mundanos esperão transidos de terror, miseros que entendem ser inesgotavel a fonte de gózos deste mundo caduco desde a quéda do primeiro homem.

O antigo guerreiro e veterano dos exercitos do Brasil preparou-se para a agonia, para o ultimo estertor de moribundo. Sua fronte calma e serena, seu olhar limpido e expressivo, davão-lhe a attitude do romeiro que, recostado ao derradeiro marco milliaro de uma extensa peregrinação, estivesse repousando das fadigas e rememorando os feitos que praticára na romaria.

Assim esperou a morte; sua alma, como o incenso que fumeja ante as aras do Deos vivo, desprendeuse dos liames da terra e voou rapida á mansão dos justos a auferir os gózos da bemaventurança.

Que spectaculo digno de contemplação!

Esta lamentavel morte teve lugar a 2 de Outubro de 1858.

O prestante cidadão barão de Caçapava viveu para o paiz e morreu pelo paiz.

Principiando a servir no reinado de el-rei D. João VI, a quem o Brasil deve avultada somma de beneficios, continuou a ennobrecer-se na carreira das armas durante todo o reinado do magnanimo fundador do Imperio; e, dedicado como nenhum outro á pessoa do illustrado e generoso principe o Sr. D. Pedro II, de quem contemplou as faxas infantis, a quem viu crescer e vigorar para gloria do seu povo, não recuou uma só vez ante o appello do mesmo augusto soberano, quando se tratava de commissões arduas e de embaraçoso desempenho.

Servio a tres excellentes monarchas, foi por elles remunerado; e, morrendo no ultimo posto de honra que lhe confiou o neto do magnanimo D. João VI e filho do heróe Pedro I, teve a felicidade de exhalar o alento final pela prosperidade da unica monarchia do continente americano.

O cadete de 1797 não foi desmentido pelo marechal do exercito de 1858.

Seu corpo, a que forão tributadas todas as honras militares, jaz no cemiterio de S. José do Norte, aonde o acompanhárão as pessoas mais gradas do lugar, e outras que vierão do Rio-Grande.

Uma humilde sepultura guarda os restos de um dos maiores vultos de nossos tempos. Sobre a lousa que os cobre têm rolado as ardentes lagrimas de seus filhos, dos seus amigos e camaradas, que lamentão a falta do pai extremo e affavel, do amigo leal e desinteressado, do general grave quando o serviço assim o requeria, mas ameno e jovial quando na barraca ou no lar da familia descingia a espada do commando, emblema da disciplina, e trajava os habitos do homem particular. Bello epitaphio, que não se insculpe em marmore, senão na memoria dos muitos que conhecêrão o barão de Caçapava e dão testemunho da excellencia de seu character e da magnitude dos serviços que prestou.

Eis o homem de que nos occupamos.

Não lhe celebramos condignamente os nobres feitos, porque, para commetter tamanha empresa, fôra mister que nossa capacidade estivesse na altura do assumpto proposto.

Felizmente por todo o Brasil echôa o merito do que elle fez em prol da sua integridade e do seu engrandecimento, e, se o louvor nacional carecesse de auxilio do louvor estrangeiro, pudéramos adduzir ao que fica dito bem lisongeiros palavras proferidas e impressas por um habil escriptor francez.

Deixou um filho e uma filha, que herdão, não fortuna, que a não soube accumular, mas um nome recommendavel á geração presente e aos vindouros. Ambos vivem com a nobre altivez dessa herança, que conservaráo como um palladio de honradez e dignidade para ser entregue á guarda e vigilancia dos filhos de seu filho.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A. Sisson, Editor, Rua do Cano 45.

J.J. PINHEIRO DE VASCONCELLOS

Joaquim José Pinheiro de Vas.

JOAQUIM JOSÉ PINHEIRO DE VASCONCELLOS

Na França, sob os reinos d'Agostão e de Carlos X, tal, o Brasil pôde apresentar na sua magistratura nomes desses. Comparem, para quem o dever seja uma religião, e que bem comprehendão toda a magestade do cargo social que têm de desempenhar: administrar justiça. Entre esses nomes um dos que com mais ufania podemos designar é de certo o do actual presidente do supremo tribunal de justiça, o Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.

Nasceu elle na ilha de Santo Antonio da provincia da Bahia em 4 de Setembro de 1788, forão seus pais o Sr. José Pinheiro dos Santos e a Ex.^{ma} Sra. D. Maria Joaquina do Amor Divino e Vasconcellos.

Na familia aprendeu pelo exemplo e pela pratica as virtudes austeras que nunca desmentio: destinado á carreira da magistratura, nas aulas da capital da provincia entregou-se aos estudos preparatorios para ser admittido no curso juridico da universidade de Coimbra; fê-lo com assiduidade e aproveitamento que lhe merecerão a estima dos seus mestres, como a sympathica affeição dos seus collegas.

Formado em 1818, foi logo em 1819 despachado juiz de fóra de Santo Amaro e S. Francisco: ahi conservou-se por espaço de seis annos. Em 1827 entrou para a relação da Bahia, teve occasião de exercer quasi todas as varas, prestando no exercicio dellas valiosissimos serviços, mantendo e cada vez mais confirmando a reputação de illustrado, e de integerrimo.

Em 1849 foi nomeado presidente dessa mesma relação, cargo que exerceu até 1854. Então a antiguidade o trouxe ao supremo tribunal de justiça, á cuja presidencia foi chamado em Outubro de 1857.

Entre os serviços que como magistrado prestou não podemos deixar de mencionar a constancia com que, na qualidade de ouvidor do crime, perseguio e fez processar os moedeiros falsos, cuja atroz industria tão fatal foi, e ainda mais fatal ia sendo áquella provincia e ao Imperio. Outro crime o achou igualmente severo, o trafico de Africanos; mas na repressão deste não é o

magistrado, é o administrador politico que apparece, e por ora só fallamos do magistrado.

A confiança que sua inteireza inspirava, deu-lhe meios de exercer a mais benéfica administração em questões particulares, já decidindo-as como arbitro por ambas as partes com o e acerto, já conciliando-as e fazendo-lhes ver a justiça e a razão que seus contrarios ignoravam e assim fazendo terminar por amigaveis composições importantes litigios, proprios para alimentar odios e inimizades, tanto mais applicaveis quanto acarretão consideraveis sacrificios e despezas.

Essa alta probidade do magistrado em uma época como a que acaba de passar-se, nos primeiros tempos da nossa existencia politica, erão uma recommendação que não podia ser posta em olvido, e que por diversas vezes obrigarão o juiz a despir a toga para tomar a farda do administrador politico.

Logo no começo da sua carreira, ainda juiz de fóra de Santo Amaro, o patriotismo o veio chamar. Erão os dias gloriosos da independência, e se em quasi todo o Imperio tinha-se ella realisado sem contestações, no meio de vivas e applausos na Bahia devia custar sangue e impôr heroismos. O general Madeira com as tropas lusitanas estava senhor da capital: cumpria expelli-lo; mas para isso era indispensavel crear forças, fazer apparecer recursos, organisar um governo, centralisar a acção e a resistencia. Uma junta provisoria organisou-se, e o voto popular, esclarecido pelo patriotismo, guiado pela confiança que a illustração e a inteireza inspirão, para ella deputou o juiz de fóra Pinheiro de Vasconcellos. Comprehende-se quão importante, e quão difficil era a missão dessa junta: não bastava vencer e repellir o inimigo, cumpria-lhe conter os excessos, refrear as exagerações, as pretensões desregradas dos alliados, dos amigos.

Na junta provisoria o eximio patriota foi digno dessa missão, foi incansavel de actividade e de firmeza: excessos não manchárão a mais justa e santa das causas.

Tão relevantes forão achados os serviços então prestados pelo Dr. Pinheiro

de Vasconcellos, que as graças da monarchia os procurárão galardoar. Já em 1823, apenas instituida a ordem do Cruzeiro, recebia elle a mercê de dignitario della!

Por mais que se arredasse da vida publica, por mais que fugisse ás honras e ás dignidades, por mais modesto que fosse, e despido de ambição, quem assim começava não podia ser esquecido. Ei-lo pois em 1829 chamado á presidencia de Pernambuco, lá fica quasi dous annos, e se regressa á sua relação, é para de novo em 1832 ser della arrancado, de novo voltar á vida de administrador politico.

Corrião dias fataes, o triumpho de Abril tinha posto em fermentação todas as paixões revolucionarias, a autoridade estava desorganizada, e a força publica, que devia dar-lhe o seu apoio contra o motim, estava insubordinada e era o maior perigo de então. Especialmente em Pernambuco esse perigo avultava: cerca de 1,500 soldados de primeira linha amotinados sublevárão-se. Pinheiro de Vasconcellos, sempre dominado pela consciencia do dever, em frente do perigo que ameaça a sua existencia, não desacoroçôa, não deserta da posição que lhe é confiada: fica em palacio, com a sua familia: os amotinados podem vir... mas não hão de elles chegar, pois ha patriotismo na população pernambucana, na mocidade que frequenta o curso juridico; ha presença de espirito, e prudencia na presidencia: as medidas mais acertadas e oppor-tunas vencem, desarmão os sediciosos, a legalidade triumpho! sómente a victoria custou sangue, cento e trinta victimas pagárão os desatinos revolucionarios!

Inflexivel e severo contra o crime, o presidente de Pernambuco, se o cohibe energico, contra o criminoso vencido não acha mais senão benignidade e brandura: seja desaffrontada a lei, seja salva a sociedade; mas tambem não gema a humanidade, não imperem os resentimentos e as paixões no que não é do seu dominio.

O Sr. Pinheiro de Vasconcellos foi tambem diversas vezes presidente da sua provincia natal, foi de 1832 a 1834, e de 1841 a 1844; foi-o de novo em 1848, e a provincia agradecida, sem que elle houvesse solicitado os seus votos, sem que ao menos houvesse declarado a algum amigo que os desejava, sem a menor cabala sua, ou de amigos por elle autorizados, o apresentou duas vezes á escolha da corôa para senador do Imperio. Quando tantos pedem, instão, enredão, esses votos espontaneos são a mais doce das recompensas.

Em 1850 o monarcha o nomeou veador da casa imperial.

Honras pois não faltárão ao digno Brasileiro, honras não solicitadas, talvez nem desejadas pela sua modestia, mas recompensa devida aos serviços que teve a fortuna de prestar.

Entre esses serviços omittimos os que na justa repressão do trafico de Africanos prestou, quando presidente da provincia da Bahia. Todos os meios de que podia dispôr, elle os empregou, fez aprisionar, condemnar muitas embarcações, processar os donos e tripolações dellas, distribuir os serviços e a tutela dos Africanos que trazião pelas repartições publicas, pelos estabelecimentos de caridade. Nem de outra sorte podia ser: Pinheiro de Vasconcellos aprendêra como magistrado a não illudir a lei, a não pactuar com o crime, e o trafico era crime aos olhos da lei.

Onde porém teve o illustre Brasileiro o melhor galardão do seu procedimento foi no lar domestico: as doçuras da familia lhe forão prodigalisadas. Casado com a Ex^{ma} Sra. D. Maria Francisca de Campos Pinheiro, teve a ventura de viver quarenta annos com ella, sem que nesse tempo o mais leve desgosto lhes annuiasse a pureza do horizonte. Desvelado na educação de seus filhos, acha no amor dellas a unica consolação da amargurada perda da companheira fiel, como acha nas recordações da sua vida, onde não ha uma lembrança que lhe dôa, acha na intima consciencia de que, sempre fiel ao dever, nunca prejudicou a um só cidadão a melhor, a mais appetecivel das satisfações.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S. A. Sisson Editor, Rua do Ouero 45

SEBASTIÃO DE REGO BARROS

Sebastião de Rego Barros

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

O CONSELHEIRO Sebastião do Rego Barros nasceu em 18 de Agosto de 1803, em Pernambuco, sendo seu pai o coronel Francisco do Rego Barros, e sua mãe a Ex^{ma} Sra. D. Maria Anna Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Destinado á carreira militar, sentou praça de cadete em Setembro de 1817 depois da revolução que naquella provincia annunciou os primeiros impulsos da independencia nacional e da liberdade, que em breve terião de triumphar.

Forão elles porém então, por prematuros e mal dirigidos, facilmente abafados, e o joven militar teve logo em 1818 de marchar para o interior da provincia acompanhando a força que ia restabelecer a ordem ahí perturbada. Nessa occasião teve o seu valor a consagração do sangue; foi ferido.

Em 1819 passou a servir ás ordens do tenente-coronel Francisco de Albuquerque Mello, occupado nas obras publicas. Partidario da Constituição, então proclamada em Portugal, e já concebendo o movimento da liberdade e de engrandecimento da patria que della tinha de sahir, o joven Brasileiro incorreu no desagrado do governo suspeito daquellas éras, e foi pelo capitão-general Luiz do Rego Barreto preso e mandado para Lisboa em 1821.

Depois de ficar algum tempo no Castello, foi solto e obteve licença para seguir, na universidade de Coimbra, o curso de sciencias mathematicas e philosophicas. Mas em 1823 as contestações e rixas entre os estudantes portuguezes e brasileiros, repercussão necessaria da independencia proclamada nos campos do Ypiranga, obrigáram-o a interromper os seus estudos, indo então pedir á França o complemento delles. Em 1825 fez uma viagem á Allemanha, e na universidade de Gottingen em 1826 recebeu o gráo de bacharel em mathematicas; na universidade de Pariz frequenta a escola do estado-maior, e completados assim seus estudos academicos, volta á patria trazer-lhe o tributo de sua applicação.

De Pernambuco, a que chega em Dezembro de 1826, parte logo para o Rio de Janeiro, obtem passagem do corpo de caçadores para o de engenheiros, e na patente de capitão vai servir em sua provincia. Joven de 26 annos, é por ella eleito deputado, e vem em Abril de 1830 tomar assento no parlamento.

Era época de luta renhida entre o poder que não conhecia a liberdade e della se arreceiava, e a liberdade que não conhecia o poder, e o via hostile ao paiz. Os espiritos se agitavão: joven, e votado á liberdade, Sebastião do Rego Barros tomou posição entre os adversarios do poder, e por seu esforço conseguiu que fossem dissolvidos os batalhões estrangeiros, que inconstitucionalmente existião.

Percebendo a aproximação da crise necessaria dessa luta, o joven deputado pressente que seus serviços talvez sejam necessarios na cõrte; aqui fica pois no intervallo das sessões. A revolução apparece: D. Pedro I vai para a Europa; está no throno o Sr. D. Pedro II... Mas a ordem fortemente abalada ameaça a ruina social; cumpre restabelecer, enquanto não se restabelece a paz dos espiritos, pelo menos a ordem nas ruas, a segurança pessoal e de propriedade.

O exercito, indisciplinado pela cooperação na revolta vencedora, havia sido licenciado; a tei ainda não havia creado a guarda nacional; foi necessario improvisar uma força publica. Sebastião do Rego Barros, que não havia querido aceitar a pasta da marinha, é nomeado pela regencia commandante geral dos guardas municipaes da cõrte; mas logo que o primeiro perigo, o que impõe todos os sacrificios, estava passado, por desintelligencias com o ministro da justiça, pediu a sua exoneração.

Então começou para elle uma vida tão excepcional entre nós, que ainda não

tem nome na nossa lingua; os Francezes lhe chamão vida de *touriste*. Sempre reel eito, até os dias fataes do predominio da autoridade rectora, Sebastião do Rego Barros, ao passo que no parlamento occupava a posição de honra de deputado independente, amigo da liberdade que é liberdade, isto é, que se consorciava com a ordem, e considera a autoridade sua alliada, cohibindo-lhe todavia os desregramentos, aproveitava o intervallo das sessões para viajar. Montevideo o viu em 1833, Buenos-Ayres em 1834; de volta, vê e estuda as provincias do Rio-Grande e de Santa Catharina, para onde havia seguido por terra.

No fim da sessão volta para sua provincia; desembarca porém na da Bahia, e segue por terra, atravessando as de Sergipe e de Alagõas.

O intervallo da seguinte sessão é aproveitado para viajar nas provincias de Minas, de S. Paulo, e do Rio de Janeiro. No fim da sessão de 1836, voltando por mar para Pernambuco, soffre uma pessima viagem: depois de 60 dias de perigos e de privações, arribando o barco no Rio de S. Francisco, desembarca elle, e segue por terra.

No fim da sessão de 1837 graves acontecimentos politicos o chamão ao ministerio. A luta entre o poder executivo e o poder parlamentar, luta das mais brilhantes dos nossos annaes, chegára ao seu termo, o regente Feijó deixára o poder; os homens da reorganisação e do futuro forão com o Sr. Pedro de Araujo Lima, hoje marquez de Olinda, regente interino, chamados ao governo, e Sebastião do Rego Barros estreou ahí a sua carreira administrativa, tomando conta da pasta da guerra no sempre lembrado gabinete de 19 de Setembro.

Não pequena era sua tarefa: todos os serviços militares estavam desorganizados, não havia exercito, nem armas, nem provisões bellicas, especialmente não havia soldados, e o recrutamento tão antipathico ao genio brasileiro, tão difficil em época de lutas de partidos encarniçados, embaraçado aliás pela prerogativa assegurada á guarda nacional, e que com razão receiava-se que quizesse ella sustentar, mesmo pela sedição armada, contra o decreto do poder legislativo, só morosos resultados poderia dar. Ora, as circumstancias não consentião morosidade. Rio-Grande via essa fatal revolta que durou 10 annos talar-lhe os campos; Bahia via a sua capital proclamar a republica, e armar-se... O novo ministro da guerra achou recursos na sua actividade; a Bahia foi logo restituida ao imperio da lei; outro tanto aconteceu ao Maranhão, onde o espirito da revolta havia erguido a cabeça nos ultimos tempos do ministerio de 19 de Setembro, e se no Rio-Grande igual fortuna não coroou os esforços da legalidade, não lhe forão elles poupados: o proprio ministro quiz ver por seus olhos, dar opportunamente e com a necessaria presteza as necessarias providencias; foi pois pessoalmente ao Rio-Grande; sua presença animou o exercito, que elle acompanhou até além do rio Piratinim.

De volta para a cõrte, por approximar-se a abertura do parlamento, achou dissolvido o ministerio, e por mais instancias que lhe fossem feitas para continuar na sua pasta, nada o pôde demover de acompanhar os seus collegas, logo depois de apresentar ás camaras o relatorio da sua repartição.

No fim da sessão, enfermo e cansado, volta á sua provincia; ahí recebe do regente, com o habito da ordem de Aviz, a effectividade do posto de capitão, em que até então tinha sido graduado.

Aggravando-se as suas enfermidades, parte em principio de 1840 para a Europa: as duas grandes capitaes, Londres e Paris; a Escossia, a Irlanda, a Italia, não menos que a França e a Inglaterra, são por elle visitadas. Tendo percorrido toda a Italia sem faltar-lhe nem mesmo essa amostrinha de republica de San-

Marino, atravessa os Alpes pelo Monte Cenis, vê a Saboia, a maxima parte dos cantões suissos; admira a famosa quêda do Rheno em Schaffouse; embarca em Basiléa para descer o Rheno, vê todas as lindas cidades das suas margens, atravessa-o em Colonia, chega á Belgica, ali demora-se algum tempo em Bruxellas, segue para a Hollanda, onde chega a tempo de assistir á grande e patriotica solemnidade da inauguração da estatua do celebre almirante Ruitter.

Essa longa digressão, vem-a elle terminar em Paris; dahi, em Março de 1842, vai a Liverpool, e volta para Pernambuco.

Ahi sabe da dissolução da camara que havia sido eleita no meio das reacções e violencias de 1840: na patria, pois, descansa até que a nova eleição o mande outra vez ao Rio de Janeiro para a sessão de 1843.

Em Fevereiro de 1844 ha uma mudança ministerial; em Pernambuco recebe o Sr. Sebastião do Rego Barros convite e instancia para aceitar uma pasta. O novo gabinete ainda não se havia desenhado em sentido reactor contra os principios a que adheria, e os homens a que andára unido o Sr. Rego Barros; recusa elle porém mais uma vez a pasta, e embora declarasse explicitamente não ser a isso levado por vistas de antagonismo politico, o novo ministerio attribue a recusa á malquerença ou á desconfiança.

Os factos se precipitão. Installada a camara, o ministerio divorcia-se da sua maioria, e a dissolução: a reacção prevista realisa-se. Pernambuco é uma das provincias em que mais implacavel se faz ella sentir.

Todavia não tem ella tempo de executar tão completamente a sua obra, que a eleição não dê triumpho ao Sr. Sebastião do Rego Barros e aos seus amigos. Mas contra esses *enganos* da urna ahi estava a acção e o voto da camara na verificação de poderes. Quando chegou á cõrte, o deputado pernambucano achou-se, com os seus collegas, excluido do parlamento.

Deixemos debaixo de um véo os tempos que corrêrão desde esse dia até Setembro de 1848. Apenas digamos que, sendo já tenente-coronel, o Sr. Rego Barros não quiz continuar no exercito, e pediu a sua reforma.

O partido que estivera no poder até Setembro de 1848 não quiz abandona-lo, sem tentar os recursos extremos e as armas da revolta: Pernambuco vio correr o nobre sangue de seus filhos. O Sr. Rego Barros não podia negar então á patria os seus serviços. Nomeado pelo presidente da provincia commandante de um corpo de voluntarios, reunio-se aos bravos que em 2 de Fevereiro de 1849 salvarão, com a cidade do Recife, talvez as instituições do Imperio.

Uma nova eleição manda o Sr. Sebastião do Rego Barros á camara, e em Outubro de 1850 o governo que se preparava para a gloriosa guerra contra Rosas, confia-lhe commissão delicada e importante na Europa.

As camaras tinhão autorizado o contracto de tropas estrangeiras: o Sr. Sebastião do Rego Barros foi encarregado de realisa-lo.

Então percorre elle diversos Estados, entende-se com seus governos, e em Julho de 1851 já estavão contractados, já remettidos para o Brasil, e dirigidos para o Rio-Grande dous mil homens de boa tropa, infantaria, artilharia, e pontoneiros, promptos para entrar em acção.

O Sr. Rego Barros aproveita a sua estada na Europa para visitar o Norte della; Suecia, Noruega, Russia são, depois dos ducados da Allemanha septentrional, por elle vistas. A misera capital da Polonia não podia deixar de chamar a attenção do viajante brasileiro.

Era a esse tempo a exposição universal de Londres; o Sr. Rego Barros não podia perder essa occasião de admirar, reunidos pelo genio da industria, os primores da riqueza e trabalho de todos os povos. Partio pois para Londres, e teve a fortuna de lá chegar oito dias antes do encerramento da grandiosa solemnidade.

Dahi vai a Paris querendo lá passar o inverno, e assiste ao famoso golpe de Estado de 2 de Dezembro que mudou as condições do regimen parlamentar na França e no mundo.

Em Fevereiro seguiu por terra á Hespanha, demora-se algum tempo em Madrid, visita as mais bellas cidades desse reino, Granada, Sevilha, Cadix, onde embarca, e segue para Lisboa.

Em Agosto estava de volta ao Rio de Janeiro, onde se demora para dar conta de sua commissão.

Reeleito para a camara de 1853, faz parte da fracção da antiga maioria, que tomou o nome de partido parlamentar, e trouxe o enfraquecimento e a modificação do gabinete, a subida ao poder do ministerio Paraná, e esse regimen politico que de então até hoje se tem desenvolvido.

Convidado para tomar parte nesse ministerio, não annuo ao convite, mas em prova da sua adhesão ao gabinete, aceitou a presidencia da provincia do Pará, de que tomou posse a 16 de Outubro.

Activo e diligente, em provincia que tanto carece da acção do governo que auxilie e provoque o seu desenvolvimento, o Sr. Rego Barros visitou esses immensos rios, Amazonas, Tocantins, cujos segredos de opulencia mal podem hoje ser calculados, e só o futuro revelará. Não lhe faltarão amarguras na sua administração, não que lh'as predispuzesse a opinião provincial, mas sim de um lado os *filibusteiros* americanos, sequiosos da invasão do Amazonas, do outro as pretenções arrogantes e a ignorancia dos consules inglez e francez com quem teve de lutar.

Estava de volta ao Rio de Janeiro, e preparava-se para, no intervallo das sessões, seguir viagem para os Estados-Unidos, quando o ministerio exigio d'elle que aceitasse a delicadissima presidencia do Rio-Grande do Sul. Repellido o convite, mas querendo provar que a repulsa não era dictada por má vontade, aceitou voltar ao Pará, e continuar na sua administração.

Era o tempo em que a cholera-morbus assolava a população, e sabe-se que de cuidados, que de actividade, que de providencias sanitarias forão indispensaveis nesses dias fataes

Emfim, em Maio de 1856 entrega a presidencia ao successor que lhe é dado, o tenente-coronel Baurepaire Rohan.

Uma ultima excursão em 1857 o leva primeiro aos Estados-Unidos, depois ao mundo asiatico. Chega a New-York em 30 de Dezembro, demora-se em Washington, onde tem occasião, achando reunido o Congresso, de poder conhecer todos os homens notaveis dessa republica-prodigio; percorre as margens do Mississipe e os recentes Estados que ahi florescem. Em Fevereiro de 1858 está em Cuba: filho de provincia cuja industria é essencialmente a produção do assucar, não perde essa occasião de estudar o seu fabrico na opulenta rainha das Antilhas.

Volta aos Estados-Unidos; segue pelos do Norte estendendo as suas excursões até o Canadá, achando a cada momento occasião de admirar a actividade e o arrojo do espirito humano, lançado desimpedidamente nas vias de prosperidade material.

Volta então á Europa, quer seguir caminho da Terra Santa; vai a Baviera, unico Estado allemão que ainda não tinha visitado. Desce o Danubio: em Setembro estava em Constantinopla.

Smyrna, Rhodes, Chypre, Beyruth, Damasco, ruinas de Balbeck, cedros do Libano, Jaffa, Jerusalém, Jordão, Belem, tudo isso que a historia, a tradição, a poesia tanto nos tem feito admirar, tudo isso a que se prendem tantas recordações, umas de grandeza humana, outras de bondade e magestade divina, o viajante brasileiro visitou. De volta ao Egypto, a cidade de Alexandre, o Cairo, todas as maravilhas da terra dos Pharaões e dos Ptolomeus, pôde-as elle admirar. Atravessa o istmo de Suez em estrada de ferro, chega ao mar Vermelho, e pôde vêr o lugar em que Moysés com os descendentes de Jacob atravessou esse mar, aberto miraculosamente na sua presença.

De Alexandria a Malta, dahi á Grecia... O Pireu, Athenas, Salamina, Marathona.

Dahi vai as ilhas Jonias, e em Corfú reconhece a reacção do povo contra a oppressora protecção ingleza.

Não se esquece da bella Sicilia. Dahi a Napoles: na sua primeira viagem a essa cidade o Vesuvio estava coberto de neve, agora o acha vomitando fogo.

Nem um Brasileiro vio mais terras, sentio pois mais fortes e mais variadas impressões do que o Sr. Rego Barros. De tudo quanto vio achámos noticia em livros de viajantes, de politicos, de historiadores, de poetas; são porém todos elles estrangeiros.

As impressões de um Brasileiro, de um filho de nossa America meridional devem ser curiosissimas, sendo tão diversos os pontos de partida e os termos de comparação.

Para terminar a sua vida de viajante havia o Sr. Rego Barros assentado visitar no fim da sessão de 1859 algumas provincias do Brasil, ver a famosa cataracta de Paulo Affonso, compara-la com a tão gabada do Niagára... Mas, nos fins da sessão, uma mudança ministerial o obriga a tomar conta dessa pasta da guerra que tantas vezes havia rejeitado. As exigencias da politica cede a sua resolução: hoje S. Ex. é ministro, e assim ao cabo de 21 annos prende o seu presente ao seu passado.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de SA. Sisson, Editor, Rua do Cano 45

MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELLOS

Miguel de Frias e Vasconcellos

MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELLOS

MIGUEL DE FRIAS E VASCONCELLOS nasceu a 13 de Outubro de 1803. Filho de um militar (o tenente-coronel Joaquim de Frias Vasconcellos), seguiu a carreira de seu pai e assentou praça como cadete no 1º regimento de cavallaria aos 15 annos de idade. Official de artilharia dahi a tres annos, elle procurou logo illustrar o seu espirito e seguir o curso da escola militar. Merecendo distincção pelos seus progressos e actividade, adiantou-se seguidamente nos postos até o de major graduado.

Estava elle encarregado da repartição do quartel-mestre general quando se derão os acontecimentos de Março de 1831. Não temos de fazer neste momento uma apreciação historica daquelles acontecimentos, nem o desfecho material de uma revolução que estava feita nos espiritos. Sabe-se o procedimento sensato e verdadeiramente nacional que teve o exercito naquella quadra. Só diremos que o official mandado em 6 de Abril a S. Christovão pelo general Francisco de Lima ao Imperador D. Pedro I representar-lhe sobre a situação foi Miguel de Frias e que a resposta que lhe deu o Imperador foi entregar-lhe o seu decreto de abdicção. Estas palavras: «Diga aos Brasileiros que estimarei que sejam muito felizes.»

O homem, que ouviu as ultimas palavras que D. Pedro soltou como Imperador do Brasil, comprehendeu desde então a fragilidade das posições elevadas e tomou consigo o compromisso de viver pelo povo e com o povo.

O que elle fez por essa idéa, se nem sempre foi justificado pela razão calma, pôde-se assegurar que partio das inspirações ardentes de seu generoso caracter.

Affrontando o perigo e a morte, elle era o primeiro que se expunha quando se tratava de combater por um principio que lhe merecia assentimento.

Uma vez (a historia o refere largamente) elle chegou a encontrar-se só: então pagou com o exilio a sua coragem; e depois, não podendo estar longe da patria, veio submeter-se a um julgamento militar.

Na sua carreira militar Miguel de Frias foi um dos mais valentes pacificadores da revolta dos soldados estrangeiros em 1828; serviu com grande distincção no Rio-Grande do Sul de 1842 a 1844, e na campanha do Estado Oriental, sob as ordens do general marquez de Caxias, que o requisitou para chefe do estado-maior.

Como homem de sciencia, esteve em varias commissões, e em todas ellas ad-

quirio um nome honroso. Foi director do arsenal de guerra, presidente da commissão de melhoramentos do material do exercito e director das obras publicas desta cõrte, quer civis, quer militares.

O povo desta capital recorda-se com gratidão que a esforços de Miguel de Frias, auxiliado pela franca coadjuvação do Ministro do Imperio marquez de Mont'Alegre, devemos o encanamento das aguas de Maracanã, que libertou-nos das grandes calamidades por que passavamos em certo periodo dos annos anteriores, e tornou esta cidade a mais notavel do mundo a este respeito.

Tambem nunca cidadão algum obteve uma prova de tanta sympathia e consideração como Miguel de Frias do povo desta capital. Em 1852, procedendo-se á eleição municipal, foi elle eleito presidente da camara com 4,431 votos, principalmente das freguezias da cidade; e, tendo o governo annullado essa eleição, maior numero de votos concorreu ás urnas em favor daquelle nome, que ficou de novo collocado no primeiro lugar dos vereadores.

Passou então a tomar a iniciativa em muitas medidas que até ali só pudera aconselhar ou indicar. O povo, sempre com os olhos nelle, foi acompanhando e applaudindo todos os seus passos, todo o seu empenho em dota-lo com os melhoramentos que as forças e recursos da municipalidade permittião.

Pôde-se dizer de Miguel de Frias que foi o ultimo homem verdadeiramente virtuoso nesta cõrte. Nos derradeiros dias de sua vida, já angustiado pela molestia e condemnado pelos medicos, era elle procurado como o conselheiro e o protector dos desvalidos.

Intelligencias elevadas não praticar com o enfermo, porque no contacto com seu nobre caracter sentião-se mais fortes para resistir ao egoismo que nem tem invadido.

Suas virtudes erão simples e sem apparato; suas aspirações pessoaes modestas; seu patriotismo illimitado.

Depois de ter sido útil ao seu paiz, como militar e como engenheiro, mostrou que, para seu grande coração, beneficiar a sua patria no horizonte que lhe fõra circumscripto, não era bastante; votára-se tambem á educação da infancia desvalida; entrára no horizonte da humanidade.

Zeloso pela educação dos meninos pobres, era desde muitos annos o presidente da Sociedade Amante da Instrucção, que, recolhida no silencio da mo-

destia, tem feito serviços da maior utilidade. Para que essa benéfica instituição se firmasse em uma base sólida, Miguel de Frias, por esforço de probidade e economia (e esse louvor cabe também aos seus companheiros da direcção), accumulou um capital de 100.000\$, que assegura o futuro das escolas da sociedade.

Esses dotes especiaes que não pudera manifestar no commercio dos homens, e nas lides de sua afanosa vida de militar e engenheiro, mostrou auxiliando e empregando a maior solícitude por uma instituição dessa ordem.

Graças a elle, essa instituição prosperou tanto, que pôde assegurar asylo e educação aos que são lançados no mundo só para sentir todo o abandono e isolacão.

Fiel representante das virtudes dos bellos tempos da independencia, tinha a todo o patriotismo dos grandes vultos que nelles figurárão, e toda a honradez, toda a simplicidade de costumes que tornão o homem venerado pelas massas.

O brigadeiro Miguel de Frias mostrou que a classe militar pode illustrar-se por mais de um titulo. Como militar, sua espada representava o valor; como homem de sciencia, ganhou renome e ao mesmo tempo o reconhecimento e elevadas sympathias do nosso publico; como homem de character, toda a sua vida foi um bello exemplo a seguir.

Foi por todos esses titulos que elle se ergueu tanto, e gravou seu nome no coração do povo.

No meio deste elle parecia um de ses tribunos moderados e prudentes que outrora inspiravão-lhe amor e dedicacão á patria. Não se elevára senão por seus actos; se as circumstancias o tivessem revelado mais cedo, melhor teria sido julgado: o povo comprehenderia desde logo tudo que havia nelle de digno e de nobre.

Nas lutas intestinas, na ultima luta com o estrangeiro, Miguel de Frias prestou relevantissimos serviços. Tão modesto como patriota, entendia que cumprindo, ou indo mesmo além de seus deveres, nada fazia que merecesse tantos signaes de estima e distincção da parte de todos aquelles que, não pertencendo ao povo, o julgavão sem prevençã e sem inveja.

O nome de Miguel de Frias e Vasconcellos não se inscreverá ao lado dos que deixão as notabilidades politicas do nosso paiz; porém terá uma memoria não menos duradoura: existirá na nossa historia militar e na historia dos melhoramentos de nossa capital; existirá sobretudo no coração do povo.

Se lhe falhassem outros titulos de recommendacão á saudade dos homens de bem, bastar-lhe-hia esta singela inscripcão no tumulo: « Foi o protector da infancia desvalida. »

O distincto Fluminense o brigadeiro Miguel de Frias e Vasconcellos falleceu no dia 25 de Maio de 1859.



OS CONTEMPORANEOS



S.A. Sison Editor Rua do Cano 45

VISCONDE DE JEQUITINHONHA

Visconde de Jequitinhonha

VISCONDE DE JEQUITINHONHA



ESCREVENDO o esboço historico de Washington disse o Sr. Guizot: « Duas cousas grandes e difíceis são de dever para o homem, e podem fazer a sua gloria: supportar a desgraça, e a ella resignar-se com firmeza; crer no bem, e nelle confiar com perseverança. »

Nestas poucas palavras do celebre litterato politico eu vejo resumida toda a grande existencia do homem publico, cuja biographia pretendo escrever com a exactidão e a verdade que a historia me impõe.

Os grandes combatentes na arena politica da Europa, e dos Estados Unidos da America, não se podem comparar com os nossos, quando consideramos as difficuldades com que se luta n'um paiz em que as populações são disseminadas, os interesses desligados, e as idéas politicas mal comprehendidas. A politica na Europa é manobrada com todos os recursos dos governos representativos, o homem politico tem só uma grande necessidade — o merecimento grande. — Orador, falla ás turbas immensas e unidas por interesses e sentimentos iguaes, arrasta-as e vence. Não é assim no Brasil. Não temos o habito das grandes assembléas do povo, nem a educação politica. O tempo consumido em mil distrações e na ociosidade dos povos tropicaes mal chega para o arranjo dos negocios particulares. A politica é um accidente neste paiz. E verdade que presentemente se começa uma revolução moral no espirito publico no sentido de preoccupa-lo com as soluções politicas, pois que nestes ultimos annos inda os mais indifferentes soffrêrão a saneção de seu abandono sendo compromettidos nos seus mais avultados interesses.

É preciso ter uma resignação inesgotavel e uma coragem inteira para o soffrimento, se se quer sustentar o peso da nossa politica, que força o homem publico a discutir, e persuadir individuo por individuo, a animar á uns, e a attrahir á outros. Estes trabalhos minuciosos consomem o tempo, e afadigão os espiritos ainda os mais robustos, e os distrahem dos estudos.

Nos grandes povos os partidos combatem com grandes exercitos, de maneira que os odios e os ciumes particulares não se apresentam, ou pelo menos se não fazem sentir. Entre nós ainda não se verificou essa identidade de crenças e sentimentos. O homem politico tem muitas vezes necessidade de defender-se, e repellir as injurias e as calumnias individuaes que não interessão o povo, de maneira que elle tambem se julgue offendido. Na Europa os homens politicos defendem e repellem as injurias e as calumnias lançadas por um partido a outro; e essas defesas e ataques são verdadeiros acontecimentos publicos.

Remonte-se o leitor ao anno de 1822 no Brasil, no theatro da guerra a mais gloriosa e a mais cruel em odios e resentimentos — á provincia da Bahia —, e comprehenda quanta resignação não foi mister desenvolver aquelle que tinha concebido o pensamento immenso da independencia.

A causa da independencia do Brasil é uma das mais justas que se tem

pleiteado, nós tinhamos o direito de sermos tratados como irmãos, e a metropole pretendeu reduzir-nos de novo a colonos. Mas esta intenção reservada da metropole, não era comprehendida por todos. Foi preciso pois convencer os Brasileiros da Bahia do plano liberticida das côrtes portuguezas e de suas idéas infensas ao Brasil. Apareceu a imprensa habilmente manejada pelo homem, que depois se collocou á frente do movimento da independencia. O publicista se fez conhecer e admirar. Entretanto não era bastante discutir, cumpria apaixonar — convocárão-se os clubs — o orador vehemente appareceu e dominou.

Porém, antes que a idéa da emancipação politica conquistasse decididos combatentes, e se formasse um grande partido capaz da execução, quantos perigos não correu o grande Brasileiro que ousou concebê-la, préga-la, e leva-la a combate na mais temivel praça de armas portuguezas? Quantas decepções soffridas, tentativas mallogradas, quantos acasos tristes e imprevisos, sem fallarmos de ciumes e perfídias cruéis?

Tudo soffreu com a maior coragem o cidadão Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

Eis o primeiro esboço deste grande ser, que a victoria da independencia e a gloriosa deportação pela dissolução da constituinte deu a conhecer em todo o Imperio, e cuja gloria tem de passar á posteridade, embora a vibora da inveja mais de uma vez acesa em colera o tenha acommettido. Não ha baba, por mais impura, que nodôe o livro da historia da liberdade do Brasil.

Nasceu na cidade da Bahia no dia 23 de Março de 1794, sendo seus pais Manoel Gomes Brandão Montezuma e D. Narcisa Theresa de Jesus Barreto, ambos filhos daquella provincia e nella casados.

Destinou-o seu pai para religioso da ordem seraphica dos Franciscanos descalços, para a qual entrou no dia 4 de Outubro de 1808.

Não tendo ainda completado 15 annos de idade, consentio o provincial que morasse no convento da Bahia, vestido de secular, até os completar, e entrar então para o noviciado.

Sentindo-se porém com pouca vocação para a vida claustral, sete mezes depois sahio do convento contra a vontade de seu pai.

Quiz assentar praça no regimento de artilharia daquella provincia, do qual era capitão o celebre Manoel Pedro; ao que decididamente se oppuzerão seus pais.

Depois de ser alumno da primeira escola de medicina da Bahia, e em menos de tres annos, fez os respectivos exames, foi em 1816 para a Universidade de Coimbra, onde se formou em leis, sendo premiado no 3º anno.

Tendo lugar naquelle reino os successos de 24 de Agosto de 1820, quando ainda sangravão as feridas abertas em todos os corações brasileiros pela revolução de 6 de Março de 1817 em Pernambuco, concebeu o projecto da independencia do Brasil, e nelle mais se fortificou quando, repercutindo no Brasil aquelles successos de 1820, chegou a Portugal a noticia de que a Bahia se desligára do reino do Brasil para unir-se a Portugal; e delle receber im-

mediatas ordens : noticia que por tal modo revoltou a todos os Brasileiros, que nenhum delles obedeceu ao edital da camara municipal de Coimbra, que ordenou tres dias de luminarias; e isto praticarão espontaneamente, sem que houvesse anticipado ajuste.

Para deixar em Portugal amigos, e trazer para o Brasil um vinculo prestigioso que não parecesse obra do momento, creou logo em Coimbra uma sociedade politica com o nome grego de Keporatica, ou dos Jardineiros, com o fim ostensivo de promover e sustentar a liberdade do povo portuguez. As côres desta sociedade erão a verde e amarella, côres que ao depois, por uma mui notavel coincidência, forão e são as do Brasil, o que attestarão todos que forão della membros.

Chegado á Bahia em Setembro de 1821, procurou ao vice-presidente da junta provisoria de governo a quem antes de ir para Coimbra estava no habito de prestar uma veneração sem limites pelo seu saber, e patrióticos sentimentos; e expôz-lhe com franqueza o seu projecto, que foi por elle ardentemente reprovado, dizendo: que necessitamos ainda de bons dez annos para nos prepararmos para tão ousado feito, e que qualquer tentativa atrasaria muito o Brasil e o passo que aliás elle e todos os Brasileiros tanto desejavão dar.

Era um moço, e outro velho, não se raciocina com a alma heroica. Estas razões não o puderão convencer. Despedio-se, pedindo-lhe licença para daquelle dia em diante nunca mais o visitar, e fazer ao seu governo a opposição que pudesse. A religião do patriotismo tem seus sacrificios.

Respondeu-lhe com emoção: tentou ainda demover o joven patriota de seu proposito; mas em vão; abraçou-o e despedirão-se com sensíveis demonstrações de amizade. Nunca mais se virão senão aqui no Rio de Janeiro, visitando o vice-presidente da junta provisoria ao Sr. Montezuma quando voltou do seu degredo. Bella vingança do conselheiro desobedecido!

Installou logo a Sociedade dos Jardineiros. Existindo na Bahia uma folha com o titulo de *Diario Constitucional*, propôz ao seu editor, de nome Côte-Real, depois Côte-Imperial, Brasileiro honrado e de grande constancia e coragem, ser o seu redactor, com a condição de nada publicar com referencia á politica, salvo escripto por elle. E concordando começou a escrever no mez de Outubro seguinte.

Tratar immediatamente da grande questão, a independencia, quando não havia ainda um centro commum, e nem se sabia o que querião as outras provincias, era dar azo a que theorias oppostas sobre a fórma de governo apparecessem, e mallograssem a gloriosa causa cujo triumpho tinha á peito.

A união portanto com o Rio de Janeiro sob o governo do principe regente o Sr. D. Pedro foi o alvo de todos os seus esforços, a despeito da commissão de censura que existia.

A junta provisoria de governo que todos os dias pedia forças a Portugal era o principal obstaculo. A tropa brasileira, offendida no seu patriotismo e abatida nos seus brios pela lusitana, detestava a junta.

Para melhor levar ao cabo o seu projecto reunirão-se em conselho militar no forte de S. Pedro officiaes de diferentes patentes e armas, e convidarão-no para o presidir.

Compareceu, e depois de discutir-se o estado de degradação em que estava a provincia, e os erros da junta, propôz que, para maior liberdade de voto, dar-lhe-hia cada um dos officiaes em segredo a sua opinião quanto ao remedio com que cumpria atalhar o mal; e que manifestaria fielmente o da maioria do conselho. Assim se resolveu. Foi opinião unanime que marchasse toda a tropa brasileira para o campo da Piedade e se intimasse á junta a sua deposição, armando-se todos os cidadãos que se lhe quizessem unir. Depois tratou-se de marcar o dia, e assentou-se que fosse na madrugada do dia 3 de Novembro seguinte.

Assim aconteceu; mas a inconstancia, se não a traição, ou por ventura ambas, deliverrão em seus quarteis no prazo dado alguns dos corpos conjurados, sendo o resultado mallograr-se a tentativa, ser o governo victorioso, prender os officiaes mais denodados, embarca-los e remettê-los para Lisboa, em cuja barra se lançou ao mar o distincto e illustrado brigadeiro Boccaciari.

Se até então era a tropa brasileira perseguida, e perseguidos todos de cuja adhesão a Portugal a junta suspeitava tomando-os por amigos da união com o Rio de Janeiro, daquelle dia em diante a junta não conheceu mais limites á sua vingança.

Felizmente chegou o decreto das côrtes que regulava a eleição das juntas permanentes de governo.

A eleição teve lugar no ultimo de Janeiro. Os membros da junta provisoria e os Lusitanos esforçarão-se pela reeleição. Não o conseguirão. Foi completo o triumpho dos amigos da união, se não já da independencia.

Cidadãos conspicuos pelo seu saber e riqueza forão os nomeados. O medo

porém era a qualidade proeminente da nova junta. O medo a malou, e transformou, depois de horribes soffrimentos, em aberta e forçosa revolução os desejos ainda mal traçados do patriotismo.

Conscio das boas intenções do governo, e mais porque o seu primeiro acto foi abolir a commissão de censura, não só o *Diario Constitucional* nunca o aggreião, senão que torneou sempre por elle, combatendo pelo seu credito, e honra, que os Lusitanos nunca cessarão de querer deslustrar; salvo quando na sustentação da causa da patria era de todo indispensavel censurar a dubiedade ou fraqueza de seu systema politico-administrativo para não enfraquecer ou desanimar os espiritos.

Todos, porém, lastimavão que a junta não se prevalecesse do grande prestigio, de que gozava, para abafar o orgulho, e estorvar a insolencia dos Lusitanos, elevando os animos abatidos dos seus concidadãos; o que era facil, visto como era ainda commandante das armas o brigadeiro Manoel Pedro, Bahiano de grande popularidade.

Em taes circumstancias ancorou em 11 de Fevereiro nas aguas da Bahia o navio *Dumbio*, trazendo a noticia de ter sido nomeado o brigadeiro Madeira, official lusitano, commandante das armas da Bahia.

A entrevinda de uma tal noticia era fatal á união, e assim o entendeu o povo. Dias depois recebeu elle por outro navio a carta régia que o nomeava. E logo de si mesmo empossou-se, e officinando ao general Manoel Pedro exigio dos officiaes juramento de obediencia.

O povo dirigio immediatamente uma representação á camara municipal que tinha de insinuar a carta, segundo o disposto no regulamento dos governadores do 1º de Junho de 1678.

No dia 18 foi nomeado o Sr. Montezuma, por alvará da mesa do desembargo do paço, vereador, e mais outros.

Reunidos, e examinada aquella carta régia, acharão: 1º, que na fórma do estylo não a precedera participação á camara respectiva, sendo regra que, sempre que el-rei queria que se desse posse independente de participação por carta régia dirigida á camara, o declarava na mesma carta régia de nomeação, como aconteceu com o conde de Palma e outros; 2º, que sendo necessaria patente registrada na contadoria geral da côrte, como é expresso no § 1º daquelle regimento, o brigadeiro Madeira não havia feito o indicado registro; 3º, que a carta régia não se achava referendada pelo ministro de estado da repartição competente, como determinava a lei de 11 de Julho de 1821. Assim que negou-se a insinuação, e communicou-se á junta de governo. Assim o ardente patriota combatia os inimigos da independencia com a lei portugueza.

A junta, em vez de apoiar a juridica decisão da camara, apoderou-se de timidez, e reuniu em palacio a camara e mais cidadãos; convidou o brigadeiro Madeira e o general Manoel Pedro. As tropas de ambos tinham tomado posições, e, quando o conselho se occupava em discutir, batião-se ellas. Qual primeiro rompeu o fogo não foi bem verificado.

Dahi seguirão-se os horrorosos attentados commettidos pelas tropas lusitanas, que forão as vencedoras, nos nefandos e sangrentos dias 18, 19 e 20 de Fevereiro.

Afugentada desde então a concordia do seio da sociedade e até das familias, cujos membros erão uns Brasileiros, e outros Portuguezes, a revolução estava feita; o mais era questão de tempo, que aliás corria rapido.

O *Diario Constitucional*, que jámais deixou de ser a sentinella da união, aproveitava todos os factos, que a podião servir e provocar.

Publicou a felicitação que os Bahianos residentes na côrte dirigirão ao Principe Regente, e o officio deste á camara ordenando-lhe que promovesse por todos os meios a concordia e união das provincias e dos Brasileiros.

Irritado o general Madeira, espalhou que no dia 13 de Junho a camara ia proclamar a união com o Rio de Janeiro, e tentou prender a camara, e ao Sr. Montezuma principalmente. Para isto das oito para as nove horas da manhã postou soldados nas immediações da camara; mas esta não se reuniu, e não foi avante a ousada tentativa.

Ainda indecisos os espiritos brasileiros pelas consequencias que sóem seguir-se de uma revolução, bem que convencidos que era ella inevitavel, olhados como estavam pelo prisma caliginoso da malevolencia e odio lusitano: para os decidir communicou o Sr. Montezuma como certo ao distincto medico bahiano José Alves do Amaral, indo visita-lo ao lugar onde se achava escondido, que as tropas lusitanas havião resolvido em um dos seus costumados clubs o reconhecimento do governo do Principe Regente, no dia de S. Pedro, 29 de Junho; não só porque assim se reconciliavão com o herdeiro da corôa, e evitavão o desagrado do Monarcha, que nunca levaria a bem que elles o offendessem; senão que sendo inevitavel aquelle successo convinha que delle não tivessem a gloria os Brasileiros, e tanto mais que só assim se poderia ainda evitar a independencia total do Brasil.

E lastimando o Sr. Montezuma com energia que assim tomassem sempre os Lusitanos a dianteira aos Brasileiros, respondeu-lhe o Dr. Amaral que, se julgava conveniente, tinha naquella mesma dia portador para o Reconcavo, e passava a communicar tudo ao Bulcão (o mais rico senhor de engenho do districto da villa de S. Francisco, e onde estavam acoutadas grande parte das praças brasileiras desertadas da cidade) para que avisasse ao coronel Rodrigo Brandão, na Cachoeira, que proclamasse a união, visto como o referido coronel Brandão se havia comprometido com Bulcão a romper a revolução no momento por este indicado.

Assim aconteceu: e no dia 24 de Junho, quando ninguem esperava, rebentou a revolução na Cachoeira e villa de S. Francisco, e dias depois na de Santo Amaro, todas limitrophes. Foi pois aquella inventada noticia o verdadeiro morrão que pôz fogo ao canhão da revolução, e fez desaparecer a indecisão que tantas vezes tem baldado gloriosos acontecimentos.

A provincia ainda não estava preparada para a guerra. Censuráráo depois ao Sr. Montezuma, mas o Madeira tambem não estava. Pedia a Portugal constantemente reforços, respondia-lhes elle.

E que genero de guerra se tinha que fazer? Que preparativos poder-se-hia realisar, de posse os Lusitanos da capital? A revolução pelo contrario apurava os animos e as intenções; e desde logo contava-se com o auxilio do Principe immortal, que se havia posto á frente da causa brasileira. Todavia os timidos não cessáráo de censurar o ousado do joven, e ao immortal Bulcão, ao depois barão de S. Francisco, cuja immensa fortuna pôz á disposição da revolução. Iguaes censuras soffreu com igual resignação o general Washington na libertação dos Estados-Unidos.

Isto feito, fugio o Sr. Montezuma para o Reconcavo. O modo como o fez, os perigos que correu, a traça com que harmonisou um conselho militar que achou reunido no convento da villa de S. Francisco na noite em que chegou e conciliou os dous distinctos coroneis Felisberto Caldeira e Antonio Maria da Silva Torres, aquelle Brasileiro, este Portuguez, e não menos honrado, illustrado, e ardentemente dedicado á causa brasileira, ambos porém profundamente rivaes nos planos de defesa que sustentavão; rivalidade que mal extincta naquella época originaria grandes difficuldades e lançaria em imminente perigo a causa da revolução; e finalmente a influencia que teve na organização do governo provisorio; tudo isto deverá ser publicado desenvolidamente na historia biographica do Sr. Montezuma, que breve pretendemos dar a publico.

Adoptado o plano de governo, foi nomeado membro pela villa da Cachoeira e igualmente felicitado pelos habitantes da de S. Francisco, o que tudo se certifica com documentos existentes.

Installado no dia 6 de Setembro de 1822 com o titulo de conselho interino de governo, foi nomeado secretario, e depois membro da commissão que o mesmo governo, ou conselho, mandou ao Rio de Janeiro felicitar o Principe Regente, e expôr-lhe as necessidades mais urgentes da provincia, attento o estado revolucionario em que estava. As instrucções dadas pelo conselho aos membros da deputação constão de documentos que temos em presença.

Veio por terra até os Ilhéos, e dahi por mar até o Rio de Janeiro, em uma pequena lancha pertencente ao engenho dos Ilhéos, do general Brant, dirigida por um preto. Quasi perdidos antes de montar o Cabo-Frio, por suppôr o mestre ser ali a barra do Rio de Janeiro, desembarcou na côrte no dia 14 de Novembro, e achou a noticia de ter sido aclamado Imperador do Brasil o Principe Regente, e proclamada a independencia.

Fez sem auxilio ou ajuda de custo do governo toda esta viagem!

Os Portuguezes espalhárão logo depois da chegada que vinha fugido, e que os Lusitanos haviam supplantado a revolução. S. M. I. ordenou ao Sr. Montezuma que escrevesse alguma cousa para desmentir essa falsidade e confundir taes intrigantes. Escreveu um folheto com o titulo de *Manifesto*, que foi impresso na typographia nacional. Desgraçadamente o illustre patriota não nos pôde dar um exemplar desse seu trabalho, dizendo-nos que quasi todos os seus escriptos dessa época forão perdidos com a sua prisão e degredo depois da dissolução da constituinte.

No dia seguinte á sua chegada foi apresentado a S. M. I. pelo ministro dos negocios do Imperio, o Ex.^{mo} José Bonifacio de Andrada e Silva, de eterna memoria. O que occorreu nesta audiencia privada é assumpto antes de uma memoria. Dignando-se S. M. I. marcar o dia da audiencia publica, nella compareceu na casa da camara municipal desta côrte, e acompanhado por ella, e por muitos cidadãos, dirigirão-se ao paço da cidade, onde, rodeado de toda sua côrte, houve por bem S. M. I. receber a deputação. O eloquente discurso que o Sr. Montezuma proferio acha-se impresso no 1.^o tomo das *Memorias* do Sr. Accioli. Approximava-se o dia da coroação, e houve por bem S. M. I. mandar o Sr. Antonio Telles, hoje marquez de Rezende, seu

camarista, communicar ao Sr. Montezuma a graça do titulo de barão da Cachoeira, e que por ella o felicitasse.

Depois de agradecer tão honrosa visita e felicitação, despedindo-se o Sr. Antonio Telles, partio logo para a casa do Sr. José Bonifacio. Expôs-lhe o que havia occorrido, e pediu-lhe com a mais viva instancia que fazendo-lhe a honra de pôr na presença de S. M. I. os sentimentos do seu mais profundo e reverente agradecimento, houvesse por bem revogar o despacho; pois uma tal nomeação lhe faria perder todo prestigio na provincia, quer para com os liberaes exaltados, quer para com os monarchistas: aquelles, vendo-o elevado a uma classe que julgão repugnante ao principio de igualdade, de que se dão por unicos defensores; estes, visto não pertencer o agraciado ás familias ricas e poderosas da provincia. No que não convindo S. Ex. a principio, por fim prometteu-lhe ir a S. M. Imperial.

E com effeito no dia seguinte, visitando-o para saber da resposta, S. Ex. o Sr. José Bonifacio informou-o que S. M. I. se dignára annuir ao pedido, louvando muito os patrioticos sentimentos do resignatario, mas que por isso mesmo havia graciosamente resolvido nomea-lo dignitario da ordem que se ia crear, a do Cruzeiro. Ainda insistio em que não tivesse lugar esta ultima graça, pois a revolução ainda não estava terminada. Ao que impôz-lhe S. Ex. silencio, dizendo que uma tal recusa faria crê-lo republicano.

É factó porém que o ter sido então nomeado dignitario causou-lhe, quando chegou á provincia, gravissimos desgostos, e valeu-lhe poderosos inimigos. Todos se julgavão com direito de serem dignitarios, e acreditavão que requerera para si e não para elles.

Fez-lhe a honra S. M. I. de o convidar para jantar em sua augusta mesa. Para dar uma prova de consideração á deputação da Bahia, a convidou tambem para assistir a um grande exercicio de toda a força existente na côrte, e por elle commandada no campo de S. Christovão.

No dia 7 de Dezembro foi recebido membro da nobre ordem dos Cavalleiros de Santa Cruz, sociedade secreta creada pelo Imperador, e regida por um conselho com o nome de Apostolado, cujo chefe era S. M. I. Nessa mesma sessão, que S. M. I. presidio em pessoa, foi nomeado caudel e encarregado da creação de uma palestra na provincia da Bahia, o que cumprio, e grandes serviços fez á causa publica. O documento que temos em mão prova o que fica referido; e nelle se vêem as letras iniciaes do nome de S. M. I. — P. D. A. —, e adiante *Romulo*, que era o nome symbolico por S. M. I. adoptado. Tudo escripto de seu proprio punho.

No dia 10 de Dezembro partio o Sr. Montezuma para a Bahia em uma galera franceza, que ia para Pernambuco, e levava o coronel José Joaquim de Almeida para commandante das armas.

Levou consigo uma imprensa e typos, além de munições de guerra.

Chegando á altura dos Ilhéos e sabendo que a esquadra lusitana cruzava naquellas paragens, ambos deixárão a galera, embarcárão em botes do navio, e seguirão por terra para a Cachoeira.

Ao chegar principiou a escrever um periodico com o titulo de *Independente Constitucional*. Soube então da questão agitada entre o conselho de governo e o general Labatut sobre o dinheiro por este achado no engenho dos Portuguezes Teixeiras, que haviam fugido para a cidade alistados no partido lusitano.

Tomando conta da secretaria cuidou de conciliar o general Labatut, e para isso foi por ordem do governo conferenciar com elle no seu quartel-general. Preoccupado com a idéa de ser aquelle dinheiro, como disse « *primum capientis* », o reputava seu.

Moderou por algum tempo um pouco a linguagem dos seus officios dirigidos ao conselho; entregou-lhe 120:000\$; por fim, erão tão imperiosas e mordentes as suas invectivas, tão desleaes as suas queixas, tão despidas de fundamento as suas accusações, que mais parecião inspiradas pelo odio do que pelo amor á causa que em commum defendião ambas as autoridades.

O governo nunca aceitou, nem recusou o conflicto; mas era do seu imperioso dever expôr fielmente ao governo de S. M. I. o estado real dos negocios da provincia; e formular perante elle suas queixas, não pelo valor dellas em relação ao character publico do mesmo governo, senão pela influencia que poderião ter no exito da causa, e na sorte daquelles que haviam consagrado com seus actos e extremos morrer antes do que sujeitarem-se mais ao jugo lusitano.

As queixas do conselho constão dos seus officios dirigidos ao governo imperial, e archivados na secretaria do Imperio.

Entre ellas, algumas fundadas em actos praticados pelo general, e na sua indolencia para com o inimigo, inteiramente affectavão o seu character como general, e tinham por si a convicção geral e profunda de todo o exercito, que diariamente se desmoralisava e decimava pela inacção, enfermidades, a

ponto de ser opinião de toda a provincia que não se entraria na cidade, nem seriam expulsos os Lusitanos enquanto commandasse elle o exercito, convicção corroborada com o que declarava ao conselho de governo o proprio general. Descrevia-lhe o conselho o estado critico e deploravel da provincia, e lhe pedia instantemente que dêsse pressa ao ataque geral: respondia-lhe o general que não era possível, e que melhor do que o conselho sabia elle o que cumpria fazer: convicção que fez brotar e ser bem succedida a sublevação do exercito, que o prendeu, e deu o commando ao general José Joaquim de Lima, ao depois conselheiro de estado e barão de Magé. E na verdade poucos dias foram sufficientes para que este general atacasse em toda a linha os Lusitanos e entrasse na cidade, e os obrigasse a embarcar! Esta victoria assignalada, coroando de louros o exercito do Reconcavo, mais confirmou no espirito da provincia a opinião já expressada.

A acta respectiva, assignada pelo general Labatut, pelo conselho de governo e por grande numero de cidadãos na villa da Cachoeira, mostra qual foi o resultado da insultuosa ida do general á villa da Cachoeira para depôr o Sr. Montezuma, e rendê-lo no dia 20 de Fevereiro de 1823. Sem exaggeração se pôde dizer que foi tal o excitamento popular que foi o aggreddido que salvou a vida do aggressor.

Elle partio para o seu quartel-general alta noite, e fugitivo!

Para animar o povo, e tornar bem sensível o resentimento bahiano contra os Lusitanos, grande numero das pessoas mais conspicuas da provincia e patriotas tirarão de seus nomes os appellidos portuguezes, e adoptarão em seu lugar nomes de arvores, rios e lugares brasileiros. Foi então que trocou o de Francisco Gomes Brandão Montezuma pelo de Francisco Gé Acayaba de Montezuma. Gé é uma tribu de caboclos, e Acayaba uma das arvores mais bellas do interior da America, como descreve Soutey na sua *Historia do Brasil*.

Levou consigo as instrucções para a eleição dos deputados pela Bahia á assembléa constituinte. Esta se fez antes da expulsão dos Lusitanos, sendo o Sr. Montezuma um dos escolhidos com muito menor votação do que era de esperar da popularidade que gozava antes de vir para o Rio de Janeiro. Este facto deve-se attribuir á desconfiança de uns e á inveja de outros, suggeridas e motivadas pela graciosa recepção com que o honrou S. M. I. Tal é a fraqueza dos homens!

O grande apuro em que se achava a provincia, pela demora do ataque e boatos que corrião, obrigou o conselho a fazer partir immediatamente o Sr. Montezuma para o Rio, antes de se terminar a eleição, com officios documentados, concernentes ao estado em que se achava o exercito.

Fez esta viagem, como a primeira, inteiramente á sua custa, por Minas, subindo ao Rio-Pardo, dahi ao Tejuco, villa do Principe, Cocaes, Marianna, Ouro-Preto, Queluz, Barbacena, até o Rio de Janeiro, onde chegou em fins de Junho de 1823, gastando na viagem 75 dias. Falhou poucos dias, e em mui poucos andou menos de dez leguas!

Foi logo beijar a mão a S. M. I., que se achava enfermo de uma quêda que dera.

O que occorreu nesta primeira visita que teve a honra de fazer a S. M. I. é mais proprio de uma memoria, e por isso se omittte, sendo sufficiente mencionar: 1º, que tendo assentado praça em um dos corpos que se organisarão na Cachoeira, e fazendo serviço sempre que lh'o permittião os trabalhos do conselho, foi de farda beijar a mão a S. M. I., e depois pediu-lhe que lhe fizesse a graça de mandar dar-lhe baixa. Ao que respondeu muito benignamente que não, e que, pelo contrario, se, por ser o Sr. Montezuma formado em leis, não queria servir nos corpos de linha, lhe daria um posto nas milicias. Ainda pediu-lhe licença para instar pela sua baixa: respondeu-lhe o mesmo *rimdo-se*. De sorte que é de crer que o Sr. Montezuma ainda tem praça; 2º, que recebendo, ao chegar aqui no Rio de Janeiro, um officio da junta do governo, de que era ainda membro, no qual lhe communicava ter recebido do governo do Imperador ordem para o enviar para a côrte, e que achando-se nella se apresentasse immediatamente ao mesmo governo; ao visitar S. M. I. e achando-se presentes dous ministros da corôa deu parte a S. M. I. da ordem que havia recebido, e conformemente a ella pediu a S. M. I. que lhe indicasse a prisão onde se devêra recolher! S. M. I. declarou maravilhado ignorar tal ordem, e interrogou os ministros presentes a este respeito, e declarando elles que também não tinham della conhecimento, dirigio-lhe então S. M. I. expressões mui benevolas e graciosas, dizendo-lhe por fim que fosse tranquillo para casa. Ainda hoje é de crer que fosse apocrypha aquella ordem. Não declaramos os nomes dos ministros presentes para evitar juizos temerarios.

Tomou assento na assembléa constituinte no dia 21 de Julho de 1823, e só fez opposição ao ministro da guerra, motor principal, no nosso conceito, da perigosa e fatal reacção manifestada nos actos do governo (*).

Oppôz-se, é verdade, ao titulo de marquez do Maranhão dado a lord Cochrane; não porque elle o desmerecesse, mas sim porque julgava inopportuna e inconstitucional tal nomeação enquanto se não promulgasse a Constituição, que então se discutia, pertencendo a ella o declarar se haveria nobreza, e como, e em que consistiria. O que se praticava em Portugal não podia dizer-se vigente no Brasil depois de sua independencia, visto como tratavamos de nos constituir. E assim o entendeu depois a assembléa constituinte, promulgando a lei de 20 de Outubro de 1823: porquanto, se para terem vigor entre nós as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal, e pelas quaes o Brasil se governára até o dia 25 de Abril de 1821, em que o Senhor Rei D. João VI foi para Portugal, foi mister um artigo do poder legislativo constituinte brasileiro; pela mesma razão e fundamento, se não maior, á nomeação dos titulares devêra preceder uma lei que, ou autorisasse o que tinha lugar na monarchia portugueza, da qual se havia separado o Brasil, ou creasse uma nobreza nova com attribuições politicas ou sem ellas.

Estes argumentos e principios constão dos dous discursos que sobre este assumpto proferio; e julgando-se insultado por esta occasião por um distincto orador, o Sr. Pedro José da Costa Barros, terminou o seu segundo discurso, dizendo: que pelo que respeitava ás expressões offensivas do illustre preopinante (era assim que se dirigião reciprocamente então os oradores), elle lhe daria a necessaria satisfação em lugar competente. Nessa mesma noite o tenente-coronel Antonio Martins, que ainda vive, e mora nesta côrte, filho da Bahia, hoje reformado, teve a bondade de se encarregar do cartel para o dito seu collega, o qual deu tão judiciosa e plena satisfação por escripto, que nada dahi resultou, sendo para notar que, no mesmo dia em que esperava a resposta do dito seu collega, esperava também a do mal agourado pedido que havia feito da mão da virtuosa Sra. D. Marianna Angelica de Toledo Marcondes, com quem casou no dia 7 de Outubro de 1823.

O que se passou entre elle e o seu collega o bispo diocesano, que o honrava com a sua amizade, quando lhe foi pedir dispensa dos pregões, pertence a uma memoria, e por isso também se omittirá nesta occasião.

Antes que fosse nomeado ministro da justiça o desembargador do paço, Clemente Ferreira França, communicou-se-lhe que S. M. I. havia por bem nomeado-o corregedor do civil, em attenção aos serviços por elle prestados até então. Immediatamente procurou a S. Ex., e disse-lhe ingenuamente que não tinha habilidade para ser juiz, pois ser-lhe-hia de grande difficuldade presenciar impassível uma parte cavillosa quando a lei lhe não dava o meio efficaz de pôr termos á cavillação. Respondeu-lhe que fosse dizer isso mesmo ao Imperador. Foi, disse-lhe, rio-se muito S. M. I., e a nomeação não teve lugar.

A assembléa constituinte foi dissolvida no dia 12 de Novembro do mesmo anno. Foi um dos deputados presos ao sahir pela unica porta que as tropas que cercavão a assembléa deixarão aberta do lado do paço da cidade. No meio de uma escolta ião com seus companheiros de exilio, a pé, tomando o lado do paço e rua Direita para o arsenal de marinha, quando uma ordem expedida do paço, onde se achava S. M. I., os fez retrogradar. Embarcárão em um escaler, que os dirigio ao dito arsenal de marinha, d'onde foram levados á fortaleza da Lage, e chegarão ás 11 horas da noite. Encarcerado e incommunicavel em uma das abobadas subterraneas da fortaleza, cuja immundicia de todas as especies seria impossivel descrever, ahi começou o martyrio particular a que o condemnára uma politica meticulosa, se não retrograda, ou ambas as cousas.

O que occorrêra na assembléa enquanto esteve em sessão permanente e no dia da dissolução; o que teve lugar quando chegarão os exilados alta noite á fortaleza, e nos dias que lá estiverão até embarcarem no dia 20 de Novembro no transporte *Lucomia* com destino ao Havre, para onde lhes derão passaportes; e o que occorreu na viagem até Vigo, e dahi até á França, tudo isto julgamos assumpto antes de uma memoria, com excepção apenas dos seguintes factos:

1.º Foram os exilados generosa e humanamente tratados pelo comman-

Maranhão com 43 dias de viagem, communicára o 1º almirante lord Cochrane a noticia de haver feito com que aquella provincia proclamasse em 28 de Julho a sua independencia politica, adhesão ao Imperio brasileiro e governo do Imperador. O Sr. Ribeiro de Andrada propôz que se officiasse ao 1º almirante, reconhecendo os serviços que acabára de fazer á causa do Imperio, promovendo a reunião da provincia ao Imperio, e declarando que a nação jámais os esqueceria. O Sr. Vergueiro propôz o seguinte additamento: « que igualmente se dêm os agracedimentos ás tropas de mar e terra, e aos cidadãos que concorrerão para a liberdade e união da provincia e capital do Maranhão. » O Sr. Silva Lisboa propôz que se supprimissem — que a nação jámais os esquecerá—. Oppôz-se á indicação e ao additamento: 1º, porque tudo isso pertencia ao poder executivo, e não á assembléa; 2º, porque a assembléa havia negado iguaes demonstrações á Bahia quando chegou a noticia de sua restauração e expulsão dos Portuguezes, quando aliás ali é que se tinha verdadeiramente conquistado a independencia.

Esta discussão tomou um caracter extremamente caloroso, crendo-se insultado pelo deputado Sr. Pedro José da Costa Barros.

(*) Na sessão de 2 de Outubro communicou o governo á assembléa que pelo bergantim *Maria*, chegado do

dante da fortaleza da Lage, o qual do rigor que se lhe ordenára só executou o que era absolutamente indispensavel para livrar-se do risco que corria n'uma total relaxação das ordens do governo.

2.º Logo depois da sahida em mar grosso, disse o commandante da *Luconia* ao immediato, segundo este referio ao deputado José Joaquim da Rocha, que a viagem para o Havre era mui perigosa, pois que ião chegar ao canal na força do inverno; que seria melhor arribar a Lisboa, ou a alguma das ilhas dos Açôres; ao que respondêra o immediato que, prohibindo as instrucções arribar aos portos do Brasil ou de Portugal, não poderia jámais annuir á arribada proposta. Então indicou o commandante o porto de Vigo em caso de necessidade.

3.º Quando o commandante se julgou na altura dos Açôres ordenou ao seu immediato que á noite se puzesse á capa, porque temia um baixio naquellas alturas. Sabendo porém o immediato que tal baixa não existia, e que o fim daquella ordem era ver se apparecia por ali algum vaso de guerra portuguez, dos que costumavão cruzar naquella paragem, que os aprezasse; quando entrava de quarto fazia navegar o navio com pouco panno, mas em rumo opposto, pondo-o inteiramente á capa quando tinha de entregar o quarto.

4.º Na altura do golfo da Biscaia, proximo a Bordéos, cahio um temporal no dia 30 de Janeiro, que causou sérias avarias. O commandante arribou a Vigo, em vez de o fazer para os portos da França, gastando para chegar a Vigo 13 dias.

5.º Logo que derão fundo na bahia de Vigo vierão a bordo em uma barqueta o capitão do porto e outro sujeito; este, logo que se approximou do navio, perguntou se não era a charrua *Luconia*, como se a esperasse. Depois soubemos que aquelle sujeito era o consul portuguez *Mendes*.

6.º Fallecendo no dia em que fundeirão o cirurgião do navio, prevaleceu-se desta circumstancia o governo de Vigo para os pôr em quarentena rigorosa de quarenta dias, a despeito de saber que o cirurgião morrêra de excesso de bebidas alcoholicas.

7.º Na tarde do dia 28 de Fevereiro entrarão pela barra a corveta *Lealdade* e um brigue de guerra portuguez, e fundeirão detrás das ilhas que ficão á entrada. O commandante foi á terra e solicitou a entrega dos proscritos, ao que não annuindo o governador Eguia, sahirão, e cruzarão fóra mandando officiaes pela bahia de Marihú, por terra, a Vigo indagar o que se dizia, ou se pretendia fazer a respeito dos patriotas exilados.

8.º Findos os quarenta dias de quarentena, e não desimpedido o navio, os deportados Martim Francisco e padre Belchior desembarcãrão, e apresentando-se ao governador Eguia instárão para que o navio fosse posto á livre pratica. Respondeu o governador que, havendo reclamações do governo portuguez, pendia a sua solução do governo supremo; e voltárão aquelles deportados para bordo escoltados pelo capitão do porto e outro official, os quaes retirando-se de bordo levárão consigo o escaler e a lancha do navio, e no dia seguinte mandou o governador tirar-lhe o leme, e ficárão desde então prisioneiros a bordo.

9.º Pelo intermedio do Sr. Lapeyre, vice-consul de França em Vigo, e do Sr. Lagoanere, consul geral na Corunha, levárão ao governo hespanhol uma representação contra as violencias que soffrião, mostrando que o artigo do tratado de Utrecht que permittia a extradição não se podia considerar em vigor depois de declarada guerra entre Portugal e a Hespanha, não tendo depois de feita a paz renovado as duas nações aquella estipulação. O Marquez de Talarú, embaixador francez então junto a S. M. C., apoiou a representação perante o conde d'Ofalia, ministro dos negocios estrangeiros na Hespanha.

10. Devêrão aos bons e generosos officios daquelle distincto diplomata uma ordem para poderem sahir de Vigo em navio neutro, sendo-lhes absolutamente impossivel executar sem risco esta ordem, visto que, desacoroçoado o governo portuguez da extradição que pretendêra, mandou pela fragata *Lealdade* e um brigue cruzar na barra de Vigo! Representárão de novo, e se lhes mandou a permissão de irem por terra atravessando a Hespanha escolteiros.

11. Estiverão em Vigo incommunicaveis desde 12 de Fevereiro em que ali chegarão até 30 de Abril, em que se permittio aos deportados o conselheiro José Bonifacio de Andrada e a seu irmão Martim Francisco, por doentes, o irem para terra. Aproveitou-se o Sr. Montezuma dessa permissão, e foi com elles.

12. O commandante do referido transporte *Luconia*, na vespera da sua partida, era o official de marinha António dos Santos Cruz, nascido no Brasil. Foi demittido, e nomeado em seu lugar o Portuguez Joaquim Estanisláo Barbosa, capitão-tenente honorario da marinha de Gôa: posto que se lhe fez effectivo posto na armada quando regressou a esta côrte.

13. Se não todos, mais de duas terças partes da tripolação da *Luconia*, que se compunha de 99 praças, havião sido marinheiros aprisionados na Bahia, não só da esquadra lusitana commandada por João Felix, como de outras prezas.

14. Estando os deportados em Vigo, e com a fragata *Lealdade* quasi ao lado, sublevárão-se os marinheiros, armárão-se de achas de lenha e garrafas cheias de agua, pretextando haver delles o pagamento de suas soldadas; tudo porém fazia crer que o fim era prendê-los; e querendo o commandante, ou antes o seu immediato, defendê-los, foi á praça de armas, e só achou seis espingardas, e essas completamente inutilizadas. Defendêrão-se com o escuro da noite, e com as armas que cada um tinha levado! Até que implorando soccorro da força hespanhola, que vigiava o navio, esta deu parte ao governador de Vigo, o general Eguia, e este nobremente ordenou que saltasse tropa dentro d'elle e suffocasse a rebellião.

15. No dia seguinte instárão, e mais os officiaes, para que se procedesse a uma devassa. Por ella conheceu-se que o fim era entregar os deportados á fragata *Lealdade*. Os cabeças forão presos; mas o commandante os mandou para terra, e o consul portuguez os recebeu, e nunca constou que houvesse punição!

16. A incerteza em que estavão do exito da representação, contando apenas com a promessa dos bons officios do consul francez Lapeyre, sem um procurador em Madrid que os escudasse com o seu zelo e dedicada sollicitude, ao passo que apuravão o horror da situação dos deportados, de um lado o estado anarchico em que se achava a Hespanha, e de outro os successos de Villa-Franca, cujas consequencias difficil lhes era calcular, ainda que revogadas fossem; feito assim o juizo de todos em mil voltas, arrastou-se o Sr. Montezuma a offerecer-se para ir disfarçado a Madrid solicitar o deferimento da representação. Para fugir de bordo resolveu-se: 1.º, que o faria em noite de chuva ou de cerração, e meia hora antes da mudança dos guardas de noite, cujos barcos se approximavão mais do navio do que os que o guardavão de dia; 2.º, que nessa noite irião jogar com o commandante os deportados José Bonifacio, Antonio Carlos e Martim Francisco, alim de o entreterem. Despedido de sua mulher e acompanhado do deportado o padre Belchior, fallecido vigario de Pitangui, em Minas, dirigio-se o Sr. Montezuma ás janellas da popa, unico lugar d'onde era possivel lançar-se ao mar. No ponto em que ia fazê-lo chegarão as barcas, e tão proximas, que com muita difficuldade pôde encobrir-se dellas. Dias depois atirárão sobre dous marinheiros que fugião a nado!

Igualmente omitiremos, como mais proprio de uma memoria, os meios que empregou o Sr. Montezuma para conseguir, depois de chegar á Corunha, e ter deixado em Vigo sua graciosa mulher, o vir busca-la; o que occorreu com um malsim mandado vigia-lo pelo governo durante essa arriscada jornada; o que teve lugar em Santander, com ordem de prisão, que lhes foi intimada pela policia como Portuguezes que não tinham passaporte com o visto de consul portuguez com *exequatur* do governo hespanhol; o modo por que foi illudida esta prisão; as scenas horrosas que se passarão em Plencia; o logro que lhes quiz pregar o arraes, justo para leva-los á Socôa, primeiro porto da França, e os demais dissabores por que passarão até que chegarão a Orleans. Mas não podemos omitir o modo por que ao illustre exilado receberão as autoridades francezas, já prevenidas pelo diplomata brasileiro, ali residente! Logo que chegou a Bayonna, achando-se sua mulher ainda enferma, consequencia do máo successo que tivera a bordo da *Luconia*, pediu passaporte para o Havre, onde esperava achar cartas do Brasil e alguma ordem para receber dinheiro, visto como a pensão que se deu era paga no Rio!

Respondeu o sub-prefeito que ia consultar o ministro; e no fim de onze dias, pouco mais ou menos, mandou-o chamar, e disse-lhe que não podia residir nem em departamento fronteiro do mar ou de terra, nem no departamento do Rhône, nem onde existisse residencia real, e que só lhe dava cinco dias para apromptar-se e partir. E que nestes termos, não podendo dar-lhe passaportes para o Havre, escolhesse residencia no interior.

Espantado de tal comminação, disse o Sr. Montezuma que os seus companheiros residião, uns em Paris e outros em Bordéos; e que por isso lhe era impossivel comprehender os motivos de tal excepção!

Esta ordem não foi revogada, e teve de escolher a cidade de Orleans, para onde partio, acompanhado de sua mulher, com um passaporte, no qual, á imitação das cartas de guia dadas aos presos ou galés, ia apontado o caminho ou itinerario que havia de levar, e se ordenava ás autoridades que o prendessem no caso de o encontrarem desviado do referido itinerario, o que sendo visto em Angouleme pelos passageiros com quem ia na diligencia, deu motivo a manifestações exprobradoras de tal procedimento da policia, mórmente vendo-se acompanhado de uma joven esposa, que apenas contava dezeseis annos incompletos!

Em Orleans viveu apertadamente vigiado por espiões de policia, como consta do *Livro negro*, obra official publicada depois da elevação ao throno da casa de Orleans em 1830; deveu a Mr. du Briche, então sub-prefeito daquelle departamento, mil officios de amizade, com os quaes attenuou o furor e adoçou quan-

to pôde o azedume da perseguição. Depois de entreter uma muito desagradavel correspondencia com o nosso ministro em Paris, reclamando a revogação de taes ordens, e a permissão de sahir de Orleans, que se lhe havia dado por homenagem, e nada obtendo, o mesmo sub-prefeito tomou sobre si o permittir-lhe ir a Paris. Entendendo que viveria ali mais commodamente em sua casa do que em hoteis, e receiando sempre nova perseguição ou a sua continuação, deixou sua mulher, e escoteiro partio!

Quatro dias forão sufficientes para que o ministro brasileiro soubesse e a policia o obrigasse a voltar a Orleans. Perdeu então toda a paciencia. E dahi em diante dictava a desesperação, e com o fel o mais amargo escreveu as cartas com que não cessou de mortificar o nosso ministro em Paris. Os lisongeiros são peiores que os abutres, pois que estes devorão os cadaveres, e aquelles os vivos!

Cansado, se não envergonhado por fim o governo francez, de prestar-se e ser complice nos vexames e gratuita perseguição de que era victima o patriota exilado, expedio ordem ás autoridades de Orleans para que fosse levantada a homenagem. Foi então de todo para Paris.

Chegando ali um cunhado seu, pediu passaporte para a Suissa, alim de o metter em Berne no celebre collegio de Mr. Fellenberg. Não foi possível obter passaporte, dizendo-lhe a policia: « traga o *visto* do seu ministro. » Este sempre lh'o negava. Resignado, matriculou seu cunhado no collegio Morin, em Fontenay-aux-Roses. Falleceu! Sofreu o Sr. Montezuma um horrivel ataque de rheumatismo tres dias depois de sua morte.

Melhorou com os banhos sulphureos d'Enghien, e resolveu sahir de Paris, qualquer que fosse o meio. Todos os sacrificios, excepto este, estava prompto a fazer para expiar a culpa de haver servido ao seu paiz e não apoiado a infame politica do dia.

Dirigio-se á policia: deu-lhe a costumada resposta. Procurou o general Lafayette e Mr. Benjamin Constant: contou-lhes o seu caso, e pediu-lhes que se encarregassem de um requerimento seu á camara dos deputados, se não o deixassem sahir de França. Isto feito, foi ao prefeito da policia, e disse-lhe: « que não queria mais continuar a ser prisioneiro em França, pois a falta do *visto* do seu ministro não podia obrigar o governo francez a ser carcereiro do governo brasileiro! E que tinha já o requerimento, e o ia entregar a um daquelles senhores, para ver este ponto de direito publico internacional decidido. »

Respondeu-lhe que voltasse no outro dia. Voltou, e disse o prefeito que podia sahir de França com um passaporte á imitação dos que tirão os Francezes: isto é, por meio de uma justificação perante o commissario de policia do quartirão onde morava; e á vista della se lhe daria passaporte, declarando-se nelle que não era Francez, e o motivo por que se lhe dava passaporte daquella especie. Assim executou-se. O conde de Tasher, par de França, seu intimo amigo a quem communicou isto na vespera e que morava no mesmo quartirão, rua de St-Guillaume n. 3, paralela á des Saint-Peres, quiz honrar esta justificação, jurando nella, e mais o barão de Ferussac, editor do celebre *Boletim Universal de Sciencias*. Á casa de ambos foi o commissario de policia tomar o juramento. E foi assim que partio para a Inglaterra, onde chegou em Julho de 1828.

A celebre Sociedade de Geographia de Paris, sendo presidente o Sr. Jomard, nomeou o illustre proscripto seu membro, e mais outra Sociedade de Sciencias Moraes e Politicas, e de Historia, e a sociedade dos Antiquarios do Norte (na Suecia), e o Instituto dos Advogados em Paris.

A antiga Sociedade dos Templarios, sendo grão-mestre o Sr. Palaprat, havia feito por occasião da guerra que sustentámos com as republicas do Prata uma proposta ao Imperador para assisti-lo com um certo numero de homens na referida guerra, comtanto que reconhecesse S. M. I. a sociedade publicamente no Imperio, e se dignasse ser o seu chefe, pois elle abdicaria.

Veio ao Rio de Janeiro trazer a proposta Mr. du Back, coronel francez. S. M. I. não aceitou, segundo aquelle grão-mestre communicou ao Sr. Montezuma na occasião de o receber cavalleiro, cujo diploma é escripto em latim.

Na França occupou-se sempre em estudar, como a unica vingança que lhe restava, frequentou um curso de botanica no jardim deste nome, sendo professor o celebre e venerando Mr. Desfontaines, e de physica medica na escola de medicina de Mr. Pelletan, e o de phrenologia de Mr. Gall no Athenéo.

Não escreveu cousa alguma na França relativamente aos negocios do Brasil, á excepção de um artigo assignado pelo proprio nome, e dirigido a uma folha de Lyão, que censurou nomeadamente o seu comportamento na assembléa constituinte em relação á opinião que sustentou sobre o titulo de marquez do Maranhão, e outras. Justificou-se, e o jornal pareceu ficar satisfeito, e elogiou-o.

Chegando a Londres, o passaporte que trouxe causou admiração na repartição policial ao apresenta-lo e declarar onde ia morar, o que então se fazia naquelle paiz.

Viveu em Londres, como na França, frequentando os tribunaes do jury e civeis. Visitou Manchester, Birmingham, e Liverpool: examinou suas fabricas, manufacturas e minas, com cartas de negociantes de Londres, que lh'as deu o Sr. Freese, actualmente director de um excellente collegio no Morro-Queimado. Foi á Escossia e Irlanda: demorou-se principalmente em Edimburg, Glasgow, Belfast, Dublin, e no condado de Londonderry.

Depois voltou á França, e não podendo ir á Italia, em consequencia do terrivel inverno desse anno, passou á Belgica, dahi aos Paizes-Baixos: demorou-se o que pôde em Haya, Rotterdam e Amsterdam.

Tendo já dous filhos nascidos em Londres; não se tendo marcado prazo para o seu degredo; achando-se já funcionando a assembléa geral legislativa, e não tendo um só membro della pedido informações ao governo sobre o seu desterro, nem proposto cousa alguma que tendesse ao menos a fixar-lhe um termo; recebendo da Bahia a noticia que na eleição dos deputados á segunda legislatura era primeiro supplente; e reunida esta, pedindo, e obtendo o Sr. Miguel Calmon, hoje marquez de Abrantes, deputado por aquella provincia, licença por um anno para fazer uma viagem á Europa: entendeu que era azada occasião de partir para o Rio de Janeiro, a despeito de lhe negar a legação o competente passaporte; e por uma destas coincidencias inexplicaveis na vida humana fez-se de vela de Falmouth o paquete no dia 7 de Abril de 1831!

Chegou ao Rio de Janeiro com longa viagem. O magno acontecimento politico daquelle dia, e o caliginoso estado em que se achava esta capital, o aterrarão.

No dia seguinte ao da sua chegada indicou na camara o Sr. padre José Custodio, deputado por Minas, que fosse convidado para tomar assento em lugar do deputado o Sr. Miguel Calmon. Assim se deliberou.

No dia 31 de Maio tomou assento, e mais de uma vez temos ouvido d'elle a sincera confissão de que não sentio prazer em ver-se livre do desterro, na sua patria, e no meio dos representantes da nação.

O estado em que se achava o seu espirito, entrevado na escuridão de um futuro para o qual não havia concorrido, e que não podia descortinar, levou-o a adoptar na camara uma posição neutral, não sendo ministerial nem opposicionista. Eis que no dia 4 de Junho apparece na camara o ministro da fazenda com uma proposta para se suspender por cinco annos o pagamento dos juros, e amortisação dos emprestimos externos. A opposição que fez á tal proposta foi ardentissima, principiando logo por propôr, assim que o ministro sahio, a nomeação de uma commissão especial. O que se adoptou, e foi elle um dos membros.

Desde então submetteu-se de bom ou de máo grado ás difficeis e penosas condições de um deputado quasi isolado dos seus collegas por suas idéas e principios.

Nomeada a regencia permanente, fez-lhe a honra o Sr. regente José da Costa Carvalho, hoje marquez de Mont'Alegre, de ir á rua das Violas, onde morava, ás 7 horas da noite, convida-lo para membro do primeiro ministerio da regencia.

Depois de sincera e cordialmente agradecer-lhe a grande prova de sua confiança, expôz-lhe que tendo estado na Europa perto de oito annos, e não pertencendo por isso mesmo ao partido que dera nascimento á actualidade, não podia julgar-se habilitado para ganhar o seu conceito e confiança, sem o que impossivel era contar com aquella necessaria estabilidade. A conversação durou até perto de onze horas da noite, e no fim della teve o prazer de ficar convencido que S. Ex. o regente aceitára benevolamente a sua recusação. O modo por que se comportou nas variadas crises dessa época parlamentar consta das actas e dos jornaes que publicarão os debates.

Foi seu principal intento arrancar o governo das garras dos turbulentos e dos sycophantas, defendendo os principios monarchico-representativos, ameaçados seriamente pelas exagerações da época anormal em que estava o paiz. Para o conseguir defendeu com energia os ministros accusados e os Brasileiros adoptivos: declarou-se na tribuna contra os projectos de lei: 1º, que autorisavão o governo a demittir, e aposentar os empregados que julgasse suspeitos; 2º, que extinguirão os titules, e ordens, até a do Cruzeiro; 3º, que propunhão reformas á Constituição; 4º, que em 30 de Julho de 1832 convertia a camara dos deputados em assembléa nacional; e o que bania o Imperador Pedro I.

Em 5 de Agosto de 1831, talvez o primeiro deputado que teve a *coragem de o fazer*, requereu na camara que se tomassem medidas legislativas contra a importação de escravos, expondo que se fazia no Brasil um grande contrabando em fraude da lei e dos tratados, promettendo até declarar os nomes dos contrabandistas da Bahia; tendo aliás na constituinte energicamente se declarado contra o principio de se abolir o trafico por uma estipulação

diplomática, era de opinião que o fosse por uma lei nacional, afim de evitarmos difficuldades futuras e a vergonha de darmos este passo na carreira da civilização como que forçados pela necessidade de termos reconhecida a nossa independencia pela Inglaterra.

Convencido da urgentissima necessidade de fomentar a nossa industria e commercio, o que modificaria muito a agitação publica, propôz que se nomeasse uma commissão especial para offerecer á assembléa geral um projecto de banco nacional. A camara assim resolveu, e, sendo nomeado membro da commissão, foi offerecido o projecto, que passou; mas teve emendas no senado, as quaes em assembléa geral não forão approvadas; e passou o projecto a ser a lei de 8 de Outubro de 1833.

Da Bahia prevenirão-lhe os cidadãos influentes da época que, se votasse contra as reformas, não seria reeleito. Respondeu: *que havia passado o Rubicon, e repugnava o andar de costas!* Não foi reeleito, apenas obteve 36 votos em toda provincia!!

Foi nesta época que a imprensa do honrado cidadão Nicoláo Lobo Vianna publicou um celebre folheto *A liberdade das republicas*, escripto pelo Sr. Montezuma, o qual tinha por fim pôr barreira ao predominio das idéas federativas e norte-americanas, que então erão muito acreditadas no paiz. Uma publicação da Europa (em França) de grande vulto respondeu a esse folheto monarchista com seu espirito republicano. Ah! se o Sr. Montezuma fosse homem de calcular seus interesses, teria, como fizeram outros, adoptado as idéas do dia; e elle, que tinha trazido da Europa o prestigio da deportação, com facilidade dominaria o paiz, embora depois se convertesse. Elle não é desses.

Foi usar das letras á que lhe dava direito o titulo academico e a sua poderosa intelligencia e conhecimentos juridicos experimentados tantas vezes. Como advogado frequentes vezes sentou-se na tribuna judiciaria, e com tal exito que todos os réos por elle defendidos sahirão absolvidos.

No mez de Abril de 1837 foi convidado pelo regente para ter uma conferencia com S. Ex. em casa de João Silveira do Pilar. Ahi, depois de lhe expôr o regente miudamente o estado politico do paiz, perguntou-lhe se, á vista do quadro que acabava de bosquejar com toda a lealdade, aceitava elle o ser seu ministro.

Tendo accusado na camara em 1831 o regente quando ministro da justiça, julgou do seu dever corresponder á eximia prova de confiança que nesta occasião lhe dava com outra não menos sincera; e respondeu affirmativamente, pedindo-lhe porém que annuisse ás seguintes clausulas: 1º, que S. Ex. não iria para S. Paulo por motivo de suas enfermidades, como lhe havia annuciado, antes do dia 2 de Dezembro; 2º, que o ministerio ficaria completamente livre em sua acção politico-administrativa até ao mez de Março, época marcada por S. Ex. para a sua volta; 3º, que, se S. Ex. achasse o estado politico-administrativo do paiz a seu contento, o ministerio continuaria. S. Ex. annuiu ao que expuzera; e entrou para o ministerio o Sr. Montezuma em 16 de Maio do anno dito, poucos dias depois de uma reunião em casa do regente, expressamente convocada para tratar do estado do paiz, attenta a opposição que se manifestava já. As questões que absorvião então toda a attenção publica e constituição a principal alavanca da opposição erão a confirmação do bispo eleito para a diocese do Rio de Janeiro e as nossas relações com Montevideo, attenta a guerra civil que lavrava e devastava a provincia do Rio-Grande do Sul. O patriotismo e a religião erão pois os dous pedestaes ou apoios em que descansava e assentava o poderoso motor opposicionista. Logo, era mister e urgente dar uma solução prompta a estas questões. Como ministro da justiça e dos negocios estrangeiros, dellas se occupou immediatamente.

Emquanto á 1ª offereceu a monsenhor Fabrini, então delegado do papa nesta cõrte, um projecto de concordata, e a elevação a arcebisado da diocese do Rio de Janeiro, nomeando-se para ella um arcebispo, que seria outro que não o bispo eleito Moura, o qual seria confirmado bispo *in partibus*. O Sr. Fabrini, trasbordando de verdadeira satisfação, approvou o indicado expediente, dizendo: «que era assim que se encarava a questão em grande, e não mesquinamente como o havia sido; que estava certo que S. Santidade conviria, porque deste modo não só ficavão satisfeitos os seus escrupulos de consciencia e a dignidade da corõa imperial, como que era uma medida eminentemente util á Igreja brasileira, visto como por este plano ficava o Imperio dividido em duas metropoles, a da Bahia para o Norte, e a do Rio de Janeiro para o Sul, divisão reclamada pela grande extensão do paiz.»

Não transcrevemos aqui os artigos da concordata, por ser isso mais proprio de uma memoria, e constarem elles dos respectivos documentos existentes na secretaria dos negocios estrangeiros.

Emquanto á 2ª escreveu logo ao general Manoel Oribe, presidente da Republica Oriental, de quem era amigo, sobre o assumpto; e aquelle general, accedendo da melhor vontade, respondeu-lhe: que, em prova da considera-

ção e confiança que lhe merecia o actual ministerio, ia com promptidão fazer partir um encarregado de negocios para esta cõrte. E na verdade aqui chegou pouco tempo depois o Sr. Villademoros naquelle character.

A enfermidade, porém, do regente augmentava diariamente, e resolveu dar a sua demissão. O que occorreu antes della, e depois, é mais proprio de uma memoria.

Esteve portanto o Sr. Montezuma quatro mezes no ministerio; dentro delles era impossivel terminar o que havia encetado.

Em 1837 foi nomeado deputado pela Bahia, e tendo lugar a maioridade do Imperador em 1840, para a qual votou, e pugnou como necessaria, não só pelas circumstancias em que se achava o paiz, como porque não era conveniente, sem ter ella lugar, cuidar do casamento das princezas suas augustas irmãs, nomeou-o o ministerio da maioridade enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto ao governo britannico, e deu-lhe a carta de conselho. Exerceu aquelle lugar até 24 de Agosto de 1841, tendo tomado posse delle a 5 de Dezembro do anno anterior.

Fez ali um importantissimo serviço, e foi o de providenciar o pagamento em Abril do juro da divida publica externa, não concorrendo para isso a agencia do Brasil, e sem que o thesouro publico soffresse os prejuizos que de uma tal situação sóem seguir-se.

Chegando de volta ao Brasil, continuou a advogar. Foi membro da assembléa provincial do Rio de Janeiro durante duas legislaturas, e teve a honra de ser seu presidente.

Creou o Instituto dos Advogados e o presidio desde sua installação em 7 de Agosto de 1843 até que, sendo em 14 de Setembro de 1850 nomeado conselheiro de estado extraordinario, deu a sua demissão, por julgar este lugar incompatible com o exercicio da profissão de advogado, segundo expôz em um discurso que proferio em sessão publica e solemne, na qual o mesmo Instituto, aceitando com pezar a demissão do seu socio fundador, o nomeou seu presidente honorario (*).

A Associação dos Advogados de Lisboa, memorando os serviços por elle prestados á ordem em geral dos advogados, nomeou-o seu membro correspondente.

É um dos mais antigos membros das sociedades litterarias do Rio de Janeiro, Auxiliadora da Industria Nacional, de Estatistica, e da de 2 de Julho da Bahia, do Instituto Historico e Geographico, e membro honorario da academia das bellas-artes.

Tres vezes foi apresentado á corõa em lista triplice para senador: duas pela Bahia e uma pelo Rio de Janeiro. Por carta imperial do 1º de Maio de 1851 foi nomeado senador. O grão de ardente entusiasmo com que lhe derão os seus votos, quasi unanimes, os seus concidadãos de todos os partidos, consta das folhas da época da cidade da Bahia, onde se acharão descriptas e transcriptas as festas e felicitações das camaras municipaes e dos povos dos lugares por onde passou.

Em 2 de Dezembro de 1854, havendo por bem S. M. I. agraciar com um titulo a cada um dos seus conselheiros de estado, foi nomeado visconde de Jequitinhonha, com grandeza.

Teve sempre a maior sympathia pela armada nacional, e desejando ter officias habeis de marinha na sua familia pediu ao governo para solicitar da Grãa-Bretanha a permissão de entrarem para a armada ingleza dous filhos seus, um de nome Arthur Leão Marcondes de Montezuma, e outro Leonidas Marcondes de Montezuma, na qualidade de aspirantes. O governo britannico consentio. Deos, porém, mallogrou a vontade do homem. O primeiro falleceu no naufragio do brigue a vapor inglez *Aveiger*. O segundo, depois de estudar ali sete annos, fazer seus exames, ser approvado com grande louvor, foi uma das victimas de uma epidemia que appareceu a bordo, e por fim ficou cego. Referimos isto unicamente para explicar a razão por que é o Sr. Montezuma commen-

(*). Obteve do governo imperial o Decreto de 23 de Novembro de 1844, pelo qual se concedeu aos membros do Instituto o uso de veste talar, barrete e outros privilegios. Propôz no senado e passou um projecto de lei constituindo definitivamente a ordem dos advogados. Na camara dos deputados nunca se lhe deu andamento. E assim ficou a profissão honrosa e de publico interesse sem unidade, sem prestigio, e inteiramente sujeita aos caprichos e paixões dos litigantes. Reduzida a advocacia a uma mera industria privada, crescerão as *quotas lites*, cahindo em declinio o estudo da jurisprudencia classica e as praticas de severa moralidade. Sem disciplina a advocacia em seguio ás pressas o caminho da licença, quicá da ganancia. Ante os nossos tribunales não ha pretensão, por mais desarraçada, que não tenha patrocinio. Dando-se um mal entendido desenvolvimento ás immundidades dos advogados, assumirão estes violentamente o poder de defender e accusar contra suas proprias consciencias. Especialmente no jury é raro encontrar um patrono que não peça a absolvição do crime o mais provado. A argucia e o mais grosseiro sophisma são manobrados com a arte do chicanista para illaquear a boa fé ou a ingenuidade dos cidadãos jurados. Ora, quando o advogado não respeita a lei, a sua consciencia, e principalmente a honra de seu grão academico, como exigir do resto do povo esse respeito e veneração, que por si só fazem a fortuna politica e social da Inglaterra?

Talvez aconteça grande resistencia e se offereça difficuldade maior em reformar o estado presente, quando o abuso á força de praticar-se tenha como que constituido um direito consuetudinario, ou uma posse, inda que de má fé. Entretanto é certo que o Sr. Montezuma conheceu o mal, e tê-lo-hia curado, se em vez de estar na posição de propôr, pudesse decidir.

dador da ordem portugueza de Nossa Senhora de Villa-Viçosa, e vem a ser: o primeiro de seus filhos achou-se a bordo da fragata ingleza, que foi ao Porto em defesa do governo portuguez contra os rebeldes, cujo chefe era o conde das Antas. Ali prestou serviços que merecerão a attenção do governo portuguez, o qual, em correspondencia com o nosso ministro em Lisboa, declarou que offerecia ao pai a prova de consideração que devia ao filho fallecido. Que maior gloria pôde alcançar um pai neste mundo do que a de ser galardoado por uma nação estrangeira, como para convence-lo e á sociedade em que vive das virtudes e do merecimento do filho! Só uma homenagem tal e tão solemne poderia dar ao quadro das tristezas do pai um bello claro. Dizem os moralistas que o amor desce do pai para o filho; entendemos porém que as honras devião subir do filho para o pai.

Por decreto de 20 de Agosto de 1839 foi nomeado conselheiro de estado ordinario, e tomou cadeira na secção de fazenda.

O visconde de Jequitinhonha conta 66 annos de idade, e apesar das grandes provações por que tem passado, correndo todos os perigos das crises as mais extraordinarias do paiz, nas quaes figurou principalmente; apesar dos profundos golpes que seu coração de pai e de esposo tem supportado, perdendo um filho no fundo do mar, victima de horrivel naufragio, e recordando-se todos os dias da desgraça daquelle para quem a luz não existe, apesar da luta de gigante que teve necessidade de sustentar contra seus adversarios politicos, em que mais de uma vez foi acommettido pelas costas e nas trevas; apesar de seus porfiados combates oratorios, ainda tem esta robustez de espirito e generosidade do coração, que fazem invejar os mais noveis. Dotado de memoria prompta, de argumentação logica sem asperidade, de palavra altiva e dominadora; preparado para todas as questões, pois sem quebra do merecimento alheio se pôde dizer que é a mais vasta intelligencia que orna o senado brasileiro: — razão clara, força de vontade capaz de conceber e de executar, e com um nome illustre, porque está escripto nos livros das victorias da liberdade brasileira: parece que a Providencia, conservando-lhe a vida, depois de haver chamado aos destinos de alémtumulo a mór parte de seus companheiros da independencia, o reserva para novas, se não mais gloriosas épocas.

A paixão da politica, como uma chamma ardente, se apoderou da sua alma desde a tenra mocidade de academico em Coimbra, e ainda não conseguiu consumir esta natureza secular. Desde 1822 que elle soffre as consequencias de uma politica versatil e exclusivista, e se um ou outro dia se annuncião bellas auroras, durarão pouco tempo, e se transformárão em noites negras.

Sem riquezas materiaes, foi de mister multiplicar esforços e sacrificios, para sahir triumphante dos odientos combates de uma politica estreita e mesquinha. Quantas vezes os principes do dinheiro o esperárão no desfila-deiro da necessidade para o seduzir, e depois atraçoar; quantas vezes o quizerão vexar alardeando compromissos, que o trabalho honesto e assiduo solveu real por real, sem que o caracter perdesse nem sequer as feições de sua independencia elevada até o heroismo.

Luta antiga tem sido esta entre os principes do ouro, e os do entendimento, que a ganancia de uns e o espirito de submissão de outros têm de perpetuar.

O visconde de Jequitinhonha é uma intelligencia forte, cheia de recursos, e uma actividade que se não gasta. No meio das mais desencadeadas procellas politicas — advogava extensamente — fallava quasi toda a sessão da camara dos deputados — escrevia para a imprensa, assistia aos clubs, sustentava uma correspondencia immensa — e estudava. O trabalho e a economia constituirão-no inteiramente independente.

Como todos os grandes oradores, suas orações fizerão victimas, que nunca lhe perdoarão o martyrio, pelo que incorreu em excommunhões maiores, e o banirão do parlamento desde 1840 até 1850, afóra os oito annos de desterro!

Dentro dos acanhados limites de uma biographia não é possivel commemorar todos os grandes triumphos deste celebre orador brasileiro, que começou seus combates na larga e gloriosa arena da constituinte, que os sustentou nas tormentosas discussões do periodo regencial, e os tem renovado no segundo reinado. Ha discursos seus, que são verdadeiros acontecimentos politicos.

Como advogado criminal patrocinou as mais bellas causas que se tem julgado no paiz. Defendeu José Bonifacio de Andrada, o patriarcha da independencia. Esta brilhante oração perdeu-se; entretanto tal foi a impressão que causou no espirito publico desta capital, que inda são eloquentes e commovedores os trechos truncados que os cidadãos daquelles tempos recitão de cór, tremulos de enthusiasmo.

Advogou as causas de seus amigos politicos que se arriscárão contra os seus conselhos em revoluções armadas, e de escriptores politicos ardentes, que o governo mandou responsabilisar, os quaes depois de absolvidos entrárão em felizes carreiras, e finalmente envergárão a farda de ministros da corôa. Salvou do cadafalso um illustre militar, que veio depois a prestar relevantes serviços ao municipio da côrte e á mocidade desventurada.

Ha na sua corôa de glorias um florão de prego inestimavel. O Imperador, mal aconselhado, escreveu seu nome nas taboas da proscricção; quiz o destino que o proprio Imperador abdicasse o throno, e que contra elle se propuzesse no parlamento a lei do banimento. O visconde de Jequitinhonha, compromettendo sua popularidade, e affrontando o poste da calumnia, oppôz-se com toda a eloquencia á lei de banimento que tinha de pesar sobre a fronte do Imperador decahido. A generosidade é tanto mais memoravel quanto ella se produziu quando a victima da dissolução da constituinte apenas tocava em terras da patria depois de oito compridos annos de desterro e esquecimento. Grandes e inexplicaveis sentenças do Céu, — no dia em que o Imperador assignava no paço de S. Christovão o acto da abdicção, nesse mesmo dia o visconde de Jequitinhonha embarcava em um dos portos da Inglaterra com destino ao Brasil; e quando um rei sem throno corria o mar, buscando a terra do desterro, o banido de 1823 demandava as praias da patria, onde o esperava a tribuna do parlamento para defender o Imperador.

Com a consciencia do que vale, e capaz de representar um paiz e uma época inteira, teve a coragem de dizer a verdade nua e crúa até nos degrãos do throno. Assim fallou ao ex-Imperador, quando o felicitou pelo triumpho da causa da independencia, sobresahindo estas vigorosas palavras: «Nem nos perturbará a demagogica ambição, instabilidade das republicas, nem nos definhará a tyrannia e prepotencia das monarchias absolutas. Uma prudente e bem equilibrada divisão dos poderes publicos, guardada a inviolabilidade e mais direitos proprios da magestade, e defendido o sacrosanto do cidadão, constituirá para sempre a prosperidade, grandeza e segurança do rico Imperio do Brasil.»

Era esta a genuina vontade de todo o Imperio, e o visconde de Jequitinhonha não trepidou em exhibi-la nos paços imperiaes.

Este discurso eloquente, além de ser um rasgo de independencia do cidadão que sabe ser livre, é um largo programma politico, que ainda hoje pudera ser a bandeira de um grande partido politico.

Como todos os notaveis oradores, o visconde de Jequitinhonha deve ser ouvido para ser devidamente apreciado. O discurso lido perde a maior parte de seu valor. Uma frente larga, digna séde de um entendimento illustrado, olhos vivazes, e que parecem perscrutar mysterios, gesto nobre, rosto expressivo, uma presenca imponente, voz com todas as cadencias, elle figura ao vivo todos os grandes sentimentos, e sobre as suas palavras as idéas tomão corpo e tudo se anima. Convence a uns, castiga a outros, e debella os adversarios com todos os recursos das assembléas, principalmente com a estrategia parlamentar em que é invencivel. Quem teve a fortuna de o ouvir no periodo tormentoso da regencia affirma que o estadista tem apagado os clarões do orador. Entretanto ainda se pôde considerar esta palavra eloquente como um poder que se teme quando ataca, e que se ama quando defende.

Os seus contrarios têm-no averbado de versatil, olhando a sua vida politica pelo prisma dos partidos, sem se recordarem que o homem da independencia tomou perante sua consciencia e a posteridade o compromisso de ser cidadão antes que correligionario. Aquelle que arriscou sua vida pela liberdade de um paiz, que assistio, e tomou parte activa e gloriosa na sua formação, assumio deveres paternaes, que não pôde nem deve sacrificar aos interesses especiaes de partidos, que lutão, e desobedecem a seus conselhos. O visconde de Jequitinhonha tem um pensamento unico, e fixo, mas não acompanha um partido em todas as suas transformações, ou em suas crises apaixonadas. Os seus principios de 1822 conserva-os com o enthusiasmo de um crente convicto.

Elle, e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que Deos chamou á sua gloria, são os dous homens publicos da nossa patria, que mais soffrêrão pela liberdade brasileira. A mais estreita amizade os unio durante a vida; e, como duas aguias, sempre que a tempestade se annunciou voárão do ninho do repouso, e affrontárão-na no meio do espaço.

A posteridade os julgará com justiça, o que não consente o ciume dos contemporaneos, e os soffrimentos durante a vida serão compensados pelas honras posthumas prestadas com sublime espontaneidade pela geração que ha de vir.

OS CONTEMPORANEOS



Lith de S.A.Sisson, Editor, Rua do Cano 45

JOÃO PAULO DOS SANTOS BARRETO

João Paulo dos Santos Barreto

JOÃO PAULO DOS SANTOS BARRETO

O MARECHAL do exercito João Paulo dos Santos Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de Abril de 1788. Aos 19 annos de idade assentou praça no regimento de artilharia da côrte, e encetou essa carreira brilhante, rapida e tão cheia de serviços notaveis, que hoje o tornão um dos vultos mais proeminentes e mais veneraveis do exercito brasileiro. Seu talento e serviços o fizeram percorrer com rapidez todos os postos da carreira a que se dedicára, sendo que desde o posto de sargento, que occupou dous dias depois de assentar praça, até o de 1º tenente, foi sempre promovido por exame de opposição, como então se usava; aos 30 era capitão do corpo de engenheiros; aos 33 major; aos 35 tenente-coronel; aos 38 coronel do e o-maior.

Desde o começo de sua carreira exerceu cargos os mais honrosos e de mui varias naturezas, e desempenhou commissões da mais subida importancia.

Apenas voltava em 1818 dessa expedição, que fôra a Pernambuco debellar uma tentativa de emancipação precoce e imprudente, era logo nomeado por decreto de 6 de Fevereiro do mesmo anno lente substituto da Academia Militar; logo depois, em 1819, toma parte em uma importante commissão, confiada ao general Stokler, com o fim de estudar um systema de fortificações maritimas e terrestres para a provincia do Rio de Janeiro; em 1821 é mandado á Ilha Terceira para examinar de perto e reformar os estudos mathematicos e militares da escola daquella ilha; dahi é mandado a Lisboa em diligencia, d'onde depois parte para a França incumbido de fazer estudos praticos de engenharia e hydraulica. Assim os mais bellos annos do joven official forão consagrados todos ao serviço publico.

Chegou a época da independencia; e Santos Barreto voltou para a terra natal onde seu merito, em um paiz que apenas começava a organisar-se, não podia deixar de ser aproveitado. Pedro I, que acabava de proclamar a emancipação politica do Brasil, e que procurava rodear-se de todos os homens de merito e distincção, chamou para junto de si o joven e illustrado official, e o fez secretario de seu conselho militar privado por nomeação de 11 de Julho de 1824, e logo depois encarregado da repartição de quartel-mestre-general.

Exercendo sempre empregos importantes sem nunca interromper a carreira de seus serviços, foi chamado pela regencia a fazer parte do ministerio em 16 de Janeiro de 1835, como ministro da guerra e interino da marinha. Mas

este seu primeiro ministerio durou pouco, e Santos Barreto não teve o tempo necessario para iniciar na sua repartição os melhoramentos que se devião esperar de sua illustração e capacidade. Além disso a época era tempestuosa e critica, e pouco propria para trabalhos de organização.

Deixando de parte uma serie de serviços prestados por Santos Barreto no exercicio de importantes empregos militares, que constantemente exerceu, passemos ao anno de 1840, em que foi nomeado por decreto de 15 de Julho commandante em chefe do exercito do Rio-Grande do Sul, onde permaneceu até Março de 1841. Todos sabem de quão alta importancia era aquelle commando; a rebellião lavrava por toda aquella provincia, e, propagando-se sempre, tornava-se de dia em dia mais assustadora. Nem a tactica prudente e energica perseverança do general Andréa, nem a pericia do marechal Elzeario tinhão podido quebrar a pertinacia desses guerrilheiros audazes, que, evitando sempre os golpes decisivos, ião tornando a luta interminavel.

Santos Barreto não teve a felicidade de suffocar a rebellião por falta de tempo; mas conseguiu dar-lhe profundos golpes, intimidou-a e enfraqueceu-a, e muito contribuiu para preparar os successos que emfim trouxerão o termo daquella longa e desastrada luta. Retomou a artilharia, materiaes de guerra, bem como grande numero de cavallos, que antes os rebeldes tinham levado ás tropas leaes; expellio-os dos arredores das cidades do Rio-Grande, Porto-Alegre e S. José do Norte, e rechaçou-os até ás fronteiras.

Voltou ao Rio de Janeiro, não para repousar das fadigas da campanha para continuar sua nunca interrompida carreira de serviços, já em empregos militares, já em commissões delicadas e trabalhosas, já em cargos administrativos da ordem a mais elevada.

Em 1844 o partido liberal, então no poder, o mandou como presidente e commandante das armas para a provincia de Minas; era época de reacções politicas e de demissões em massa: o movimento de 1842 tornára os nossos politicos receiosos e precavidos; para consolidar-se, o poder soccorria-se do prestigio da espada, e procurava dar força á organização militar nas provincias; os presidentes das mais importantes provincias erão escolhidos entre os officiaes provecos e distinctos, e erão ao mesmo tempo revestidos do poder militar na qualidade de commandantes das armas. Santos Barreto estava na primeira plana por sua illustração e serviços, e pois não podia deixar de ser aproveitado. Posto que a época fosse reaccionaria e de irritação de espiritos, o character moderado e brando, a illustração e o prestigio do nome

de Santos Barreto forão bastantes para garantir a ordem e tranquillidade da provincia.

Apenas largava as redeas daquella importante presidencia, por ter sido eleito deputado geral pelo Rio de Janeiro, foi convidado a tomar assento nos conselhos da corôa em 22 de Maio de 1846, como ministro da guerra. Foi então que pôde melhor desenvolver em prol da repartição a seu cargo os recursos de sua intelligencia, illustração e consummada experiencia. As paginas da colleção legislativa dessa época estão cheias de numerosas e acertadas medidas, de sabias providencias e regulamentos tendentes a organizar o exercito, e a regular e melhorar tudo que diz respeito ao serviço militar. Pôde-se asseverar, sem receio de errar, que Santos Barreto é um dos generaes que entre nós mais tem contribuido para a melhor organização do exercito.

Em 1848 foi de novo chamado para a pasta da guerra, e a occupou por quatro mezes.

Dessa data em diante, apesar de sua avançada idade, Santos Barreto não tem cessado de servir ao paiz em numerosas e importantes commissões que fôra longo enumerar. Deixando de parte outras muitas, só faremos menção das seguintes, que nos parecem mais importantes: em 1849 presidió á commissão encarregada de examinar o estado da fabrica de polvora, e propôr as reformas convenientes, commissão que desempenhou, e levou a seu termo de modo satisfactorio. No mesmo anno foi nomeado presidente da commissão de pratica de artilharia, e no anno de 1850 presidente da commissão de melhoramentos do material do exercito. A elle se deve a construcção dos canhões obuzes de que hoje se servem os corpos de artilharia. Em 1851 foi membro da commissão encarregada da revisão da legislação do supremo conselho militar.

Em 1852 presidió á difficil e delicada commissão de exame do arsenal de guerra da côrte, e nesse mesmo anno foi encarregado de rever e corrigir as instrucções elaboradas pelo general Parda para uso dos corpos de artilharia montada.

Por decreto de 24 de Outubro de 1855 foi nomeado conselheiro de estado extranumerario.

Em todas essas laboriosas commissões de que era continuamente encarregado, Santos Barreto desenvolveu zelo, intelligencia e actividade; e aquellas, de que não foi desviado para exercer outros cargos ou por outro qualquer motivo, a todas desempenhou do modo o mais satisfactorio, como aconteceu com o governo das armas da provincia do Pará desde 1826 até Dezembro de 1830, e o commando do batalhão de officiaes voluntarios.

Por isso por duas vezes foi mandado louvar pelo governo imperial, e se lhe agradeceu, já a parte que teve na organização do exercito, já o bom desempenho das commissões de que se encarregára. Santos Barreto tambem foi honrado por vezes com o suffragio popular. Foi por duas vezes deputado da assembléa provincial da provincia do Rio de Janeiro; em 1844 a mesma provincia lhe deu um assento na assembléa geral legislativa.

Poucos homens se poderaõ contar entre nós, que possuão apresentar uma tão larga somma de serviços prestados com honradez, intelligencia e dedicacão, como o marechal Santos Barreto. Por sua illustração e por seus longos serviços é um dos mais bellos ornamentos do exercito brasileiro. Além de ser profundamente versado nas materias professionaes de sua especialidade, possui variada instrucção em outros ramos dos conhecimentos humanos.

Conta hoje 72 annos, e 53 de não interrompidos serviços; ainda está robusto e bem disposto; conserva todo o vigor de suas faculdades; é franco, jovial e affavel no trato; é notavel pela amenidade de sua conversação, sempre instructiva.

É doutor em sciencias mathematicas e physicas, tem o titulo de conselheiro, é fidalgo cavalleiro, marechal do exercito, conselheiro de estado e de guerra, grão-cruz da ordem de Aviz, official da do Cruzeiro, veador da casa imperial, lente jubilado da Academia Militar, e membro de diversas sociedades scientificas de nacionaes e estrangeiras.



OS CONTEMPORANEOS



MARQUEZ DE CARAVELLAS

Marquez de Caravellas

MARQUEZ DE CARAVELLAS

José Joaquim Carneiro de Campos nasceu a 4 de Março de 1768, na cidade de S. Salvador da provincia da Bahia, filho legitimo de piedosos pais, D. Custodia Maria do Sacramento, natural da mesma cidade, e de José Carneiro de Campos, natural da provincia do Douro e Minho em Portugal, negociante matriculado da praça da Bahia. Desde os seus primeiros annos estes o educarão com o proposito de o destinarem á vida ecclesiastica, e para este fim o fizerão entrar no mosteiro de S. Bento daquella cidade, onde completou seus estudos até tomar ordens e poder ser monge Benedictino; mas, não sendo essa a sua vocação, obteve de seus pais faculdade para ir ao reino de Portugal cursar as aulas de direito na Universidade de Coimbra, onde recebeu o gráo de bacharel.

Completo seus estudos, voltou para Lisboa, capital do reino, e ali adquirio a amizade do muito distincto e benemerito D. Rodrigo de Souza Coitinho, depois conde de Linhares, amigo e protector dos talentos e merecimentos de todos os Brasileiros que ião áquelle reino.

O conde de Linhares, apreciador do merecimento de José Joaquim Carneiro de Campos, o convidou para mestre de seus filhos, encargo que desempenhou com o maior esmero.

Foi nomeado para official da secretaria de estado da fazenda daquelle reino, lugar que servio até á partida do Sr. D. João VI para o Brasil, para onde foi chamado pelo dito conde, e mandado servir na secretaria de estado dos negocios do reino, creada no Rio de Janeiro, séde do governo portuguez.

Vagando o lugar de official-maior, era tal o distincto merecimento de José Joaquim Carneiro de Campos, que foi immediatamente para elle nomeado. Os seus serviços forão sempre louvados pelo Sr. D. João VI da maneira a mais publica; porquanto o condecorou com a commenda da ordem de Christo, com o habito de cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa e com o titulo de conselho, tendo além disso recebido do imperador d'Austria Francisco I a commenda da ordem da Corôa de Ferro,

por haver lavrado o auto dos esponsaes da virtuosa e magnanima imperatriz do Brasil a Sra. D. Leopoldina, de saudosa memoria, com S. A. R. o Sr. D. Pedro, principe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Voltando S. M. el-rei D. João VI para Portugal, foi servido este augusto monarcha nomea-lo conselheiro da fazenda, tribunal então existente na capital do Reino Unido, cargo que exerceu então até á nova ordem politica que surgiu no Imperio.

Foi eleito pela provincia de seu nascimento deputado á assembléa constituinte, convocada pelo Sr. D. Pedro I. Na tribuna parlamentar elle fez apparecer a vasta cópia de conhecimentos politicos que causarão admiração geral e o collocarão no numero dos Brasileiros mais doutos.

Chamado ao ministerio do Imperio, encarregado da pasta dos negocios estrangeiros, desempenhou com zelo e acerto as arduas funcções destes cargos, até que pediu a sua demissão antes da dissolução da assembléa constituinte em 11 de Novembro de 1823.

Nomeado conselheiro de estado logo depois daquelle acto, teve a subida honra de que o Imperador o Sr. D. Pedro I, de gloriosa memoria, tendo promettido uma Constituição mais liberal do que a que se discutia na referida assembléa, dignou-se entregar-lhe um projecto da nova Constituição por elle redigido, com o qual cumpria religiosamente a sua imperial palavra; mas, com a bondade que o caracterisava, pediu a José Joaquim Carneiro de Campos que aproveitasse do mesmo projecto tudo aquillo que julgasse conveniente a bem do paiz. Era tal o empenho que elle tinha de ver concluida esta difficil e grandiosa obra, que dirigio-se varias vezes para aquelle fim á sua casa. Existem ainda contemporaneos que podem asseverar este facto.

Tendo José Joaquim Carneiro de Campos conferenciado com os outros conselheiros de estado, trabalhou com toda a actividade e esmero durante oito dias no projecto da nova Constituição, que sendo approvedo pelo Imperador o Sr. D. Pedro I e offerecido ás camaras municipaes do Brasil, que o accitãrão, foi jurado em 25 de Março de 1826 como a Constituição do Imperio, que fe-

lizmente ainda subsiste, sendo a causa principal da união, tranquillidade e prosperidade do Brasil. Sabios estrangeiros a têm louvado, reputando-a como uma das melhores que existem.

Bastava este incommensuravel serviço para recomendar o nome de José Joaquim Carneiro de Campos á mais remota posteridade; mas a Providencia nos seus importantes designios o reservava para ainda torna-lo benemerito da patria:

Sendo eleito senador pela provincia da Bahia, sua patria, continuou a fazer brilhar sua vastissima erudição nos discursos que proferio sobre as mais graves materias, apresentando a sua opinião com franqueza e sem contemplações humanas; visto como José Joaquim Carneiro de Campos era um daquelles que estava firme na regra de que cada um deve preencher o seu dever sem se embarçar com o resultado. Este nobre procedimento não podia deixar de merecer todo o respeito e contemplação; e por isso, quando o Sr. D. Pedro I abdicou a corôa do Brasil em seu augusto filho, foi elle, por votação especial e quasi

unanime da assembléa geral dos representantes da nação, nomeado membro da regencia provisoria. Esta nomeação foi recebida com geral applauso, e muito contribuiu para tranquillisar os animos então mui agitados.

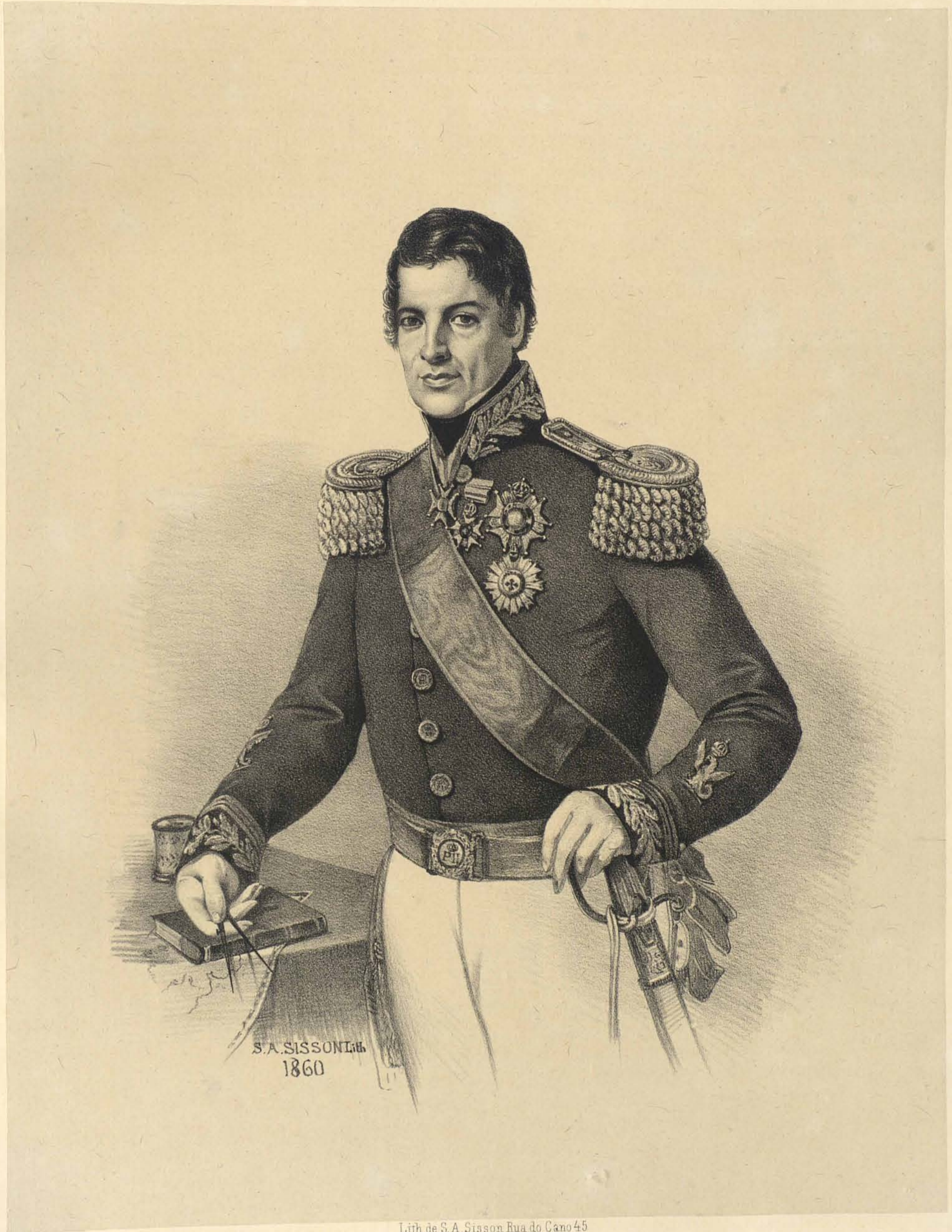
Condecorado com a insignia de dignitario da imperial ordem do Cruzeiro pelo Sr. D. Pedro I, foi tambem elevado aos titulos de visconde e marquez de Caravellas. Falleceu na côrte do Rio de Janeiro em 8 de Setembro de 1836, de idade de 68 annos, 6 mezes e 4 dias, não deixando fortuna alguma, porque, rigido observador dos deveres da honra, contentou-se com os honorarios de conselheiro de estado e senador, que apenas chegavão para uma decente subsistencia.

A sua affabilidade e bondade de alma lhe grangearão as sympathias de todos que tiverão a fortuna de frequenta-lo. Seus parentes e amigos prantearão com a mais acerba dôr tão irreparavel perda.

Póde-se-lhe bem applicar o que disse o insigne historiador Tacito do seu sogro Agricola: «*Bonum virum facile crederes, magnum libenter.*»



OS CONTEMPORANEOS



Lith de S.A. Sisson Rua do Cano 45

MARQUEZ DE LAGES

Marquês de Lages

MARQUEZ DE LAGES

LIGADO ao nome dos contemporaneos illustres do Brasil, caminhando em iguaes categorias, carregado igualmente de serviços, quer no campo da batalha, quer no gabinete da administração, quer no seio da representação nacional, se nos apresenta o marquez de Lages.

Não é dado ao homem o poder atravessar quatro reinados e uma tempestuosa menoridade, ficar sereno, sobre as ruínas de uma administração a que pertenceu, atravessar incolume por entre as armas e as poeiras freneticas das revoluções, e dias depois rehabilitar-se nos seus altos grãos da administração sem que se tenham grandes convicções e provas de haver bem servido, e de estar perfeitamente preparado para exercer tão altos cargos.

O marquez de Lages servio á rainha, ao rei, ao fundador do Imperio, ás regencias em nome do Imperador, e ao Sr. D. Pedro II. Nesta viagem politica e militar através de quatro monarchias e de uma menoridade de tres regencias e de tres differentes épocas, este nobre soldado fez sempre uma marcha progressiva, uma ascensão triumphal, como passo a enumerar com a maior brevidade. Cada anno de sua vida lhe grangeava um posto, uma maior dignidade.

João Vieira de Carvalho, que de soldado se elevou á patente de tenente-general e de cidadão a marquez, nasceu no anno de 1781 em Olivença, então pertencente a Portugal; era filho do coronel João Vieira de Carvalho e de D. Vicencia da Silva Nogueira. Assentou praça de soldado em 1786, de 5 annos de idade, e, sendo reconhecido cadete, foi alferes em 1801, ajudante do 2º regimento de Olivença em 1805.

Estudou no collegio dos nobres, e foi successivamente premiado durante o seu curso mathematico, como provão os honrosos documentos que possui a sua illustre familia.

Na invasão franceza militou na Peninsula, mas não quiz servir ás armas do conquistador. Deu-se por incapaz de serviço; e, soccorrido pelo marquez de Alorna, veio para o Brasil offerecer ao rei seus talentos e serviços.

No posto de sargento mór de engenheiros fez as campanhas do Sul dos annos de 1811 a 1812 e de 1816 a 1817. Servio debaixo das ordens do general Manoel Marques de Souza, e dos capitães-generaes D. Diogo de Souza e marquez de Alegrete. O seu valor e pericia lhe grangearão lisongeiras ordens do dia; e na batalha de Catalão foi tal o seu comportamento, que por distincção teve o posto de tenente-coronel: a carta régia de 26 de Julho de 1817 é um documento que muito honra a sua memoria.

Comportou-se sempre salientemente naquelles rigorosos invernos em que cahirão dedos aos soldados, já nos trabalhos das fortificações que dirigia, já nas terriveis viagens que emprehenda através do inimigo, atravessando rios caudalosos, perigosos tremedaes, e passando da Lagoa-Mirim ao Uruguay com uma actividade e zelo que abonão sua coragem e pericia, e que se tornão respeitaveis pelas assignaturas de tantos guerreiros illustres.

Em 1821 foi o illustre marquez nomeado commandante militar e director da colonia de Nova-Friburgo, onde prestou valiosos serviços, e cujo desenvolvimento a elle é devido. Em 1823 foi nomeado fidalgo cavalheiro; em 1824 brigadeiro e official do Cruzeiro; em 1825 barão com grandeza; em 1826 conselheiro de estado; em 1827 marechal effectivo; em 1828 conde; em 1829 senador do Imperio, cuja cadeira occupou dezoito annos completos, tendo nesse respeitavel corpo colhido a honra de se assentar na eminencia presidencial.

Todas as vezes que sahia do ministerio, recebia, apezar de sua demissão, uma nova graça do soberano! Seis vezes foi ministro, das quaes uma ministro interino do Imperio a 20 de Janeiro de 1826; e cinco da guerra, em 28 de

Outubro de 1822, 3 de Agosto de 1824, 5 de Abril de 1831, 1º de Novembro de 1836, e 16 de Maio de 1839. Homem votado ao paiz, nunca se negou a servir, uma vez que lhe era ordenado em nome do soberano, cuja protectora amizade se revelava bem distinctamente, não só em publico, como em correspondencias particulares, cujos autographos a familia do finado marquez conserva, como provas de subido conceito e merecida estima que lhe prodigalisava o monarcha o Sr. D. Pedro I.

Na feliz acclamação e sagração do nosso actual Imperador, teve o conde de Lages a honra de servir de alferes-mór; foi por S. M. I. elevado a grã-cruz de Aviz em 18 de Julho de 1841, e a marquez de Lages em 9 de Abril de 1845. Quão difficil é o atravessar este mundo com um nome isento das manchas da calunnia e dos dardos da inveja?

Felizmente para a familia deste honrado servidor do Estado, existem incontestaveis documentos de sua inteireza e das suas sinceras intenções. Admira a franqueza, a liberalidade e o brasileirismo com que fallava ao fundador do Imperio nos seus pareceres e consultas. De outra parte, se vêem á

margem das petições e das propostas, pela propria letra do Sr. D. Pedro I, a sua vigilante protecção e justiça, e os cuidados que elle empregava para que não houvessem preterições.

O marquez de Lages foi o fundador da escola dos menores no arsenal do exercito, e dessa companhia de artífices d'onde têm sahido tão habeis officiaes de officio, e tanto amparo aos filhos desvalidos.

Foi elle que reorganizou a fabrica da pólvora e a mandou para a Estrella; foi quem fez a fortaleza de S. João um asylo para os invalidos.

Todas as accusações que pesarão sobre sua memoria, de haver concorrido para se intentar uma restauração do governo absoluto, cahem diante dos documentos que possui sua nobre familia, dos documentos que o collocão na situação mais honrosa, porque o conservão no posto constitucional que havia jurado manter.

Morreu o nobre marquez em 1º de Abril de 1847, com 66 annos de idade, deixando á sua familia um nome honroso e o exemplo de uma carreira gloriosa e de uma alta posição adquirida pelo trabalho e pela fidelidade.



OS. CONTEMPORANEOS



Lith. de S. A. Sisson, Editor, Rua do Cano 45

MARQUEZ DE MARICÁ

Marquez de Maricá

MARQUEZ DE MARICÁ

MARIANO JOSÉ PEREIRA DA FONSECA, marquez de Maricá, grã-cruz da ordem do Cruzeiro, conselheiro de estado, senador do Imperio, signatario da Constituição, e autor de um livro que viverá enquanto o mundo prezar as verdades que elle encerra: fallo das suas *Maximas e Pensamentos*.

A maxima é a expressão de uma verdade singela, ou o extracto de uma grande verdade emmaranhada no turbilhão dos acontecimentos. A verdade é singela quando a razão a attrahe e a precipita no coração, onde ella se dilue e se identifica com o nosso instincto moral. A verdade extrahida dos acontecimentos é o resultado de um problema humanitario, é uma conquista preciosa para o homem e para o estadista, mas difficil na applicação; porque o passado quando se renova traz sempre um cortejo differente, e circumstancias que o modificão.

A maxima moral, aquella que é filha da verdade eterna, é um monumento que pede outro monumento em recompensa. Entre as 3,169 maxims que o marquez de Maricá tirou á luz da imprensa, se encontrão algumas cujos pensamentos estão elaborados por fórmulas differentes, e que só pedem um coordenador; mas entre ellas se acha uma grande quantidade de verdades formuladas por uma maneira original, e que encerrão, além do seu merito intrinseco, aquellas virtudes de um estylo admiravel, cuja ordem e movimento nas idéas é tecida por uma cadêa magica, que as torna pequenos monumentos de belleza e concisão.

Para compensar da minha insufficiencia neste lugar, e na occasião em que sou obrigado a fallar de um Brasileiro tão distincto, passarei a um indice dos principaes factos da sua vida: é um documento sagrado, é um legado publico, que elle confiou alguns mezes antes de sua morte: é o marquez de Maricá quem vai fallar, é elle mesmo quem dicta as principaes phases de uma vida que foi toda consagrada á patria, e á sociedade.

« Mariano José Pereira da Fonseca, hoje marquez de Maricá, nasceu no
« Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1773, filho legitimo do negociante Do-
« mingos Pereira da Fonseca, natural de Portugal, e sua mulher Thereza
« Maria de Jesus, natural do Rio de Janeiro.

« Na idade de onze annos para doze foi mandado por seu pai para Portugal,
« e no anno de 1783 entrou collegial no real collegio de Mafra, onde residio
« tres annos, e estudou grammatica latina, rhetorica, logica e as duas linguas
« grega e franceza.

« Em Outubro de 1788 entrou na universidade de Coimbra, onde, tendo
« feito os exames preparatorios para o curso juridico, não pôde ser matricu-
« lado no seu primeiro anno por falta de idade, não tendo ainda os dezeseis
« requeridos pelos estatutos, o que o determinou a matricular-se no primeiro
« anno da faculdade de mathematicas e philosophia, e nesta tomou o grão
« simplesmente de bacharel, por haver morrido seu pai no anno de 1772,
« quando se destinava a ir estudar medicina em Edimburgo, sendo-lhe for-
« çoso vir ao Brasil para arrecadar a herança de seu pai.

« Chegou ao Rio de Janeiro no principio do anno de 1794, e tinha aberto
« casa de negocio quando foi preso em 4 de Dezembro do mesmo anno; e
« foi retido incommunicavel por dous annos, sete mezes e quinze dias, e solto
« por effeito de um aviso, estranhando ao vice-rei conde de Rezende a
« sua prisão e a dos seus companheiros por tanto tempo sem sentença,
« e se lhe ordenou que no caso de serem criminosos fossem remettidos presos
« para Lisboa, com seus processos, o que não teve effeito, por serem imme-
« diatamente soltos.

« Os processos desaparecerão, e consta que o conde de Rezende os levou
« comsigo.

« *Lugares e empregos que occupou o marquez de Maricá desde que entrou na
« vida publica em 1802, e outras lembranças.*

« Deputado de agricultura da mesa da inspecção do Rio de Janeiro, no-
« meado por aviso da secretaria de Ultramar, deputado da junta do commercio
« na sua creação pela extincção da mesa da inspecção, servio até que entrou
« em ministro de estado da fazenda em 1823, em 13 de Novembro; director
« thesoureiro da real imprensa, sem ordenado, e havendo emprestado, sem pre-
« mio, para montar a fabrica, perio de 5:000\$000. Obteve a sua demissão

« deste emprego por morte do conde de Linhares. Administrador thesoureiro
« da fabrica da polyora, promoveu a extracção do salitre em Minas-Geraes
« com tal efficacia, que, produzindo no primeiro anno 150 arrobas, no ter-
« ceiro excedeu a 10,000 arrobas, como se póde ver da escripturação res-
« pectiva, que deve achar-se no cartorio do arsenal de guerra.

« Creado o tribunal do arsenal do exercito, foi nomeado deputado thesou-
« reiro; ficando abolido o emprego de administrador thesoureiro da fabrica
« da polyora. Servio o dito lugar por alguns annos, e pediu instantemente a
« sua demissão, que lhe foi concedida.

« Servio de censor regio por provisão do desembargo do paço, por mais de
« dous annos, e terminou este encargo com a liberdade da imprensa em 1821.

« Servio de deputado secretario da junta provisoria em 1821, e teve elle
« só todo o trabalho desta creação.

« Foi nomeado ministro da fazenda em 13 de Novembro de 1823, e obteve
« a sua demissão em 23 de Novembro de 1825.

« Foi um dos primeiros conselheiros de estado, segundo a Constituição, e
« um dos redactores della. Deixou de servir este emprego pela extincção do
« conselho de estado em 1834, ficando com as honras e ordenados.

« Foi eleito senador do Imperio pelo Rio de Janeiro, e tem servido este
« emprego de 1826 por diante.

« Foi ouvido em diversas conferencias com a assistencia dos ministros de
« estado no reinado do Sr. D. João VI.

« Não entrou nem foi membro de club algum, nem pedreiro-livre: o seu
« club forão: sua familia e sua livraria.

« Subio aos maiores empregos da sua patria sem intrigas, cabalas, par-
« tidos, nem adulações, mas sómente pela protecção divina, alguma intelli-
« gencia, muita probidade, e especialmente por effeito das circumstancias.

« Casou-se a 30 de Junho de 1800 com D. Maria Barbosa Rosa do Sa-
« cramento, filha legitima do capitão Julião Martins da Costa, natural de Por-
« tugal, e negociante, e de D. Maria Rita Quiteria, natural de Minas-Geraes:
« teve della um filho e quatro filhas.

« Falleceu sua mulher em 23 de Abril de 1840, dama da Imperatriz e mar-
« queza de Maricá: foi senhora de garbo, modelo de fidelidade conjugal e
« amor materno, e honra do seu sexo.

« Começou a escrever as suas *Maximas* na idade de 60 annos, quando
« chegou á de 70 havia publicado e feito distribuir gratis quatro volumes
« dellas com 3,169 artigos, monumento da sua gloria litteraria, e que mesmo
« honra a litteratura brasileira.

« Os bens da fortuna que possue, é trigo sem joio do diabo é producto da
« pingue legilima de seu pai, do seu commercio por perto de vinte annos
« como negociante, do favor divino, da sua economia, ordem, trabalho e in-
« telligencia. Na sua vida publica não teve outro rendimento que o de seus
« ordenados: a sua integridade póde ser proverbial. »

O marquez de Maricá era um homem de estatura mediana, de modesta appa-
rencia, de uma physionomia grave, e de um caracter austero: a natureza e
a sociedade havião estampado no seu aspecto physionomico os traços carac-
teristicos do pensador e do magistrado, do philosopho e do diplomata, do
tribuno e do burguez. Amava a conversação, a musica, e a leitura; e era
difficil acompanha-lo todas as vezes que se entranhava nas grandes abstracções
philosophicas: a volubilidade das suas palavras, a agudeza do seu espirito, e
o seu genio um tanto sarcastico, o tornavão extremamente agradável. Era apa-
ixonado pela poesia italiana, e havia decorado os melhores pedaços do im-
mortal Torquato. Escreveu algumas odes anachreonticas, que forão postas em
musica pelo padre José Mauricio; e era um destes velhos que amão a mocidade
como a representante do futuro.

O caracter das poesias do marquez de Maricá no pouco, que dellas vimos, é
o da época em que começou a metrificar: a sua musa, como a de seus con-
temporaneos, trasfóleava as suas inspirações sobre os cantos do paganismo:
presa ás columnas do Parthenão, só via no universo o Olympo e o Parnaso,
para povoar a natureza do novo mundo com as divindades de Homero, e crear
uma existencia anachronica, filha do máo preceito da imitação servil.

Homem progressivo, o vimos abraçar-se com a escola de Chateaubriand, e
applaudir a nova era da poesia brasileira na appareição dos *Suspiros Poeticos*
do Sr. Magalhães.

No seu livro de *Maximas* está fundada a sua gloria: as grandes verdades
são como o clarão celeste, que offusca os lumes da terra.

O marquez de Maricá falleceu no dia 16 de Setembro de 1848.



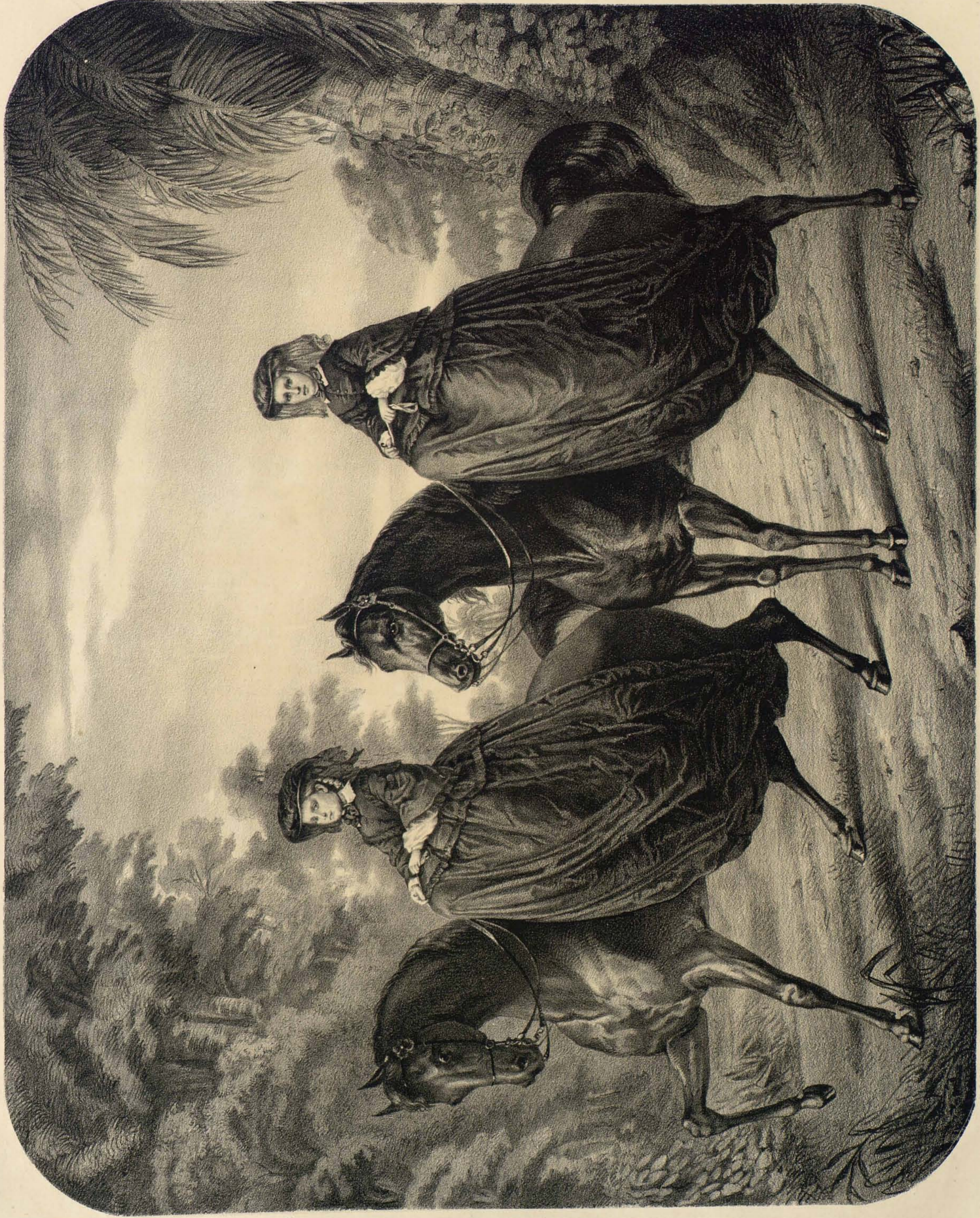


Photo de V. Erond

Lith. de S. A. Sison, Editeur, Rua do Cano 46

S. A. Sison lith.

Isabel Christina.

Princesa Thengy.

SS. A. A. II. AS SER. PRINCEZAS D. ISABEL E D. LEOPOLDINA

ÀS AUGUSTAS E SERENISSIMAS PRINCEZAS IMPERIAES

AS SENHORAS

D. ISABEL E D. LEOPOLDINA

Salve as Princezas do brasileiro Imperio!
Mimosos dons de Supernal favor,
Salve da patria as filhas mais prezadas;
Seu encanto, esperança, gloria, amor!

São do affecto o mais puro doces prendas,
Dous thesouros dos Pais e da nação;
Dos Pais Augustos, do Brasil que as amão
Têm dous thronos de amor no coração.

De innocencia e pureza anjos queridos,
Brilhão na infancia candidas e bellas,
Como em limpido céu claro e sereno
Duas brilhantes, fulgidas estrellas.

E já em graças mil que os annos crescem
Annunciação o sol da mocidade,
Como auroras que augurão pulchros dias
De immensa esplandecente magestade.

São dos Pais e da patria as mais suaves
Esperanças que vão se completando,
Como flôres que dos botões galantes
Já rescendentes vêm desabrochando.

Salve as Princezas do brasileiro Imperio!
Mimosos dons de Supernal favor;
Salve da patria as filhas mais queridas,
Seu encanto, esperança, gloria, amor!...

Salve as Princezas, que no berço augusto,
Inda p'ra mais fulgor da Magestade,
Ao som dormirão de ferventes hymnos
Cantados em louvor da liberdade!

Têm dos Pais o exemplo das virtudes,
Da patria têm dedicação e ardor;
Salve de Pedro e de Thereza as filhas!
Salve as prendas de tão inclyto amor!...

Sempre na vida afortunadas sejam!
E hão de sê-lo; que Deos as abençôa:
Felizes sempre brilharão viçosas
As duas flôres da brasileira c'róa!

Sempre, sempre! que em seu destino e vida
Terão ditosas por escudos seus
O amor dos Pais e do Brasil inteiro,
E além do amor a protecção de Deos.



OS CONTEMPORANEOS



Lith de SA. Sisson, Editor, Rua do Cano 45

VISCONDE DE S. LEOPOLDO

Visconde de S. Leopoldo.

VISCONDE DE S. LEOPOLDO

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, depois visconde de S. Leopoldo, nasceu na antiga villa, hoje cidade de Santos, provincia de S. Paulo, aos 9 de Maio de 1774, sendo seus pais o coronel de milicias José Fernandes Martins, e sua mulher D. Thereza de Jesus Pinheiro. Concluida a instrucção primaria, passou ao estudo da lingua latina sob a direcção do habil professor regio José Luiz de Mello, que distinguia o joven estudante pela perseverança com que buscava superar as difficuldades do idioma de Virgilio, ganhando em applicação o que lhe faltava em brilhantismo de talento. Sempre ávido de saber, alcançou de seu padrinho de chrisma, o Dr. José Xavier de Toledo, vigario de Santos, que lhe dêsse algumas noções do francez, cujo conhecimento era summamente raro nessa época: e com esse cabedal litterario dirigio-se á Universidade de Coimbra, na idade de dezoito annos. Em 1798 recebeu o grão de bacharel em canones, cujo curso seguira por acquiescencia aos desejos de sua piedosa mãe, sem que por fórma alguma chamasse-o a sua vocação para o estado ecclesiastico. Habilitando-o a formatura em canones para seguir a carreira da magistratura preferio José Feliciano tomar essa direcção, obtida a necessaria venia paterna, e havendo cessado pelo fallecimento de sua mãe os motivos que o haviam encaminhado para o santuario.

Por largo tempo ficaria o moço bacharel confundido na turba dos pretendentes que affluíão ás audiencias do ministro do ultramar sem a valiosa intervenção de seu parente Diogo de Toledo Lara Ordonhes, que gozava da privança de D. Rodrigo de Souza Coitinho. Apresentado a este illustrado estadista, foi José Feliciano despachado para o estabelecimento litterario do *Arco do Cego*, dirigido pelo sabio autor da *Flora Fluminense*, Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Durante tres annos que ali esteve empregado deu exuberantes provas de sua capacidade, em varias traducções da lingua ingleza, de que fôra incumbido, bem como n'uma optima compilação que appareceu com o título — *Historia Nova e Completa d'America*.

Feito o seu tirocinio, muito a aprazimento do governo, recebeu em recompensa a nomeação de juiz das alfandegas do Rio-Grande do Sul, por carta régia de 15 de Julho de 1800, fazendo-se depender a elevação á capitania geral dos rendimentos das referidas alfandegas. De tal modo desempenhou o seu honroso e difficil encargo, que mereceu os elogios os mais unanimes e espontaneos do proprio corpo do commercio, cujos interesses erão lesados com a criação dessas repartições fiscaes.

Passando pelo Rio de Janeiro, onde devêra apresentar ao vice-rei, que então era D. Fernando José de Portugal (depois marquez d'Aguiar), a sua patente de auditor geral de todos os regimentos do Rio-Grande do Sul, passada em 19 de Setembro de 1801, foi nomeado para o laborioso cargo de auditor da esquadra encarregada da defesa do Brasil. Da maneira satisfactoria por que desempenhou esta commissão dá testemunho o honroso attestado do vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres, commandante da esquadra no impedimento do chefe de divisão Donald Campbell, datado de 5 de Novembro de 1818.

Tornou nesse mesmo anno de 1801 ao seu paiz natal, e passando alguns mezes no seio de sua familia, de quem tão saudoso estava, embarcou-se para Porto-Alegre, onde chegou em meiado de 1802. Numerosos obstaculos impedirão-lhe a immediata criação das alfandegas de que vinha incumbido, que só começaram a funcionar em 1804. Com a elevação á capitania geral gozou o Rio-Grande das vantagens de que estavam de posse as suas co-irmãs, tendo por conseguinte uma junta de fazenda, onde José Feliciano servio de procurador da corôa, reunindo outrosim os cargos de juiz conservador dos contractos do quinto e dizimo a inspector do papel sellado.

Com o título de governador administrava a capitania do Rio-Grande do Sul o chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama, condecorado mais tarde com o título de barão de Bagé, e tão estreitas relações travou com o moço juiz, e tão subido conceito formava de sua siseudez e intelligencia que consultava-o nos negocios os mais arduos da governança, dizendo em um documento que temos presente com data de 30 de Julho de 1805 « que pela sua prudencia e acertadas medidas applicára a fermentação com que a principio pareceu estranhar o corpo do commercio a fundação das alfandegas. »

Na qualidade de auditor geral prestou por espaço de vinte annos os mais relevantes serviços, merecendo por isso ser successivamente graduado nos postos de tenente-coronel por decreto de 13 de Setembro de 1810, e no de coronel pelo de 19 de Outubro de 1811, vencendo soldo dobrado de capitão de infantaria. Acompanhou em 1812 o exercito pacificador em sua marcha até Montevidéo, e tão bom conceito delle fazia o austero D. Diogo de Souza, capitão-general do Rio-Grande e commandante do mencionado exercito pacificador, que propô-lo para vogal da commissão militar, installada por carta régia de 17 de Setembro de 1813, na qual deverião ser julgados n'uma só instancia os implicados nos crimes de deserção, sedição, etc. Tão proverbial tornou-se a sua rectidão que por carta régia de 19 de Junho de 1816 foi escolhido para vogal permanente da junta de justiça, mandada organizar na capitania do Rio Grande do Sul, para processar numerosos réos que apinhavão as prisões.

Receiando Fernandes Pinheiro que as honrosas commissões de que era incumbido o desviassem inteiramente da sua carreira de magistrado, requereu ao governo uma compensação que lhe foi concedida por decreto de 29 de Junho de 1808 com o predicamento da correição ordinaria, e mais tarde pelo de 17 de Dezembro de 1811, com as honras de desembargador, e o predicamento do primeiro banco.

Proclamado o governo representativo foi Fernandes Pinheiro eleito deputado ao congresso constituinte de Lisboa pela provincia de S. Paulo, d'onde, como vimos, se achava a muitos annos ausente, e onde não lhe restava influencia de familia. Correm pelas mãos de todos os *Diarios das Côrtes*, e facil é averiguar qual a conducta do deputado paulistano, que, se não desamparou o seu posto antes de tempo, como muitos de seus collegas, foi pela intima convicção que o seu mandato não havia expirado, devendo, como rezavão as suas instrucções, propugnar pela *integridade e indivisibilidade do reino-unido*. Logo porém que, pela aclamação do primeiro Imperador, conhecida lhe foi a von-

tade dos seus constituintes, apressou-se a regressar ao Brasil dentro do prazo que lhe fôra marcado.

De volta á patria, achou-se eleito por duas provincias (a de S. Paulo e Rio-Grande do Sul) para deputado á assembléa geral legislativa constituinte, concorrendo com as suas luzes e experiencia para elaboração de alguns projectos de maxima e publica utilidade.

Sendo dissolvida a primeira assembléa brasileira por causas que não nos cumpre examinar, foi nomeado primeiro presidente da provincia do Rio-Grande do Sul, por carta imperial de 25 de Novembro de 1823. Em prol da sua administração fallão altamente a creação da colonia de S. Leopoldo, fundada á margem do rio dos Sinos, e a cinco leguas de distancia da capital, e ainda hoje o mais florescente dos nossos nucleos coloniaes; a da primeira typographia que possuio a provincia, e a inauguração da casa de caridade, que com toda a pompa teve lugar no dia 1.º de Janeiro de 1825. «Toda a cidade de Porto-Alegre (diz um illustre poeta) o viu, cheio d'uncção, com a sua farda doirada carregando ás costas um doente deitado n'uma rede, e dando este exemplo de humildade evangelica que foi por todos seguido (*).»

Apreciador do mérito, não podia o Sr. D. Pedro I. deixar de remunerar os serviços que a bem do seu nascente imperio prestava Fernandes Pinheiro; assim pois galardoou-o com as honras de conselheiro por carta imperial de 13 de Outubro de 1825, elevando-o a 21 de Novembro desse mesmo anno ao subido cargo de ministro do imperio.

No ministerio, bem como na presidencia de uma provincia, deu Fernandes Pinheiro innumeras provas do seu genio creador, e a elle se deve o desenvolvimento da academia das bellas-artes, que se achava em embrião, e dos cursos juridico de S. Paulo e Olinda, cuja idéa iniciou na assembléa constituinte em sessão de 14 de Junho de 1823, acompanhando-a em suas diversas peripecias até a final promulgação da lei de 11 de Agosto de 1827, que teve a satisfação de referendar. Reformou a escola medico-cirurgica dando-lhe melhor organização, e promoveu quanto em si coube o progresso das letras e artes no paiz. Na viagem que fez o primeiro Imperador ao theatro da guerra do Sul foi Fernandes Pinheiro o ministro escolhido para acompanhá-lo, e crescendo-se-lhe, como sôe acontecer em taes occasiões, o expediente de todas as secretarias.

Desenfreada opposição movia-se ao fundador do Imperio, e o espirito demagogico não poupava apodos aos conselheiros da corte. Fernandes Pinheiro, já então visconde de S. Leopoldo, desgostou-se de ser-se alvo de calumnias, « não podendo, como elle proprio se expressava, continuar no ministerio sem manifestar de uma maneira expressa que preferia os interesses e as honras do emprego á sua reputação e dignidade pessoal. » Pediu e obteve a sua demissão, sendo-lhe no decreto de 20 de Novembro de 1827 louvados o zelo e probidade com que havia desempenhado as funções desse emprego, e assegurando-lhe que ficavão na imperial lembrança os serviços n'elle prestados.

Na creação do senado foi eleito pela provincia do seu nascimento, sendo pouco depois elevado á eminente dignidade de conselheiro de estado por decreto de 18 de Maio de 1827, fazendo o Imperador selecção d'elle para secretario do conselho, lugar de immensa responsabilidade e grande onus.

O zelo e conhecimentos do visconde de S. Leopoldo forão vantajosamente aproveitados no primeiro imperado, cabendo-lhe muitas delicadas missões, como v. g. a de negociar a convenção de paz entre o Brasil e a Republica Argentina, datada de 24 de Maio de 1827; o tratado de amizade, navegação e commercio entre o Brasil e a Grãa-Bretanha de 17 de Agosto do mesmo anno; bem como identico tratado com a Prussia, baseado na mais perfeita igualdade.

Aggravando-se as suas enfermidades com a longa residencia na capital do Imperio, e saudoso do seu retiro, requereu dispensa do emprego de conselheiro de estado, que lhe foi concedida por decreto de 9 de Março de 1830, sendo-lhe conservadas todas as honras e preeminencias annexas ao referido cargo.

Gozava das docuras do lar domestico em companhia da Ex^{ma} Sra. D. Maria Elisa Julia de Lima, com quem se ligára pelos vinculos matrimoniaes desde o anno de 1819; esmerava-se na educação de seus filhos quando rebentou o furacão revolucionario de 1831, que abalou até os alicerces o nosso edificio social. Erão por todos conhecidos os principios politicos do visconde de S. Leopoldo e sua inteira adhesão á dynastia reinante; assim pois a revolução de 20 de Setembro de 1835 não podia deixar de causar-lhe ternuras e inquietação pela sorte da sua familia, cuidadosamente vigiado pelos rebeldes, vio-se recluso em sua casa durante os nove mezes em que os republicanos de Piratinim dominarão na capital da provincia. Quando porém despontou a heroica reacção de 15 de Junho de 1836, foi o visconde lembrado para aconselhar e dirigir a contra-revolução. Temos presente os depoimentos que em uma justificação de seus

serviços prestarão os dous marechaes João de Deos Menna Barreto e Francisco das Chagas Santos, em que confessão que as razões do illustrado visconde forão as que mais demoverão a affrontar os riscos de uma reacção para a qual mui poucos elementos haviam combinados. O que seria feito do velho monarchista se nos dous assaltos dados com forças combinadas de terra e mar conseguissem os rebeldes entrar na cidade, mal resguardada por um tapume de taboas singelas, e por pouco mais de duzentos defensores entre velhos, paisanos e moços bimbos?

Vindo ao Rio de Janeiro assistir á sessão legislativa de 1837, foi nomeado pelo então ministro dos negocios estrangeiros, o Sr. A. P. Maciel Monteiro, para presidente de uma commissão que devêra determinar quaes os limites que podem ser considerados como naturaes com relação ás localidades e topographia do paiz. De tal modo preencheu o visconde de S. Leopoldo o que d'elle se esperava, que o referido ministro declarou em uma das sessões da camara dos deputados do anno de 1838 que os resultados dos trabalhos apresentados pelo benemerito estadista *lhe havião sido mui uteis e proveitosos.*

Apenas de posse das suas funcções magestáticas, quiz o Sr. D. Pedro II dar um testemunho do apreço que lhe merecião os serviços do antigo ministro de seu Augusto Pai, ligando-o mais inteiramente á sua familia na qualidade de veador das Serenissimas Princezas, lugar que desempenhou com o zelo e dedicacão que o caracterizava.

Já dissemos que o visconde de S. Leopoldo estreará a sua carreira como litterato; resta-nos mostrar como jamais esqueceu-se elle dos seus principios, nem renegou, como muitos outros, o culto da sciencia pelas fascinações da politica e pela magia das grandezas humanas. Manuseando com summa despeza os importantes documentos depositados nos archivos do Rio-Grande do Sul, escreveu os *Annaes* da dita provincia, cujo primeiro volume foi publicado nesta capital no anno de 1819, o segundo em Lisboa em 1822. Posteriores estudos fizeram-lhe modificar o primitivo plano da sua obra, e levárão-no a dar-lhe nova edição que sahio dos prelos de Pariz em 1839. Julgada está pela posteridade semelhante obra, e todos os escriptores nacionaes e estrangeiros que se hão occupado com a nossa historia rendem homenagem á sua profunda erudição e justeza de raciocinios combinados com a mais pura e castiça linguagem. Devemos ainda á sua douta penna alguns outros trabalhos que, posto que de menores dimensões, não são menos importantes: referimo-nos á sua *Memoria sobre os limites naturaes, pactuados e accessarios do Imperio do Brasil*, lida na sessão do Instituto de 16 de Fevereiro de 1839; a *Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão, e seu irmão Bartholomeu Lourenço de Gusmão*, publicada em 1839 nas Memorias do mesmo Instituto, assim como a *Resposta ás Breves Anotações* que sobre a sua Memoria relativa aos limites do Brasil escreveu o conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá. Em desenvolvimento de um programma que fôra dado para a discussão escreveu o visconde um erudito trabalho em que demonstrou *que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro era o representante das idéas de illustração que em diferentes épocas se manifestarão em nosso continente*, cujo trabalho se acha inserto no tomo 1.º da *Revista* do mesmo Instituto.

A proposito de Instituto releva não esquecer que o visconde de S. Leopoldo com o marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o conego Januario da Cunha Barbosa forão os videntes que no anno de 1838 previrão que da fundação dessa associação proviria ao Brasil grande honra e proveito. Testemunhas seus consocios do interesse que manifestava pelo desenvolvimento intellectual do paiz, e prestando preito á sua vastissima illustração, elevárão-no á cadeira presidencial enquanto vivo fosse. Sensível a todas essas demonstrações de estima e consideração, trabalhava o visconde na composiçao de uma *Historia Geral do Brasil* quando surpreendeu-o a morte no dia 6 de Junho de 1847 na cidade de Porto-Alegre, sendo sepultado no cemiterio da Santa Casa da Misericordia.

Era o visconde de S. Leopoldo de amenas e delicadas maneiras, instructiva conversação, e de rarissima modestia, que mais brilho dava ao seu reconhecido merecimento. Confessavão seus adversarios politicos (unicos que em sua longa existencia contou) que acobardava-os a sua extrema polidez, fazendo-lhes perder terreno o seu finissimo trato. Mais homem de gabinete do que de tribuna, melhor sabia servir-se da penna do que da palavra, e quando violentamente aggreddido preferia calar-se a repellir insulto por insulto.

Atravessou o oceano a fama das suas muitas luzes, e diversas academias e sociedades estrangeiras, como a Academia Real das Sciencias de Lisboa, a dos Amigos Naturalistas de Berlim, o Instituto Historico de França, a Sociedade de Agricultura de Carlsruhe, a Philomatica de Pariz, lhe enviárão diplomas, e honrárão-se de conta-lo no numero de seus socios.

Na vida particular era o visconde o complexo de todas as virtudes que se desejão encontrar n'um homem, e ainda hoje é sua memoria abençoada por todos que tiverão a ventura de conhecê-lo.

(*) O Sr. M. de Araujo, Porto-Alegre, *Elogio dos membros fallecidos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.*

OS CONTEMPORANEOS



Lith de S. A. Sisson, Editor, Rua do Cano 45

RAFAEL TOBIAS D'AGUIAR.

Rafael Tobias d'Aguiar



RAPHAEL TOBIAS DE AGUIAR



NTRE os grandes vultos da historia politica da provincia de S. Paulo, se destaca o vulto grandioso do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar. A tenacidade e a constancia desses homens que, vencendo montanhas e atravessando rios caudalosos, forão levar até o Perú a fama do nome paulista, parece haver-se consubstanciado no character e nas accões do distincto Paulista, cuja vida vamos esboçar em largos traços.

Soldado constante de uma idéa, defensor inabalavel da causa liberal, ante todos os vaivens, e a instabilidade da sua longa carreira, aquella alma spartana nunca recuou ante os golpes da fortuna, e mais de uma vez, como o velho Romano, preferio a causa dos vencidos á causa dos vencedores.

Raphael Tobias de Aguiar nasceu na cidade de Sorocaba, na provincia de S. Paulo, aos 4 de Outubro do anno de 1795. Fructo abençoado de legitima união entre o coronel Antonio Francisco de Aguiar e D. Gertrudes Eufrozina de Aguiar, vio escoar-se a infancia e despontar-se a mocidade entre as tradições de um passado feliz: pois que sua familia era uma das mais gradas e ricas do paiz; visto que seu pai era um dos mais abastados fazendeiros da provincia. O pai de Tobias de Aguiar não pertencia ao numero dessas almas ignaras e orgulhosas que acreditão que o ouro é o rei do universo, e dispensa a virtude. Delle recebeu o seu filho as mais sãs lições de moral; deveu-lhe a mais cuidadosa educação intellectual, aquella que pelo menos comportavão as difficuldades do regimen pouco adestrado á que sujeitava o Brasil a metropole portugueza.

Tobias de Aguiar estudou todas as humanidades, e teve a ventura de estudar algumas dellas com o seu parente e amigo o illustre Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Por morte de seu pai, foi investido da direcção da avultada fortuna de sua casa, e conduzio-se com tanta prudencia, que não só a fez prosperar como apresentára avultados lucros.

Começou elle a sua vida politica servindo no regimento de milicias, da cidade de Sorocaba, seguindo gradualmente os postos até o de coronel commandante

do mesmo, sendo incansavel em promover a sua disciplina e brilhantismo, para consecução do que não poupou despezas e sacrificios.

Tinha elle apenas 26 annos e já o sacro fogo do patriotismo lhe ardia intenso no peito magnanimo. Foi nessa idade que municiou e armou, a expensas suas, cento e tantos homens, para envia-los ao Rio de Janeiro a debellar as tropas de Avilez que pretendião entorpecer os prodromos de nossa independencia politica. Quando o August o Fundador do Imperio, desafiando mil perigos, tomou a resolução de ficar no Brasil, e de arrostar as iras de nossos antigos dominadores, Raphael Tobias de Aguiar, com aquella fé no futuro do paiz que sempre tiverão os Paulistas dos tempos gloriosos, empenhou todas as suas forças em auxiliar o nosso libertador na sublime tarefa que encetára.

Não só concorreu com avultados donativos para esse fim, como promoveu uma subscrição entre os seus patricios da cidade de Sorocaba, e a pedido do governo additou a quantia de doze contos de réis para esse fim. Sempre que se tratava de auxiliar com sua fortuna e com os seus esforços a prosperidade do Imperio, Raphael Tobias de Aguiar era o primeiro a entrar no pareo e alcançar a méta desejada. E assim que sem exigir juro algum ao estrear seus trabalhos a fabrica de ferro de S. João de Ypanema, elle emprestou avultada quantia para esse fim, e fê-lo em occasião em que o governo da provincia não tinha nem sequer o preciso para pagar os vencimentos dos empregados publicos, e só depois de longos annos de espera é que foi embolsado da quantia adiantada.

Quando o povo sorocabano, refractario aos melhoramentos materiaes de sua localidade, oppondo-se com todas as forças á abertura de novas ruas, ameaçava o governo da provincia com uma sedição, Tobias de Aguiar, com suas immensas relações, com sua vontade energica e suas palavras persuasivas, conseguiu chamar os espiritos a sentimentos mais ordeiros, manter a paz e prestigio da autoridade.

Tobias de Aguiar era um dos homens mais populares da provincia de S. Paulo, e as sympathias profundas que por elle nutria o povo paulista o habilitarão, como membro do conselho do governo e dos conselhos geraes, a prestar relevantes serviços á provincia que o vira nascer.

Chegada a época critica que decorreu de 1831 a 1834, foi-lhe confiado o importante cargo de presidente da provincia de S. Paulo, e apesar dos exaltamentos de uma revolução que havia triumphado, e da reluctancia dos vencidos, soube conservar a ordem sem que uma gotta de sangue fosse derramada. Tobias de Aguiar teve a honra de ser por muitas vezes eleito deputado á assembléa geral legislativa e assembléa provincial de S. Paulo, tendo presidido por duas vezes a esta distincta corporação.

Quando a alta intelligencia que preside os destinos do Imperio assumio as redeas do poder, houve por bem nomear R. T. de Aguiar presidente da provincia de S. Paulo; e o distincto Paulista soube corresponder satisfactoriamente a esta prova de confiança da corôa.

A estrada da Maioridade, progresso notavel no systema de viação, é um padrão de gloria dessa presidencia. Sempre generoso, sempre solícito pelos interesses da provincia de S. Paulo, Tobias de Aguiar recusou sempre receber seu ordenado de presidente, e o fez applicar em obras publicas, e em prol dos institutos de instrucção que a provincia estabeleceu para as classes necessitadas. A Deos não praza que, levantando o véo do esquecimento que a vontade soberana lançou sobre os acontecimentos de 1842, venhamos dar a lume recriminações sobre os tempos que já forão, e despertar as angustias de um passado ainda tão proximo; outro é o nosso fim. Sem examinar as causas que acarretarão os movimentos armados que se derão no anno de 1842 nas provincias de S. Paulo e Minas, seja-nos licito restituir aos actos do distincto Paulista, cuja vida esboçamos, sua verdade historica.

Suspeito de favorecer o movimento revolucionario que o governo então receiava, Tobias de Aguiar, avisado por um amigo devotado, de que ia ser preso, retirou-se da capital com direcção ás suas fazendas até que serenassem taes suspeitas e que se lhe fizesse justicia.

Chegado a Sorocaba, amigos sinceros, porém ardentes, o havião imprudentemente compromettido, e disserão-lhe que só com um movimento geral podião ser salvos. O nosso amigo comprehendu perfectamente que um movimento realisado por massas populares, quasi desarmadas e sem disciplina, seria infalivelmente debellado pelas forças do governo; mas, para salvar seus amigos, arriscou sua vida e sua fortuna. Foi um erro talvez, mas um desses erros que só praticão os corações magnanimos, e que só podem comprehendere as almas nobres.

A provincia de S. Paulo, que bem conhecia o distincto character e virtudes civicas que adornavão o brigadeiro R. T. de Aguiar, mais de uma vez o incluiu em listas senatoriaes. O governo do Brasil, reconhecendo seus serviços, entre

outras condecorações o distinguio com a commenda de Christo, e com a dignitaria da Rosa, e lhe concedeu o posto de brigadeiro do nosso exercito.

A avultada riqueza de R. Tobias não era por elle aferrolhada em ferreos cofres. Na sua primeira presidencia emprestou elle á fazenda publica a quantia de 30:000\$000; e na sua segunda presidencia a de 20:000\$000, sem exigir juro algum. Os cofres da provincia, que na época de 1840 lhe tinhão sido entregues esgotados a ponto de ser preciso que elle emprestasse dinheiro para se pagar empregados publicos, forão por elle entregues ao seu successor com avultado saldo.

Nunca a miseria bateu á porta de R. T. de Aguiar, que o pranto da angustia que derramava não se lhe tornasse em lagrimas de pura alegria. Não esperava elle que seus amigos lhe pedissem aquillo que desejavão; fazia mais, adivinhava-lhes o desejo.

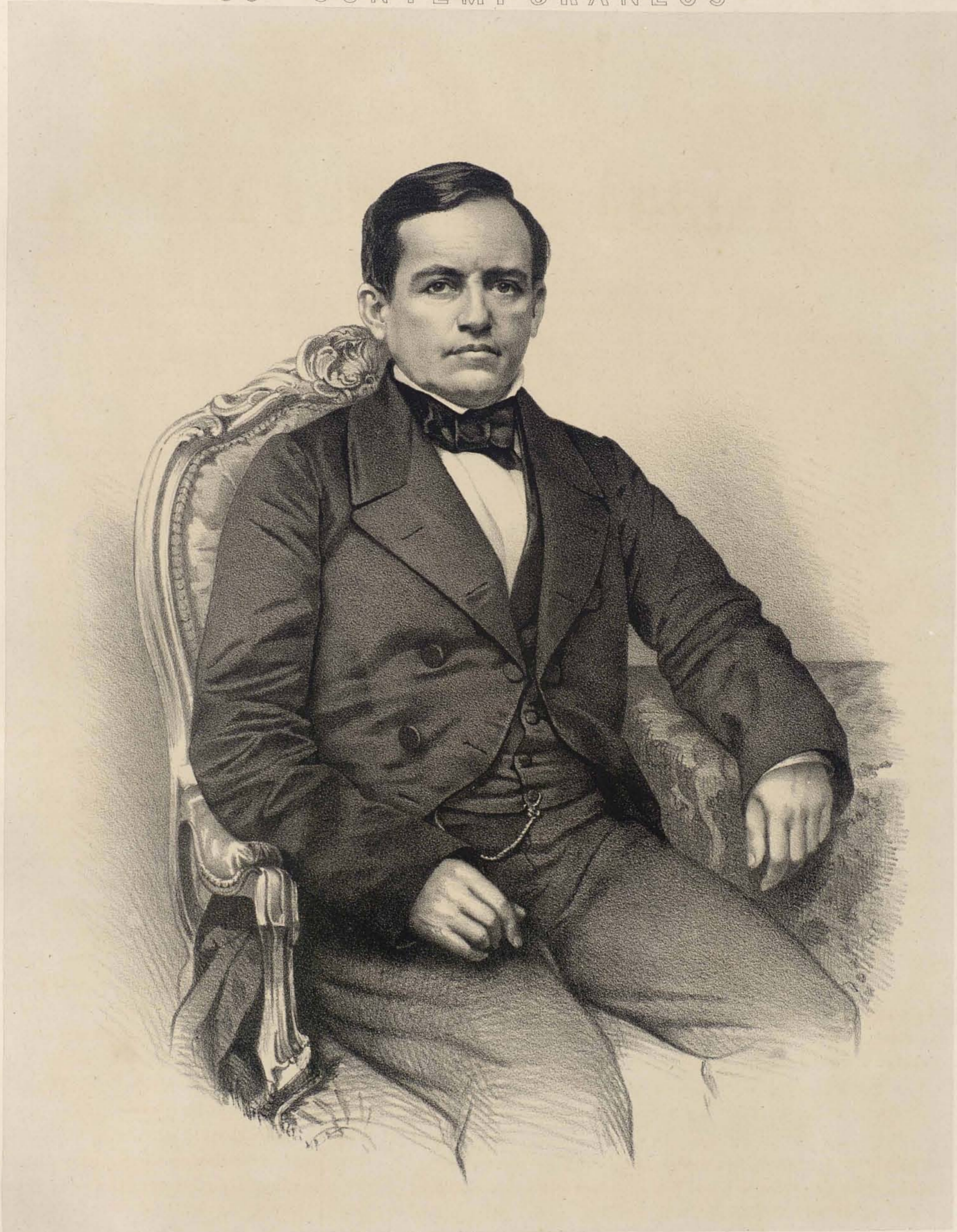
Quando seu velho mestre, o respeitavel André da Silva, vio-se exposto a perder o tecto que o abrigava, T. de Aguiar, sem ostentação que torna pesada a esmola áquelle que a recebe, comprou a casa em que elle residia, deu-lhe o usufructo da mesma, e depois d'elle á sua enteada.

Como politico, o homem cuja vida esboçamos era uma dessas almas cunhadas no molde sparciata, um desses homens de antes quebrar que torçer, de que nos falla Sá de Miranda. O estandarte de suas crenças hasteára elle nos arraiaes do partido liberal, e novo Leonidas morreria antes nessas novas Thermopilas, do que renunciaria as crenças sinceras de seu coração, a causa nobre e santa que havia esposado apenas lhe despontára a bella intelligencia. Além de suas crenças inabalaveis, tinha elle uma qualidade bem rara no tempo do sordido egoismo em que vivemos — era — o sincero interesse, a mais intima devotação pelos seus amigos. Um só facto é mais eloquente que todas as palavras. Poucas horas antes de morrer, no meio das mais acerbas torturas, elle ainda escrevia em prol da eleição de um de seus mais intimos amigos, e dirigio ao mesmo palavras que revelavão que nelle a amizade sobrepujava á dôr.

Raphael Tobias de Aguiar, o chefe mais popular do partido liberal paulista, falleceu em viagem da cidade de Santos para a capital do Imperio, a bordo do vapor *Piratimanga*, no dia 7 de Outubro de 1857, victima de uma molestia acerba. A provincia de S. Paulo inteira pranteou a morte de um de seus mais distinctos filhos. Raphael Tobias de Aguiar era homem, teve, como outro qualquer, erros em sua vida, mas os factos della nos apontão uma somma tal de actos virtuosos e de serviços prestados ao Estado, que o historiador imparcial pôde conta-los sem receio entre os vultos mais notaveis da historia patria.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A.Sisson, Editor, Rua do Cano 45

BARÃO DE MURITIBA

B de Muritiba

BARÃO DE MURITIBA

NOTICIANDO-SE a um liberal extremo que o Sr. barão de Muritiba havia tido um incommodo de cabeça, disse elle com sincero pezar: *Se morresse, perderíamos um grande cidadão.*

Estas palavras demonstrão vivamente quão real é o merito daquelle que buscamos esboçar. Na verdade, como particular é o Sr. de Muritiba um exemplo digno e raro; e se nos fosse dado levantar esse véo atrás do qual se passão as mais bellas scenas da familia, os irmãos, os maridos, os pais colherião nobres lições. No Sr. de Muritiba acha-se um complexo de qualidades eminentes. Homem de vontade firme, escravo do dever por amor do dever, estudioso, devotado á sua gente, elle não cede senão convencido, não faz senão o que a consciencia lhe diz ser um bem. Muitos são os serviços prestados ao Brasil por esse, um de seus mais preclaros filhos; e quando a historia patria memorar os seus homens então limpos da baba da calunnia, o busto do Sr. de Muritiba sobresahirá radiante e magnifico.

Manoel Vieira Tosta nasceu na cidade da Cachoeira, provincia da Bahia, correndo o anno de 1807. Seus pais, honrados fazendeiros, tendo em vista da-lo á carreira das letras, buscárão para elle os melhores mestres daquelle cidade, e depois o mandárão para a capital da provincia a terminar o estudo de humanidades, sendo que no anno de 1824 o fizerão seguir para a Universidade de Coimbra a alcançar formatura em direito. Foi durante o seu curso de estudos, no qual tinha por condiscipulo o Sr. visconde do Uruguay, que appareceu a rebellião do marquez de Chaves, e então Vieira Tosta, como outros muitos Brasileiros, alistou-se no batalhão academico em defensão da carta constitucional outorgada por D. Pedro IV.

Sabem todos de quanta dedicação deu provas aquella mocidade cheia de enthusiamo e de heroismo.

Sem quese houvesse envolvido nos acontecimentos do reino no anno de 1828, quando teve lugar a usurpação de D. Miguel, o Sr. Tosta foi obrigado a retirar-se de Portugal, faltando-lhe um anno para completar os seus estudos. Seguiu elle para a França, e ahi recebendo a noticia de se achar riscado do numero dos alumnos de Coimbra como um dos voluntarios do batalhão academico, resolveu-se a tirar proveito scientifico da sua estada em Pariz, e por isso tornou-se assistente das lições dos professores da escola de direito, e tambem das de economia politica ensinada no Conservatorio das Artes pelo celebre João Baptista Say.

Em 1830 voltou para a Bahia; e porque se houvessem aberto os dous cursos juridicos, obteve matricular-se no de S. Paulo, onde em Outubro de 1831 alcançou diploma de bacharel formado, e o que mais é — um dos dous premios que então forão dados.

Despachado logo juiz de fóra do termo de Cabo-Frio e Macahé, servio até 1833, quando se pôz em execução o codigo do processo criminal. Ainda hoje a gente daquelles lugares e daquelle tempo falla com respeito e sympathia no nome do seu juiz de fóra.

Depois de ser nomeado para diversos lugares de juiz de direito, foi o bacharel Tosta mandado occupar o da Cachoeira, onde teve logo occasião de prestar relevante serviço pondo em pessoa termo á sublevação da villa da Pedra-Branca que é situada nos confins da comarca.

Os votos de seus comprovincianos, por occasião das primeiras eleições para as assembléas provinciaes, vierão dar-lhe premio, pois que o fizerão deputado effectivo.

Achava-se o Sr. Vieira Tosta com licença, quando rebentou a revolução de 7 de Novembro de 1837, e logo desprezando o favor, e tornando a seu posto, como chefe de policia da Cachoeira deu as mais energicas providencias, pondo a força policial e a guarda nacional em pé de fazerem frente a qualquer aggressão por aquelles lados, e evitando o contagio do mal. Acephala a provincia pela retirada do presidente e outras autoridades, nem por isso esmoreceu o Sr. Tosta, e antes, mostrando que é homem para as occasiões arriscadas, arranjou armas, munições e gente—quasi 4,000 homens— que mandou em auxilio dos que sitiavão os revoltosos na capital; e para embargar os passos dos mal intencionados que se dirigião para a villa da Feira de Santa Anna, fez marchar seu proprio irmão o coronel Jeronymo Vieira á testa de voluntarios e guardas nacionaes, enquanto elle, seus outros parentes e amigos ficavão velando em armas na Cachoeira.

Foi juiz tal no lugar do seu nascimento, cercado de parentes e amigos, que levou um magistrado a dizer que só elle Tosta era capaz de exercer jurisdicção em seu ninho sem excitar queixas, nem murmurios.

Em 1838 veio tomar assento na camara temporaria como um dos eleitos pela Bahia, e então sustentou com a sua palavra e voto o gabinete de 19 de Setembro, patenteando os seus principios conservadores, dos quaes nunca se arredou, por entender que o progresso não consiste em mudar, mas em mudar com proveito real indicado pela verdadeira experiencia.

Promulgada a lei que creou os juizes dos feitos da fazenda, foi o Sr. Vieira Tosta escolhido para a vara da Bahia, vara em cujo exercicio esteve de 1842 a 1843. Neste anno o elevou o governo a um dos lugares de desembargador da relação de Pernambuco, achando-se então elle com assento na assembléa provincial, em virtude de terceira reeleição. Do tribunal de Pernambuco foi passado para o da Bahia; e sendo nomeado chefe de policia daquella provincia não chegou a tomar posse do cargo porque teve de seguir para Sergipe na qualidade de presidente, lugar este que occupou até Julho de 1854, tornando então para a relação da sua provincia onde se conservou em exercicio até 1848. Foi durante este exercicio em 1846 que teve lugar o assassinato em que tanto fallarão os jornaes da época, assassinato perpetrado na pessoa de uma interessante moça em sua propria casa, nos braços de sua mãe.

Ouvira o Sr. Tosta que da casa pedião soccorro, e não obstante achar-se desarmado acudiu logo; sendo certo que, se não pôde impedir o tiro que matou a donzella, conseguiu com risco de vida que o malvado não contasse mais uma victima na pessoa da mãe da infeliz, pois que, atirando-se ao ferro que se dirigia áquelle fraco peito, quebrou-lhe a lamina, ficando com a mão ferida, na qual ainda hoje se observão os signaes de sua abnegação e humanidade. Se bello foi o seu acto, bello foi o premio que então recebeu, pois logo corrêrão á sua casa innumeros pais de familia a louva-lo e felicita-lo cordialmente.

No anno de 1848 veio o Sr. Tosta para a camara dos deputados como um dos eleitos pela Bahia, e collocou-se no seu lugar de opposicionista.

Subindo o gabinete de 29 de Setembro, escolheu o Sr. Tosta para a presidencia do Maranhão; mas elle respeitosa e recusou o honroso cargo, declarando entretanto que estaria prompto a obedecer ao governo quando este julgasse indispensaveis os seus serviços.

Apparecendo então o desgraçado movimento de Pernambuco, foi o Sr. Manoel Vieira Tosta instado para que seguisse sem perda de tempo a tomar o governo da provincia. Recuar seria fraqueza, seria pôr-se em desaccordo com os seus principios, e faltar á promessa feita ao governo; por isso o Sr. Tosta, aceitando a arriscada missão, partiu. Ninguem ignora que principalmente a elle, á sua energia e criterio se deveu a suffocação do terrivel movimento, durante o qual pôz mil vezes em risco a sua propria vida. Não nos demoremos porém sobre estes factos que deverãõ ser apreciados com mais justiça pelos vindouros; digamos sómente que o Sr. Tosta foi escravo do seu dever, da sua consciencia, e que era incapaz de olhar com prazer para o sangue de seus patricios, porque tem um coração elevado e nimamente brasileiro.

Substituido a seu pedido na presidencia pelo marquez de Paraná, o Sr. Manoel Vieira Tosta veio encarregar-se da pasta dos negocios da marinha, pasta que conservou até 1852, servindo algum tempo igualmente na da guerra; mas não podendo tomar conta da da justiça, para a qual fôra chamado, porque o atacou então a febre amarella, dando lugar a que fosse elle proprio substituido.

Diga mos que a esse ministerio do Sr. Tosta se achão ligadas as glorias do Tonelero, pois foi o Sr. Tosta o ministro que preparou a nossa armada expedi-

cionaria, no que mostrou a sua pericia administrativa casada com o seu zelo pelos dinheiros publicos.

Em 1851, apresentado por mais de dous terços de votos dos eleitores da Bahia em lista sextupla, havia sido escolhido senador.

Em 1853 passou a ter exercicio de desembargador na relação da côrte; e em 1855 foi mandado na qualidade de presidente para a provincia do Rio-Grande do Sul.

Regressava então do Estado Oriental o exercito auxiliador, e o novo presidente teve logo de providenciar para que a retirada das tropas se effectuasse sem maior incommodo, e sem os riscos a que então as consideravão expostas. Os negocios por aquelles lados não corrião bem, e foi por isso mesmo que se julgou necessaria a presença de um homem como o Sr. Tosta, o qual, não obstante deixar gravemente enferma uma filha querida, só ouviu o chamado do paiz.

Foi durante essa presidencia que o cholera-morbus invadio a provincia. O zeloso administrador teve mais uma occasião, e bem terrivel, de mostrar a sua dedicação á humanidade. Tudo quanto podia fazer como governo e como homem o Sr. Tosta fez para occorrer ás necessidades da occasião. Para elle não havia noite nem dia, não havia lugar, não havia descanso, dando com o seu exemplo força aos que erãõ fracos, e mostrando, como sempre, que acima de tudo põe a sua consciencia.

Sendo exonerado a instancias suas, regressou para a côrte em 1856. No anno de 1858 foi nomeado, pelo marquez de Olinda, presidente da Associação Central de Colonização, lugar que aceitou a rogos do mesmo marquez, e por lhe parecer que nada tinha com a politica. Nesse lugar, que deixou para tomar parte como ministro da justiça no gabinete de 21 de Março de 1859, o Sr. Tosta tambem deu as mais claras provas do quanto se interessa por tudo aquillo de que se acha encarregado.

Seria uma falta se não dissessemos que como magistrado o Sr. Manoel Vieira Tosta foi sempre um modelo, segundo confissão todos lastimando a sua aposentadoria.

Outra falta seria se não declarassemos que como legislador toma o Sr. Tosta sempre parte conscienciosa nas importantes questões, offerecendo tambem interessantes projectos sobre as nossas cousas civis e criminaes, que elle ainda hoje estuda com ardor juvenil.

Não quiz o Sr. Tosta ultimamente aceitar o lugar de consultor do ministerio da justiça, lugar para o qual foi escolhido, e nisto mostrou mais uma vez que o não move o interesse, sim o dever.

Foi agraciado com a commenda da ordem de Christo em 1841, com a dignitaria do Cruzeiro, e carta de conselho em 1849, com a commenda da Rosa em 1858, e finalmente com o titulo de barão com grandeza em 14 de Março de 1855.

Devemos crer que o Sr. barão de Muritiba aprecia essas provas da munificencia imperial, visto como as tem merecido; mas tambem cremos que o Sr. barão não liga menor preço á estima publica que elle tanto acata, e da qual se ha tornado verdadeiramente digno.

OS CONTEMPORANEOS



A. SISSON Lith.
1860

Lith. S. A. Sisson, Editor, Rua do Cano 45

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA

Pedro Ferreira de Oliveira

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA

O ESTUDO da historia é uma das principaes fontes de todo o bem de um povo.

A lição da vida de seus maiores, illustrando-o, fa-lo comprehender o seu modo e meios de ser e os tramites por onde realisar os altos beneficios reservados ás sociedades sabiamente constituídas.

É esta a mais bella e sublime missão da racionalidade.

Mas, para que não se desvaire o espirito, e se attinja tão precioso fim, cumpre que a historia seja zelosa de si mesma; que, depurada ou sublimada no cadinho da verdade, seja santa como um pensamento do céo.

Seria criminoso de traição a Deos e á posteridade o historiador que, temendo compromettimentos, para evita-los, manchasse a candidez da verdade na exposição dos factos, ou por qualquer modo retrocedesse ante pueris ou serodias conveniencias.

Se o espirito de justiça e verdade não presidir á deducção dos factos, por maior que seja a eloquencia com que se deslize aos olhos do leitor, tudo poderáo elles constituir, menos a historia, menos uma fonte de bens e um conselheiro fiel; serão, sim, uma boceta de Pandora, sempre aberta, manando sómente males.

A todo transé deve-se a verdade a Deos e á posteridade.

Mas não é nosso fim dissertar nem escrever a historia nacional: desejamos apenas esboçar uma parte della, escrever, embora toscamente, a biographia de um cidadão illustre, sobre quem pesárão os effeitos da obediencia militar e das conveniencias politicas.

A historia de uma nação não é, em grande parte, mais do que o conjunto das biographias de seus homens politicos.

Pedro Ferreira de Oliveira nasceu na freguezia do Pilar, provincia do Rio de Janeiro, aos 19 de Fevereiro de 1801. Era filho legitimo do honrado commerciante Pedro Ferreira de Oliveira e de D. Ermelinda Maria do Amor-Divino.

Entre os carinhos de uma mãe extremosa e os afagos de um pai solícito recebeu a mais completa educação moral e a primaria instrucção.

A intelligencia e o character nobre e elevado, que revelou desde a mais tenra puericia, prendião as sympathias de quantos o conhecião, e derramavão torrentes de ventura no coração paterno.

Cuidadoso do seu futuro, seu pai o enviou para a cidade do Rio de Janeiro afim de dedicar-se á carreira commercial. Encetou-a como caixeiro na casa de Luiz Paulino aos dez annos de idade.

Sua alma nobre e impressionavel, cheia de aspirações que o commercio não comporta nem póde satisfazer, revelou desde logo a repugnancia que elle lhe inspirava. Mas, tão joven como era, possuia já Pedro Ferreira de Oliveira a virtude da resignação. Submetteu-se pois á vontade paterna.

Estudioso e inclinado á meditação, empregava as horas que lhe erão concedidas para o repouso na aquisição de conhecimentos, que mais tarde lhe facilitarão o ingresso na academia de marinha, carreira que lhe embalava o coração e formava o seu bello ideal.

Chegava-se entretanto ao anno de 1817, em que o brandão da revolução incendiou a provincia de Pernambuco, e, sendo mister enviar forças da capital, sorteou-se um certo numero de praças de cada batalhão miliciano della, e com essas praças se organisou um corpo de voluntarios destinado á campanha em que se ia entrar.

A sorte designou o joven Pedro Ferreira de Oliveira, que então contava dezeseis annos de idade, como um dos milicianos do batalhão da Candelaria que devião tomar parte em tão perigosa empresa.

Marchando para o seu destino foi ali reconhecido segundo cadete, por ser seu pai capitão de milicias, e o merecimento que revelou lhe procurou a vantagem de ser empregado pelo general em sua secretaria.

Voltando de Pernambuco, onde a sua verdadeira vocação robusteceu-se e desenvolveu-se por modo irresistivel, não se demorou em entrar para a academia de marinha. Matriculou-se como paisano, porque então só podião ser aspirantes a guardas-marinhas os filhos de coroneis e patentes superiores a esta.

Effectuou em 3 de Março de 1818 a sua primeira matricula; cursou todas as aulas, que formavão os tres annos da antiga academia, seguidamente e sem perda de um só anno; obteve em todas as materias a primeira approvação que então se podia conceder; e, pelo seu procedimento exemplar, applicação e intelligencia, alcançou as mais distinctas classificações e as mais honrosas informações de seus lentes e superiores. Tudo isso consta dos livros da academia, e lhe valeu, como justa recompensa de merito comprovado, a praça de guarda-marinha extraordinario, que lhe foi concedida em 1 de Fevereiro de 1821 e em que foi reconhecido no 1º de Março do mesmo anno.

Poucos dias depois desse reconhecimento, a 10 do mesmo mez de Março embarcou na corveta *Voador* e partio para Lisboa em companhia da frota que conduzia ao rei D. João VI. Por este facto obteve, como os seus camaradas, o habito da ordem de Christo.

Servia Pedro Ferreira naquelle paiz com distincção, estimado e bem visto de todos os seus camaradas, quando inopinadamente repercutio em todo o Portugal o grito do Ypiranga. Expedio-se logo ordem para que a corveta *Voador* se apromptasse e fizesse de vela para Pernambuco.

Apenas esta ordem foi conhecida a bordo, dirigio-se Pedro Ferreira ao seu commandante e lhe declarou que não lhe era mais permittido continuar a fazer parte da guarnição da corveta; que, sendo Brasileiro e adherindo com todo o entusiasmo á independencia do seu paiz, julgava do seu rigoroso dever dar a sua demissão, para o que pedia licença afim de ir á terra depositar nas mãos do ministro o seu requerimento.

Pouco mais de vinte annos contava então. Se se attender ás circumstancias da occasião, e especialmente a de achar-se rodeado sómente de Portuguezes, todos irritados pelo inesperado golpe que acabavão de receber, não se deixará de reconhecer em seu procedimento muita honra, nobreza, coragem e dedicação ao seu paiz. Não escapou em principio aos sarcasmos do commandante e officiaes, mas estes mesmos a final reconhecerão que o homem, que tão lealmente procedia, era digno de respeito e attenção. Foi-lhe concedida a licença.

A demora do despacho, pedido ao ministro portuguez, aggravava a triste posição do esforçado solicitante, que, achando-se em paiz estranho e sem recursos propios, apenas encontrava allivio a uma parte dos seus soffrimentos na parca e mui limitada protecção que lhe prestava um tio, ali residente, que era ecclesiastico e pobre. Urgindo as circumstancias, e querendo saber sem mais delonga a sorte que o aguardava, pedio com viva instancia para fallar ao ministro e por fim o conseguiu.

O conde de Linhares o recebeu em seu gabinete, e, ao entregar-lhe o decreto de demissão e um passaporte para Inglaterra, dirigio-lhe as seguintes palavras: «Vá para o Brasil, Sr. Ferreira, e com este proceder mostre áquelles

« que lá ficarão, e adherirão á independencia do Imperio, o que é um mi-
« litar de honra em cujo peito bate um coração patriota. »

Succedia isto em Janeiro de 1823, e em Abril do mesmo anno, chegado ao Brasil, apresentava-se Pedro Ferreira de Oliveira ao commandante dos guardas-marinhas. Alguns, a quem não agradára o seu procedimento, fingião crer que pelo facto de haver pedido demissão perdèra elle o direito de ser reconhecido official da nascente marinha imperial. Mas Pedro Ferreira recorreu ao Imperador D. Pedro I, e S. M., apreciando o seu procedimento, o despachou segundo-tenente aos 21 de Maio. Em Julho embarcou o joven official no brigue *Cacique*, e dali a um anno foi promovido ao posto de primeiro-tenente por consulta e resolução do conselho supremo militar.

Em 1824, anno de provações para o paiz, rompeu de novo a guerra civil em Pernambuco. Organizou-se para operar ali uma divisão naval, tendo o commando em chefe della o official-general David Jevret, que sabia escolher officiaes. Seguiu nessa divisão o primeiro-tenente Pedro Ferreira de Oliveira. Era o seu baptismo de fogo.

Cumpria combinar com o general Lima, commandante do exercito legal que sitiava a cidade, um plano de ataque por mar e terra. Essa commissão, extremamente delicada, espinhosa e de difficillima execução, não podia deixar de ser confiada a um official de intelligencia, vista penetrante e sangue frio. A honra de desempenha-la coube a Pedro Ferreira de Oliveira. Elle a preencheu como era de esperar-se. Julgue-se dos perigos que affrontou e do valor que desenvolveu por este facto: Dezeses homens o acompanháram, e delles só voltou com vida um *marinheiro!*

Os serviços que prestou nessa conjunctura, o peso e o valor de suas reflexões creáram-lhe uma reputação indestructivel, e captáram a amizade e o respeito dos dous generaes, como consta da correspondencia intima dos mesmos e das ordens do dia.

A execução do plano de ataque deu em resultado a tomada da cidade.

A providencia e o denodo do joven official forão galardoados com o commando do brigue *Independencia ou morte*, e com uma das doze medalhas com que o Imperador distinguio os mais valentes, e na qual de um lado se vê a effigie de D. Pedro I, e do outro lê-se — Aos mais bravos.

Um anno depois achava-se Pedro Ferreira de Oliveira na Bahia. Tendo ali chegado a náu *Pedro I*, commandada por Jevret, afim de animar o espirito publico, tomado de apprehensões e receios, talvez infundados, e devendo aquelle general da armada deixar o commando do seu navio por ter sido chamado á cõrte, por accordo entre elle e o presidente da provincia, foi-lhe esse commando confiado, não obstante haver officiaes mais graduados e antigos.

A náu *Pedro I*, como todos os navios que Pedro Ferreira commandou, forão sempre apresentados como modelos de asseio, de ordem, e de disciplina. A sua fé de officio a este respeito narra muitas ordens do dia em que o quartel-general o louvava e lhe dava agradecimentos por ordem do ministro da marinha.

São ainda os documentos officiaes que nos revelão a serie de relevantes serviços prestados por Pedro Ferreira de Oliveira no commando do brigue *Pampeiro*, por occasião da campanha de 1828 entre o Imperio e as provincias confederadas do Rio da Prata, quer em relação ás vezes que o canhão brasileiro teve de troar em desaffronta do pendão auri-verde, quer na perseverante e solícita protecção que prestou ao commercio, ou na defesa e guarda das costas em que fõra muitas vezes empregado, quando a commissão era arriscada e exigia um official activo e desvelado.

O posto de capitão-tenente que então obteve, quando ainda não contava bem sete annos de serviço na armada nacional, foi uma recompensa justa e devida ao seu bem provado merito, e ninguem mais merecidamente collocou sobre o peito a medalha de honra dessa campanha que tambem obteve.

Tinha então vinte e seis annos de idade, e era capitão-tenente em uma época em que o elemento estrangeiro dominava exclusivamente a corporação da marinha e em que tudo indicava o firme desejo de que esse estado de cousas se perpetuasse. Era sem duvida preciso que possuísse muito merecimento!

Cumpra ainda que a historia registre um facto que lhe pertence, praticado pelo capitão-tenente Oliveira quando ainda se achava no seu brilhante commando do brigue *Pampeiro*.

Tendo sahido a cruzar, avista um possante brigue de guerra; dá-lhe este um tiro de polvora secca com o fim de que mostrasse o *Pampeiro* a sua nacionalidade, sem aliás firmar primeiro a sua bandeira, como era do seu dever segundo a cortezia e usos maritimos. O *Pampeiro* não se deu por entendido, continuou placidamente no bordo que seguia, approximando-se sempre do orgulhoso collega. Uma segunda detonação e o sibilo de uma bala ferrea fizerão-se ouvir no *Pampeiro*, que ao mesmo tempo distinguio no penol da mezena do seu antagonista as côres do leopardo britannico. Então, sim, estavam preenchidas as formalidades, satisfeitas todas as conveniências, e o *Pampeiro* não era menos cavalheiro para fazer esperar a devida saudação a tão obsequioso comprimento. O pendão nacional foi immediatamente firmado com um tiro de bala, que, passando por entre os mastros do brigue inglez, cortou-lhe alguns ligeiros cabos. Desprendeu-se dos turcos desse brigue um escaler que, convenientemente tripulado, se encaminhou para o *Pampeiro*. Atravessou este logo afim de receber a visita que lhe queria fazer a urbanidade britannica. Era porém uma satisfação que exigia o commandante inglez, o qual se julgava offendido pela bala do canhão brasileiro, sem querer recordar-se de que fõra elle quem dera o exemplo da saudação militar. O capitão-tenente Pedro Ferreira respondeu ao agente do commandante inglez em termos peremptorios e energicos: — que não tinha satisfações a dar; que, pelo contrario, era elle quem as devia receber, por ter recebido provações bruscas de um navio de guerra que bem conhecia o *Pampeiro* e sabia qual a commissão que desempenhava; que cortava toda ulterior dis-

cussão de palavras e estava resolvido a correr *todas as eventualidades* de seu acto. — E manobrando continuou na mesma direcção. O brigue inglez fez o mesmo, porém demandando a barra do Rio de Janeiro, onde á sua chegada pediu o commandante satisfação ao governo brasileiro. Voltando Pedro Ferreira da sua commissão, foi ouvido, e, dada a sua resposta, foi o seu bello procedimento elogiado pelo ministro da marinha, o general da armada Diogo Jorge de Brito.

Depois do *Pampeiro*, passou Pedro Ferreira de Oliveira a commandar os navios de maior força da esquadra nacional, como as corvetas *Defensora* e *Regeneração*, as fragatas *Piranga*, *Campista*, *Paraguassú*, *Principe Imperial*, etc.

O arsenal e intendencia da provincia da Bahia necessitavão de um homem intelligente, probo e creador: Pedro Ferreira foi o escolhido para o respectivo encargo.

Seu character sisudo e austera probidade, seu trato lhano, franco e sem pretensões em breve captáram o respeito e a estima dos Bahianos, que disso lhe derão repetidas provas. Por elles foi eleito mais de uma vez deputado á assembléa provincial e supplente á geral, sempre elçitor, thesoureiro e presidente da caixa economica, membro da commissão encarregada de render a homenagem do amor e adhesão da provincia á pessoa do Imperador e de representar a mesma provincia no acto da coroação.

Os serviços que prestou na Bahia forão reconhecidos e premiados com a promoção ao posto de capitão de fragata.

Nesse lugar e com esse posto o surpreendeu a revolução que rebentou em 1837.

Chamado por nomeação do presidente a tomar o commando da fragata *Constituição*, capitanea da força naval em operações naquella provincia, e assumindo-o em consequencia de terem adoecido varios commandantes, tão vivamente se fez sentir a sua acção nesse posto, onde sempre se encontrou nas horas de grave perigo, que, estabelecido e rigorosamente apertado o bloqueio, pôde-se dizer que aos seus esforços foi devida, em maxima parte, a terminação da revolução que pouco depois se conseguiu. Ahi forão eminentes os seus serviços. Mais de uma vez cobrio-se de gloria. Foi elle quem dirigio o ataque de abordagem, dado por quatro escaleres com 60 homens a uma escuna dos rebeldes, perfeitamente tripulada e armada, que foi tomada a ferro frio.

Pouco antes de terminada a revolução, chegado do Rio de Janeiro o capitão de mar e guerra Raposo, a quem, como mais graduado, competia o commando da força naval, entregou-lh'o Pedro Ferreira de Oliveira. Eis o que a seu respeito escreveu nessa occasião aquelle bravo e honrado militar: « Tomando conta da divisão, e informado minuciosamente, com « aquelle zelo, intelligencia e dedicação que distinguem o capitão de « fragata Pedro Ferreira, dos resultados das operações effectuadas, e sciente « das projectadas, cumpre-me declarar que achei a divisão no mais « bello pé de ordem e disciplina, e entre os seus navios uma canhoneira « tomada por abordagem aos rebeldes e arrancada do ancoradouro da « cidade e debaixo de suas baterias pelo referido capitão de fragata. »

Restituído o socego á provincia e occupando Pedro Ferreira outra vez o seu emprego de intendente, galardoado pelo governo com o officialato da ordem do Cruzeiro, não tardou a parte sensata da população em dar-lhe as provas do seu reconhecimento elegendo-o deputado á assembléa provincial e 1º supplente á geral.

Os que conhecem o provincialismo bahiano por certo aquilatarão devidamente essas provas da affeição consagrada á pessoa de Pedro Ferreira de Oliveira.

Terminado o seu mandato á assembléa, regressou para a cõrte e apresentou-se ao quartel-general.

Por aviso de 3 de Fevereiro de 1842 foi nomeado para examinar a barra da Guaratiba, e por outro de 22 do mesmo mez e anno commandante do corpo de imperiaes marinheiros e da fragata *Paraguassú*.

Este anno de 1842 foi assignalado por novas commoções intestinas, e forão theatro dellas as provincias de Minas e S. Paulo. Favorecendo a sorte das armas aos homens que se achavão ao leme da náu do Estado, permittio-lhes que alijassem ás praias estrangeiras os vencidos, ou antes alguns personagens ligados ao partido que ousára reagir contra a pressão que se pretendia exercer.

Pedro Ferreira de Oliveira foi designado para conduzir os exilados ás margens do Tejo na fragata do seu commando. Ao desempenho dos seus deveres officiaes, reuniu, sem prejuizo delles, tanta urbanidade e cavalheirismo, minorou tanto os penosos inconvenientes da posição dos seus hospedes, que a sua commissão, apezar de difficil e desagradavel, conquistou-lhe a sincera e constante amizade de todos elles.

Regressando da Europa, e sendo, por decreto de 23 de Julho, promovido ao posto de capitão de mar e guerra, tomou o commando da corveta *Dous de Julho* por ter este navio de fazer parte da esquadra destinada a conduzir de Napoles ao Rio de Janeiro a adorada Princeza que faz hoje a ventura do Imperio de Santa Cruz.

Por esse motivo foi condecorado pelo rei das Duas-Sicilias com o habito de cavalleiro da ordem de S. Fernando.

A 9 de Fevereiro de 1844 foi nomeado para commandar a divisão naval do Sul, e por aviso de 26 de Março elogiado em ordem geral do dia pelo estado de ordem, disciplina e asseio em que os navios do seu commando forão achados pelo ministro da marinha, indo S. Ex. ali inesperadamente.

Em 10 de Julho do mesmo anno foi nomeado membro da commissão encarregada do melhoramento das armas da repartição da marinha.

Temos até aqui percorrido rapidamente as paginas brilhantes da vida deste illustre marinheiro; têm-lo visto sempre firme no seu posto de honra

nos momentos de perigo, e inabalavel nos cataclysmas por que tem passado o paiz: chegamos agora a uma das phases da sua carreira onde melhor se póde estudar e conhecer o seu character e as elevadas qualidades que o ornavao.

O commando em chefe da estação naval do Rio da Prata era então a mais honrosa e difficil commissão militar. Foi escolhido para elle o homem que fóra capitão-tenente aos 26 annos, que nesse posto e nessa idade commandára fragatas, e no posto anterior e aos 24 annos náu e corvetas; o homem que havia servido ao paiz com tanta honra durante vinte e tres annos como official de marinha em trinta vasos de guerra; aquelle, emfim, cujos honrosos precedentes erão attestados por commandos constantes, elogios, promoções e condecorações.

Nomeado para esse commando por decreto imperial de 17 de Janeiro de 1845, partio para o seu destino em 5 de Fevereiro, e poucos dias depois arvorou a sua insignia na capitanea da divisão.

A época era difficil para as Republicas do Prata.

O despota sanguinario, que escravizava a Republica Argentina e a continha sob seus pés na mais abjecta prostração e ignorancia, pretendendo submeter ao mesmo tempo a pequena Republica Oriental do Uruguay, auxiliava ostensivamente com seus soldados ao caudillo que nella queria exercer a dictadura, e que mais tarde, se a alcançasse, seria o fiel executor das vontades e das ordens de sangue e exterminio do Nero Americano. Essa horda, composta de Argentinos e Orientaes, capitaneada pelo general Oribe, sitiava a cidade de Montevideo, collocando as forças militares das potencias ali representadas em posição muidifficil. Para nenhuma nação era essa posição tão delicada e afanosa como para o Brasil, pelas circumstancias geraes, pelas que nascião dos immensos interesses de subditos brasileiros sujeitos ao arbitrio dos belligerantes e pelas difficuldades nascidas da rigorosa neutralidade adoptada pelo Imperio e dos antigos odios de raça.

Como se tudo isso não bastasse, veio mais tarde a intervenção anglo-franceza tornar mais espinhosa a tarefa dos agentes brasileiros.

A situação exigia do commandante da nossa força naval tanta gravidade, penetração, previdencia, energia e perseverança, que parece difficil pudessem um só homem reunir taes qualidades e desenvolvê-las por largo espaço de tempo sem a menor contrariedade: porquanto o menor desvio do procedimento que lhe estava traçado na observancia da politica imperial, e na manutenção dos legitimos interesses brasileiros, poderia causar ao governo do paiz acerbos desgostos.

Durante cinco annos mostrou-se o chefe brasileiro sempre prompto para obrar em qualquer sentido energica e decisivamente. Sempre calmo, os seus movimentos, embora calculados, nunca deixarão de ser livres e desassombrados. Uma só vez não forão desmentidas as suas combinações.

Apezar das contrariedades e difficuldades em que se achou em tão largo espaço de tempo, teve a fortuna de captar a respeitosa estima não só dos belligerantes, como dos agentes diplomaticos estrangeiros e do governo imperial. A alta satisfação deste lhe foi assegurada por duas promoções por merecimento e pela profusão de elogios que se lêm nos despachos dos ministerios da marinha e de estrangeiros. O reiterado pedido de informações politicas, a instancia com que se lhe rogava que não deixasse a commissão que lhe estava confiada, as expressões summamente lisongeiras que caracterisavão ás communicações que lhe erão dirigidas, bastarão para entumecer de orgulho o coração de homem menos forte e menos philosopho.

Nesta parte tão importante da vida de Pedro Ferreira de Oliveira não podemos deixar de narrar com alguma minuciosidade tres factos que bem o caracterisão.

O primeiro, que mostra de quanta serenidade dispunha nas occasões de extremo perigo, é o seguinte.

Indo o fiel da corveta *Dous de Julho* ao paiol dos mantimentos buscar a ração de aguardente para a marinhagem, quasi cheia a celha, cahio nella a vela da lanterna que por descuido estava aberta, e, incendiando-se o liquido, pensou o fiel evitar o mal derramando-o no chão. Pelo estado de perturbação em que se achava esqueceu-se de chegar o batoque á torneira da pipa, de modo que, correndo della a aguardente, ia encontrar a que estava inflammada e assim alimentava o incendio que já se estendia por toda a parte.

O paiol da polvora era contiguo ao da aguardente.

Pedro Ferreira, que se achava em sua camara, ouvindo ruido fóra do natural, sahio para informar-se.

O official do quarto, apenas o avistou, bradou-lhe: ha fogo no paiol da polvora! *É impossivel*, respondeu o general immediatamente, e sem a mais leve alteração, *porque, se assim tivesse acontecido, nem o senhor teria tempo para pronunciar essas palavras.*

Mas ouçamo-lo e attenda-se bem ao modo como elle referio o acontecimento.

« Desci ao lugar da desgraça, e então reconheci toda a extensão do perigo; « cumpria subir para fazer executar as minhas ordens; mas ao pôr o pé no « primeiro degráo *reflecti* que logo que me visse a guarnição encaminhar-me « para a tolda pensaria que eu fugiado perigo por julga-lo impossivel de vencer, « e então consequentemente ella se lançaria ao mar como unico meio possivel « de salvação. Contive-me, pois, e, chamando o official de quarto, dei-lhe a « seguinte ordem: Mande tocar a postos, e a toda a pressa que se deite « agua por esta escolilha até alagar completamente este paiol. Não se receba « auxilio de pessoa alguma; bastamos nós para vencer a difficuldade. E « descendo, dirigi pessoalmente os trabalhos, que se concluirão em menos « de meia hora, sem termos de lamentar outra qualquer desgraça. »

Durante os trabalhos appareceu um escaler de um brigue francez, que estava fundeado junto á corveta, inquirindo do perigo e offerecendo os seus serviços: respondeu-se-lhe que havia fogo a bordo, mas que se lhe agradecia sua obsequiosidade.

Como não ha desgraça que não tenha o seu lado bom, servio este acontecimento para firmar a reputação de excellente disciplina de que gozava a divisão naval brasileira; porque o almirante Lainé, informado do que occorria, assistio de seu bordo, armado de ocúlo, a toda a faina, e nesse mesmo dia á tarde, achando-se em casa do consul de Hespanha, onde igualmente estavam o ministro brasileiro, e outros cavalheiros, enunciou-se por este modo: « A « corveta *Dous de Julho* teve hoje um incendio a bordo, e a sua tripolação « houve-se por modo tão admiravel no trabalho da extincção, que mais parecia « haver exercicio geral a bordo do que tão grande e imminente perigo. »

O segundo facto passou-se do modo que se segue.

Em razão das enfermidades que, trazidas de terra, se desenvolvêrão a bordo dos navios do seu commando, entendeu Pedro Ferreira conveniente estabelecer um hospital em terra, e, com o fim de pôr igualmente a coberto da arbitrariedade oriental uma propriedade brasileira, escolheu o terreno, aliás muito apropriado ao objecto principal, em que existia encravada a xarqueada do subdito brasileiro Manoel Gonçalves, situado no litoral do *Cerro* em frente de Montevideo.

Para proceder em regra, como era seu costume, e como se previsse acontecimentos que depois mostrarão o acerto do seu procedimento, procurou, por intermedio da legação imperial, obter do governo da praça a adhesão necessaria, bem como que fosse considerado neutro aquelle territorio enquanto o occupasse o hospital brasileiro. Igual accordo obteve do outro belligerante, o general Oribe. Assim ambos os belligerantes sancionárão a occupação.

Estabelecido o hospital, ia todos os dias um escaler levar o necessario para os doentes e empregados. De tudo isso estavam informados os almirantes das esquadras interventoras, a franceza e ingleza.

Foi entretanto substituido o almirante inglez pelo Sr. A. Inglifield.

Por exigencia da legação imperial foi necessario mandar-se alguém ao acampamento de Oribe, e, sendo o almirante inglez o bloqueador, a elle se dirigio Pedro Ferreira, requisitando a competente autorisação para despachar um escaler para *Ponta d'Eguas*. Respondeu-lhe o almirante que só depois de fallar ao francez e aos agentes diplomaticos das duas nações, afim de que elles resolvessem, poderia dar uma resposta definitiva.

Entramos nestes pormenores para fazer conhecer a razão por que Inglifield cahio no equivoco de suppôr que Pedro Ferreira, sem aguardar a resposta promettida, tentára violar o bloqueio, despachando um escaler ao litoral do *Cerro*, onde se achava o hospital.

No dia seguinte, como era costume, dirigio-se o escaler ao hospital, que tambem servia de deposito de sobresalentes, e, voltando com um mastaréo a reboque, foi detido em caminho por um escaler inglez que pretendia conduzi-lo á sua capitanea.

Sendo Pedro Ferreira informado de que um escaler inglez se dirigira ao brasileiro, despachou um outro para saber de que se tratava e para conduzir o nosso a seu bordo.

O almirante inglez, vendo partir esse segundo escaler, despachou tres com gente armada e logo depois uma grande lancha tendo á proa uma peça.

Pedro Ferreira fez immediatamente largar mais tres escaleres bem armados e commandados por um official bravo, com a seguinte ordem: trazer a todo o transe o escaler brasileiro ou irem para bordo de Inglifield sómente cadaveres. Fez ao mesmo tempo signal aos outros navios da divisão ordenando-lhes que apromptassem seus escaleres.

Neste estado de excitação ouviu-se um tiro partido da capitanea ingleza, e vio-se no penol o signal chamando os escaleres a bordo.

O almirante tinha reflectido, e, como cavalheiro valente e humano, pesado bem as consequencias do seu acto; e tendo consciencia da sua superioridade em força material, retrocedeu, porque o podia fazer sem deshonra. Apreciou devidamente a valentia do chefe brasileiro e fez a devida justiça ao seu honroso procedimento.

Assim terminou de modo satisfactorio um incidente que se apresentára com character tão grave e cujas consequencias podião ter sido mui funestas. Retirárão-se os escaleres de ambas as partes e seguirão-se as explicações entre os dous chefes, reconhecendo o inglez o seu equivoco, pelo que não duvidou dar as mais completas explicações.

Indo Pedro Ferreira para terra foi recebido por uma multidão de pessoas que o esperavão para comprimenta-lo, e entre ellas se achou o ministro brasileiro Silva Pontes.

Desde esse momento estreitárão-se de modo notavel as relações entre o chefe brasileiro e o almirante inglez.

O governo imperial não se demorou em approvar a briosa conducta do commandante da nossa estação naval, e não foi parco nos louvores que lhe dirigio, como consta da correspondencia official.

O terceiro facto foi mais complicado e revelou em todo o seu brilho os sentimentos patrioticos e os brios militares de Pedro Ferreira de Oliveira.

O almirante francez Le Predour, chegando a Montevideo para commandar a força naval da sua nação, acompanhado de alguns navios com tropa na qual se manifestára uma epidemia, pediu ao governo que lhe designasse local para estabelecer um hospital, e o governo, animado talvez pelo desejo de humilhar aos Brasileiros, desprezando as razões a favor delles apresentadas pelos medicos da junta de hygiene, designou a xarqueada do subdito brasileiro Manoel Gonçalves. Era para isso necessario que se retirasse o hospital brasileiro onde diariamente se arvorava o nosso pavilhão, e que havia sido estabelecido em terreno neutralizado e por accordo entre a legação imperial e os dous belligerantes.

De conformidade com a sua resolução dirigio o governo de Montevideo uma nota á legação imperial pedindo que fosse desalojado o hospital

brasileiro afim de se estabelecer no mesmo local o da esquadra franceza, cujo governo era seu alliado.

O conselheiro Silva Pontes, informando a Pedro Ferreira dessa exigencia, declarou-lhe que era sua opinião que cedesse para evitar complicações.

O chefe brasileiro respondeu, repellindo semelhante resolução e declarando categoricamente que o hospital só sahiria a tiro de canhão e depois de ter elle perdido o seu ultimo marinheiro ou de ter queimado a ultima escorva.

Silva Pontes insistio, declarando que assumia perante o governo imperial a responsabilidade do acto, mas o chefe retorquiu dizendo firmemente que não subscreveria a acto tão humilhante emquanto tivesse vida, e cortou toda ulterior correspondencia com o ministro a esse respeito.

Firme no seu proposito, passou a dar todas as providencias para não ser sorprendido, mandando collocar, no dia marcado pelo governo oriental para o desalojamento, nas proximidades do hospital, a corveta *União*, o brigue *Capiberibe* e os mais navios que puderão mudar de ancoradouro e collocar-se em posição vantajosa, e ordenou que todos estivessem promptos para o combate, ao primeiro signal, quer viesse de terra, quer do mar, de bordo dos navios francezes.

Vendo o governo da praça e o almirante francez a attitude assumida pelo chefe brasileiro, e fazendo a legação conhecer que estava em desacordo com elle, começaram as explicações.

O almirante declarou que não tinha exigido aquelle local e não o queria desde que se achava occupado por outro; e o governo da praça dirigio immediatamente uma nota á legação imperial dizendo que não insistia no seu proposito, que não fôra sua intenção offender o chefe brasileiro nem obter á força o desalojamento, e que apenas indicára o lugar na hypothese de querer o mesmo chefe cedê-lo.

O governo imperial, informado do occorrido por ambos os seus empregados, approvou, como era de justiça, o procedimento do chefe da estação naval.

Este incidente não alterou as relações que ligavão esses dous empregados; fortificou-se, pelo contrario, a sua amizade, e cresceu o apreço em que o conselheiro Silva Pontes tinha a Pedro Ferreira. Prova-o um officio que o mesmo conselheiro lhe dirigio quando, pedindo elle uma licença para vir á côrte, deixou o seu commando.

Eis o que se lê nesse officio:

« Depois de agradecer a V. S. tanto a participação (da retirada) como « o conhecimento que me dá das indicadas instrucções (são as que o general « deixava ao official que o ficava substituindo) nas quaes não é possível « deixar de encontrar aquelle espirito de patriotismo, aquella justa impar- « cialidade, aquelles sentimentos de humanidade e aquelle tino e discernimento « que tão preciosa tornão a cooperação de V. S., nada me resta mais do « que fazer votos ao Céu pelo prompto regresso de V. S., principalmente « se o governo imperial apesar de minhas supplicas continúa a conservar- « me em uma posição, que se tornará muito mais difficil para mim, dado « o caso de que eu tenha de perder absolutamente a valiosa coadjuvação « de V. S. Tal é o meu pensamento como empregado publico, sinceramente « interessado no melhor serviço do nosso augusto soberano. Como homem « particular V. S. conhece a consideração, estima e amizade que lhe con- « sagro. Deus guarde a V. S. Legação do Brasil em Montevideo, 4 de « Dezembro de 1849.—Ill^{mo} Sr. Pedro Ferreira de Oliveira etc.—(Assignado) « O encarregado de negocios, *Rodrigo de Souza da Silva Pontes*. »

Chegou Pedro Ferreira ao Rio de Janeiro a 18 de Dezembro, mas apenas pôde gozar de menos de um mez de licença. Foi constringido a regressar para Montevideo por serem ali precisos os seus serviços. Partio a 15 de Janeiro de 1850.

Colocado outra vez no seu posto, entregou-se como antes ao serviço do seu paiz, prestando efficaz protecção ao commercio, que á sua retirada para a presidencia da provincia do Rio-Grande do Sul lhe endereçou a mais lisongeira e cordial manifestação dos seus sentimentos de gratidão.

A época em que Pedro Ferreira de Oliveira foi nomeado para presidir a provincia do Rio-Grande do Sul era difficil e cheia de perigos; mas elle se houve com tanto tino e prudencia, que conseguiu acalmar as paixões politicas, conciliar os homens, dispôr e preparar o espirito publico para a guerra gloriosa, que depois foi emprehendida pelo Brasil contra o sanguinario despota da Confederação Argentina, reunindo o pessoal e material de guerra espalhado por toda a provincia, promovendo a prosperidade della e distribuindo a justiça, de modo que sahio estimado e abençoado por todos.

Precipitando-se os acontecimentos politicos, e convindo que o general, commandante em chefe do exercito de operações, fosse ao mesmo tempo presidente da provincia, foi exonerado da presidencia e substituido pelo mais digno successor que se lhe podia dar, pelo mais habil general do Imperio, por um dos mais distinctos servidores da nação, o Marquez de Caxias.

Durante a sua residencia no Rio-Grande, foi nomeado commendador da ordem de Aviz, e logo que chegou á côrte recebeu a nomeação de capitão do porto do Rio de Janeiro, lugar que, para lhe ser dado, de proposito se creou então, separando-o da inspecção do arsenal.

Em Janeiro de 1852 foi honrado pelo ministerio da fazenda com a nomeação de membro de uma comissão especial para o alinhamento e construcção do cães da alfandega do Rio de Janeiro, e pelo ministerio da marinha foi nomeado membro da comissão scientifica encarregada do exame das derrotas dos navios da armada, e incumbido especialmente de recolher as observações indicadas nas cartas de Mr. Maury, director do observatorio de Washington.

Chegámos a uma época da vida de Pedro Ferreira de Oliveira, em que a justiça, devida mais aos mortos do que aos vivos, porque estes podem defender-se e aquelles legão a sua defesa á posteridade, exigia que entrassemos em uma completa exposição de factos e razões afim de remover até a ultima sombra das censuras que tanto amargurarão os ultimos annos da existencia do illustre finado. Mas o homem, que foi em vida um exemplo de patriotismo e abnegação, não será depois de morto obstaculo á conclusão daquelles mesmos negocios, para cujo favoravel arranjo empenhou a sua experiencia, a sua intelligencia e a sua subordinação como militar.

Ainda não está resolvida a mais importante das questões, que originarão a expedição mandada em 1855 ao Paraguay e a comissão diplomatica que, com o commando em chefe dessa expedição, foi pelo governo imperial confiada a Pedro Ferreira de Oliveira.

Quando a historia, desembaraçada das conveniencias politicas e das considerações que a ellas se prendem, puder emitir juizo imparcial sobre todas as circumstancias daquela dupla comissão, confiámos que a biographia do illustre chefe de esquadra offerecerá o raro exemplo de uma longa existencia, igual na constante successão de serviços, na importancia delles, e no desempenho de espinhosos deveres espontaneamente assumidos ou impostos pela posição official e pela subordinação militar.

Tres forão os objectos da missão de que se trata.

1.º Reclamar uma satisfação pela offensa feita ao Imperio na pessoa do seu encarregado de negocios, o Sr. Felippe José Pereira Leal.

2.º Reclamar que o simples transitó pelos rios Paraguay e Paraná, na parte em que suas aguas pertencem á Republica, fosse franqueado aos navios e subditos brasileiros, como se acha estipulado no art. 3.º do tratado de 25 de Dezembro de 1850.

3.º Celebrar, se o governo da Republica a isso se prestasse, os ajustes concernentes aos limites e á navegação e commercio entre os dous paizes em conformidade do art. 15 do mesmo tratado.

A primeira questão foi resolvida de uma maneira honrosa para o Brasil.

Quanto ás outras celebrou o plenipotenciario brasileiro duas convenções que o governo imperial julgou não dever ratificar.

Em consequencia disso foi Pedro Ferreira de Oliveira exonerado do commando da divisão naval.

Eis o que a esse respeito se lê na sua fé de officio:

« Por aviso de 4 de Junho de 1855 foi exonerado do commando da divisão « naval do Rio da Prata, e mandado recolher immediatamente a esta côrte « para dar conta do seu procedimento como plenipotenciario no ajuste das « questões pendentes entre o Imperio e a Republica do Paraguay. »

Essa ordem foi logo executada. Pedro Ferreira de Oliveira recolheu-se ao Rio de Janeiro; mas, apesar de achar-se prompto para dar contas do seu procedimento como vivamente desejava, não teve a satisfação de ver realisada essa segunda parte da resolução do governo.

Dous annos depois de concluida a sua missão, por decreto de 11 de Abril de 1857 foi nomeado vogal do conselho supremo militar; em 18 de Dezembro do anno seguinte conselheiro de guerra; e em 16 de Abril de 1859 director da escola de marinha.

Forão os ultimos cargos que desempenhou.

Falleceu em 11 de Março de 1860.

Ainda algumas palavras, e teremos concluido a nossa missão.

Pedro Ferreira de Oliveira, de estatura menos que ordinaria, de fórmas delicadas, bem conformado e proporcionado, de fronte ampla e levemente inclinada para trás, feições sympathicas, olhar sereno e investigador, boca pequena, tinha um defeito physico que não lhe permittia enunciar-se com facilidade, pelo que adquirira o habito de fallar com muita lentidão. Sem possuir ampla e variada instrucção litteraria, possuia a necessaria para bem desempenhar, como mais de uma vez mostrou, todas as posições da vida publica, e toda quanta sciencia era de mister á sua profissão, na qual era realmente illustrado; dotado de muita intelligencia e feliz penetração, era facil em attingir as relações das idéas; de character ameno e leal, nunca fez mal a alguem intencionalmente; e se no desempenho de suas obrigações contrariou alguma pretensão, ou fez applicação severa da lei, foi isso o resultado de ponderosas exigencias do dever. Não menos virtuoso nas relações de familia, do que como cidadão, foi esposo e pai extremoso. De uma probidade e inteireza á toda a prova, legou á sua familia um nome sem mancha, mas nenhuma fortuna, nem um obolo para o seu sahimento. O governo imperial o reconheceu concedendo uma pensão á sua viuva e a uma filha menor.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Editor Rua do Cano 45

JOÃO MANOEL PEREIRA DA SILVA

João Manoel Pereira da Silva

JOÃO MANOEL PEREIRA DA SILVA

Não se trata nesta biographia de um homem politico sómente, trata-se tambem de um litterato. João Manoel Pereira da Silva nasceu na villa de Iguassú, provincia do Rio de Janeiro, no anno de 1818. Era seu pai um negociante, que adoptára o Brasil por sua patria, e que servira na côrte os cargos de juiz de paz e almotacé, e sua mãe procedia de uma excellente e numerosa familia daquelle termo.

Muito moço seguiu para Pariz a completar seus estudos, começados no Rio de Janeiro.

Na faculdade de direito formou-se, e defendeu these em 1838, tendo por seu presidente o infeliz conde Rossi que foi assassinado em Roma, occupando o lugar de ministro do papa Pio IX.

Voltando para a sua patria, preferio Pereira da Silva a carreira livre e independente de advogado á qualquer emprego publico.

Appareceu no tribunal do jury, e formou ahi a sua reputação, como criminalista e orador.

No anno de 1840 entrou para a assembléa legislativa da provincia do Rio de Janeiro. No de 1843 tomou assento na camara dos deputados, como suplente.

Esta legislatura porém pouco tempo durou, porque foi dissolvida em Maio de 1844, pelo ministerio Macahé e Alves Branco, que vencendo as eleições, a que fizera proceder em todo o Imperio, expellindo do corpo legislativo a todos os seus adversarios, foi neste numero incluído João Manoel Pereira da Silva, que, desde que chegou da Europa, se dedicára ao partido conservador.

Continuou a advogar, e ao mesmo tempo pelos seus escriptos, e artigos de periodicos, e na assembléa provincial, na qual teve sempre assento, continuou a servir as idéas e interesses do seu partido, até que nas eleições geraes de 1847 conseguiu ser um dos poucos conservadores, que forão eleitos para a camara dos deputados, e que, ahi, na sessão de 1848, formava um nucleo de opposição governamental, que trouxe a quéda do poder do partido liberal, que se conservára na administração desde 1844.

Dissolvida esta camara em Setembro de 1848 pelo ministerio conservador

presidido pelo marquez de Monte-Alegre, foi de novo reeleito João Manoel Pereira da Silva e voltou para a camara em 1850.

Nesta época findou a sua carreira de advogado que deixou, achando-se com uma fortuna independente.

Muitas causas celebres defendeu quer perante o tribunal do jury, quer por escripto no fôro civil, que merecerão as honras da publicação nos periodicos do tempo.

Não se esqueceu nunca da litteratura pela qual professava particular predilecção. Romances, criticas litterarias, alguns versos, que publicou durante esse periodo, e que se achão nas collecções de jornaes e revistas, levárão-o a emprehender estudos serios e mais de folego, e entregou-se ás investigações sobre a historia de seu paiz.

Publicou um esboço litterario sobre a litteratura Brasileira para introducção do *Novo Parnaso Brasileiro*: um estudo sobre a influencia ingleza em Portugal, e a vida dos poetas Thomaz Antonio Gonzaga, e frei Francisco de S. Carlos. Em 1847 imprimio sob o título de *Plutarco Brasileiro*, em 2 volumes em 8º francez, uma collecção de biographias, e criticas, que tiverão aceitação, apesar de muitos defeitos que se lhe notavão.

Na camara dos deputados de 1850 a 1856 foi sem duvida um dos oradores mais estimados, e dos membros de commissões mais trabalhadores e activos. Quasi que não houve questão importante, em que não tomasse parte. Foi um dos estrenuos defensores da politica estrangeira do visconde do Uruguay, que occupava a pasta dos negocios exteriores. As questões do Rio da Prata tão entremeiadas de lutas e odios, as diversas peripecias por que passarão as nossas relações internacionaes com a Inglaterra e França, e as tentativas do governo brasileiro para ajustar com os Estados Americanos confrontantes os seus limites territoriaes, e para negociar tratados de navegação, commercio, e extradição de criminosos, achárão no deputado pelo Rio de Janeiro um sustentador acerrimo e decidido. A colonisação européa foi por elle tratada na sessão de 1853 de uma maneira notavel.

A reforma hypothecaria, que pretendeu inaugurar no Brasil o ministerio de 1854, obteve delle um luminoso relatorio, como relator da commissão es-

pecial que a camara dos deputados nomeou. Os negocios da guerra e marinha occuparão a sua attenção e cuidados, e pertenceu durante algumas sessões á comissão de marinha e guerra.

A convenção de moeda falsa, que se negociou com o governo portuguez, para o fim de terminar este cancro, que envergonhava as duas nações e só servia para illicitamente enriquecer alguns individuos, foi por elle sustentada, e mereceu esse seu comportamento, e a sua posição de relator da comissão diplomatica, encarregada do exame e parecer sobre tal assumpto, a commenda da ordem de Aviz, que lhe enviou el-rei de Portugal. Por fim a reforma da lei de eleições, que acabou com os deputados por provincias, e organisou os representantes de pequenos circulos, teve nelle um campeão, que a primeira vez que foi executada o tornou uma das suas victimas mais illustres.

Ainda depois desta derrota, presidio por alguns mezes a provincia do Rio de Janeiro, em cujo governo adquirio geral sympathia, pela sua actividade, conhecimentos especiaes e zelo como administrador.

Descido da presidencia partio para a Europa, e lá, cumpre dizer com verdade, não fez menores serviços ao seu paiz com os seus escriptos.

Foi um delles notavel a publicação que fez na lingua franceza na *Revista dos Dous Mundos*, de 15 de Abril de 1858, a respeito do Imperio do Brasil durante o governo do Sr. D. Pedro II.

É um trabalho, se bem que conciso, completo; politica, commercio, industria, finanças, recursos e forças do Brasil, tudo ali se descreve com a maior exactidão. Em resposta a quanto se publicára na Europa a respeito de sua patria, mostrou elle ao mundo, e por uma publicação lida por numero enorme

de gente, e gente habilitada, o que era o Brasil, e o futuro que o devia esperar.

Este trabalho foi publicado em traducções allemãas e inglezas, e causou sensação na Europa. Traduzido tambem em portuguez, foi publicado em Lisboa e no Rio de Janeiro.

A outra publicação, que fez na Europa, foi a da obra *Varões illustres do Brasil durante os tempos coloniaes*, em 2 vols. em 8º francez. É a recopilção dos trabalhos historicos e litterarios do autor sobre o Brasil. Accrescentou-lhe grande massa de novidade, e formou um livro, que teve traducções parciaes em revistas francezas, e foi elogiado pelos jornaes e revistas francezas, inglezas, allemãas e italianas, e por conhecidos e abalisados escriptores.

Estas publicações causarão no Brasil agradavel sensação. Muitos adversarios politicos seus mudarão seus resentimentos em estima. Quando João Manoel Pereira da Silva chegou ao Rio de Janeiro, de volta de sua excursão, achou-se membro da assembléa provincial do Rio de Janeiro e presidente por unanimidade de votos.

Tem-se conservado neste posto: tem servido em varias commissões de nomeação do governo, como a de presidente da inspecção da casa de correccão, e de membro da reformadora da lei de camaras municipaes, e da lei da guarda nacional; tem servido de consultor do ministerio do Imperio, e, além da commenda de Christo, obteve tambem ultimamente da munificencia imperial a grande dignitaria da ordem da Rosa.

João Manoel Pereira da Silva é membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro desde sua fundação, do Instituto dos Advogados, do Instituto Historico de França, e varias outras associações scientificas e litterarias.



OS CONTEMPORANEOS



S.A. Sisson Editor: Rua do Cano 45

MARQUEZ DE S. JOÃO DA PALMA.

Marquês de S. João da Palma

MARQUEZ DE S. JOÃO DE PALMA

Dom Francisco de Assis Mascarenhas nasceu na cidade de Lisboa a 30 de Setembro de 1779. Forão seus pais D. José de Assis Mascarenhas, conde de Obidos, Sabugal e Palma, e D. Helena de Lima, condessa dos mesmos títulos, filha dos marquezes de Ponte de Lima. Os filhos das familias nobres de Portugal, em geral preferião a carreira das armas á das letras. A nobreza desse reino, assim como a de toda a Europa, repousava sobre a tradição da gloria militar. As guerras de Africa, os feitos d'armas mais recentes e mais brilhantes ainda da conquista das Indias Orientaes, conservavão entre a nobreza portugueza muito vivaz o amor á carreira militar.

Apezar de pertencer a uma das familias mais nobres e antigas do reino de Portugal, familia que segundo geralmente se dizia tinha relações de parentesco com a dynastia reinante, o joven D. Francisco já por sua vocação natural ás letras, já pelo amor que seus nobres pais votavão a todas as profissões liberaes, foi mandado á universidade de Coimbra para ali frequentar o curso de direito.

Feitos os seus estudos preparatorios com notavel aproveitamento, o joven D. Francisco matriculou-se no curso de leis, que frequentou até o 2º anno. Seu talento provado nas lidas escolasticas, sua aptidão para o manejo dos negocios publicos, fizeram com que seu pai o retirasse cedo da escola para dedica-lo ao serviço do rei.

A muito tempo o Brasil era o theatro onde se exercitavão os talentos da nobreza portugueza. Para aqui mandavão os reis de Portugal os filhos das principaes familias do reino com cargos mais ou menos importantes.

Ainda bem joven D. Francisco de Assis Mascarenhas foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Goyaz.

Embora fosse muito remota, de escassa população, e de mingoados recursos a capitania de Goyaz, o novo capitão-general houve-se com tal prudencia, revelou tanto tino administrativo no seu governo, que o Sr. D. João VI, que com sua côrte havia passado para o Brasil, quiz aproveitar seus talentos, e ao mesmo tempo recompensar seu zelo e dedicação pelo serviço publico, nomeando-o governador e capitão-general da capitania de Minas-Geraes.

De todas as terras do Brasil era então a capitania de Minas a que mais attenção merecia aos reis de Portugal. Sua grande extensão, a avultada população que já então encerrava em seu seio, sua adiantada civilização, os immensos interesses ligados ás suas riquissimas minas de ouro, a importante repartição da intendencia dos diamantes, que erão explorados por conta do Estado, tudo concorria para tornar o governo dessa capitania muito cobiçado mesmo por homens do maior merecimento.

A nomeação para esse elevado cargo ordinariamente não recahia senão em homens de uma grande reputação, de talentos superiores, de aptidão administrativa já experimentada. O Sr. D. João VI, escolhendo para esse importante lugar a D. Francisco de Assis Mascarenhas, demonstrava de um modo solemne o grande apreço em que tinha suas luzes, seus talentos, seu patriotismo.

Bem depressa o novo governador de Minas provou que, embora muito moço, ninguém melhor do que elle poderia desempenhar as arduas funções de seu emprego. Apenas tomou posse, em 5 de Fevereiro de 1810, applicou-se com todo o ardor a estudar as necessidades da capitania, e a tomar as medidas que estavão nas faculdades de um capitão-general.

É sabido que a mudança da côrte de Lisboa para o Rio de Janeiro não foi um facto indifferente ao Brasil. O rei, vendo com seus proprios olhos a magnificencia da terra de Santa Cruz, tratou de dar-lhe todo o impulso, de desenvolver todos os germens de riqueza que encerrava. Não só na côrte como em algumas provincias promovião-se grandes melhoramentos, muitos dos quaes infelizmente não puderão ser levados a effeito.

Aos cuidados do governador de Minas confiou o Sr. D. João VI, muitos projectos de grande vantagem para aquella provincia. Commetten-lhe o trabalho da organização de um systema bem combinado de presidios militares que servissem não só para evitar que os selvagens perturbassem os pacificos habitantes das mattas, como tambem para chama-los ao gremio da civilização. Já a muito existião, é verdade, as divisões das mattas do Rio-Doce, porém foi só então que pensou-se em dar-lhes uma organização salutar.

A navegação do Rio-Doce, assumpto que preoccupou bastante o governo do Sr. D. João VI e tambem do Sr. D. Pedro I, foi recommendada com todo o empenho ao governador de Minas. Em uma carta regia de 21 de

Agosto de 1810, que temos á vista, o principe regente insiste com o general sobre as vantagens dessa navegação, e recommenda-a muito particularmente ao seu reconhecido zelo e dedicação.

As expressões cheias de cordialidade, de que o Sr. D. João VI se servia quando escrevia a D. Francisco de Assis Mascarenhas, demonstrão de um modo inequivoco que era elle um administrador que sabia dedicar-se aos interesses dos paizes que erão confiados aos seus talentos.

Homem activo, administrador consciencioso, não se poupava a trabalhos, quando se tratava do interesse publico. É assim que visitava os pontos mais importantes das capitánias que governava, para pessoalmente conhecer suas necessidades e provê-las de remedio.

Através de caminhos ingratos percorreu toda a distancia que separa Villa-Rica, hoje cidade do Ouro-Preto, do arraial do Tijuco, hoje cidade Diamantina, para por si mesmo examinar o estado em que se achava a intendência dos diamantes, estabelecida naquelle arraial.

Em reconhecimento dos bons serviços prestados em Goyaz e em Minas no primeiro anno de sua administração, o principe regente fez-lhe mercê do titulo de conde de Palma.

A carreira administrativa de D. Francisco de Assis Mascarenhas foi das mais longas. Seu governo em Minas prolongou-se até 11 de Abril de 1814. Logo depois passou a administrar a capitania de S. Paulo e finalmente a da Bahia.

O modo por que se houve em todas essas administrações grangeou-lhe na côrte tal reputação que o rei não duvidou nomea-lo para o importante lugar de vice-rei da India portugueza, emprego que não aceitou.

Por esse mesmo tempo foi agraciado com a grãa-cruz da ordem de Christo e nomeado presidente do desembargo do paço, regedor da justiça e conselheiro de estado.

Por occasião da nossa emancipação politica D. Francisco de Assis Mascarenhas

não trepidou um só momento em abraçar a causa do Brasil em cujo serviço tinha gasto toda a sua mocidade.

No reinado do Sr. D. Pedro I não lhe faltárão honras e distincções, nem tão pouco resfriou-se o seu zelo e dedicação pelo serviço publico.

Foi então agraciado com o titulo de marquez de S. João de Palma, nomeado mordomo-mór do Imperador e grãa-cruz effectivo da imperial ordem da Rosa.

Assistio á coroação do Sr. D. Pedro I como condestavel.

Com a nova ordem de cousas o nome do marquez de S. João de Palma não perdeu o prestigio que havia adquirido nos tempos do regimen absoluto.

Pelo contrario bem depressa teve elle uma prova irrecusavel da confiança que inspirava geralmente.

Na eleição dos primeiros senadores em 1826 seu nome foi apresentado á escolha imperial por quatro provincias. O Sr. D. Pedro I escolheu-o membro pela provincia de S. Paulo.

Tres annos depois, em 1829, o Imperador confiou-lhe uma missão especial na Europa.

O marquez de S. João de Palma unio-se em casamento á D. Joanna Bernardina do Nascimento Reis, filha legitima do coronel Joaquim Vicente dos Reis, abastado fazendeiro da villa de Goytacazes, hoje cidade de Campos.

Dotado de um coração cheio de bondade, animado sempre da mais cordial benevolencia para com todos, cavalheiro, generoso, de um desinteresse pouco commum, o marquez de S. João de Palma fazia-se estimar de todos quantos tinham occasião de trata-lo. Seu genio affavel conquistou-lhe a sympathia dos povos de todas as capitánias que governou.

Aos 6 de Março de 1843, contando 64 annos de idade, o marquez de S. João de Palma terminou sua carreira neste mundo, deixando um nome digno da nobre familia á que pertencia.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. de A. Goussier par G. L. 1845

JOSE JOAQUIM DA ROCHA

Jose Joaquim da Rocha

JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA

O CAPITÃO-MÓR José Joaquim da Rocha, do conselho de Sua Magestade o Imperador, dignitario da ordem imperial do Cruzeiro, nasceu na cidade de Marianna, antiga capital da provincia de Minas-Geraes, em 19 de Outubro de 1777; ali fez seus estudos e com tanto aproveitamento, que com 16 annos de idade, por escolha de seu mestre o padre Pascoal Bernardino de Mattos, que foi mestre dos marquezes de Queluz, Barbacena e Sabará, dos conselheiros Lucio Soares Teixeira de Gouvêa e Francisco de Paula Pereira Duarte, regeu a aula de latim de que o mesmo era professor; casou-se em 25 de Abril de 1798, por cujo motivo deixou de seguir para a universidade de Coimbra, para se formar em direito; servio varios cargos da governança e officios de justiça, unicos empregos que então havia em sua cidade natal, e com tal pericia e bom comportamento se houve que mereceu a estima não só dos juizes com quem servio, como do reverendo bispo que então regia a diocese de Marianna, do capitão-geral e de outros funcionarios publicos da capital; foi official do regimento de milicias da cidade e capitão de ordenanças de um districto proximo a ella, para cujo posto foi escolhido para com sua prudencia e tino fazer cessar as dissensões que existião entre diversos possuidores de terras auríferas do lugar, o que conseguiu sem estrepito de armas, ou de justiça, por cujo serviço, e por outros prestados depois, foi promovido ao posto de capitão-mór aggregado, e de effectivo por morte do que o era. Em 1808, quando a familia real portugueza chegou ao Rio de Janeiro, veio elle procurar algum emprego que estivesse a par de seus conhecimentos; aqui se fixou, e, ainda que não formado em direito, estabeleceu banca de advocacia; nessa carreira se houve com tanta intelligencia, que era tido como um dos mais habéis advogados de seu tempo, tanto no civil como no ecclesiastico; o seu ministerio foi sempre prestado gratuitamente aos homens do fôro, aos pobres, e ás viúvas desvalidas; e aos ricos mesmo só exigia o pagamento de seu trabalho antes pelo valor da causa do que pelo valor do mesmo trabalho.

Achando-se a administração dos hospitaes militares em muita confusão, principalmente na parte relativa á despeza com a sua manutenção, foi ella reorganizada; instituindo-se uma junta com o titulo de junta medico-cirurgica e administrativa dos hospitaes militares, o capitão-mór Rocha foi escolhido pelo seu zelo e pureza para contador fiscal della, tendo debaixo de sua inspecção a compra de todos os objectos necessarios ao hospital militar e da marinha da corte, e do que se remetia para os das provincias.

Em 1821, quando se proclamou no Rio de Janeiro a constituição de Portugal, o capitão-mór Rocha adherio a ella como o meio mais seguro de manter-se a união das provincias do Brasil, que por vezes tinhão dado mostras de quererem-se separar umas das outras; nas primeiras reuniões para a escolha dos eleitores que devião nomear os deputados ás côrtes constituintes de Portugal foi elle sempre contemplado; já para compromissario parochial, já para eleitor de comarca, e já para eleitor de provincia; a provincia de Minas o elegeu deputado supplente as côrtes de Portugal.

Quando em Dezembro de 1821 chegarão ao Rio de Janeiro os decretos das côrtes de Portugal de 29 de Setembro do mesmo anno, um que, destituindo

o Brasil da categoria de reino á que fôra elevado pela carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, dava nova fôrma ao governo das provincias, e outro que mandava retirar-se do Brasil, para viajar pela Europa, ao Sr. D. Pedro de Alcantara, principe real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, que aqui ficára como regente e lugar-tenente de seu augusto pai o Sr. D. João VI, o capitão-mór Rocha foi o primeiro que teve a lembrança de pedir-se ao principe regente que suspendesse a sua partida até que ás côrtes de Portugal fossem dirigidas representações dos povos do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas e outras provincias do Brasil, e de combinação com seu irmão o tenente-coronel Joaquim José de Almeida, do batalhão de caçadores, assentárão em mandar-se emissarios aos governos de S. Paulo e Minas, convidando-os para este fim; e escrevendo aos seus amigos que fazião parte delles, com effeito partio para S. Paulo o capitão Pedro Dias de Macedo Paes Leme, depois marquez de Quixeramobim, e para Minas o tenente Paulo Barbosa da Silva, hoje brigadeiro, conselheiro e mordomo da casa imperial, para, além das cartas de que se encarregárão para fazer entrega, pessoalmente instruirem aos governos das ditas provincias dos acontecimentos do dia e pedir-lhes suas coadjuvações, e, graças ao zelo que os ditos emissarios empregárão, conseguirão o que desejavão, vindo deputações dos ditos governos a solicitarem do principe a suspensão de sua viagem e a sua permanencia no Brasil; foi o capitão-mór Rocha que teve a iniciativa da representação do povo da cidade do Rio de Janeiro, e coadjuvado pelo Dr. José Marianno de Azevedo Coutinho e Fr. Francisco de S. Paio, religioso franciscano do convento da corte, redigirão a que o senado da camara dirigio ao principe regente em 9 de Junho de 1822, fazendo assignar a representação pelas estações publicas e por casas particulares, por seu filho Innocencio da Rocha Maciel, e seu amigo Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, hoje conselheiro, e depois abrindo as portas de sua casa de dia e de noite para ali serem assignadas pelas pessoas que o desejavão fazer, sem receio das ameaças que diariamente erão feitas pelos soldados e officiaes da divisão portugueza que aqui se achavão, e que com tenacidade exigião a sahida do principe; o testemunho disto está bem patente no que o tenente-general Jorge d'Avilez, que foi commandante das armas da corte e depois da dita divisão, disse no relatorio que fez ao governo de Portugal (1) sobre os motivos que derão causa á retirada della para aquelle reino, datado do navio que conduzio S. Ex. em 21 de Maio de 1822; entre outras cousas disse aquelle general « que a *barca de vapor* tinha partido para a capitania de Santos com deputados a todas as camaras da costa, a solicitar-as para fazerem causa commum com o Rio de Janeiro, e que este negocio era manejado pelo *insigne rabula Rocha*, em cuja casa havia uma subscrição de assignaturas, tendentes a este fim. »

Apresentada a representação do povo do Rio de Janeiro pelo senado da camara ao principe regente, e declarando este que annuia ao voto do povo, e que não partia para a Europa, amotinou-se a tropa portugueza, e o capitão-mór Rocha foi indicado como o principal causador dos acontecimentos, e sua casa na rua da Ajuda, canto do becco do Proposito, foi marcada como uma das que de-

(1) Participação e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionaria, que existia na provincia do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa, pag. 11.

vião ser arrasadas, e tanto que, quando a tropa portugueza pegou em armas em a noite de 11 de Janeiro de 1822, foi collocada no morro do Castello, junto ao convento dos Barbadinhos, uma peça de artilharia apontada para a dita casa, a qual só foi retirada na tarde do dia 12 quando a tropa embarcou para a Praia-Grande; e o capitão-mór só teve noticia deste acontecimento á noite, quando voltou do quartel do campo de Santa Anna, para onde tinha marchado com seus filhos e irmãos a pegar em armas contra a referida tropa.

Durante o tempo que mediou entre a saída da tropa portugueza, e a volta da resposta das côrtes ás representações do povo, o capitão-mór Rocha fez com que os deputados de Minas, em cujo numero era elle contemplado como suppleto, suspendessem sua partida para Lisboa; sua casa ficou sempre como o ponto de reunião dos que desejavão a residencia do Principe Regente no Brasil, foi elle quem, á vista dos acontecimentos que se davão, lembrou-se de escrever ás pessoas influentes das diversas villas e cidades da provincia de Minas, para acclamarem Imperador do Brasil ao principe regente, e tão acertadas forão as medidas que tomou, que a idéa foi logo abraçada pelas camaras das ditas villas e cidades, tanto que quando chegou a Barbacena o padre Januario da Cunha Barbosa, emissario mandado á provincia de Minas para o dito fim, já achou lavrada a acta em que a camara e povo daquella (então) villa tinhão tomado a deliberação de fazer a acclamação no dia 12 de Outubro do mesmo anno de 1822.

Em attenção aos serviços prestados ao paiz pelo capitão-mór Rocha, foi elle agraciado pelo novo Imperador com a insignia de dignitario da ordem imperial do Cruzeiro, creada no dia 1º de Dezembro do mesmo anno, e escolhido pela provincia de Minas como representante della na assembléa geral constituinte, que se devia reunir no dia 3 de Maio de 1823: teve sempre idéas monarchico-constitucionaes, oppondo-se ás de absolutismo ou republicanismo.

Dissolvida a assembléa constituinte em Novembro de 1823, foi o capitão-mór Rocha, e seus dous filhos, Innocencio e Juvencio, presos e deportados para a França, assim como o forão os irmãos Andradas, Montezuma, o padre Belchior. Residiu em Pariz até principios de 1830, quando regressou para sua casa, e ahí continuou na sua profissão de advogado, até que houve a revolução de 7 de Abril de 1831, que chamou ao throno o Sr. D. Pedro II, e fez retirar-se para a Europa o Sr. D. Pedro I: foi o capitão-mór Rocha nomeado pela regencia provisoria em nome do Sr. D. Pedro II, em 12 do dito mez, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Imperio em Pariz; nesta missão se houve com tanto tino, que teve as boas graças do rei Luiz Felipe, da rainha, e da familia real; em seu caracter de ministro foi chamado pelo Sr. D. Pedro I, duque de Bragança, para assistir ao parto da Imperatriz Amelia, que teve lugar em Pariz no 1º de Dezembro de 1831; comparecendo no palacio do duque, ahí se conservou até verificar-se o nascimento da Princesa D. Maria Amelia, e lavar-se o auto de verificação da identidade de sua pessoa, e com este passo deu occasião não só a que o duque de Bragança fosse no dia 2 do dito mez á legação do Brasil em Pariz comprimenta-lo por occasião dos annos do Sr. D. Pedro II, como a fazer que cessassem as desconfianças que havião de que o mesmo duque pretendia reclamar a abdicação que havia feito da corôa do Brasil, como asseverarão outros membros do corpo diplomatico.

Achando-se complicado em Roma o negocio da confirmação da nomeação do Dr. Antonio Maria de Moura para bispo do Rio de Janeiro, foi o capitão-mór Rocha mandado pela regencia no mesmo caracter de ministro plenipotenciario junto da Santa Sé, por carta credencial de 28 de Fevereiro de 1834, e ahí tambem se houve com tanta prudencia e tino que alcançou da Santa Sé a favor do Dr. Moura dispensas de impedimentos até então negadas, fazendo elle apenas uma protestação de fé em lugar da retractação até ahí exigida, feito o que serião expedidas as bullas de confirmação e sagração, o que se não realisou por causa da resposta que o Dr. Moura deu ao governo, em que declarava que se recusaria a fazer tal protestação de fé: dada por finda esta missão, voltou o capitão-mór Rocha segunda vez para sua banca de advogado com uma divida maior de 4:000\$000, contrahida nas duas missões, e que pagou com o seu trabalho.

Por occasião da sagração do Sr. D. Pedro II, foi o capitão-mór Rocha agraciado com o titulo do conselho.

Estragada sua vista e saude com o assiduo trabalho, obteve por premio de todos os seus serviços uma pensão de 1:200\$000 com sobrevivencia á sua mulher e filhas, a qual só estas participarão, por ter elle fallecido em 16 de Julho de 1848, antes de ser ella approvada pelo corpo legislativo: o Imperador tendo noticia de sua morte ordenou que as despesas do funeral fossem pagas á custa de seu bolsinho, e apezar disso foi feito com a necessaria decencia e parcimonia; quando se annunciou seu passamento todos os jornaes do dia lhe fizerão a devida

justiça, e na occasião de dar-se á sepultura o seu corpo, o Sr. M. A. Porto-Alegre, orador do Instituto Historico e Geographico do Brasil de que elle era membro, pronunciou o discurso seguinte:

Foi igual na modestia, e amor patrio!

No animo contristado de todos os amigos, que vêm dar o ultimo adeos aos restos mortaes do venerando conselheiro José Joaquim da Rocha, se manifesta um grande pensamento, que se abraça com duas idéas sublimes: se pensamos na patria — a gratidão; se no homem que foi — uma inextinguivel saudade; este pensamento, que revela um mundo e um varão illustre, abre no coração brasileiro um templo de emoções sagradas, e o sublima até onde é possível; até os terminos da mais acrysolada virtude: este pensamento, Brasileiros, que agora borbulha em vossos peitos, que neste momento enflorece os vossos labios, e como um écho da consciencia, e como um voto unguido pela fé e pelo amor, vò a depositar-se respeitosa sobre este esquife, é aquelle mesmo que realisou a palavra do Ypiranga: é o *Fiat* da independencia.

É a independencia da nossa patria, é o sonho do modesto Spartaco, realiado á sombra augusta, placida e paternal da monarchia, é a independencia sem lagos de sangue, sem os horrores da anarchia, sem as monstruosidades da guerra civil e sem essas incalculaveis peripecias que sagrão o carasco, exterminão todas as virtudes, e plantão o germen da crueldade e da barbaria.

É a independencia tal qual a concebeu José Joaquim da Rocha, e tal qual a realisarão os Brasileiros, o monumento de gloria que illustrará eternamente a memoria desta illustre victima de uma inqualificavel modestia, n'uma época em que se pede o premio antes da victoria, e o salario antes do trabalho.

A vida do conselheiro Rocha se assemelha a esses rios caudalosos que rebentão á flor da terra, e que depois de fertilisarem vastissimas regiões se aprofundão de novo e se perdem nas areias do oceano; foi uma vida missiva, que resplandeceu em uma phase de gloria, e que foi coroadá com a palma do martyrio: o dia do seu nascimento, e o dia do seu consorcio, têm alguma mysteriosa coincidência com os destinos do Brasil: ha nelles a expressão da monarchia e da liberdade, ha nelles uma prophetica harmonia, uma revelação dos futuros acontecimentos.

Na época da independencia, a casa do capitão-mór Rocha teve a honra de possuir, durante a estada de Avilez no Castello, uma peça de artilharia constantemente assestada e para ella apontada.

Foi membro da assembléa constituinte, e compartilhou a sorte dos illustres Andradas.

O Sr. D. Pedro I, no dia 1º de Dezembro de 1831, antes do nascimento da Sra. D. Amelia, diante dos principes da França, dos membros do governo, de todo o corpo diplomatico e de alguns Brasileiros, disse-lhe, abraçando-o, que elle era um perfeito cavalheiro: era então o conselheiro Rocha enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á côrte de Luiz Felipe.

O rei dos Francezes e sua virtuosa esposa o estimavão ao ponto de o convidarem para assistir ás reuniões de familia e a esses festejos domesticos, onde só elle se achava, sem seus collegas do corpo diplomatico.

Mandado á Roma, recebeu do santo padre Gregorio XVI provas não equivocas de uma particular affeição: o conselheiro Rocha possuia o segredo de se tornar amado, e de se fazer respeitar debaixo das apparencias de sua modestia proverbial.

O Instituto Historico não nos manda aqui para com tristes recordações augmentarmos a dôr geral; os pobres perdêrão no pobre e laborioso conselheiro Rocha um grande amparo, e sua honrada familia um verdadeiro pai, o modelo de todas as virtudes patriarchaes.

Um trabalho insano e excessivo para sua idade e forças abreviou seus dias, e muito concorreu para o seu total aniquilamento a perda progressiva de sua tão preciosa vista.

Sua Magestade o Senhor D. Pedro II tratou sempre com particular estima o conselheiro Rocha: deu-lhe uma pensão com sobrevivencia á sua consorte e duas filhas, e para mais authenticar a sua munificente protecção, mandou-lhe fazer este funeral.

Quando estive em Roma, e lá recebi os beneficios do conselheiro Rocha, ouvi-o dizer ao maior poeta do Brasil estas memoraveis palavras: « Dou parabem e pregado todos os sacrificios e perdas enormes que tive de 1822 a 1830, se uma voz se levantar na minha sepultura e pronunciar estas palavras — INDEPENDENCIA OU MORTE — porque nestas palavras se encerrão os dias maiores e os mais felizes da minha vida »; e o conselheiro Rocha chorou!

Sejão pois cumpridos os seus desejos de uma maneira solemne e patriotica, e receba o conselheiro José Joaquim da Rocha esta corôa de *Brasil* em nome da patria, em nome da historia, que lhe offerta o Instituto, o Instituto Historico, que guardará sempre a mais grata recordação do seu findo socio honorario, do benemerito José Joaquim da Rocha, que foi o primeiro motor da nossa independencia.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A. Sisson Editor Rua do Cano 45

J. I. SILVEIRA DA MOTTA

Jose Ignacio Silveira da Motta

JOSÉ IGNACIO SILVEIRA DA MOTTA

CONSELHEIRO José Ignacio Silveira da Motta nasceu a 15 de Fevereiro de 1811 na capital da provincia de Goyaz, sendo ahí ouvidor da comarca seu fallecido pai o conselheiro Joaquim Ignacio Silveira da Motta.

Em Agosto de 1823 foi enviado por seus pais para Lisboa, onde fez seus estudos classicos, que havia começado na Bahia: destinava-o seu pai a estudar na Universidade de Coimbra o curso de direito. Para essa Universidade foi elle mandado em 1828, mas as dissensões politicas dessa época naquelle reino interrompêrão os trabalhos da Universidade. Nessas dissensões tomárão parte muitos Brasileiros; o Sr. Silveira da Motta comprehendeu que, Brasileiro, devia abster-se de toda a intervenção pessoal, quaesquer que fossem as suas idéas e sympathias. Voltando para Lisboa, soube que se tinham creado os cursos juridicos de S. Paulo e Olinda; embarcou pois immediatamente para o Rio de Janeiro, e daqui seguiu para S. Paulo a tempo de poder matricular-se no anno de 1829. Concluiu os seus estudos escolares em Novembro de 1833, tomando o gráu de bacharel.

Nesse mesmo anno apresentou theses para o gráu de doutor, e o obteve; e estando vagas duas cadeiras de substitutos do curso juridico, concorreu para uma dessas cadeiras, com outros quatro candidatos, e obteve não só a approvação, como tambem as mais honrosas votações relativas, de onde resultou ser nomeado substituto para uma das cadeiras vagas pela regencia permanente.

Muito se deve gloriar o Sr. Silveira da Motta do brilhante começo da sua carreira litteraria e publica. Tendo perdido seu pai na idade de 21 annos, quando ainda era estudante do 4º anno, não tendo herdado senão o nome e a honradez do velho magistrado, ficou arrimo de numerosa familia e destituido de todos os bens da fortuna. Mas conseguiu vencer o apuro dessas circumstancias; os seus já então reconhecidos talentos, as suas optimas qualidades lhe grangeárão amigos entre as notabilidades da provincia em que residia; entre estas ufanar-se ha de contar os Paula Souzas, os Costas Carvalhos, os Feijós, e os Vicentes Pires da Motta.

Os seus primeiros titulos de gloria litteraria forão exhibidos na cadeira de direito criminal, que regeu por 4 annos; della passou para a de theoria de processo, e ultimamente para a de direito administrativo, que leccionou por poucos dias.

O jury lhe abriu campo para o talento de orador que depois demonstrou na tribuna das camaras legislativas. No jury de S. Paulo ficou memoria de algumas de suas defesas, distinguindo-se especialmente as que era obrigado a improvisar por ser na occasião mesma do julgamento convidado pelos juizes de direito para defender réos desvalidos. Entre esses improvisos citaremos o discurso em defesa de um réo escravo condemnado á morte — o discurso em defesa do

tenente-coronel Lacerda, accusado como autor da rebelião de 1842, da qual o Sr. Silveira da Motta fôra aliás franco adversario.

A essas lidas do professorado e da advocacia ficou entregue desde 1834 até 1842, estranho ao movimento politico da provincia, fortificando e enriquecendo o seu espirito pelo estudo e pela reflexão.

Em 1842 sendo deputado provincial tomou a parte mais importante nas discussões tempestuosas dessa assembléa, sendo o unico orador que se oppunha aos homens notaveis que então nella tinham assento, e tomavão parte nos debates, Paula Souza, Vergueiro, Antonio Carlos, Martim Francisco, Alvares Machado, Rodrigues dos Santos, etc.

Em 1842 porém os debates não devião circumscrever-se ás assembléas politicas: os adversarios do governo conspirárão á subversão da ordem publica, e fizerão apparecer o movimento revolucionario.

Homem de acção tanto como homem de estudo e de gabinete, o Sr. Silveira da Motta, ao lado do general hoje marquez de Caxias, prestou á pacificação da provincia serviços importantes; se porém o guiava o enthusiasmo, não o cegava o fanatismo, e os proprios adversarios politicos achárão nelle, quando vencidos, um protector desvelado.

Em 1849 a provincia de S. Paulo o mandou á camara dos deputados, e reelegueu-o em 1853. Em posição mais elevada, melhor pôde então o Dr. Silveira da Motta mostrar todo o seu merecimento. Fiel á idéa politica que sempre abraçára, e que nunca desmentio, o digno Brasileiro fez-se especialmente notavel nas grandes questões sociaes que se prendem ao captiveiro. Depois de importantes interpellações dirigidas ao ministro de estrangeiros acerca das violencias que estação sendo praticadas pelo cruzeiro inglez nos nossos portos e litoraes, em que mostrou a justa indignação do patriotismo, apresentou elle, expóz e defendeu um projecto tendente a excluir lentamente das cidades e concentrar no campo a população escrava, pelos meios indirectos de um imposto progressivo.

Apresentado em 1853 pela provincia do seu nascimento em lista triplice para senador, foi por carta imperial de Abril desse anno escolhido, e o senador continuou a obra do deputado.

Em opposição ás medidas financeiras do ministerio Souza Franco, fez importantes discursos sobre os saques com que o ministro, querendo acudir a perigos fantasticos, expóz seriamente o credito do paiz. Não acompanharemos a vida parlamentar do nobre Goyano, apenas mencionaremos os dous bellos e progressivos projectos de um liberalismo pratico que elle apresentou este anno, já prohibindo os leilões e praças de escravos, já concedendo aos escravos o direito de familia, e vedando a venda de filhos separados de seus pais e de suas mães.

O Sr. conselheiro Silveira da Motta é advogado do fôro fluminense, e nelle goza da consideração devida a um bello talento unido a um bello character.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S. A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

ALEXANDRE JOAQUIM DE SEQUEIRA.

Alexandre Joaquim de Sequeira

ALEXANDRE JOAQUIM DE SEQUEIRA

NASCEU o Sr. Alexandre Joaquim de Sequeira aos 19 de Dezembro de 1814, no sítio de Coboró, termo da cidade de Nitheroy, provincia do Rio de Janeiro.

Foi o quinto filho de Joaquim José de Sequeira, e de sua esposa D. Alexandrina Maria de Sequeira.

Formado em direito aos 21 annos, ao regresar de S. Paulo em 1835 exerceu por pouco tempo o lugar de promotor publico da côrte.

No anno de 1836 estabeleceu a sua residencia na villa de Vassouras, onde advogou até 1842, em que foi nomeado juiz municipal e de orphãos daquella villa.

Tendo rebentado a rebellião de Minas, Sequeira empregou todos os meios com que as leis o habilitavão e a influencia de que dispunha, para debella-la; fazendo marchar a guarda nacional de Vassouras para aquella provincia, e promovendo uma subscripção, para a qual tambem contribuiu de sua bolsa, afim de serem sustentadas as tropas imperiaes.

Em fins de 1842 foi nomeado juiz de direito da comarca de Cabo-Frio, e em 1843 tomou assento como membro da assembléa provincial do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo anno foi nomeado presidente da provincia do Piahy, e tendo enfermado gravemente em viagem teve de regressar da Bahia, sem que chegasse ao lugar de seu destino.

Em 1844 recusou o lugar de chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro, e uma cadeira no parlamento, que o Sr. Aureliano, presidente daquella provincia, lhe offerecêra, porque não podia servir com lealdade o governo sem renegar os principios politicos, que sempre professára.

Este seu procedimento foi devidamente punido, sendo pouco depois removido da comarca de Cabo-Frio para a do Rio-Grande do Sul, e logo depois para a de Belém no Pará.

Excluidos do parlamento os membros do partido conservador, o Sr. Sequeira defendeu na assembléa provincial os principios de seu partido e os seus correligionarios perseguidos com esforço e constancia.

Nomeado juiz de direito da comarca de Vassouras pelo ministerio do Sr. Euzebio, em 1848, promoveu na cidade daquelle nome a edificação da casa da camara, e cadeia e hospital de caridade.

Em 1850 foi nomeado presidente da provincia de Minas, e ali obteve da

assembléa provincial a revogação das leis inconstitucionaes e anarchicas, que a anterior assembléa decretára. Acommettido de uma grave ophthalmia, em 12 de Maio officiou ao governo pedindo demissão; no dia 14 passou a administração ao terceiro vice-presidente da provincia, e tendo este recusado aceita-la, passou-a no dia 8 de Junho ao quarto vice-presidente, o coronel Romualdo José Monteiro de Barros. De posse do officio, que este lhe dirigio com data de 10 de Junho communicando ter assumido a vice-presidencia da provincia, o Sr. Sequeira retirou-se do Ouro-Preto, e veio esperar no municipio do Rio-Preto, da provincia de Minas, que se lhe dêsse successor, e ao mesmo tempo procurar clima mais apropriado ao seu estado de saude.

Tendo-lhe sido nomeado o successor em 17 de Junho, recolheu-se o Sr. Sequeira á sua casa. Posto que esta seja a verdade dos factos, constantes dos documentos officiaes, que temos á vista, o Sr. Sequeira foi accusado pelo espirito de partido de ter abandonado a presidencia, e deixado acephala a provincia!

Apezar da sua enfermidade, e de estar sangrado no dia 23 de Maio, suffocou o Sr. Sequeira um motim militar no Ouro-Preto, apresentando-se na praça publica, e mandando prender os cabeças delle, os capitães Pacca e Livramento.

Nos quatro mezes da sua administração o tempo foi pouco para que o Sr. Sequeira tomasse conhecimento dos muitos e variados assumptos do governo; ainda assim a elle deve a provincia de Minas a idéa do convenio por esta feito com a Rio de Janeiro para a cobrança dos impostos que lhe são devidos na entrada da fronteira, e a iniciativa da idéa da exploração e navegação a vapor do Rio S. Francisco.

Nomeado chefe de policia da côrte em Abril de 1853, exerceu aquell' cargo até Março de 1854, em que foi aposentado por ter adoecido gravemente.

Durante a sua administração não se perpetrou crime, cujo autor não fosse descoberto e preso.

Á força de vigilancia e de energia o Sr. Sequeira acabou com os *capoeiras*, quadrilha de assassinos que infestava a capital do Imperio, e que matava pelo prazer de matar.

Estabeleceu o deposito dos cadaveres achados, e deu o regulamento conveniente para se descobrirem as causas que tinham produzido a morte, e conhecer-se a pessoa do morto.

Convencido da inutilidade do corpo municipal, como auxiliar da policia, creou a companhia de pedestres e deu-lhe regimento.

A prostituição é mal das sociedades civilizadas, que, se não pôde ser curado radicalmente, deve ser attenuado e refreado. Para este fim o Sr. Sequeira expedio um regulamento, que até hoje pende da approvação da camara municipal. Nelle attendia á moralidade e salubridade publicas.

Desta pende tambem a approvação de outros dous regulamentos por aquelle senhor expedidos e concernentes a hospedarias, estalagens e casas de dar dinheiro sobre penhores, estas, no estado actual, antros da usura, e aquellas valhacoutos de ladrões e assassinos.

O Sr. Sequeira publicou o regulamento para as carruagens e outros vehiculos de conducção; fundou a albergaria de mendigos invalidos, extinguiu o uso barbaro do entrudo e o monopolio das carnes verdes com que uma vasta associação esfaimava a população da capital.

Nomeado director da estrada de ferro de D. Pedro II, em 1855, exerceuquelle emprego até Março de 1859, em que deu a sua demissão por não con-

cordar com o presidente da directoria sobre o systema da administração, que este queria, e por não approvar o modo imperfeito por que erão executadas, pelos empreiteiros apoiados sobre aquelle presidente as obras da 2.ª secção.

Eleito em 1856 vereador da camara municipal da côrte, e deputado por esta á assembléa geral legislativa, muito poucas vezes pôde o Sr. Sequeira concorrer as sessões, porque esteve enfermo durante quasi todo o quadriennio.

Membro do partido conservador-progressista, o Sr. Sequeira apoiou com reservas o ministerio Olinda-Souza Franco.

Em opposição ao ministerio Abaeté-Salles, foi um dos seis deputados que na sessão de 1860 continuáram em opposição ao ministerio Ferraz, o conservador da politica do seu partido.

Em 1848 foi o Sr. Sequeira agraciado com o habito de Christo; em 1853 foi nomeado desembargador honorario; em 1855 commendador da ordem de Christo, e em 1858 official da imperial ordem da Rosa.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A. Sisson Rua do Cano 45

JOZE MARIA DA SILVA BITANCOURT

Joze Maria da Silva Bitancourt

JOSÉ MARIA DA SILVA BITTANCOURT.

MELHOR biographia de um general é a sua fé de officio.

Homem da abnegação, cidadão dos sacrificios, o militar, desde que assenta praça, constitue-se *ipso facto* o agente moral e activo da mais gloriosa missão humana — a do severo cumprimento do dever.

Ora, no cumprimento do dever é que reside a força, a nobreza, a gloria da personalidade humana.

Le seul grand homme ici bas, diz um distincto escriptor francez, c'est l'honnête homme.

Se, pois, o homem honesto é aquelle que, através de todas as vicissitudes da vida, acata a religião do dever e cumpre á risca as prescripções de seu destino social, onde ir buscar melhor typo para a dignidade humana, melhor exemplo da supremacia individual do que no soldado disciplinado e nobre que na sua fé de officio tem o attestado official, e por assim dizer diário, de todos os actos de sua vida concernentes á pratica do seu dever?

Demais, no mundo da justiça social, as glorias não se repartem na proporção das forças. O maior premio deve sem duvida corresponder ao maior esforço, mas este está ou deve estar menos na razão directa da capacidade do que na dos sacrificios.

Fazer, custa pouco a quem o póde. Fazer, porém, contrariando os instinctos naturaes, e subordinando as leis geraes da natureza ao poder da vontade, á pura acção da consciencia, violentando a propria fraqueza, martyrisando o coração em honra de um principio abstracto, nisso, sim, ha grandeza, ha merito individual superior.

Ainda sob este ponto de vista, que esforço ha ahí comparavel ao do militar brioso, que desde os commodos domesticos até á propria conservação, desde a familia e as mais caras e poderosas affeições humanas até á renuncia voluntaria da existencia, tudo, tudo sacrifica á religião do patriotismo, á fidelidade do dever?

O tenente-general Bittancourt está neste caso. Sua vida tem sido uma cadeia ininterrompida de serviços, trabalhos, e dedicação. Cincoenta e tres annos de continuado labor, attestão-no de sobejo. E essa prova material de sua importancia desaparece ante a magnitude das variadas commissões scientificas e militares de que ha sido sempre encarregado.

Filho legitimo do tenente-coronel Elesbão José da Silva Bittancourt e de D. Thereza José da Silva Bittancourt, desde tenra idade deliberou-se a seguir a ardua carreira de seu digno progenitor, sentando praça a 13 de Janeiro de 1808, e tendo apenas de idade 13 annos. Sua primeira commissão foi marchar para as fortificações e defesa da 2ª linha da barra desta capital, quando se fechárão os portos aos Inglezes. Foi ao regressar dessa commissão que o joven cadete, desejoso de instruir-se, matriculou-se na escola militar, encetando o curso completo de sua arma e das sciencias naturaes e mathematicas de que mais tarde, em 1859, lhe foi conferido o gráo de bacharel.

Infatigavel de braço como de pensamento, mesmo durante o curso da escola, continuou a servir como soldado de seu paiz. Foi dahi, e sempre como um estímulo á sua vocação e um premio a seus serviços, que successivamente galgou os postos superiores.

Cadete de 1ª classe em 1808; 2º tenente em 1813; 1º tenente em 1818; capitão em 1820; major graduado em 1822 e effectivo em 1824; tenente-coronel em 1827; coronel graduado em 1829 e effectivo em 1830; brigadeiro graduado em 1839 e effectivo em 1842; marechal de campo graduado em 1849 e effectivo em 1852; tenente-general graduado em 1858 e finalmente integrado na effectividade desse alto posto em 1860, durante esse longo periodo de tempo grandes serviços e graves responsabilidades forão pelo tenente-general Bittancourt realisados e assumidas com dedicação e exito.

Forte de corpo como de espirito, ao general Bittancourt não houve nunca empresa que o fatigasse ou commissão que o quebrantasse de animo. O Rio de Janeiro, o Pará, Pernambuco, Ceará e Rio-Grande do Sul são testemunhas

de seus esforços. Mais ou menos, poucos palmos de solo patrio deixarão de ter pégadas do militar distincto cujos serviços rememoramos aqui. Onde houve necessidade de um sacrificio, precisão de um esforço, direcção de engenho e acção de soldado, lá se achou sempre o general Bittancourt com o compasso ou com a espada, com o plano ou com a execução, auxiliando, promovendo, dirigindo, e realisando as obras requeridas pela defesa da patria ou pela exigencia dos superiores, e sempre merecendo destes a estima e os louvores de que se fazem dignas as individualidades notaveis. A independencia nacional; a instrucção do exercito, como disciplina ou como sciencia; a artilharia de terra e mar; as fortificações permanentes e volantes; os trens bellicos; o fabrico da polvora; o archivo geographico; a estatistica; as escolas militares; a engenharia; a administração civil e militar; finalmente instituições de beneficencia e socorro á pobreza, devem-lhe grandes serviços.

Sua intelligencia e sua espada alternarão sempre no trabalho. Importantes relatorios sobre todas as especialidades que acima indicámos attestão sufficientemente o alto merito do general Bittancourt. Nem de seus serviços foi o menor aquelle que prestou como lente de mathematica e artilharia do 1º corpo da artilharia de posição.

No entanto, todos esses longos serviços, todo esse periodo glorioso de alternativas de perigos e privações, de trabalhos e de applicação, forão n'um dia postos á prova do soffrimento e da amargura. Uma hora de indiscrição ou de má fé pôde, para punição da fraqueza humana, levantar sobre tantos trophéos de dedicação e probidade o crepe de uma suspeita indigna.

Director do arsenal de guerra da còrte durante o ministerio de 19 de Setembro e accusado o ministro da repartição da guerra nesse tempo, o Sr. conselheiro Manoel Felizardo, por alguns deputados da opposição parlamentar, o chefe que não soube, ou não quiz defender-se como um ministro constitucional das prevaricações e delapidações de que accusavão o seu ministerio, entendeu achar mais facil evasão, fazendo recahir o peso das censuras sobre os inferiores que forão assim victimas expiatorias de erros ou de crimes que não commettêrão.

Entre essas victimas achou-se o general Bittancourt. Demittido do melindroso cargo que occupava, o primeiro passo do militar brioso, offendido em seus creditos de homem, de cidadão e de empregado publico, foi requerer immediatamente conselho de investigação e de guerra para justificar sua conducta e confirmar o inabalavel conceito em que sempre fôra tido pelo paiz.

A opinião publica não precisava dessa investigação, mas os escrúpulos da consciencia pura prevalecêrão justamente sobre o legitimo orgulho da innocencia. O general Bittancourt defendeu-se brilhantemente, e uma sentença *unanime* declarou-o inculpa das faltas que lhe attribuição. Costumado a baratear seu sangue e sua vida, doía ao general Bittancourt ver baratearem-lhe os creditos. Repellio, pois, a injuria da suspeita esmagando com a sentença de um tribunal solemne a calumnia que tentára mancha-lo em sua honra.

O general Bittancourt ficou, pois, o que sempre fôra; um homem probo e prompto para dedicar-se ao serviço de seu paiz, ainda com sacrificio. O mais notavel desse episodio é que o proprio director do arsenal de guerra, demittido e calumniado, foi o incumbido, pouco tempo depois, pelo governo imperial de ir elle proprio ao arsenal instaurar processo de verificação sobre abusos dessa repartição!

Terminaremos esta noticia com mais alguns leves detalhes.

Como homem particular, o general Bittancourt é um cavalleiro completo. Nobres qualidades o recommendão a estima de que goza.

Foi casado com a Sra. D. Maria Joanna de Gusmão Bittancourt, filha legitima do major Manoel Alvares de Gusmão e de D. Francisca Rosa de Gusmão. Deste consorcio teve 12 filhos, dos quaes vivem 4 que são Elesbão Maria da Silva Bittancourt, capitão do estado-maior de primeira classe, Conrado Maria da Silva Bittancourt, capitão de artilharia do exercito, D. Maria Theza da Silva Bittancourt e D. Maria Amalia da Silva Bittancourt. Estes filhos formão hoje a maior ventura do general Bittancourt. Todos elles dignos e estimaveis, em nada desmentirão a origem que tiverão.

Chefe de numerosa familia, seu exemplo é uma virtude pratica e inspiradora.

Entendimento claro; intelligencia cultivada; idéas adiantadas e generosas; espirito vivo e animado: conversação amena, trato urbano, sisudez de character, familiaridade não hypocrita, genio bilioso, mas reflectido, ardente e impetuoso no entusiasmo ou na colera, lhano e cortez sempre, são os dotes principaes, as mais salientes qualidades da sua physionomia moral.

Bem que pertencente, pelo nascimento, aos fins do seculo passado, pela juvenildade de seu espirito e de seu corpo facilmente o acreditarão um moço encanecido pelas fadigas rudes do serviço militar.

Bravo como soldado; prudente como general; habil como administrador, nos diferentes cargos que tem occupado, já como commandante de armas em varias provincias, já como presidente n'outras e já como general em chefe do exercito do Sul em operações de campanha, o general Bittancourt deu sempre de si grandes provas.

Eleito deputado á assembléa geral legislativa pela provincia do Ceará em 1844, deixou de tomar assento na camara por se haverem annullado as respectivas eleições, a capricho da politica de então. Fez parte das camaras municipaes da Estrella e de Magé em 1840 e 1849, onde prestou bons serviços como vereador, e quando estava encarregado da directoria da fabrica da polvora da Estrella.

Foi membro da assembléa provincial do Rio de Janeiro em 1848; é conselheiro de guerra, vogal do supremo conselho militar, fidalgo cavalleiro da Casa Imperial, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, da do Cruzeiro e da Rosa, e membro de varias corporações scientificas e humanitarias.



OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A. Sisson, Rua do Cano 45

FRANCISCO GOMES DE CAMPOS

Francisco Gomes de Campos.

FRANCISCO GOMES DE CAMPOS

BARÃO DE CAMPO-GRANDE

Numquam ab eo quod justum videbatur discedens, et nullam fraudem, nullumque mendacium admittens... Ubi ad rempublicam accessit non potentium amicorum praesidio nititur sed consiliis factisque utilibus et iustis... Id se patriae debere existimabat ut ei prodesset...

Select. e Prof. Scrip. Hist. L. III G. I.

As palavras do trecho acima citado de uma das obras mais uteis destinadas á instrucção da mocidade estudiosa, e ali applicadas ao homem mais justo da Grecia, podem, ainda que escriptas com referencia ao passado, constituir o elogio de um contemporaneo ainda vivente, cuja carreira vital já percorrida com ellas se acha de accordo. E o que se dá a respeito do varão sabio e prestante cuja fiel e expressiva effigie acompanhão estas linhas confiadas ao papel com a complacencia e convicção de fallarmos a linguagem do coração e da verdade.

O homem de quem fallamos é uma dessas notabilidades cujo merecimento e prestimos substanciaes mais se patenteião, recommendão e elevão as posições conspicuas que occupão successivamente na sociedade, e mais são reconhecidos e conceituados pela sua realidade e pelo seu peso, do que pelo estrondo dos pregões da fama e pelas agencias e ardores officiosos dos partidos: elle é um desses caracteres que ao mesmo tempo honrão ao paiz em que nascêrão, e a época em que vivem, e protestão com a sua existencia contra a generalidade absoluta dessa corrupção que á época e ao paiz em que vivem costumão imputar os perversos que os polluem, sempre com pretenções de unicos homens de bem com detrimento ou menospreço dos verdadeiramente honestos e uteis á sociedade, da qual estes pela sua real importancia são mais do que uma simples parte.

Francisco Gomes de Campos, filho legitimo de João Gomes de Campos, e de D. Luiza Galves Palensa, ambos naturaes da cidade do Rio de Janeiro, nasceu na mesma cidade a 19 de Fevereiro de 1788, e foi baptisado na freguezia de Nossa Senhora da Candelaria. Seus maiores forão oriundos de Portugal e Hespanha.

Seu pai, bacharel formado pela universidade de Coimbra na faculdade de Canones, exerceu a profissão de advogado da relação do Rio de Janeiro, e occupou cargos da governança, como o de juiz almotacel, e vereador da camara na época em que essa administração municipal tinha a denominação de senado.

Foi por seu pai destinado ás letras, assim como forão seus dous unicos irmãos varões, João Gomes de Campos, fallecido em 1855 no lugar de ministro do supremo tribunal de justiça, sendo o decano dos magistrados, com 45 annos

de serviço, e Joaquim Gomes de Campos, fallecido em 1821 na cidade do Havre de Grace, depois de ter por annos feito com distincção e applauso os seus estudos medicos na escola de Pariz, e obtido nella o grão de doutor; pelo que fôra recommendado pelo marquez de Marialva, então embaixador de Portugal ante o rei Luiz XVIII, a el-rei D. João VI, que á face de tal documento lhe mandou dar uma pensão para viajar pela Europa antes de regressar ao seu paiz natal: pensão de que se não pôde utilizar pela prematura morte, que lhe cortou a carreira, e roubou á patria um digno filho na flôr dos annos.

Desde a instrucção primaria inclusive fez F. G. de Campos os seus estudos nas aulas publicas desta cidade, intituladas então aulas regias, como fossem de primeiras letras, a de grammatica latina, a de rhetorica e poetica, e a de philosophia racional e moral, com os accessorios ligados a cada uma dellas, tudo pelo methodo jesuitico, em parte reformado pela junta dos estudos da universidade de Coimbra, e pelos padres da congregação do oratorio de Lisboa, que não poucos serviços fizerão ás letras em Portugal e no Brasil.

Aos 17 annos de idade achava-se a juizo de seus mestres, e com espontaneos attestados por elles conferidos, habilitado para os estudos maiores, tendo concluido os litterarios com grande aproveitamento. Da veracidade destas asserções ainda hoje fazem fé os escriptos desse discipulo tão elogiado, e alguns versos que poderião fazer honra a qualquer dos melhores poetas classicos, mas de que só dá ás vezes conhecimento aos seus mais intimos amigos, que como nós reconhecem nessas occasiões que, como o de Anacreonte, o seu espirito, ainda na idade das cans, não fica esquecido das musas com as quaes na juventude tinha mais largos e deleitosos folgedos.

Dispondo-se em fins do anno de 1807 para na monção de 1808 partir para Lisboa, afim de fazer os seus estudos na universidade de Coimbra, foi-lhe cortada a carreira, e perdida toda a esperança de a recuperar, com a inesperada invasão franceza em Portugal, e pela guerra que por seis annos devastou a peninsula iberica; pelo que foi obrigado a mudar de destino, aceitando aos 21 annos de idade o pequeno emprego de official da secretaria do registro geral das mercês, então creada nesta cidade, com o tenue ordenado de 200\$ por anno.

Mudára-se porém a face da Europa em 1813 com a derrota de Napoleão I nos gelos da Russia, ao passo que a península livrava-se da invasão, expulsos os exercitos francezes para o interior da França; tendo-se como certo, ou muito provavel o restabelecimento da paz em toda Europa. Abrira-se em fim a universidade de Coimbra, que por seis annos jazêra deserta, e esta noticia despertou em F. G. de Campos a idéa de seu antigo proposito.

Pedio, e obteve de el-rei D. João VI, então principe regente, mediante consulta do conselho da fazenda, licença para proseguir nos seus estudos na universidade de Coimbra, vencendo os seus ordenados; e partio para Lisboa a 14 de Março de 1814, tendo a fortuna de voltar ao porto do Rio de Janeiro a 13 de Setembro de 1819, com as suas cartas de bacharel, e de formatura na faculdade de leis, havendo sido plenamente approved em todos os exames, e actos academicos, e obtido as melhores informações dirigidas ao tribunal do desembargo do paço, por todos os lentes da faculdade, sem outra recommendação mais, que a da sua applicação e conducta.

No mesmo dia da entrada e desembarque teve a honra de apresentar-se na quinta da Boa-Vista a el-rei D. João VI, que o recebeu com a costumada affabilidade, e até se dignou interroga-lo, para saber como passára em Portugal, se gostára do paiz, e qual era o seu projecto, voltando ao seu paiz natal.

Por motivos que não valem narrar-se, abandonou a idéa de dar-se á advocacia, ou seguir a magistratura, e contentou-se com o lugar que lhe foi confiado, de official da secretaria de estado dos negocios do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, de que era ministro o varão distincto Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, de recommendavel memoria para o Imperio do Brasil, pelos serviços por elle prestados: sendo official-maior José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquez de Caravellas, cujo nome é bem conhecido no Brasil, e não menos recommendavel aos Brasileiros.

Em 20 de Setembro de 1820 casou-se com a Ex^{ma} Sra. D. Luiza Maria Suzano de Campos, fallecida a 7 de Novembro de 1853.

Retirando-se em 1821 el-rei o Senhor D. João VI para Lisboa, entre outros muitos Brasileiros, que por occasião da despedida forão agraciados com diversas mercês, foi condecorado com o habito da ordem de Christo, continuando a servir na mesma secretaria de estado, até que pela aclamação do Senhor D. Pedro I imperador do Brasil, creadas as outras secretarias de estado, ficou pertencendo á do Imperio, sob o respectivo ministro de estado José Bonifacio de Andrada e Silva, sendo official-maior Theodoro José Biancardi, varão distincto por suas letras e character.

Durante a sessão da assembléa constituinte foi, por especial nomeação, encarregado de reger a mesma secretaria de estado no impedimento do mencionado official-maior, que fôra incumbido de organizar a secretaria da mesma assembléa, enquanto por ella não fosse creada por acto proprio.

Sendo-lhe commettida pelo ministro J. B. de Andrada e Silva a tarefa de organizar o relatorio, que devia offerecer á assembléa, desempenhou o encargo tão satisfactoriamente que, dando-lhe conta do seu trabalho, foi este aceito com approvação. Não se verificou porém a apresentação do relatorio pela inesperada dissolução da assembléa.

Convocada a assembléa legislativa para a sessão ordinaria de 1826, por nomeação imperial foi encarregado de reger a secretaria da camara dos deputados na qualidade de official-maior interino, enquanto a mesma camara não providenciasse a esse respeito, e ahí permaneceu por espaço de tres annos, sem que por esse serviço recebesse outra remuneração mais, que o bom agrado e satisfação dos membros da camara.

Em 1828, a instancias do ministro de estado dos negocios da justiça José Clemente Pereira, deliberou-se a entrar na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fóra do civil desta cidade, lugar graduado com o predicamento de correição ordinaria.

Em 1830 por occasião do consorcio do Senhor D. Pedro I com a princeza,

a Senhora D. Amelia, hoje duqueza de Bragança, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, lugar do primeiro banco, que comprehendia quasi toda a provincia, e contava entre outros annexos todas as conservatorias de indios, excepto os do termo de Campos.

Occorrendo a anarchia que antecedeu, assistio e succedeu ao dia 7 de Abril de 1831, convenceu-se da impossibilidade de manter-se no exercicio do lugar que occupava, absolutamente coacto, e sem deliberação propria e livre, para guardar e fazer guardar a lei; e aproveitando-se da oportunidade que lhe offerecerão as indiscrições do ministro da justiça de então, pediu, e promptamente obteve demissão do lugar de ouvidor no dia 27 de Abril do mesmo anno.

Desde então até Janeiro de 1843 absteve-se de aceitar empregos de nomeação do governo, posto que alguns lhe forão offerecidos de pingues vencimentos, e de representação, inclusive o cargo de ministro de estado. Retirado ao seu lar, occupou-se nas tarefas do fôro, advogando particularmente.

Foi neste tempo e neste retiro, que teve a distincta honra de ser lembrado e livremente eleito pelos seus compatriotas, primeiro para o cargo de presidente da illustrissima camara municipal, de Janeiro de 1833 a Janeiro de 1837, e depois para o de deputado da assembléa geral legislativa de 1838 a 1841: cargos estes, que servio com lealdade e honra.

Pelo fausto motivo da coroação de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II foi condecorado com a commenda da ordem de Christo.

Em Janeiro de 1843 foi nomeado desembargador da relação desta cidade por proposta espontanea do ministro da justiça Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois marquez de Paraná, approveda por Sua Magestade Imperial; e tomando posse deste lugar, foi logo nomeado procurador da corôa, fazenda e soberania nacional interino, para servir no impedimento do desembargador José Antonio da Silva Maia, occupado então nas sessões do senado.

Vagando o lugar de procurador da corôa, foi nomeado procurador da corôa effectivo no anno de 1846, e logo condecorado com o titulo de conselho na época em que era ministro do Imperio o conselheiro Joaquim Marcellino de Brito, e da justiça o senador José Joaquim Fernandes Torres.

O lugar de procurador da corôa tem uma esphera de jurisdicção tão vasta e pontos de contacto com outros tão numerosos e tem materias de que tratar tão variadas, que não ha por assim dizer negocio algum que lhe seja absolutamente estranho; e que ás vezes não tenha de ser esclarecido, e resolvido pelo saber e conselhos de quem occupa uma posição tão elevada qual é a dos interesses da soberania nacional e da corôa.

Como sempre, o conselheiro Francisco Gomes de Campos tem servido este lugar de um modo mui digno e satisfactorio, sustentando-lhe sempre o decoro e conservando constantemente o conceito universalmente adquirido de homem recto e incorruptivel, e de jurisculto altamente entendido e versado nas materias da sua sciencia professional, mostrando ter pleno conhecimento de *qua locutus est in re*, e assignalando as virtudes publicas e privadas que o distinguem, e que o tornão geralmente estimado.

O que o conselheiro Francisco Gomes de Campos tem feito nos empregos, que desde a idade de 21 annos tem occupado, consta authentica e exuberantemente de todos os cartorios judiciais, em cujos archivos se acharáõ por sua letra ou assignatura documentos que mostrão o que tem sido no fôro, como juiz e como advogado. No da camara municipal saber-se-ha o que fez como presidente do extincto senado, e depois como presidente da camara municipal segundo o novo regimento, e nos de todas as secretarias d'estado, sem excepção de uma só, bem como nos do conselho d'estado, do senado, e da camara dos deputados encontraráõ os curiosos abundantes pareceres e outros escriptos seus, para ajuizarem dos seus serviços como quizerem.

Os 52 annos da carreira publica do illustre contemporaneo acabão de ser galardoados por S. M. Imperial, por decreto de 16 de Janeiro de 1861, com o titulo de Barão de Campo-Grande com as honras de grandeza.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A. Sisson, Rua do Cano 45

J. MARCELLINO DE BRITO

Jaquim Marcellino de Brito.

JOAQUIM MARCELLINO DE BRITO

Ex^{mo} conselheiro Joaquim Marcellino de Brito, natural da cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital da antiga metropole da America do Sul, nasceu a 2 de Junho de 1799, filho legitimo do capitão Manoel Joaquim de Brito e de D. Anna Maria da Silva, dali tambem naturaes e moradores.

De mui tenra idade, os honrados pais do conselheiro Joaquim Marcellino de Brito cuidarão de sua educação.

Uma intelligencia facil e clara, como a que tinha o joven Joaquim Marcellino de Brito, forçava incessantemente aos mestres a dizerem á seushonrados pais, que proseguissem na cultura intellectual de seu filho, que bem aproveitada viria a ser um dos ornamentos da patria.

Seus honrados progenitores recebem os prenuncios dos mestres, com a mais viva satisfação, e bem que não dispuzessem, com vantagem para seu filho, dos bens que a fortuna offerece aos seus escolhidos; envidarão esforços, e puderão conseguir manda-lo para a universidade de Coimbra cultivar o talento, que lhe deu o Creador, alargando a admiravel esphera de sua favorecida intelligencia.

Partio o joven Joaquim Marcellino de Brito para a Athenas portugueza em busca daquillo, que lhe era impossivel encontrar na patria; e chegando a Coimbra a 22 de Julho do anno de 1817 se matriculou no dia 5 de Novembro, depois de ter preenchido as condições da lei, que regia a universidade, no 1º anno da faculdade de direito.

Como na patria, nos estudos humanitarios, o joven Bahiano, iniciado em Coimbra no templo das leis, passou como um dos primeiros adeptos, fez o seu acto de formatura no dia 3 de Junho de 1822 com geral applauso de seus condiscipulos e satisfação de seus mestres, tendo correspondido em fama nos cinco annos academicos, á mesma que obteve nos estudos de humanidades, sendo premiado no 2º e 3º anno.

Partio o Dr. Joaquim Marcellino de Brito para a cidade de Lisboa em 6 de Agosto de 1822, com o firme designio de seguir para a patria, porém a Bahia estava com as armas nas mãos contra as forças lusitanas disputando com avidez a independencia e liberdade; e portanto não havendo embarcação para ali, partio para Pernambuco em 18 de Setembro de 1822, onde chegou felizmente, e se demorou pouco mais de um mez. Formado no conhecimento das leis, não lhe convinha permanecer sem fazer carreira na magistratura, e então julgou não dever perder tempo e partio a 27 de Novembro para o Rio de Janeiro a apresentar-se a S. M. Imperial para lhe dar o destino que seus talentos e estudos pedião. Chegando a 10 de Dezembro do mesmo anno, compareceu na presença do Sr. D. Pedro I, sendo acolhido com urbana deferencia, e em face dos seus honrosos documentos foi immediatamente despachado por decreto de 13 de Janeiro de 1823 juiz de fóra da cidade da Fortaleza ou Nova-Bragança, capital da provincia do Ceará, occupando a pasta da justiça Caetano Pinto de Miranda Monte-Negro, depois marquez da Praia-Grande, que declarou se lhe conferia esse lugar, que era de segunda entrancia, pelos valiosos documentos de que era portador.

De posse da sua nomeação, em 14 de Abril deste mesmo anno de 1823 partio para Pernambuco, e dali para o Ceará no dia 9 de Junho, onde chegou no dia 14, e tomando posse no dia 16 entrou em exercicio.

Estando vago o lugar de ouvidor geral, teve o Dr. Joaquim Marcellino de Brito de o exercer interinamente, e nesta qualidade visitou a quasi todas as villas da comarca, fazendo as correições, a que era obrigado pelos regulamentos da justiça nesses tempos tão melindrosos em que a anarchia se mostrava por toda a parte.

O nosso magistrado, unicamente com a mira no interesse publico e bom desempenho dos seus deveres, se portou com tal circumspecção e prudente energia, que a ordem publica se mantinha nos lugares de sua jurisdicção.

Estando de correição em Villa-Viçosa, sobre a serra da Ibiapaba, teve a noticia da dissolução da assembléa geral constituinte, que teve lugar em virtude do decreto de 12 de Novembro de 1823, e ao mesmo tempo que por este acontecimento começava a apparecer na capital da provincia alguma agitação, que ameaçava a tranquillidade publica, e por isso julgando que a sua presença ali se tornava necessaria parlo immediatamente para a capital do Ceará, não obstante a longitude de quasi 90 leguas e das difficuldades da viagem, motivadas pelo começo de uma secca que mezes depois se tornou aterradora. Superando todos os embaraços que se lhe antepunhão chegou á cidade em 11 de Fevereiro de 1824, e o que elle suppunha apprehensões vagas, reconheceu ser uma grande agitação, que preludiva uma proxima revolução. Em semelhante conjuntura é sempre um animo forte, guiado pela energia e pela prudencia, quem salva o Estado das tempestades politicas, e foi a prudencia de parceria com a energia quem salvou o Ceará das scenas tenebrosas da anarchia, que então o ameaçava; e para o que desenvolveu a maior actividade, não se poupando aos meios de abafar a revolução, procedendo com todo o vigor das leis, contra qualquer crime que se perpetrava. Deste modo, e por esta vez, não realisarão os desordeiros os seus intentos: porém as entranhas da provincia estavam contaminadas por effeitos da propaganda revolucionaria, e apesar da maior vigilancia, da maior actividade desenvolvida pelo ouvidor da comarca, não pôde evitar que o mal deixasse de produzir os seus maleficos effeitos, surgindo com todo o seu alento, e robustez, no dia 25 de Abril, proclamando-se ao que elles chamavão Republica da Confederação do Equador, a exemplo de Pernambuco, e aclamado o presidente temporario por ordem deste foi na

madrugada do dia 26 conduzido preso para bordo de um navio inglez, que se achava fundeado no porto, por ter incorrido no odio dos chefes da revolução pelo facto de se oppôr constantemente aos seus planos, e não combinar com os seus principios.

Sendo posto a bordo o ouvidor Joaquim Marcellino de Brito, foi recebido pelo commandante da embarcação não como um prisioneiro politico, porém como uma autoridade coagida, que repellia uma facção criminosa, e em caracter de passageiro o conduziu para a Inglaterra, com passaporte que lhe mandou o presidente da Republica, e com destino de Liverpool, fazendo-se de vela no dia 1º de Maio, com quasi só a roupa do corpo, por lhe ficar em terra tudo o que possuia.

Quarenta e cinco dias gastou o navio a chegar ao lugar de seu termo de viagem, e ancorando no dia 15 de Junho no fundeadouro de Liverpool, saltou para terra, onde se demorou até o dia 23 de Julho, em que partio para o Rio de Janeiro.

Em seguida ao seu desembarque, cuidou em apresentar-se ao Imperador, para dar-lhe conta do seu comportamento como agente da autoridade publica, historiando os acontecimentos do Ceará, como elles se passaram, e pelo que mereceu de S. M. elogios, e o reconhecimento dos seus serviços e sacrificios, tendo sido antes nomeado ouvidor da comarca de Sergipe d'El-Rei, pela resolução de consulta de 12 de Maio de 1824, dando-se-lhe logo por acabado o lugar do Ceará.

Com esta nova nomeação partio no dia 22 de Dezembro para a cidade da Bahia, e dali por terra em 26 de Fevereiro de 1825 se encaminhou para Sergipe, e chegando no dia 8 de Março do mesmo anno á cidade de S. Christovão capital então da provincia, tomou posse do lugar e entrou em exercicio de ouvidor da comarca.

Um magistrado intelligente, e moço, e rodeado de considerações, excitou interesses domesticos, e o Dr. Joaquim Marcellino de Brito, julgando ser tempo de contrahir laços conjugaes, escolheu para esposa a Ex^{ma} Sra. D. Senhorinha Accioli de Madureira Brito, nobre pelo nascimento, pertencente a uma das mais consideradas familias da provincia de Sergipe, já pela antiguidade e nobreza de sua linhagem, como pela abastança em que vivião.

A recordação de seu exemplar comportamento, da sua intelligencia, e imparcialidade na distribuição da justiça, ainda se conservava com o mesmo vigor, apesar do tempo, no coração dos habitantes da provincia do Ceará, porque nas eleições que se procederão no anno de 1825 para a 1ª legislatura ordinaria foi escolhido por ella para a represent. como seu deputado. Julgou-se o Dr. Marcellino de Brito tão honrado por esta eleição, que foi toda espontanea, devida á sympathia que ali deixou, que a tomou como o maior premio que podia receber em toda a sua carreira politica.

Já se achando o corpo legislativo funcionando na capital do Imperio, recebeu em Sergipe o diploma de deputado.

Com tão distincta preferencia largou o seu exercicio de ouvidor de Sergipe no dia 6 de Fevereiro de 1827 para vir tomar assento na camara dos deputados, partindo no mesmo dia por terra, para a Bahia, e dali para o Rio de Janeiro, onde chegou a 2 de Abril, sendo no mar roubado pelos corsarios de Buenos-Ayres.

No dia 26 de Abril prestou juramento, e tomou o lugar que lhe competia na camara temporaria, como representante da provincia do Ceará.

A sua conducta na camara legislativa foi sempre, como em toda a sua vida, modelada pelos sentimentos da honra, e do bem publico.

Sabemos que o Dr. Joaquim Marcellino de Brito quando entrou para a camara dos deputados em 1827 já estava nomeado desembargador de Pernambuco por decreto de 12 de Outubro de 1826, de que tomou posse por procurador em 12 de Julho de 1828. Encerrada pois a ultima sessão legislativa, partio da côrte para a Bahia, e dali para Pernambuco passando por Sergipe e Alagoas, a entrar em effectivo exercicio do seu lugar de desembargador, que de facto assumio no dia 9 de Fevereiro de 1830, largando-o em 15 de Abril desse mesmo anno, para vir outra vez tomar assento na camara dos deputados, porque tinha sido eleito pela provincia de Sergipe.

Por carta imperial de 20 de Outubro de 1830 foi o desembargador Marcellino de Brito nomeado presidente de Sergipe, encargo do qual tomou posse em 16 de Janeiro de 1831.

No dia 5 de Abril entregou o governo de Sergipe ao vice-presidente legal para vir exercer as funções de deputado, em que effectivamente entrou, chegando ao Rio de Janeiro a 28 do mesmo mez. Tendo occorrido os acontecimentos de 7 de Abril, e sendo geral a agitação em quasi todo o Imperio, foi o deputado Joaquim Marcellino de Brito requisitado pela regencia provisoria, por officio de 15 de Junho, a partir immediatamente a tomar conta da presidencia de Sergipe, onde chegou no dia 21 de Julho, tomou novamente conta da administração da provincia, encontrando os animos agitados, e a provincia ameaçada de movimentos anarchicos, que se pronunciavão por todos os pontos; e para os desvanecer e prevenir tomou as providencias que as circunstancias urgião, e sempre com a prudencia e moderação que convém pôr em acção nestas conjuncturas.

O estado critico em que se achavão as cousas fez que o governo imperial não annuisse á sahida do presidente, pedindo-lhe que se conservasse, o que fez até Março de 1833 em que tornou para a assembléa geral legislativa a exercer as funções de deputado. Foi em aviso de 3 de Março de 1832 que o governo imperial julgou conveniente ordenar-lhe que não abandonasse o seu posto por

estar certo não só dos seus bons princípios de ordem, como do seu prestígio ali. Sentindo-se com a saúde damnificada por motivo de excessos de trabalho, pediu a sua demissão do cargo de presidente; porém o governo imperial lh'a negou, declarando-lhe em aviso de 31 de Março, que achando-se a regência satisfeita com as maneiras por que se tinha portado na administração da provincia de Sergipe, muito convinha ao interesse publico, que continuasse por mais algum tempo. Partio pois dessa provincia no 1º de Abril de 1833, depois de ter antecedentemente entregado a administração ao vice-presidente, e chegou á côrte em o dia 15 de Maio.

Entrou em exercicio na camara temporaria em 17 do mesmo mez, sendo nomeado vice-presidente da camara nos mezes de Junho e Agosto até o encerramento da sessão, que teve lugar em Outubro.

Instou pela demissão de presidente, declarando não poder mais servir; e em vista dos motivos que allegou, a obteve, como lhe foi communicado por aviso de 15 de Julho de 1833, sendo-lhe louvados pela regencia os seus bons serviços.

Os seus merecimentos individuaes, sua reconhecida intelligencia, sua honradez de magistrado, seus importantes serviços ao paiz lembrarão a regencia de o convidar á fazer parte do ministerio, offerecendo-se-lhe uma das pastas, que recusou, porque conhecia o peso do encargo, e o valor da responsabilidade que está ligada á pasta de um ministro da corôa, mórmente naquelles tempos duvidosos e difficeis. Continuando na sua carreira de magistrado foi por decreto de 3 de Fevereiro de 1834 removido da relação de Pernambuco para a da cidade da Bahia, onde tomou posse e entrou em exercicio a 28 de Maio do mesmo anno.

Em 27 de Setembro de 1835, em consequencia do impedimento do presidente da Bahia, foi chamado para o substituir, por lhe competir em caracter de vice-presidente, em cujo lugar esteve até o dia 26 de Março de 1836, em que tomou posse o presidente nomeado Francisco de Souza Paraiso, tendo elle recusado a nomeação que desta presidencia se lhe fez por carta imperial de 28 de Outubro do anno antecedente.

Nas eleições a que se procedeu para a quarta legislatura foi eleito deputado pela provincia da Bahia, pelo que interrompeu o exercicio de desembargador, e veio tomar assento na camara temporaria em Abril de 1838.

Na sessão do anno de 1840 foi nomeado presidente da camara dos deputados logo em Maio, e foi tal a sua imparcialidade neste importante lugar, que gozou da reeleição nos mezes seguintes pelos votos de ambos os partidos, em que se achava dividida a camara temporaria.

Nas sessões de Julho tiveram lugar as tempestuosas discussões sobre o projecto da maioridade.

Em circumstancias porém tão melindrosas conservou-se o deputado Joaquim Marcellino de Brito no seu posto, empregando todos os meios, como presidente da camara, para socegar qualquer tumulto; e se algumas scenas desagradaveis se pronunciavão, moderavão se logo pelo reclamo de ordem e esforços empregados, terminando tudo pela proclamação da maioridade do Imperador, que teve lugar no dia 23 de Julho de 1840 em assembléa geral.

Reeleito ainda presidente da camara em meez de Agosto, teve de continuar até o fim da sessão, que se encerrou no dia 15 de Setembro.

Acabados os trabalhos deste anno, retirou-se para a sua provincia, e no seguinte de 1841 compareceu á sessão, oppondo-se com o seu voto ás reformas do código do processo, e outras medidas que passarão nesta sessão. Como membro do parlamento assistio á coroação do Imperador, que teve lugar no dia 18 de Julho.

Finda a quarta legislatura, o desembargador Joaquim Marcellino de Brito foi reeleito pela mesma provincia da Bahia para tomar parte na quinta; tomou assento no 1º de Maio, e sendo neste mesmo dia lido o decreto da dissolução da camara, e convocada outra para o 1º de Novembro, partio para a Bahia a continuar o seu ministerio de desembargador da relação, apresentando-se nella no dia 12 de Julho.

Por carta imperial de 16 de Abril de 1844 foi nomeado presidente de Pernambuco, cargo do qual tomou posse em 4 de Junho do mesmo anno.

Difficeis e melindrosas forão as circumstancias da época desta presidencia, pela luta encarnçada dos partidos politicos de Pernambuco.

Não querendo envolver-se na politica dos partidos, achou embaraços quasi insuperaveis na execução dos seus princípios politicos e governativos, e por isso pediu logo a sua demissão, instando para que ella lhe fosse concedida, o que aconteceu por carta imperial de 23 de Setembro do mesmo anno de 1844; e entregando a administração da provincia ao desembargador Thomaz Xavier Garcia de Almeida em 9 de Outubro, retirou-se para a Bahia a continuar no exercicio de sua relação.

Na sessão da camara dos deputados do anno de 1846 coube-lhe ainda o encargo de representar a Bahia.

Em 2 de Fevereiro foi chamado o deputado Marcellino de Brito a fazer parte do novo gabinete, que se organisou, sendo nomeado ministro do Imperio por decreto de 2 de Maio desse mesmo anno de 1846, e interino da justiça por decreto da mesma data, em cuja pasta esteve até o dia 5 do mesmo mez.

Pelo seu ministerio se deu regulamento á aula do commercio da côrte por decreto de 6 de Julho de 1846, e ao instituto vaccinico por decreto de 17 de Agosto do mesmo anno, e para a execução da lei que concede diversos privilegios ás fabricas de tecidos de algodão por decreto de 13 de Janeiro de 1847: estabelecerão-se as bases para se fundar na côrte o conservatorio de musica por decreto de 21 de Janeiro de 1847, e derão-se todas as providencias para que se tornasse effectiva esta fundação.

Derão-se providencias sobre a concessão de brasão de armas, a expedição dos despachos para a nomeação dos officiaes mecanicos da casa imperial, e provimentos dos officios della, e levantamento de armas imperiaes em frente de algumas moradas por decreto de 31 de Janeiro de 1847. Promptamente forão decididas innumerás duvidas que apparecêrão na execução da lei regu-

lamentar das eleições, tendo em vista a fiel execução da mesma lei, e a liberdade do voto; e expedirão-se varios decretos fazendo declarações sobre a mesma lei, a servirem-lhe de regulamento.

Derão-se providencias sobre o abastecimento de aguas nesta cidade, dando-se grande impulso ás obras da canalisação do rio de Maracanan; mandando-se reparar e concertar os chafarizes e construir novos.

Não foi só sobre o Rio de Janeiro que o ministro do Imperio empregou os seus cuidados: a colonisação occupou a sua attenção, mandando um grande numero de colonos para o Rio-Grande do Sul e Santa Catharina, e outros para o Espirito-Santo, que formarão os nucleos das duas colonias que ali se fundarão.

Na ausencia do Imperador pela visita que fez á cidade de Campos desde 20 de Março de 1847, dia da partida, até 30 de Abril em que chegou, ficou o conselheiro Joaquim Marcellino de Brito encarregado interinamente da pasta da fazenda, e da presidencia do thesouro publico nacional em consequencia de ter acompanhado o Imperador o respectivo ministro que então era o conselheiro Hollanda Cavalcanti.

As provincias do Ceará, Parahyba e Rio-Grande do Norte por esse tempo estavam lutando com uma secca destruidora, que as assolava pela fome e pela miseria, e o ministro do Imperio aproveitando a autorisação que a lei lhe dava immediatamente mandou remessas de mantimentos em modo que chegando a tempo pôde acudir á fome que as flagellava. Foi no ministerio de 2 de Maio que se deu o nascimento da Sra. D. Isabel, hoje princeza imperial, em 29 de Julho de 1846, e o baptisamento em 15 de Novembro, sendo o conselheiro Marcellino de Brito quem lavrou os respectivos autos.

A academia de medicina, desejando obstar a propagação do systema homœopathico no Imperio pelo modo que se fazia, representou contra os abusos, e o ministerio respondendo ás duvidas resolveu em pôrtaria de 7 de Julho de 1846 que os medicos e cirurgiões brasileiros, ou formados nas escolas estrangeiras que tivessem legalisado os seus diplomas nas facultades do Brasil, estavam no seu direito seguir o systema que quizessem; não se permitindo o exercicio da medicina aos que não estivessem nos termos da lei.

Solicito no desempenho dos deveres inherentes ao seu ministerio, cuidou com desvelado zelo de todos os ramos annexos ao ministerio do Imperio, não se poupando a trabalhos até que com os seus collegas pediu a sua demissão, que lhe foi dada a 22 de Maio de 1847 por se julgar que o gabinete não tinha sufficiente maioria na camara temporaria, apezar de não haver manifestação expressa por votação.

Não se poupando aos serviços do Estado, no mesmo anno de 1852 tomou assento na camara dos deputados, como representante da provincia da Bahia, e entrou para a camara no fim da sessão do anno seguinte de 1853.

No dia 5 de Julho de 1855 na qualidade de presidente do tribunal do commercio da Bahia coube-lhe o encargo de instalar o tribunal do commercio judiciario de segunda instancia em virtude do regulamento de 1º de Maio desse mesmo anno; e então deixou o seu exercicio na relação, de que tambem servia de presidente interino por não poder accumula-lo na fórma do regulamento. Por decreto de 12 de Outubro do mesmo anno de 1855 foi nomeado ministro do supremo tribunal de justiça pela sua antiguidade de magistrado, contando mais de 33 annos de bons serviços.

Já não lhe era possivel a permanencia na Bahia porque o seu novo tribunal tinha assento na capital do Imperio; e ao despedir-se daquella cidade recebeu um officio da junta directora da associação commercial datado de 15 de Fevereiro de 1856, offerecendo-lhe em nome da associação o diploma de membro honorario, como expressão do sentimento da mais perfeita estima e consideração aos seus serviços feitos ao commercio.

Como deputado, como ministro do Imperio, da justiça e da fazenda, como presidente do tribunal do commercio, como desembargador, e como membro do supremo tribunal de justiça, jámais se servio destes lugares como vehiculos de fazer fortuna. Não chegando os mesquinhos subsidios para as despesas que seu character e posição social pedião, consumio a fortuna que acompanhou a sua nobre esposa. Hoje reduzido ao simples ordenado de ministro do supremo tribunal de justiça, do mesmo modo que occupou os empregos, recebeu as mercês: o habito de Christo em consequencia da sua nomeação de presidente de Sergipe por decreto de 27 de Outubro de 1830; o titulo de conselho em 7 de Setembro de 1840 foi em attenção á presidencia da camara dos deputados que assistio á aclamação da maioridade do Sr. D. Pedro II. A commenda de Christo, cujo decreto teve a data de 18 de Julho de 1841, teve por motivo ir como membro da commissão da camara dos deputados felicitar o Imperador por sua sagração e coroação: a commenda da Rosa teve origem no decreto de 2 de Dezembro de 1854, e o fôro grande de fidalgo cavalleiro recebeu em 25 de Setembro de 1856 é dado a todos os membros do supremo tribunal de justiça.

Honesto como todos o conhecem, jámais tem feito ostentação dos seus serviços para obter graças, tendo aceitado aquellas que espontaneamente se lhe tem offerecido. Na idade propecta que hoje goza, um dos titulos que mais o honrão e com que mais se distingue é o de esposo exemplar, extremoso pai, amigo leal, benemerito da patria e magistrado incorruptivel, em cuja vida honrada, proba, honesta, passará á posteridade sem desar e nem comentarios, legando a seus amigos e admiradores uma reputação sem mancha, á sua nobre esposa a consolação de ter a seu lado consumido voluntariamente a sua fortuna no serviço do Estado; a seus filhos um nome glorioso, cuja memoria durará immaculada enquanto o Brasil fôr nação independente e livre.

Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1860.—Dr. *Mello Moraes*.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S. A. Sisson Rua do Cano 45

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Diogo Antonio Feijó

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

MEMORAR os feitos da vida de um grande servidor do Estado, de um Patriota desinteressado, de um varão distincto por suas virtudes, e por seus serviços, é pagar um tributo merecido em nome da Patria; e ninguém com mais direito a um publico reconhecimento, a essa remuneração sagrada, que o Senador Diogo Antonio Feijó, nascido na Cidade de S. Paulo, em 24 de Agosto de 1784.

Em seus primeiros annos, como mostramos, foi destinado para as letras, entrou para as aulas, onde manobrou no Lyceu superior, conseguiu juntar material, á se constituir mestre de Latinidade, na villa de Campinas, onde compoz uma grammatica, pela qual mais facilmente se podia aprender a lingua latina; e como se achasse habilitado nas doutrinas sagradas, veio a S. Paulo, e tomou em 1807 todas as ordens sacras, e se constituiu presbytero do habito de S. Pedro.

Sua demora na Cidade de S. Paulo, não foi de muita duração; porque em 1810 voltou a Campinas, e abriu um curso de Rhetorica, com o fim de preparar a mocidade para a carreira ecclesiastica, confeccionando um compendio dessa doutrina. Julgando-se apto para o ensino da Philosophia Racional e Moral, abriu um curso dessa sciencia, e para o que escreveu um compendio, com que facilitou a seus discipulos a doutrina que explicava.

Já por demais conhecido o Padre Diogo Antonio Feijó, por seus comprouviancos, quando o systema constitucional foi proclamado em Portugal, e teve o Brazil de mandar representantes ás Côrtes de Lisboa, a Provincia de S. Paulo enviou com outros o Padre Feijó, a representá-la; o que fez dignamente, não consentindo que os direitos do Brazil fossem postergados; e pelo que preferiu emigrar, que rubricar actos, que degradassem a sua Patria Natal.

Chegando ao Rio de Janeiro, pouco se demorou, e partiu para S. Paulo, onde foi recebido por seus amigos, e comprouviancos, com vivas demonstrações de alegria.

Não sendo a Capital da Provincia o lugar de seu domicilio, partiu para a sua fazenda em Campinas, e quando alli estava tranquillo, foi surpreendido por uma portaria do Governo Imperial, em que se prevenia a authoridade de Itú, tivesse a maior vigilancia nas acções do Padre Feijó, por causa de seus principios politicos, e pelo que, sentindo-se offendido em seus brios, dirigio-se ao Imperador, queixando-se da offensa que recebeo sem motivos para isso.

O Senador Feijó não teve resposta á sua representação, e em 12 de Novembro de 1823, dissolvendo o Imperador a Assembléa Constituinte, que discutia a Constituição que lhe dera a corôa, o Brazil não ficando satisfeito, pelo que as provincias do Norte se rebellárão, e o Imperador vendo o perigo que corria o Throno, offereceo a Constituição mais libe-

ral que a actual, cumprindo com isso a sua palavra dada no acto da dissolução, e para prevenir-se em tudo, julgou ouvir as Camaras Municipaes antes de ser ella adoptada. O padre Diogo Antonio Feijó, por este motivo foi consultado pela Camara de Itú, e em vista do que lia, expendeu as idéas mais liberaes possiveis de accordo com o direito do homem e do cidadão. As eleições por circulos, a votação directa, a liberdade honesta da imprensa, forão sabiamente lembradas pelo Senador Feijó. A sua grande intelligencia, o seu patriotismo, o seu desinteresse, a sua moralidade, forão títulos seguros de recommendação para ser escolhido pela Provincia de S. Paulo, a vil-a representar como seu deputado, e em cujo character, em 1828 não só propoz a reforma das Camaras Municipaes, como outros assumptos de grande interesse. Sustentou, e com vantagem para a moralidade do Clero, a necessidade do celibato dos padres, e no escripto que temos á vista, o Padre Feijó, por uma argumentação irresistivel, e com authoridades de todo o peso, demonstrou ser ante-social, e mesmo ante-religioso o celibato clerical. Voltando a S. Paulo em 1830, prestou tamanhos serviços á Provincia, que sem a sua energia e illustração, sem duvida, scenas desastrosas apparecerião na Capital, por occasião do assassinato do Dr. Baderó. Injustamente calumniado um magistrado, pôde o Padre Feijó livrar-o do furor do povo, para dar logar á que o tempo descobrisse a verdade, e desnodoasse aquelle, que o crime que tinha, era o cumprimento dos seus deveres de magistrado.

Voltando ao Rio de Janeiro, encontrou anarchisada a Capital do Imperio, pelas occurrencias de 7 de Abril; e pelo seu character energico a Regencia o nomeou Ministro da Justiça, cujo cargo aceitou com condições que offereceo.

O Padre Feijó sabia profundamente o que era necessario empregar, para acabar os manejos torpes da politica, e o que elle assás conhecia por experiencia, a pratica depois demonstrou a todos, porque entrão e saem os ministros do poder, e nada fazem, e no entanto o mal não depende dos bem intencionados, e sim da dependencia em que estão uns do assentimento dos outros. Se se acabasse com esse chamado Conselho de Ministros, e se dêsse a independencia precisa a cada um Ministro, tendo somente por presidente o Imperador, e por juiz dos actos a Nação, representada pela Assembléa Geral Legislativa, certamente teriamos em cada repartição o melhoramento necessario, e não um jogo de transacções, ou antes de conveniencias particulares, com grave prejuizo dos interesses publicos. No Ministerio da Justiça o Sr. Padre Feijó desenvolveo o maior tino administrativo, obstando que a Capital do Imperio se conflagrasse por occasião da revolta dada a 14 de Julho na Ilha das Cobras; e só a sua energia de animo podia arrostar as difficuldades porque passou a Capital do Imperio nesses dias calamitosos e de effervescencia popular.

Duas facções tenebrosas se apresentárão em 1832 para dismantelar a Nação; uma dos confederalistas, e outra que preparava a restauração do Senhor D. Pedro I; e o Senador Feijó, de posse dos segredos e planos, evitou o mal,

não para salvar a sua existencia ameaçada, mas sim a Patria, que corria o mesmo risco que elle. No dia 5 de Abril tentou rebentar a revolução confederal, e na madrugada do dia 2, reunindo em sua casa as autoridades civis e militares, tomou as providencias necessarias, e fez abortar os planos; e antes das 8 horas da noite a Regencia e o Ministerio estavam reunidos no Arsenal de Marinha; e descobertos os segredos, embora um manifesto em nome da tropa e povo designasse os nomes dos novos Regentes, e ameaçasse de morte aos que não adherissem á rebelião. O estado de movimento em que se achava o Capitão do Imperio, fez com que os revoltosos que tudo estava descoberto, e por isso malgrado o embaraço. Logo em seguida novos distúrbios apparecerão, e os rebeldes foram avencidos.

Soffocado o movimento chamado firroupilha convinha levar os olhos aos restauradores, e a imprensa em seus desatinos, com 2 negociantes falidos, e a queda da Regencia, e seduzindo alguns guardas nacionaes, e alguns soldados, creados da Casa Imperial, e pessoas do Engenho Velho, reuniu-os na noite do dia 13 para 17 na Quinta da Boa Vista para a restauração do 1.º Imperador. O Sr. Feijó fazendo marchar a força imperial, os desbaratou com perda de alguns e dispersão de outros, e por fim presos outros pôde restabelecer a paz, dando conta de tudo ao corpo legislativo, e pediu remedio para os males do paiz, lançando as vistas para as classes da sociedade que necessitava de remedios; e como não estivesse satisfeito com o que se passava, e não a favorecia na exigencia dos meios de salvação publica, sendo entre ellas a remoção do Tutor Imperial, demittio-se de ministro da Justiça, e com elle todo o ministerio. Com a retirada do ministerio Feijó, as cousas se agravavão, e a regencia vendo o paiz ameaçado acentou demittir-se, e em armas a guarda nacional no dia 30 de Julho, dirigio uma representação ao Corpo Legislativo, que mandou uma mensagem á Regencia pedindo para que continuasse em quanto se tomavão medidas urgentes salvadoras, e accedendo a Regencia, continuou no governo, e o Sr. Feijó se retirou para S. Paulo. A sociedade Defensora conscia dos serviços que prestara ao paiz o Senador Feijó, lhe mandou uma deputação agradecendo-lhe os serviços que prestara ao paiz; e o Rio de Janeiro na primeira occasião lhe offereceu uma cadeira no Senado em 1855. No dia 7 de Abril de 1855 o Imperio o escolheu para Regente, e no dia 12 de Setembro prestou juramento desse cargo nas mãos do Presidente do Senado.

Sendo nomeado Bispo de Mariana, pela Regencia passada, determinou as repartições, que não dessem andamento ao despacho a seu

respeito. Desde logo procurou a conciliação dos partidos. As provincias do Pará e Rio Grande do Sul que passavão pelas provações da guerra civil, forão objectos dos cuidados do Regente Feijó. O Pará se restabeleceu, porem o Rio Grande por impericia ou descuido, foi o theatro da guerra civil por espaço de 10 annos.

Não obstante ser o Senador Feijó Presbitero do habito de S. Pedro, sem faltar ao respeito ao Papa, não teve com a Santa Sé condescendencia, quando se tentava de salvar a dignidade nacional, sem comprometter o essencial da religião, propoz a Assembléa a independência das decisões ecclesiasticas, e a livrar o Catholico Brasileiro ir a tão longe mendigar os recursos, que se deveria achar dentro do Imperio.

O Senador Feijó homem de tempera forte, de character firme, intlosiasta da liberdade constitucional, desgostoso da versatilidade dos homens, julgou não poder prestar á sua patria os serviços que entendo prestar-lhe, por falta de leis proprias, retirou-se da Regencia, entregando-a nas mãos do ministro do Imperio o Sr. Pedro de Araújo Lima (Marquez de Olinda) o que effectivamente fez em officio de 13 de Septembro de 1857, partindo por terra para S. Paulo.

O seu estado de enfermidade, e o estado de sua pobreza, fez que S. M. o Imperador lhe mandasse dar uma pensão de 4:000\$000 annos, o que provou que o Sr. Feijó em todo tempo de sua vida politica, só olhou para sua patria, e não olhou para si.

Não olhou a sua vida exemplar, o seu amor da patria, o seu desentimento de Ministro da corôa, de Senador, de Regente do Imperio, foi acsterrado injustamente, e mesmo processado como complice na revolução de S. Paulo; o que elle á luz clarissima do dia, justificou, e provou que desde 1821 até esse dia, nunca professou outros principios, que não fossem a Monarchia Constitucional representativa, e a liberdade bem entendida. O processo do Sr. Feijó passou pelas provas caudinas, e sem decisão no Senado, ficou a discussão em adiamento na sessão do dia 25 de Agosto; e Deus que lhe tinha marcado o termo de sua carreira terrestre, não lhe permittindo mais tempo vivo, e sendo sob a pressão de uma dolorosa enfermidade, o chamou para si no dia 9 de Novembro de 1843 na cidade de S. Paulo, e foi sepultado na Igreja dos 3.º do Carmo, com um concurso de manho de pessoas, que seu corpo em vez de aconchamento passou entre as alas que principiavão em sua casa, e acabavão na porta do templo.

Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1861.

Dr. Abello Moraes.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson, Editor, Rua do Cano 45

JOZE ANTONIO MARINHO

Joze Antonio Marinho

JOSÉ ANTONIO MARINHO.



A LIBERDADE de um povo não é uma conquista fácil. Aquelles que ao nascer encontram uma patria livre, dotada de instituições protectoras, que gosão pacificamente de todos os commodos, de todas as vantagens da liberdade e da civilização, nem sempre fazem ideia das luctas, dos sacrificios que esses beneficios custarão á geração que os precedeu.

No Brazil, como por toda a parte, a liberdade foi o premio do esforço, da dedicação e do patriotismo. A independencia teve seus heroes e seus martyres.

A presença do principe portuguez, que associou-se e tomou a responsabilidade dessa ideia generosa, tornou, é verdade, a revolução da independencia muito mais fácil, muito menos ensanguentada do que tel-o-ia sido em outras circumstancias. Entretanto o facto da independencia não foi consummado senão depois de luctas muito renhidas e do sacrificio de muitos patriotas.

Os dez annos do primeiro reinado, o periodo regencial e os primeiros annos do segundo reinado não se passarão no seio da paz; pelo contrario, a lucta foi muito mais viva, os combates muito mais encarniçados do que os da revolução da independencia. É que ha uma enorme differença entre esses dous periodos da nossa historia. No primeiro estava em questão a autonomia da nação brasileira; tratava-se de tornar o Brazil uma nação independente, de quebrar os laços que o prendião á velha metropole. A immensidade do territorio da colonia, o exemplo da America Hespanhola, que se havia constituido em republicas independentes, a nossa riqueza consideravelmente augmentada pelo franqueamento dos nossos portos ao commercio estrangeiro, o estado de decrepitude em que se achava Portugal, tudo isso, além de outras causas, favoreceu a realisção do pensamento da independencia.

Realisada porém a independencia, tinhamos de fazer uma outra conquista não menos preciosa, e sem a qual a primeira perderia notavelmente sua importancia; restava-nos a nossa organização interna como povo livre; restava-nos o estabelecimento de instituições liberaes que nos assegurassem a conquista que haviamos feito, e que fossem o penhor do progresso, do engrandecimento e da felicidade do Brazil no futuro.

O segundo periodo tornou-se notavel pelas luctas, pelas commoções intestinas que agitavão o seio da nova nacionalidade que tratava de constituir-se sobre a solida base da liberdade. O combate foi rude. A Providencia porém, que vela incessante sobre os destinos das nações, não deixa de fornecer-lhes meios que estejam em harmonia com a grandeza dos fins a que ellas se propõe.

Se a obra da fundação do systema representativo entre nós era uma empresa trabalhosa, cheia de toda a sorte de difficuldades; se a criação de instituições em que predominassem os principios liberaes, a que aspirava a nossa população, tinha de soffrer tenaz opposição da parte dos homens reactores, amigos do regimen que a nação havia condemnado, cumpre reconhecer que não nos faltarão espiritos fortes, homens energicos e patrioticos, que dedicarão toda a sua existencia á realisção da ideia liberal, e que collocarão-se na altura da lucta que se travou.

O Brazil, no ultimo do século XVIII e no primeiro do actual, foi fecundo em homens notaveis, em cidadãos cheios de patriotismo. Foi nesse periodo que nascerão todos, ou quasi todos esses varões que prepararão e realisarão a revolução de 7 de Abril; que luctarão durante a minoridade; que resistirão á reacção nos primeiros annos da maioridade, que derão enfim provas do patriotismo e mais puro e desinteressado. A essa pleiade brilhante pertence o cidadão cuja vida vamos esboçar a traços largos.

José Antonio Marinho não é um desses nomes que a indifferença dos contemporaneos possa esquecer rapidamente. Sua existencia activa e emprehedora deixou sulcos profundos, que a mão do tempo difficilmente poderá apagar. Como politico, como padre e como educador da mocidade soube elevar-se muito acima dos homens vulgares. O circulo de suas relações era vasto; seu nome popular não só na provincia do seu nascimento, como em todo o Imperio.

É entretanto esse homem que assim se avantajava entre os seus concidadãos, não veio ao mundo cercado dos esplendores da fortuna. A familia em que nasceu não possuia nenhum desses dotes que tornão facil aos filhos o accesso ás posições elevadas.

Em um dos pontos mais remotos do norte da provincia de Minas Geraes, no Porto do Salgado, pequena povoação situada a um quarto de legua da margem do rio de S. Francisco, vivião Antonio José Marinho e sua mulher em posição que nada tinha de brilhante. Desse humilde casal nasceu aos 7 de Outubro de 1803 José Antonio Marinho, que alguns annos depois tornou conhecido e illustre o nome de seu pai.

Sua infancia passou-se sem incidente notavel. Terminados os estudos primarios, manifestou o mais vivo desejo de proseguir em seus estudos e de con-

sagrar-se ao estado ecclesiastico, a mais brilhante das carreiras a que podião aspirar nesses tempos os filhos do paiz, que não tinham meios de ir pedir uma educação mais completa á Universidade de Coimbra. Infelizmente o estado de pobreza em que vivia seu pai era tal, que não lhe permittia a menor esperanza de levar a vante seus desejos. A intelligencia do pequeno Marinho desenvolvia-se porém com tanta precocidade no meio daquelle sertão inculto, que seus pais e todos os amigos e visinhos não podião deixar de admirar-o e de deplorar a ingratidão da sorte que não lhe permittia cultivar as bellas faculdades com que a natureza o dotara.

Um facto curioso, segundo conta-se, veio dar nova direcção á vida do jovem Marinho e suscitar-lhe um dedicado protector.

Tinha-se de celebrar no Salgado, com grande pompa, a festa de um Sancto. Preparava-se, entre outros divertimentos, uma representação dramatica, que teria lugar em um theatro improvisado. Aconteceu porém que no dia do espectáculo o actor que se havia encarregado do principal papel não pondeu ou não quiz desempenhar-o. Este acontecimento, como era natural, contrariou vivamente o festeiro e todos que contavão com aquelle divertimento. O jovem Marinho, vendo as difficuldades em que se achavão, offereceu-se immediatamente para supprir a falta do actor, allegando que sabia todo o papel por ter assistido aos ensaios.

Depois de muita hesitação foi acceto seu offerecimento. Ninguém entretanto esperava que o improvisado actor podesse desempenhar o papel de um modo satisfactorio. Em breve porém mudarão todos de opinião. O papel foi representado muito melhor do que o teria sido pelo actor que o estudara.

Essa extraordinaria felicidade de memoria, a comprehensão que o jovem Marinho mostrou da acção dramatica, impressionarão a todos e derão a mais alta ideia dos seus talentos.

Um fazendeiro a quem Marinho se dirigiu resolveu-se então a mandal-o a Pernambuco, séde da diocese a que pertencia o Salgado, afim de fazer os estudos necessarios para o estado ecclesiastico. Pouco tempo depois seguia o jovem Marinho pelo interior até a cidade de Pernambuco, munido de cartas de recommendação para o Bispo, que o admittiu como seu famulo.

Proseguia elle pacificamente em seus estudos quando rebentou em Pernambuco a revolução republicana de 1817. Alma ardente, cheia de aspirações democraticas, sonhando um futuro de liberdade e de progresso para sua patria, o jovem estudante não hesitou em abraçar a ideia da revolução, e em trocar a samarra de famulo do palacio episcopal pela farda de soldado da liberdade. Assentou praça e acompanhou a fortuna dos seus com toda a fidelidade. Em breve derão-lhe o posto de alferes, que serviu até que a revolução fôsse de todo vencida.

Derrotados os republicanos, o jovem estudante viu-se em grandes embaraços para continuar os seus estudos, pois, comprometido como estava, não podia mais voltar á capital. Tomou pois a resolução de regressar á sua provincia, onde talvez podesse um dia concluir seus estudos e entrar para a carreira a que se propunha.

É curiosa e das mais interessantes a historia dessa viagem que então fez o jovem Marinho, através de um immenso sertão, só, sem recursos pecuniarios e sujeito á mil contrariedades. Admira que um jovem de 14 annos tivesse coragem para fazer tão longa viagem affrontando tantos obstaculos.

Chegando á villa da Barra, que então pertencia á provincia de Minas, foi convidado por uma respeitavel senhora para fixar-se ali e encarregar-se da educação de seus filhos.

Na penuria em que se achava accitou com reconhecimento o partido que se lhe offerecia, e votou-se com toda a dedicação á educação de seus discipulos.

Algun tempo depois resolveu procurar de novo o Salgado e tratar de concluir seus estudos na provincia de Minas. O seu generoso protector acolheu-o com toda a benevolência e fel-o seguir para o seminario do Caraça, onde entregou-se ao estudo das materias que alli se ensinavão.

Foi então que seu talento começou a revelar-se de um modo verdadeiramente brilhante. Seus condiscipulos, muitos dos quaes occupão hoje posições eminentes no Estado, contão que o talento de Marinho chamara de-de o principio a attenção não só de seus collegas, como de seus mestres. Estudava muito menos do que outros, aliás dotados de intelligencia, dormia profundamente enquanto seus companheiros entregavão-se á longas vigílias, e no dia seguinte, depois de uma rapida leitura do compendio, ou de uma breve exposição feita por quem o tivesse lido, marchava intrepido para a aula e mostrava-se tanto ou mais informado da materia da lição, do que os mais estudiosos dos seus condiscipulos.

No fim de algum tempo era tal a opinião que formavão de suas habilitações, que foi nomeado para reger a cadeira de Philosophia do seminario.

Parece que um seminarista que tantas provas de talento havia dado, nenhuma difficuldade encontraria na sua ordenação. Não aconteceu assim. O Bispo queentão regia a diocese de Marianna suscitou-lhe toda a sorte de em-

baraços, e obstinou-se em não conferir-lhe as sagradas ordens. A razão de tão estranho procedimento erão as opiniões francamente liberaes que professava o jovem ordenando.

Só no anno de 1829, governando a diocese o novo bispo D. José da SS. Trindade, é que Marinho conseguiu tomar as ultimas ordens e pôr termo á sua posição de pretendente.

Uma vez chegado ao termo dos seus estudos, com uma posição decente na sociedade, a carreira de Marinho foi rapida e brilhante. A excitação das paixões politicas estava então no seu auge. Filho legitimo da democracia, Marinho não podia ter a menor inclinação para o partido das ideias retrogradadas. Assentou praça nas fileiras liberaes e todos sabem que foi um dos seus mais ardentes e uteis propugnadores.

A provincia de Minas então fazia ao primeiro reinado, que se havia divorciado da liberdade, essa patriótica e heroica opposição que lhe conquistou tão brilhante lugar entre todas as terras do Brazil. Marinho, associado aos homens mais patriotas da provincia, não foi estranho á alguma das muitas manifestações liberaes que então se fizeram.

Nesses tempos de patriotismo os homens que revelavam talentos, que se mostravam dedicados á causa da liberdade erão conhecidos, procurados, estimados e elevados pelos seus correligionarios. Apareceão então na provincia de Minas muitos jovens de talento distincto, ardentes de patriotismo, sedentos de gloria.

Os liberaes mineiros parece que formavão nessa quadra gloriosa, um grande jury politico onde o merito tinha segura a sua recompensa. Na primeira eleição que se fez para deputados á assemblea provincial o partido liberal teve um lugar para o filho do humilde Antonio José Marinho. Na mesma occasião conseguiu elle um dos primeiros lugares entre os supplentes á deputação geral. Na assemblea provincial mineira fez elle os seus primeiros ensaios na tribuna parlamentar, onde depois tantas glorias conquistou. Em 1839 tomou assento pela primeira vez na camara temporaria. A revolução da maioridade teve-o a seu lado. Por essa occasião pronunciou elle um discurso cheio de vehemencia.

Homem feito no partido, com immensa reputação de parlamentar distincto em todo o paiz, com as melhores relações na provincia de Minas, Marinho tinha segura a sua carreira politica. De 1841 em diante foi eleito constantemente deputado pela sua provincia. Seu nome era um dos primeiros na lista dos vinte. Sua voz sympathica só deixou de ser ouvida no recinto da representação nacional, quando a reacção anti-liberal afastou da tribuna democratica todos os homens convictos do crime de liberalismo.

Arredado da camara dos deputados, Marinho não se resignou á inacção e á obscuridade a que o querião condemnar. Concebeo immediatamente o projecto de um grande estabelecimento, onde pudesse offerecer á mocidade uma sólida educação intellectual, moral e religiosa. Em 10 de Junho de 1849 fundou o collegio que ainda hoje conserva seu nome.

Não faltão testemunhas do zelo e do enthusiasmo que Marinho empregava como chefe desse estabelecimento. Sua idea de 1849 em diante era o dar a capital do imperio um estabelecimento de educação que fosse um modelo no genero. A morte veio surprehenel-o quando elle mais precisava de viver para completar sua obra. Entretanto o que elle deixou feito é muito em um paiz onde ordinariamente domina certo acanhamento de vistas nas mais uteis instituições. Muitos jovens, graduados hoje nas diversas faculdades do imperio, ali estão pra attestar os serviços que o finado Marinho prestou ao paiz fundando o seu estabelecimento de educação.

Não foi só como deputado e como instituidor da mocidade que Marinho prestou serviços ao paiz. Exerceu na provincia de Minas diversos cargos de eleição popular e de nomeação do governo. Em 1853 foi eleito juiz de paz de um dos districtos da cidade de Ouro Preto e eleito pela parochia da sua residencia.

Em 10 de Novembro de 1851 foi nomeado depois do respectivo concurso professor de philosophia racional e moral da cidade de Ouro Preto. Algum tempo depois foi nomeado para exercer o mesmo emprego na cidade de S. João d'Elrei.

Em 1845 nomearão-o director geral dos indios da provincia de Minas, e no anno seguinte procurador fiscal da thesouraria geral da mesma provincia. Exerceu esses lugares nos intervallos das sessões legislativas com o zelo e intelligencia que o distinguão.

Em 1847 apresentou-se candidato á igreja do SS. Sacramento do Rio de Janeiro, que se achava vaga. Seu acto no concurso a que se procedeu foi brilhantissimo. Em 8 de Maio foi apresentado e 3 dias depois confirmado e collado cura dessa igreja. O modo porque Marinho desempenhava as funções do seu sagrado ministerio conciliou-lhe bem depressa o amor e o respeito do rebanho que fôra confiado ao seu zelo.

A palavra sagrada tinha nelle um eloquente interprete. O padre Marinho era incontestavelmente uma das glorias da nossa tribuna religiosa. Homem de fé robusta e ardente, senhor dos segredos da verdadeira eloquencia, a palavra de Deus sahia dos seus labios cheia de unção e capaz de fazer penetrar os raios da fé nas intelligencias as mais obsecadas pelo materialismo da epocha.

Poucos annos depois de ordenado o padre Marinho conquistara no pulpito uma das reputações mais merecidas. Não só na provincia como na capital do imperio sua palavra era ouvida com profunda attenção. Nas occasiões as mais solemnes era elle o pregador preferido.

Não lhe faltarão honras e distincções. Tanto na ordem ecclesiastica como na civil seu merito foi devidamente galardoado.

Em 1839 foi nomeado pregador da capella imperial; conego honorario da mesma capella em 9 de Setembro de 1840; algum tempo depois effectivo; protonotario apostolico em 22 de Julho de 1847; camarista secreto supranumerario de Sua Santidade, com honras de Monsenhor em 11 de Novembro do mesmo anno.

Era tambem cavalleiro e commendador da ordem de Christo, membro do instituto historico geographico brasileiro, da sociedade auxiliadora da industria nacional e de quasi todas as associações litterarias, scientificas e humanitarias que se tem fundado entre nós.

E' porem antes de tudo como homem politico que monsenhor Marinho deve ser considerado. Uma nação nova como o Brasil não tem nem póde ter uma vida litteraria desenvolvida. A sciencia, a litteratura, as glorias da tribuna sagrada entre nós não possuem ainda o prestigio necessario para preocupar as intelligencias superiores. Só uma vocação muito pronunciada é que póde desviar o brasileiro da arena das discussões politicas, ou da vida commercial.

A nação procura a cada as condições da sua organização interna. O problema politico agita todas as intelligencias. Todas as forças intellectuaes do paiz convergem para esse ponto. A gloria só póde ser conquistada nas luctas politicas. A sciencia e a litteratura não são ainda uma carreira, são apenas uma distração.

Monsenhor Marinho como quasi todos os nossos homens notavcis, fez-se na politica, e viveu na politica. O pensamento politico dominou quasi toda a sua existencia; tudo o mais era accessorio. E' portanto na sua carreira politica que elle deve ser estudado.

Não fazemos uma biographia completa; damos apenas um esboço, colligimos alguns factos, registramos algumas datas, que depois serão aproveitadas. Observaremos entretanto que Monsenhor Marinho foi uma das figuras mais notaveis que se projectarão na nossa scena politica desde os ultimos annos da regencia até 1848.

Homem de convicções liberaes sinceras, de patriotismo ardente acompanhou o seu partido com uma dedicação verdadeiramente admiravel, partilhando as glorias e compartilhando as consequencias de todos os reveses. Na tribuna parlamentar e na imprensa pretou-lhe serviços da maior importancia.

Ainda estão bem vivas na memoria dos contemporaneos essas luctas parlamentares em que o distincto mineiro elevava-se á altura dos oradores mais notavcis da camara. E' realmente cousa digna de admiração ver esse homem, que havia recebido uma educação defeituosa em um estabelecimento litterario do interior, luctar de igual para igual, e muitas vezes com vantagem contra as maiores illustrações do paiz, que tinham assento na camara.

Ahi estão os annaes do nosso parlamento para confirmar o que disemos.

Em 1842 não recebeu partilhar a responsabilidade da revolução que teve lugar na provincia de Minas: pelo contrario assumiu-a com todo o prazer.

Durante o tempo da lucta esteve refugiado na fazenda do Padre Gonçalo no municipio de Queluz. E' ahi, no coração das virgens florestas, segundo sua expressão, que elle tomava nota dos acontecimentos, e colligia os documentos que servirão de base á sua *Historia da revolução de Minas*, que todos conhecem.

Algum tempo depois de pacificada a provincia, Monsenhor Marinho, com alguns outros liberaes foi entregue ao jury da villa de Piranga, que o absolveu.

Na imprensa seus serviços foram sempre tão importantes que na tribuna. Redigiu em S. João d'Elrei um jornal que gosou de importancia; em 1847 o partido confiou-lhe a redacção do *Correio Mercantil*.

Acima de todos os dotes da intelligencia, de todas as glorias que conquistou na politica, estavam as bellas qualidades de seu coração. Generoso, cheio de abnegação, dotado do verdadeiro espirito de caridade evangelica, não perdia occasião de tornar-se util a seus semelhantes. Monsenhor Marinho foi o bemfeitor e o amparo de muitos que ainda hoje deplorão sua perda.

Como deputado geral não se esquecia dos estabelecimentos religiosos e de charidade da cidade de S. João d'Elrei, onde por muitos annos teve sua residencia.

No seu collegio recebão gratuitamente o beneficio da educação numerosos mocos, filhos de amigos seu, e de outros abastados.

Um facto sobre tudo digno de ser mencionado é a magnanimidade desse coração generoso. Quando o partido liberal se desfilizara no principio de sua carreira, recusou-lhe as ordens sacras que pretendia, achava-se no fim de sua vida reduzido a um estado digno de compaixão. Marinho, que então tinha assento na camara propoz e fez adoptar pelo corpo legislativo um projecto concedendo uma penção ao velho prelado !.... Não é facil encontrar muitos corações capazes de tanta generosidade !

Cumpre-nos porem consignar neste lugar que o prelado soube corresponder a magnanimidade do seu protector. Marinho possuia uma carta do velho bispo que honrava tanto o bemfeitor como o beneficiado.

Monsenhor Marinho era de um caracter franco e jovial. Seu espirito epigrammatico tornava sua conversação sumamente agradável. Achava-se ainda robusto e em toda a força de sua intelligencia quando, a 5 de Março de 1853, foi-nos roubado pela cruel enfermidade que tantas victimas illustres tem feito entre nós.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

ANGELO MONIZ DA S. FERRAZ

Angelo Moniz da S. Ferraz

ANGELO MONIZ DA SILVA FERRAZ.



A vida d'este cidadão, é uma eloquente demonstração do poder, e direitos da intelligencia no governo monarchico representativo; é a historia parlamentar, e administrativa da mais bella parte do segundo reinado.

Desde que se matriculou na Faculdade de Direito na cidade de Olinda, até que se sentou como presidente do gabinete (12 de Agosto de 1859) nos conselhos da corôa, ministro das Finanças, a sua vida politica tem sido de esforços não interrompidos, de lutas ardentes, e de conquistas gloriosas.

Sem apoio de familia, contando somente com seus recursos intellectuaes, o jovem se distinguiu, se engrandeceu, sem que alguém se possa queixar, com o direito de preterido. Sua posição, e seu renome, elle conquistou por si só. Espirito investigador, alargou os horisontes de seus conhecimentos até onde podia alcançar o seu amor da sciencia.

Homem de luta, nunca foi acometido de desanimo, e nem deo costas aos mais terriveis combates, nas mais criticas circumstancias. Amigo do trabalho, nem as vigalias o enfraqueceram, nem as difficuldades o esmoreceram.

A coragem, a tenacidade, e a energia que desenvolveo no começo de sua vida, como que denunciavam qual deveria ser o seu futuro. O que elle e no paiz, vem a ser a consequencia necessaria do que foi.

Na mocidade desenvolveu uma actividade, grandeza d'alma, e coragem, que fizeram a admiração de seus companheiros, superiores, e até do governo.

Alinhados os soldados voluntarios da ordem publica na cidade do Recife, elle foi abraçado pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Pinheiro de Vasconcellos, e o uma prova de reconhecimento ao valeroso batalhador, que arriscou só por patriotismo a sua vida na defesa da sociedade.

Já na infancia, elle mereceu a confiança que se deposita em um homem pro-recto. Communica-se com o governo, e dispõe de armias, e soldados. A coragem o fez chefe, e o desinteresse lhe deo proselito. Marchou com um reforço da provincia das Alagoas para a de Pernambuco por terra, passando mil privações, que só o enthusiasmo, e o amor da patria, e da gloria, poderiam compensar.

Na defesa da ordem publica na cidade do Recife, arriscou muitas vezes a sua vida nos combates, em que tivera parte activa, e proeminente. Os seus collegas, hoje no senado, Cansação de Sinimbu, Tabuco de Araujo, forão testemunhas de seus actos de valor.

Alistado no partido moderado, era o primeiro, e mais decidido a reprovar os excessos dos vencedores, e a proteger a sorte dos vencidos.

Com a mesma actividade, e possido de convicções, sagradas pelo desinteresse da mocidade; entregou-se ás lutas da imprensa. Fallou ao povo sem levantar odios, sem enraivecer ciúmes; fallou ás idéas, aos corações, e ao patriotismo.

As provas d'estes brilhantes combates litterarios, e pacificos, devem existir nos archivos, ou bibliothecas da cidade do Recife, que conservarem os periodicos politicos d'essa epocha. A infelicidade do escriptor de folhas politicas, consiste no esquecimento do serviço, logo que se consegue o beneficio, pelo qual se esforçou.

Soldado valente nas ruas, e praças de uma cidade em revolta, e debaixo das ameaças da tropa anarchisada, mostrou igual valor nas pelegas da imprensa.

Advogado, Juiz, Administrador, Ministro, e Presidente do Conselho, percorreu todas estas posições, deixando em cada uma d'ellas, bellas recordações, e indeleveis traços de longos trabalhos, e de uma actividade incansavel.

No cumprimento do seu dever, não teme a responsabilidade, nem acaricia

interesses illegitimos. Affronta todos os obstaculos, com que a má vontade de uns, e o egoismo de outros lhe oppõem. Reconhecida a utilidade publica, a promove, não obstante o barido dos adversarios. Possui a firmeza das grandes convicções. Parece que a adversidade, e as lutas o reanimão.

Juiz de Direito, distribuiu Justiça com imparcialidade, e sabedoria. Severo, sem odios, benevolente, sem fraqueza, e justo, sem contemplação. O crime, o encontrou sempre vigilante para o convencer, e inexoravel para punil-o. Cioso de suas prerogativas, e dos direitos da Magistratura, nunca admittiu influencia politica do governo no julgamento dos criminosos. Se o impedião no exercicio de suas funcções, e de seus direitos, resistia. Se ousavão insinuar-lhe um procedimento irregular, ou uma actividade exorbitante, ou uma inercia negligente, desobedecia.

Em suas mãos a vara de Juiz, foi um poder, como a constituição organisou, e não um ridiculo simulacro, como o abuso o tornou.

Esta altivez no juiz, assim como a independencia nos altos empregos, que tem exercido, levantarão-lhe desaffectos, e inimigos, que lhe fizerão a mais desabrida guerra. Mas, cumpriu com seu dever, e esta a sua consolação. Se apaixonados contemporaneos o doestão, a posteridade lhe fará a justiça, que merece.

Elle o disse solemnemente na Camara dos Deputados, no character de Presidente do Conselho: *não quero conquistar ephemera popularidade, mas sim fazer beneficios reaes á meu paiz.*

Se como Inspector da Alfandega da Côte, tivesse condescendido com a malversação, que diminuia as rendas do Estado; se como Ministro das Finanças, deixasse impune a agiotagem fraudolenta, e sem entranhas, teria tido, sem duvida alguma uma vida pacifica, porem ingloria, e em perda para o paiz.

Homem de vontade forte, não sabe aceitar posições equivocadas, e este-reis. Elle caminha sempre se quer fazer parar, luta até decidir-se a victoria em favor de... difficuldades nascentes, porque se arreceia, que ellas tomem raizes profundas, e cresçam tanto, que depois seja impossivel vence-las.

Na Inspectoria da Alfandega, na administração da provincia de S. Pedro do Sul, na presidencia do Conselho de Ministros, e no Ministerio das Finanças, lutou francamente, e com todas as suas forças. *Venceo.*

A sua estatura, o porte, a bella cabeça, a larga fronte, os olhos vivases, os modos generosos e amaveis, convencem a quem o ver, ainda que o não conheça, a sua superioridade de espirito.

Em politica é conservador progressista. Devotado ás suas idéas, á seus amigos, e prudente para com seus adversarios.

Nos annaes da administração publica, seu nome não desaparecerá, e seus beneficios serão duradouros.

Passemos aos factos, e ás epochas mais memoraveis de sua vida.

Nasceu o conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz na cidade de Valença, provincia da Bahia, no anno de 1812.

Sua familia o destinava para a vida ecclesiastica. Aprendeo na cidade da Bahia as humanidades com os mais distinctos mestres, entre os quaes avultava Fr. João Quirino Gomes, que lia philosophia no collegio da Palma, edificio antigo dos Padres Jesuitas.

A elevação do Brasil á cathogoria de Reino, e a mudança da séde da monarchia Portugueza para a America, tinha despertado ambições, e fortalecido esperanças, de modo que a mocidade principiou á aspirar um futuro mais lisongeiro, e prospero. Muitos jovens votados ao serviço dos altares, desfizerão os planos de suas familias. As novas idéas, e a abertura de cursos juridicos no paiz, (1828) libertarão as inclinações forçadas.

Em 1850, com 18 annos de idade, seguiu para Olinda, onde se matriculou estudante do 1º anno Juridico, sendo-lhe em 1854 collado o grão de Bacharel em Direito.

Desde 1850 até 1854, trabalhou na imprensa, propagando ideias moderadas, para cuja defesa empenhou a vida, e os mais aturados esforços intellectuaes. Forão seus companheiros, os Conselheiros José Thomaz Nabuco de Araujo, e Cansação de Sinimbu.

Apenas formado em Direito, com o Conselheiro Sinimbu, acompanhou as forças militares das Alagoas, que combinadas com as de Pernambuco, retomaram a povoação de Jacuipé occupada pelos Cabanos.

Em 1855, tomou posse do lugar de Promotor Publico da capital da Bahia, em que se distinguio por sua coragem, probidade, e dedicação ao serviço publico.

Nomeado Juiz de Direito da Comarca da Jacobina em 1837, exerceo as arduas funcções d'este cargo até 1843, sem levantar uma queixa de falta de administração severa, e imparcial de Justiça. Foi um magistrado modelo, porquanto alem de seus attributos moraes, mostrou uma intelligencia forte, e illustrada.

Cercou-se de tal prestigio em toda a sua Comarca, que conseguiu com sua unica authority moral, abafar um movimento arrebatado na Villa Nova da Rainha, repercussão da revolta da capital, intitulada do *Sabino*.

Eleito deputado provincial de sua provincia natal, foi seu primeiro acto interessar-se por uma petição ao Poder Moderador, sollicitando a amnistia dos revoltosos vencidos. Os soffrimentos excessivos de seus patricios, alguns dos quaes erão amigos particulares, o irritarão tanto, que no justo desabafo da indignação, ressentirão-se algumas authoridades policiaes, que pretendião abusar da victoria, esquecidos de que erão todos filhos da mesma patria, e que se havião illudidos, não erão *perversos*.

Com toda a energia censurou as innteis perseguições feitas aos vencidos; do que lhe veio desgostos, devidamente compensados pela satisfação de ver perdoados, e amnistiados os vencidos, de quem se tinha constituido generoso patrono.

O povo bahiano lhe tem sido sempre reconhecido. Reeleito deputado provincial até 1853, trabalhou constantemente em bem da provincia, e se occupou dos mais serios trabalhos nas diferentes, e difficeis commissões para que foi nomeado.

Em 1842, foi eleito deputado á Assembléa Geral, e dissolvida previamente a Camara dos Deputados, voltou de sua provincia reeleito, e continuou a se-lo até a dissolução de 1843.

Este periodo é um dos mais gloriosos de sua vida. Por sua illustração, e trabalho infatigavel, constituiu-se o *leader* da famosa opposição d'aquelles tempos. Sempre na tribuna, passava as noites consultando os livros. Seus discursos revelão uma copiosa leitura, e uma proficiencia de estudos politicos, e administrativos, que fazião a admiração e orgulho de seu partido, e o receio de seus adversarios. Oratóvelmente, tem os segredos da eloquencia, arrastando e convencendo. Teve dias de verdadeiro triumpho. Seus amigos o abraçavão depois do combate, e seus adversarios lhe fazião todas as honras devidas aos homens superiores.

No futuro, os historiadores do nosso parlamento hão de dar a esses discursos seu preço real. A inveja dos contemporaneos, não chega até á posteridade, para lhe turvar o espirito, e viciar a consciencia.

Em 1843, foi removido do Juiz de Direito da Comarca da Jacobina para o lugar de Juiz dos Feitos da Fazenda da Bahia, que exerceo apenas até Junho de 1844. A magistratura n'essa epocha estava subjeita á vontade descriptoria do Poder executivo, que o removeo de Juiz dos Feitos da Fazenda da Bahia, para a 1ª Vara do Grime da Côrte, por ter o Juiz deputado, se recusado a prestar apoio politico á administração.

O Juiz recebeu sem queixa, a punição inlingida ao deputado. Tomou posse de seu novo cargo, e logo deo provas de sua actividade, e zelo, abrindo a primeira correição no fóro da Côrte. Seus acertados provimentos, corrigirão velhos abusos, e perniciosas praticas, que dificultavão a administração da Justiça. D'estes penosos trabalhos nunca houve remuneração alguma, senão a satisfação interna de ter cumprido seus deveres.

Por occasião de instruir-se o famoso processo *Lyrio* (empregado do Thesouro) julgou necessarios exames na escripturação do Thesouro Nacional, para bem averiguar do delicto, e reconhecer, quaes fossem seus autores e complices.

Não convindo devesar o estado viciado d'essa escripturação, que acarretaria para o processo novos culpados, e denunciaria a negligencia e desidia com que corria aquella repartição, foi interdito ao Juiz de Direito Criminal proceder nos exames exigidos, devendo-se contentar para o julgamento do infeliz *Lyrio*, com as provas que podesse adduzir a accusação, restricta em seus recursos. E assim deixava-se o Juiz na terrivel perplexidade, de uma absolvição em facto tão grave, ou de um castigo sem todo o fundamento. Impunidade, ou tyrannia.

O ministerio cortou todas estas difficuldades, removendo como pena, da Côrte para a comarca de Campo Maior, na provincia do Piahy, o magistrado eserupuloso, que não quiz arriscar a sua consciencia, os direitos da accusação e defesa, ás preferencias immidades do Thesouro Nacional, que se arrogou os privilegios das igrejas nos tempos de devoção classica, onde se homisiavão os faccinoras impunes.

Para julgar do processo *Lyrio* se nomeou um outro Juiz. O removido não pôde obedecer; e nem seguiu para sua nova e longinqua comarca, que lhe pareceo uma pena de degredo. Interrompeo forçadamente a sua carreira de magistrado, que leva va tão brilhante, e gloriosa.

O illustre ministro da Fazenda em 1848, Francisco de Paula Souza e Mello, o nomeou Inspector da Alfandega da Côrte em 29 de Julho do anno citado. Não deliberado a aceitar esta commissão tão espinhosa n'aquella epocha, pelos rumores e accusações que se propagavão contra a má fiscalisação d'Alfandega por improbidade de alguns empregados, e má fé fiscalisação. Foi reduzido a isso, por instancas do ministro Rodrigues Torres, hoje Visconde de Laborahy. Cinco annos de este emprego no meio das mais violentas luctas da malversação, dos resentimentos, e dos interesses illegitimos.

O conselheiro Ferraz sustentou com coragem a sua posição, e levou ao cabo o seu projecto de reforma. Demittio os incorrigiveis, elevou os probos, e reprehendeo os negligentes. Inspeccionava tudo, e todos comprehendia os empregados, cuidava nas obras, e fiscalisava a arrecadação com tal proveito para o paiz, que sem mudança na legislação fiscal, e sem aggravação dos direitos, conseguiu que a Alfandega dobrasse de renda.

Saindo da Alfandega, foi nomeado Procurador Fiscal do Thesouro Nacional, cujo emprego pediu e obteve demissão em 1855, por se ter declarado em opposição ao gabinete Paraná.

Como Presidente da commissão encarregada de confeccionar uma nova *Tarifa* da Alfandega, apresentou, depois de longos estudos, um trabalho importantissimo, que tem servido como o primeiro, e o mais regular para base e de norma de outros posteriores, que o seguirão e a geral, e que na parte em que delle se apartarão, não serão *felizes*.

Por carta de 28 de Outubro de 1853 foi agraciado com o titulo de Conselheiro.

Por carta de 1º de Maio de 1856 foi escolhido por S. M. o Imperador em lista sextupla da provincia da Bahia, Senador do Imperio.

Em 28 de Agosto de 1857 foi nomeado, no Ministerio Olinda, Presidente da provincia de S. Pedro do Sul. Com poucos meios fez na provincia, importantes obras de summa utilidade, e que hão de perpetuar ahi o seu nome.

Em 10 de Agosto de 1859 foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Fazenda, e interinamente do Imperio.

Os trabalhos que fez no sentido de melhorar a arrecadação dos impostos, e de afrontar um deficit de perto de dez mil contos, fazem por si só a vida, e a gloria de um homem de Estado. Seria preciso um volume para offerece-los em relevo, e mostrar toda a sua importancia.

Até hoje no Brasil nenhum Ministro trabalhou mais.

O Gabinete Ferraz praticou uma politica moderada. Não proscreevo á ninguém, nem exerceo o *favoritismo*.

Respeitou a vontade nacional, deixando correr livres as eleições geraes, não offendeo os direitos do cidadão, não vexou, e nem opprimio.

Para servir á seu paiz, não acariciou injustas pretensões, eis a razão do alarido dos turbulentos, que sentem na paz a estagnação de seus illegitimos interesses.

A posteridade hade faser a Justiça, que os contemporaneos sensatos nunca recusarão ao Ministerio Ferraz.

Eis a vida resumida do joven Academico, do Magistrado, do Orador, do Administrador e do Ministro. Esta illustre vida começada em 1812 até hoje, tem deixado em sua passagem rastos de luz. O futuro lhe dará a ultima, e a mais brilhante aureola,

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S.A. Sisaon Editor. Rua do Cano 45

FRANCISCO DE PAULA SOUZA E MELLO

Francisco de Paula Souza e Mello

FRANCISCO DE PAULA SOUZA E MELLO.



A VIDA de Paula Souza está tão inteiramente ligada á nossa existencia politica, que para desenvolvê-la seria preciso historiar, ainda que summariamente, os differentes episodios de nossa independencia, e revolução constitucional; mas não comportando tal os estreitos limites prescriptos pela *Galeria dos Contemporaneos*, e quando comportassem, não o permitindo o tempo de que podemos dispor; força nos é limitarmo-nos á um ensaio fugaz, á um breve esboço, que serviria de argumento, ou summario de trabalho de mais espaço e meditação, á cujo cometimento por gosto, e dever estamos resolvidos, se Deus nol-o permittir.

I.

Francisco de Paula Souza e Mello, nascido a 15 de Junho de 1791 em Itú, provincia de S. Paulo, do portuguez Dr. em canones, Antonio José de Souza e sua mulher, D. Gertrudes Celedonia de Cerqueira Leite, familia Barros. De 14 mezes perdeu seu pae, que baixou ao tumulo desconsolado por não ter de ser o director da educação de seu filho unico.

A excepcionalidade da organização do menino supprio essa falta, que seria irremediavel para outrem qualquer; e preencheu os anhelantes votos do venerando ancião, que cego pelo amor paternal, ou com essa segunda vista, que dizem vir á alguns á borda do tumulo, julgava vêr em seu filho um ente phenomenal. Aos 7 annos sahio da escola, aos 10 do estudo de latim, e aos 12 traduzia correntemente o Italiano e Francez, tendo sido obrigado a estudar aquella lingua para aprender esta, porque então não havia em Itú dictionario do francez para portuguez: fôra guiado nestes estudos, para os quaes não haviam mestres, pelo padre Campos, que mais ou menos nesta época voltara de Roma, onde passara os melhores annos de sua vida. As relações, que o ardor do menino pelo estudo, sua prodigiosa memoria, e precoz intelligencia, fizeram estabelecer com esse austero Jesuita, virtuoso e de tal qual instrucção, muito influirão nos futuros destinos de Paula Souza. Elle não teve puericia essa idade feliz de folguedos e inattenções; não se o via correr e saltar com outros meninos; temia-os e fugia delles; seu maior prazer era folhear e lêr os grandes livros, que lhe deixara seu pae; sua velha mãe deleitava-se em referir mil anedotas dessa singularidade de sua indole timida, e desse character serio e meditativo, mas bondoso: elle não teve adolescencia; essa época poetica da vida, em que entre vertiginosas aspirações sonha-se e advinha-se o homem; passara-a devorando quantos livros as resumidas bibliothecas de Itú possuíam. Em breve, nada mais tendo para lêr, seu insasiavel ardor de estudo o levou para S. Paulo, apesar das instancias de sua mãe, cujo inintelligente amor a isso oppozera por longo tempo tenaz resistencia. Ahi aperfeiçãoou-se no estudo das linguas que aprendera; aprendeu o Inglez, e estudou historia, geographia, philosophia e rhetorica. O abuso do estudo estragou sua debil organização; violenta ophtalmia, e uma caprichosa gastrorheia o assaltarão de fórma tal, que os medicos julgáram, para salvá-lo, dever condemná-lo á reclusão no escuro, abstenção da leitura e dieta quasi absoluta; assim passou quasi 4 annos da melhor época da sua vida, dos 18 aos 21. Seu espirito reflexivo, ajudado dessa estupenda memoria, que fez a admiração de quantos o conhecerão, não perdeu

esse tempo precioso; pelo contrario, aproveitou-o para coordenar a profusão de idéas, que havia sequiosa e avidamente bebido em quanta fonte encontrou.

Quando enfim pôde sahir dessa prisão a que o condemnara a medicina de então, era sem o saber uma das mais fortes e cultas intelligencias da época. Na gestão de sua mediocre fortuna e no estudo da sciencia do direito empregava elle seu tempo, quando o varão, o verbo começou a revelar-se naquella organização valetudinaria e tardonha, que o espirito ou intelligencia só dominara até então: o amor exigio tambem seus direitos; e em 1819 elle casou-se, vencidas estas difficuldades, com sua prima, filha de Antonio de Barros Penteadado. Aquella alma que não tivera juventude, expandio-se com arroubo, e entrou para assim dizer em sua juventude, que durou e prolongou-se até sua morte.

II.

« O primeiro acto official em que se achão escriptas as palavras — Independencia do Brazil — é da *Camara de Itú*, que em 1821 requeria á *Camara de S. Paulo* para que esta fôsse plenos poderes aos seus deputados ás *Côrtes de Portugal*, *afim de tratarem da nossa emancipação: a mão que escreveu esta grande idéa está paralyzada pela morte...* » Assim começou o Sr. Porto Alegre o discurso que, como orador do Instituto Historico proferio á beira do tumulo do preclaro Brasileiro o Senador Paula Souza.

Iniciado na historia philosophica da humanidade, conhecedor das exigencias e tendencias do seculo, previa elle os resultados que mais ou menos colheiria o Brazil da vinda da córte de Portugal para o Rio de Janeiro; agitou pois os animos e dirigio-os para o fim, que seu patriotismo e espirito meditador lhe suggeria. Foi por isso eleito deputado ás *Côrtes de Lisboa* em 1821; mas o miseravel estado da sua saude não permittio-lhe semelhante viagem. Foi de novo eleito para a Constituinte Brasileira, da qual fez parte em 1825. Não é sem maravilha que lemos nos annaes daquelle tempo, que logo em uma das primeiras sessões propuzera elle um projecto de lei com o fim de melhorar o estado desgraçado do thezouro nacional! Quando nossos homens mais notaveis perdião-se nas vaporosas regiões do idealismo politico, aquelle desconhecido Paulista procurava consolidar as bases, solidificar os elementos de nossa independencia! Não é menos singular o silencio em que o vemos durante esses seis mezes da Constituinte; quer pela falta de animação que merecera e nenhum valor que derão ao seu projecto, que nunca entrou em discussão, quer pela duvida do proprio valor, quer pela consciencia prévia da inefficacia de todos aquelles trabalhos, o facto é, que esse silencio foi apenas quebrado, uma ou outra vez, pela declaração escripta de voto em tal, ou tal materia. Esses seis mezes forão todavia aproveitados no estudo pratico de nossos homens e de nossas cousas.

De volta á sua provincia não descansou, continuou, pelo contrario, na propaganda constitucional e inoculando em todos os espiritos as crenças e melhores opiniões dos mais celebres publicistas, e muito concorreo, de combinação com Feijó, para que a *Camara Municipal de Itú* apresentasse aquellas admiraveis observações á constituição, que, em cumprimento de sua Real Palavra no Decreto de dissolução da Constituinte, nos deu o Senhor D. Pedro I.

Em 1826 sendo ainda eleito para a Legislativa, foi Paula Souza um vulto já tão notavel, que apresentarão-o como vice-presidente em competencia com

Marcos Antonio de Souza, que só em 2.º escrutínio pôde derrotá-lo : em 1827 foi eleito presidente por quasi unanimidade de votos em o 1.º mez de sessão ; no 2.º porém, a instancias conseguiu não ser reeleito, em attenção ao seu constante estado valetudinario. Desde então tomou tal parte em todos os actos de nossa vida legislativa, que podemos assegurar que nenhum só ha, sobre o qual não interpozesse sua opinião, ou a modificasse, quando não havia partido delle: Regimentos dos conselhos provinciaes, Lei da responsabilidade ministerial, Lei organica das academias ou faculdades do Imperio, Lei organica das camaras municipaes, Lei da liberdade da imprensa, Lei organica do poder judiciario, tudo enfim attrahio suas vistas e estudo, e em tudo revelou tão fortes e variados conhecimentos, que conquistou a attenção e forçou o respeito daquelles mesmos que antes nem se dignarão lançar os olhos sobre o tímido e modesto auctor do projecto com o fim de melhorar a situação do thezouro nacional. Apezar do seu estado constantemente valetudinario, poucas vezes faltou ás sessões, e cedo achava-se na camara.

Oh tempos admiraveis, que lá se forão, em que ás 10 horas contava-se de 80 a 90 deputados, que religiosamente guardavam seu posto além das horas da lei, quando havia mister, mesmo nos mezes de Outubro e Novembro, até os quaes prorogavam-se as sessões!

Foi constantemente eleito deputado geral e provincial, até que em 1855 foi eleito, e escolhido Senador.

III.

Seu amor ao trabalho, o sentimento do dever não esfriou-se naquella região, que em algum tempo foi alcunhada de Siberia : no Senado, como na Camara dos Deputados continuou a desenvolver suas idéas e principios, de modo a conseguir a harmonia e divisão dos poderes, unica garantia da excellencia do systema representativo, que elle definia — Governo, cuja base é a justiça, o agente a opinião publica, e o fim o maior bem do maior numero —.

A reconhecida sinceridade de suas crencas, sua proverbial honradez, e a honestidade de sua conducta davão singular realce á deducção logica, á dicção fluente e muitas vezes eloquente de seus discursos ; conseguia pois não poucas vezes demorar e arrastar os proprios adversarios.

Suas idéas e principios forão por vezes acceptos, e convertidos em Lei ; outras porém forão mal aproveitados, e applicados a meios de mutilados, o que o obrigou a dizer que erão elles parte de um todo homogêneo, ligado e completo, e que assim unicamente poderiam produzir os resultados desejados.

A lei dos circulos, a das incompatibilidades, a reforma do conselho do Estado, etc., etc., soffrerão essa desastrosa sorte; ainda na reforma das secretarias vimos na existencia dos consultores uma dessas idéas mutiladas, e em estado embrionario. Seo fim todo, o desideratum politico que obediava era consolidar nossas instituições de modo tal, que resistindo ao impulso desmoralizador do seculo, podessem sem perigo aproveitar-se das legitimas, e solidas conquistas do espirito humano. « Conhecemos ainda, senhores » dice o Sr. Porto Alegre em seu brilhante discurso diante da mortalha de carne, que encerrou essa alma tão grande, e tão illustrada, « que a causa da patria acaba de perder um grande defensor, e as nossas instituições um grande conservador. » Nada o alligio tanto em toda sua vida como os factos de 1842 ; em opposição cordial á seus melhores amigos não quiz todavia abandoná-los ; repellindo, e combatendo as illusões de um momento no foro das relações particulares aceitou, e soffreu com elles em publico os effeitos de um erro, que não partilhou sequer um momento ; não podia, enem foi envolvido no processo ; mas foi escollido para S. Paulo, onde esteve sob a vigilancia da policia. A época mais notavel de sua vida parlamentar he a em que se discutio a reforma do codigo ; 1857, 59, 40 e 41 estamparão em nossos annos parlamentares suas mais incontestaveis glorias.

Chamado aos conselhos da coroa foi a 20 de Julho de 1847 nomeado ministro do imperio com o Sr. Alves Branco : em breve reconheceo a inutilidade de seus esforços, e pediu, e conseguiu sua demissão a 28 de Agosto do mesmo anno. Elle não comprehendio um ministerio, cujas differentes repartições se não harmonisavão debaixo de um systema de idéas; ou não erão dirigidas por uma idea mãe, creadora, que se reflectisse em todos os angulos do organismo executivo.

Assim quando convidado pelo fallecido Vergueiro para completar seo ministerio tornou a fallar na necessidade de uma presidencia ministerial, condição sem a qual não entraria jamais para qualquer ministerio, pois que só ella garantiria aquella unidade de pensamento, que elle julgava indispensavel. S. M. I. houve por bem por decreto de 31 de Maio de 1848 nomeal-o ministro da fazenda, e presidente do conselho : foi o primeiro conselho de ministros, que teve o Brasil, e o regulamento, que o devia reger foi confeccionado pelo mesmo Sr. Paula Sousa ; mas até hoje julgamos, que nem uma execução teve ; seo programma ministerial foi — Justiça e Tolerancia ; — ninguém, persuadimo-nos, deixou de crer, e nutrir, reaes esperanças ; um dos mais violentos adversarios, ao mesmo tempo, uma das mais habéis pennas brasileiras, resumio pouco mais ou menos assim seo primeiro artigo politico em relação ao 1.º presidente do — conselho jamais o remorso lhe segredou um facto á consciencia — e o Brasil tinha razão, porque mais cedo largaria elle qualquer posição do que tal facto se desse. Mas suas molestias, que cada vez mais se aggravavão, e o desgosto de não poder pôr em pratica com a liberdade, e plenitude que exigião a veracidade do systema e o esplendor do throno as idéas, e principios, que havião tido tempo de amadurecer em sua immensa intelligencia, o obrigarão a resignar o poder nas mãos de S. M. o Sr. D. Pedro II a 29 de Setembro do mesmo anno de 1848. Essas molestias recrudescerão a ponto de não deixar mais quasi tranquillidade alguma ao venerando ancião.

Um pequeno, e dolorosissimo tumor, que apparecera-lhe no rosto poz a prova aquella alma aguerrida por 40 annos de enfermidades ; mas aquella grande alma não se desmentio um momento, e até ao ultimo momento do martyrio da cirurgia ; tudo foi inutil ; e o canceroso afirou ao tumulo a 16 de Agosto de 1852 aquelle corpo exangue que apenas contava 60 annos.

Seja-nos licito, para pôr seu character, transcrever aqui as eloquentes phrases, com que o desappareo o philosopho, poeta e artista, o Sr. Porto Alegre, que por parte do Instituto Historico assistio ao seo enterramento : « Deos collocou no coração do nosso finado consocio aquelle fogo celeste que tudo consome e purifica no meio da corrupção geral, o seo peito foi um abysmo, onde se sepultavão, e desaparecião as impurezas da involencia, o veneno da calumnia, os odios da ingratição, e as inconsequencias da versatilidade humana.

« Para sua alma tão pura no amor, e tão liberal na terra, o ostracismo era uma apothese, e a apothese um meteoro passageiro como o aërolitho, que brilha nos ceos e que se precipita levando a morte, fendendo as rochas, ou derrocando monumentos. Amigo e rivaes na arena do idealismo politico o proferirão sempre um homem honrado, cujo desinteresse está comprovado nos dias de 1871 e 1897, e ao seu ministerio, e em toda sua vida parlamentar : amigos e rivaes se união voluntariamente para confessarem que o conselheiro de estado e senador do imperio Francisco de Paula Sousa e Mello era a virtude, o saber e o patriotismo adunados no peito da mais candida modestia !!!

« Todos conhecerão esse homem phenomenal, que no meio de continuos soffrimentos tinha uma cabeça robusta, e em cuja existencia se contrastavão a par e passo a materia e o espirito. N um corpo valetudinario, que pendia para a sepultura se encontra uma alma forte que duplicava de valor no meio dos combates parlamentares ; um corpo, que se vergava para a terra do esquecimento, e uma alma, que se elevava para o ceo da gloria ; era uma voz branda que mal roçava os ouvidos dos que o rodeavão, desprendia uma logica serrada, uma cadêa de idéas tão superiores, que levava ao fundo dos corações a pureza das suas intenções ; um homem retirado no seio da sua familia, e um cidadão que enchia o Brasil com o brilho das suas idéas, e com a magestade do seu character ; um homem finalmente que sabia nivelar a paz domestica com a previdencia do conselho, e as horas do triumpho com os momentos da desgraça ...

« Nós o vimos, nós o respeitamos entre a esposa e os filhos, e entre os seus amigos e rivaes ; nós o vimos, nós o admiramos nos dialogos de philosophia, no culto das letras, e no recinto do parlamento ; seja-nos sempre cara a sua memoria, e sirva de exemplo a todos os que aspirão á virtude, essa vida sem mancha, que é o maior legado, que deixa á sua numerosa familia ...

Oh ! sim ; nós aceitamos esse legado, e seguiremos esse exemplo, que mostra que meo Pae foi um desses homens, cuja vida com mão de mestre Plutarco descrevia para consolo e modelo da humanidade.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Editor Rua do Cano 45

BARÃO DA VICTORIA

Genl. Barão da Victoria

BARÃO DA VICTORIA.

A vida do bravo general José Joaquim Coelho é um desses typos que honrando a pessoa á quem pertencee, engrandece o paiz que o possue.

José Joaquim Coelho nasceu a 25 de Setembro de 1797 na cidade de Lisboa, e deveo o ser a Joaquim José Coelho e D. Maria Thereza de Jesus.

Contando apenas 14 annos de idade veio ao Rio de Janeiro em lugar de um seu irmão mais moço, que era afilhado do Chefe de Esquadra Garção, a quem este havia chamado.

Quasi tres annos depois de residencia nessa parte do sólo Americano que Portugal tanto se orgulhava possuir, aos 25 de Abril de 1814, sentou praça de soldado no 1.º Batalhão de Fusileiros, e tão exemplar foi sua conducta militar que em 1817, tres annos depois, marchou para Pernambuco como sargento ajudante do batalhão de Granadeiros.

As luctas sanguinolentas de que foi victima a bella provincia de Pernambuco em 1817, virão-no sempre corajoso acompanhar suas differentes peripeccias, e por tal forma que mereceu justos elogios do general Luiz do Rego Barreto, governador de Pernambuco.

Adoptando as mesmas ideias de liberdade que os filhos do paiz, ligou-se á causa da emancipação brasileira, contribuindo com a influencia, que soube exercer sobre seus companheiros, para que se convertesse em realidade os primeiros symptommas de emancipação que na villa de Goianna, em Pernambuco, promovião os patriotas dahi.

E', sem duvida alguma, essa phase de sua vida uma das perolas da sua corôa de gloria.

Os Pernambucanos porem, não se esquecerão do bravo companheiro auxiliar, e fizerão-no tenente ajudante, elevando-o a capitão pouco depois.

Mais tarde, quando o brigadeiro Madeira obstinava-se na Bahia, em não querer reconhecer a emancipação do Brasil, e provocava a lucta com as armas em punho, os Pernambucanos virão reconhecidos o bravo general acalmar os animos dissipando assim a tempestade que ameaçava o horisonte da provincia.

Já elevado ao posto de major graduado, deve-se-lhe em parte o máo exito da revolta que em 1817 promovião na provincia os partidarios da celebre *Federação do Equador*.

Por decreto de 12 de Outubro de 1825, foi elevado ao posto de major effec-

tivo, e encarregado de organizar o batalhão n.º 17 de caçadores sob seu commando : missão essa que cumprio com pericia, sendo posteriormente removido como fiscal do batalhão de caçadores n.º 1, o qual era commandado pelo tenente-coronel Thomaz Antonio da Silveira.

Promovido ao posto de tenente-coronel por decreto de 5 de Fevereiro de 1827, passou a commandar o batalhão n.º 17 de caçadores, que havia organizado, e com o qual marchou para o Sul afim de encorporar-se ao exercito do Brasil que batia os revoltosos na Cisplatina.

Em 1832, quando o solo da bella e heroica provincia de Pernambuco se ensopava com o sangue de seus filhos, em vista da denominada guerra dos « Cabanos », o governo imperial enviou-o para ali, e forão tão acertadas as suas medidas tanto no gabinete como no campo, que alcançou pôr fim a essa lucta sanguinolenta.

Nomeado commandante das armas de Pernambuco em 1832, exerceu esse alto cargo com bastante dignidade até o dia 4 de Junho de 1855.

Em 6 de Agosto de 1836 foi nomeado inspector geral da Guarda Nacional do Recife, e, cumullativamente, commandante do corpo de policia da mesma cidade ; cargos estes que exerceu até marchar em soccorro da Bahia : Dezembro de 1857.

Muitos forão os relevantes serviços ahí prestados á causa da ordem pelo distincto official ; citaremos, entre outros, o ter salvado de um terrivel incendio a cidade de S. Salvador, na Bahia.

Tão reconhecidos lhe forão os Bahianos, que dignarão-se brindal-o com uma espada de ouro !

Em Outubro de 1858 seguiu por ordem imperial para o Sul, afim de commandar a 2.ª Brigada de Infantaria.

De volta dessa campanha, regressou de novo a Pernambuco, onde permaneceu, até que sua pessoa foi requisitada pelo presidente das Alagoas, para conter os revoltosos que impedião a transferencia da Capital.

Recompensado pelo governo imperial, com a promoção de Brigadeiro por decreto de 2 de Dezembro de 1859, foi nomeado pouco depois instructor geral da Guarda Nacional do Recife, e em 9 de Janeiro de 1840 inspector do recrutamento.

Foi por decreto de 10 de Abril de 1841 nomeado Presidente e Commandante de Armas do Ceará.

Sendo accusado por algumas folhas publicas de pequena importancia, como complice em um assassinato que se deu na cidade da Fortaleza durante a

sua presidencia, foi disso absolvido pela opinião publica, e condemnados os seus gratuitos detractores!

O governo imperial apreciando devidamente os seus bons serviços na Presidencia do Ceará, houve por bem condecoral-o com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz, de cuja ordem já era cavalleiro desde 4 de Setembro de 1839.

Os Cearenses escolherão-no como seu representante e enviarão-no ao parlamento como deputado, onde prestou bastantes serviços especialmente nas commissões militares.

Voltando á provincia de Pernambuco, depois de dissolvidas as camaras, foi nomeado uma terceira vez instructor da Guarda Nacional do Recife, por portaria de 10 de Fevereiro de 1845, e exonerado dessa commissão em Novembro de 1847, foi nomeado commandante das armas da Bahia em 7 de Março de 1848. E quando, nesse anno, o movimento armado de Pernambuco maiores embarços causava á Presidencia do Sr. Penna, á requisição deste Sr. ao seu collega da Bahia, Gonsalves Martins, foi o Brigadeiro Coelho enviado em soccorro da provincia que tanto amava, poz-se á frente das forças legaes que existião na Provincia, e acompanhando em todas suas circumstancias as diversas phases dessa revolta que durou mais de 2 annos, deve-se-lhe ter pou-pado grande effusão de sangue de ambos os lados.

Não podemos deixar no olvido os feitos de bravura do Brigadeiro Coelho nessa campanha; e para comprovarmos essa nossa asserção, citaremos o ataque do Recife, no dia 2 de Fevereiro de 1849 em que bateu as forças revoltosas impellindo-as para fóra da cidade, e o de 26 de Janeiro de 1850 em que exterminou essa revolta.

Estes serviços forão recompensados com o posto de marechal de campo graduado, por decreto de 3 de Março de 1859, e com as honras de dignitario da Ordem do Cruzeiro, da qual era official desde 1824.

Em Abril de 1850 partio para o commando das armas da Bahia para cujo cargo havia sido nomeado em Janeiro desse anno. Removido do commando das armas da Bahia para o de Pernambuco por decreto de 3 de Fevereiro de 1853, logo depois, em 14 de Março desse anno, foi agraciado com a Grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, tendo tido em 4 de Setembro de 1852 a mercê de fidalgo cavalleiro da Casa Imperial.

Vindo a vagar um dos lugares de tenente general, e tendo de ser substituido por um dos seus companheiros d'armas em consequencia de antiguidade, foi elle, seu immediato, elevado ao posto de tenente general graduado por decreto de 2 de Dezembro de 1856.

As suas graves enfermidades o obrigarão a recorer ao governo imperial pedindo-lhe um anno de licença para tratar de sua saude fóra do imperio, o que lhe foi concedido pela camara legislativa, com todos os seus vencimentos, e partindo para a Europa foi rever o lugar de seu nascimento e alguns dos seus parentes.

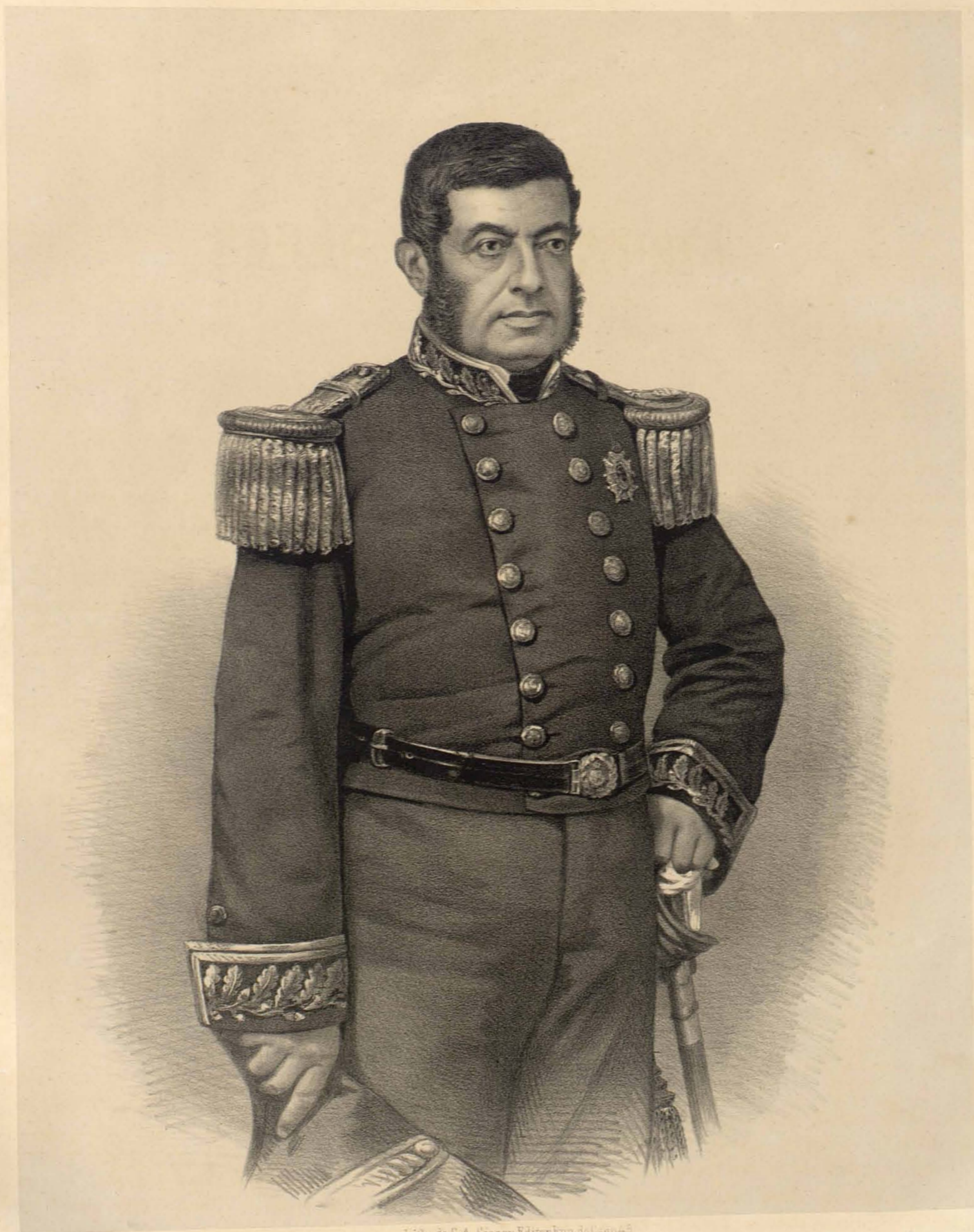
Dando-se uma vaga no quadro dos tenentes generaes effectivos, outro não devia ser considerado senão o general Coelho, e foi agraciado no dia 2 de Dezembro de 1858 nesse posto.

Querendo o Monarcha dar-lhe uma prova do quanto o apreciava, fê-lo Barão da Victoria, por decreto de 14 de Março de 1860.

Falleceu a 19 de Junho de 1860. Era um militar distincto e um character sincero, por isso digno de figurar na galeria dos varões illustres do Brasil.

Assim pois, o Sr. José Joaquim Coelho, sentando praça como simples soldado voluntario, pelos seus relevantes serviços e pela estima com que era tido em todo o imperio, chegou a occupar os mais altos cargos do paiz que o adoptou, e a quem soube pagar tão chara paternidade.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S. A. Sisson, Editor, Rua do Ouvidor 45

JOAQUIM JOZÉ IGNÁCIO

Joaquim José Ignacio

JOAQUIM JOSÉ IGNÁCIO.



ESCREVER a vida dos que ainda vivem tem seus inconvenientes.

A emulação em uns, e a inveja em outros procuram muitas vezes desmerecer factos, que, encarados sem preconceitos e más intenções dão altos direitos á consideração e respeito dos contemporâneos e dos pósteros.

Demais, os próprios biographos não podem sempre dar o devido realce á algumas acções dos seus heroes, porque ordinariamente estes ou se negam ao fornecimento de apontamentos, ou os prestam tão succintos, que impossível é desenvolvê-los com todo o escrupulo e conveniencia da verdade.

Sem que o escriptor penetre a intimidade dos motivos que occasionam taes e taes acontecimentos, comprehende-se a difficuldade com que elle lucha para fazel-os interpretar, elle, que mesmo não conseguirá achar as relações para a formação de seus juizes, e embarçará no encaminhamento de seus raciocínios, os quaes não devem, nesses casos, ser interrompidos, e nem de leve falseados.

Uma simples circumstancia perdida ou deslocada na apreciação de um acto moral, produzirá uma completa desfiguração desse acto, ou, pelo menos, lhe espalhará morte-côr por sobre a physionomia.

E' mister, pois, para trabalhos de tal genero, o decorrimto do tempo, durante o qual fria e lentamente sejam estudados os elementos da historia que se procura escrever, suas combinações, e seus resultados finais, averiguando com severidade e paciencia as circumstancias das épocas em que os factos se deram, e confrontando os merecimentos dos rivais do personagem de quem se trata, si, por ventura elle os teve.

Em duas palavras—só de mortos se deve escrever a historia.

Mas, é tal a voga de biographar os contemporâneos, que assumem os logares de primeira ordem social, e que sabem distinguirse por qualquer genero de merito, que fôr injustiça, e injustiça clamorosa, omitir esse uso para com o eminente General da nossa Armada, o Sr. Chefe d'Esquadra — Joaquim José Ignacio.

Quem tem podido praticar com elle, lhe reconheceu sempre um caracter sympathico, reflexo de uma alma elevada, e um coração generoso.

Percorrendo os diversos estadios de sua vida gloriosa, nunca se enfatuou pelo que a fortuna accumulára sobre elle, nem ousou imprecar contra algum, que lhe embargasse os passos.

O Chefe d'Esquadra Joaquim José Ignacio, hoje coberto de honras e occupando o logar de Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, tem a mesma singeleza de costumes, e amenidade de trato, que possuia ao matricular-se no seu primeiro anno academico, cu quando era apenas estudante de latim; provando dess'arte que nasceu digno da prosperidade que o affagou, e reprehendendo tacita, mas constante e energeticamente, á esses pobres diabos que, estranhando as posições elevadas á que os arrojaram os acasos, cuidam que ellas lhes mudam a essencia, e arrogantes, e insolentes, julgam seu primeiro dever desprezar ou punir a dignidade humana, attendendo ou premeando a lisonja e o capachismo.

Esse typo moral tão conhecido em S. Ex. nos fez sempre presalvado, e nos leva á pôr em ordem tuitos dos factos, que nos constam de sua vida.

Não commentaremos esses factos, não só por nos faltar tempo, para um trabalho longo, como porque em seus desenvolvimentos elles nos levariam naturalmente á numerosos elogios, de que prescindem a modestia de S. Ex., e para os quaes, confessamos, nós não temos muito geito.

Tambem cremos de sobra o que vamos expor, para fazer apreciar que o homem de quem nos occupamos tem inquestionavel direito á ser considerado uma de nossas mais bellas notabilidades, e deve figurar, com todo o brilho de suas excellentes qualidades, na galeria de nossos homens illustres.

Nasceu o Conselheiro Joaquim José Ignacio na cidade de Lisboa em 30 de julho de 1808, segundo sua certidão de idade, ou no 1.º de agosto do mesmo anno, conforme affirmava sua respeitavel mãe, que sempre rectificava esse tão pequeno erro de data.

Foram seus pais José Victorino de Barros, 2.º tenente da armada brasileira, e D. Maria Izabel de Barros, fallecidos no Rio de Janeiro, aquelle com perto de 43 1/2 annos de idade, em 5 de junho de 1823, e esta com pouco mais de 72 annos, em 7 de dezembro de 1854.

Veio com sua familia para o Brazil e chegou ao Rio de Janeiro em 10 de junho de 1810, não tendo ainda completado a idade de 2 annos.

Estudou os rudimentos da lingua vernacula, as latinidades e o francez na aula do padre Fortes, em que teve por collegas o Revm. actual Arcebispo da Bahia, o Revm. Bispo eleito da Diamantina, o Visconde do Rio Bonito, os Exms. Barão de Quarahim, Conselheiros Fernandes Braga, Sergio Teixeira de Macedo, Dr. Carvalho (lente da escola de medicina), Drs. Cruz Secco, Vieira Braga e outros muitos cavalheiros, que tem occupado e occupam elevada posição na sociedade brasileira. Estudou logica com o sabio conego Januario da Cunha Barboza. Nesta e nas outras disciplinas tantos creditos adquiriu de bom estudante, que muitas vezes regou a aula do padre Fortes. Completou o curso de mathematica da academia de marinha, sendo em todos os annos approvado

plenamente e gosando da estima de seus illustres mestres, com dous dos quaes, os Srs. Conselheiro José de Souza Corrêa e capitão de mar e guerra José Gonçalves Victoria ainda se honra de manter relações de amizade.

Assentou praça de aspirante a guarda marinha em 20 de novembro de 1822, e conta tempo de serviço de 10 de março de 1821. Foi promovido a guarda marinha em 11 de dezembro de 1825, e em 16 de janeiro do anno seguinte embarcou para a não *D. Pedro I* e nella fez a campanha de Pernambuco, Ceará e Maranhão á total pacificação destas provincias em principios de 1825. Por esse tempo commandou no Maranhão o cutter *Independente* e concorreu para o desarmamento da força insurreccionada acima da villa do Rosario.

Passou a 2.º tenente em 22 de janeiro desse anno, e em julho seguinte foi para o Rio da Prata, como official immediato do patacho *Pará*, aonde entrou nos combates de 7 de fevereiro de 1826, da colonia do Sacramento desde 26 desse mesmo mez até 14 do seguinte, de 17 de fevereiro de 1828 e diversos outros menos notaveis do que os que ficam mencionados, que foram todos de primeira ordem.

Commandava na Colonia a batteria de Santa Rita, quando, reduzida a praça á ultima penuria de munições de guerra e bocca, recebeu ordem do bravo e heroico general Manoel Jorge Rodrigues, depois Barão de Taquary, para ir á esquadra, fundeada a perder de vista, participar o estado miseravel em que estava a praça. Partiu com uma lancha desarmada e desguarnecida, atravessou por entre dezenove embarcações inimigas, cuja perseguição pôde evitar, apagando a luz que lhe alumia a bussola. Chegou a bordo do almirante no dia seguinte, e dous dias depois entrava com tres navios carregados de munições de todos os generos por debaixo do fogo do inimigo e dos vivas da praça, que assim pôde resistir e fazer levantar o sitio e bloqueio que a cingiam por terra e mar. Acompanhou-o neste brilhante feito de armas o capitão de caçadores n.º 8, José Fernandes dos Santos Pereira, valente official, hoje tenente-general reformado. O almirante Lobo e o general Rodrigues cobriram de elogios a heroicidade desta acção, que deu ao que a praticou a recompensa de ser preterido na promoção seguinte.

Em fevereiro de 1827 foi á expedição da Patagonia. A corveta *Duqueza de Goyaz*, de que era official, perdeu-se á entrada da barra; morreram-lhe 58 praças: escapou com a vida e com a honra de ser o ultimo official que abandonou o navio.

Quando se deu o grande desembarque para tomar-se a povoação do forte del Carmen, entregaram-lhe o commando da escuna *Constança*, a quem deixaram apenas *dezeses* crianças como guarnição: quatro horas depois eram o *Constança* e o *Escudeiro* atacados por cinco embarcações inimigas. Batteram-se com esplendida bravura, mas succumbiram, o *Escudeiro* por lhe faltar o rodizio, e o *Constança* por ser abordado por dous daquelles navios. Foi feito prisioneiro com o resto da pequena equipagem da escuna.

Tratado com insolito rigor, passando por todas as sortes de privações, foi á final para Buenos-Ayres. O navio que o conduzia transportava tambem para aquella cidade mais 80 brasileiros prisioneiros de guerra. Em viagem apoderaram-se da embarcação; e, illudindo a vigilancia da força naval que os escoltava—duas corvetas e um brigue-escuna— seguiram para Montevideo, onde aportaram a 29 de agosto de 1827.

Passou para a barca *Grenfell*, e nella destacou para a barra do Rio Grande, amparada pelos corsarios e pela esquadra de Brown. Voltou ao Rio de Janeiro em janeiro de 1829, e foi promovido a 1.º tenente em 17 de outubro seguinte.

Em novembro de 1831 commandava a esquadra *Jaguaripe*, quando a soldadesca da marinha insurgiu-se a bordo dos *esigangas*, que aquella escuna e outros navios guardavam. Na noite de 27 desertaram os destacamentos de bordo das ditas presenças. Não havendo ordem para perseguil-os, tomou o commandante da *Jaguaripe* a deliberação de ver para onde se dirigiam, afim de avisar o arsenal e providenciarse como fosse de mister. Esta diligencia salvou a cidade do Rio de Janeiro.

Pressentido pelos revoltados, descarregaram elles as suas espingardas á queima roupa sobre o escaler do intrepido commandante, que, precavido como os remadores, abaixou-se e ouviu sem damno o sibillar das balas.

Bastou o troar da descarga para dar aviso á freguezia de Santa Rita, e á da Candelaria, cujos cidadãos armados correram ao arsenal e com seu fogo bem mantido vedaram a passagem da ilha das Cobras para a cidade a essa horda de canibae, que se achavam em armas dispostos a cobrirem-a de sangue e luto. Os revoltosos recolheram-se á fortaleza, que somente na tarde do dia 7 se rendeu á descripção.

Em 22 de janeiro de 1835, sahindo de Santos, foi acochado por forte travessia, que, tomando cada vez mais intensidade, levou-o á praia de Santa Martha em 29 d'aquelle mez. Perdeu com a escuna *Jaguaripe*, barco velho e de pessima construção, tres escravos que vinham de passagem. Justificou-se plenamente em conselho de guerra, que o julgou sem culpa.

No anno de 1835 foi-lhe dado o commando do brigue barca *29 de agosto*, de 18 praças, commando que pertencia a patente muito mais elevada, e por isso considerado de grande destinação. Nesse navio foi chefe do porto do Maranhão até o fim de 1836, merecendo toda a confiança do illustre presidente da provincia, hoje fallecido barão de Pindaré. Nas eleições desse anno, que fo-

rão muito disputadas, prestou valiosos serviços á segurança publica, pois que com a influencia que soube grangear, contribuiu poderosamente para que não fosse ensanguentada a freguezia da Conceição, agitada pela parcialidade de Leonel Serra.

Foi transferido para o commando do vapor *Urania* em 1837 e foi a confiança que lhe manifestou o governo que, mandando-o para o Rio Grande, aonde com a prisão do general Antero pelos rebeldes, reinava a desordem administrativa, o presidente Nunes Pires, deixou ao seu arbitrio entrar não a barra conforme as noticias que recebesse e apreciasse. O mesmo presidente a quem depois communicára as instrucções, que levára, admirou-se quando a um rapaz de 28 annos se desse tanta autozidade.

Em 7 de setembro d'esse anno foi elevado a capitão tenente com a antiguidade de 20 de outubro do anno anterior, e commandou o brigue *Constança*, de 14 peças, até junho de 1840. Nesse brigue serviu durante o bloq. meo da Bahia em 1839. Destacado entre a barra e Ilapoa, de tal sorte manobrava, que a brigada de terra ao mando do coronel Sepulveda avançava sempre protegida pelo fogo do brigue, com o que muito prejudicava as forças da rebelião.

No dia em que Sabino lançava fogo á cidade, uma barca austriaca tentava entrar no porto com carregamento de farinha. Era então Raposo o chefe da força naval e o commandante do *Constança* o official mais antigo do bloqueio. Estavão todos á vela.

A marinha brasileira soffreria grande desastre se a barca austriaca entrasse no porto. Entretanto ninguem se movia.

O commandante do *Constança* impacientou-se, fez força de vela, metten-se debaixo das baterias da cidade. O fragil brigue era cortado pela metralha em todos os sentidos e levou duas balas no costado, mas o austriaco fez-se na volta de Itaparica, velejando para alli depois de já estar no abrigo do forte do mar.

Ao regressar o *Constança* para seu posto, uma corveta ingleza, um brigue francez, uma escuna dos Estados Unidos pondo suas garnições nas trincheiras saudaram-o com tres entusiasticos *urrahs*. Os Srs. Jorge Ottoni e Pedro Ferreira, testemunhas d'este bello feito, delle deram parte ao presidente da provincia o Sr. Barreto Pedrosa e elle o certificou em attestado seu. Em 1839 fez-se uma promoção, e os commandantes da esquadra da Bahia foram quasi todos condecorados. O official porem que na colonia imitou a Julio Cesar atravessando em fragil batel uma esquadra inimiga, o official que na Bahia foi saudado por bravos estrangeiros que sabem applaudir a bravura... esse, como na Colonia, foi... punido com outra preterição.

Por occasião da maioridade de S. M. o Imperador teve a honra de fazer parte da commissão que o corpo da armada deputou ao mesmo augusto senhor para comprimental-o por este facto, que abriu ao imperio uma era nova. Foi elle o interprete dos sentimentos da nobre corporação, sendo apenas capitão tenente e havendo n'ella, como hoje, generaes de elevado merito. Nesse anno foi nomeado inspector dos arsenaes de marinha do Rio Grande, aonde serviu até 1845 com os presidentes Almeida e Sá, e Sá e Oliveira e marquez de Caxias.

Em julho de 1845 a cidade do Rio Grande ia ser atacada, no que não acreditava-se diante da praça, não obstante as asseverações do inspector do arsenal Dr. Travassos, actualmente desembargador e então juiz de direito.

Vendo o inspector Joaquim José Ignacio que tal incredulidade podia ser fatal, acordou com o digno juiz de direito nas palavras de ordem a sustentar a praça, pondo o mais importante da provincia como chave de sua barra. Veio com effeito o inimigo; as trincheiras foram guardadas a pedido do commandante, pelos operarios do arsenal e marheiros dos navios mercantes, e os pontos da mangueira e moimho de vento com officiaes de marinha em embarcações do arsenal. Reconhecendo a força aggressora que tudo estava acantellado para a defesa ao contrario do que se esperava, reuniu-se precipitadamente e combatia por... para a banda Oriental... com o commandante da praça foi agredido... do Cruzeiro; o Dr. Travassos e o inspector do arsenal nada tiveram... consciencia da... e... hardamente os seus deveres.

Em 14 a 15 de março, foi promovido a capitão de fragata... podendo viver de bordo com o seu collega commandante das forças... pediu e obteve de... os logares que exercia, sendo tambem demittido o dito commandante das forças.

O comportamento do illustre official na provincia de S. Paulo valeu-lhe as mais significativas provas de apreço, que consigo conserva. A administração da Santa Casa de Misericórdia, de que foi Escrivão e provedor interino, mandou tirar-lhe o retrato que collocou na sala de suas reuniões.

Sob suas vistas foram feitos o cemiterio e a casa dos expostos. A inspecção do Rio Grande merecen-lhe esta nota em seus assentamentos — *poupou grossas sommas de dinheiro aos cofres nacionaes.*

A 2 de abril de 1845 tomou o commando da fragata *Constituição* e navegou para o Sul em outubro, conduzindo SS. MM. II., que se dignaram tratal-o com a mais distincta consideração, sendo-lhe concedida a 2 de dezembro a commenda da ordem da Roza. Tinha o habito de Christo desde outubro de 1829 e o de Aviz desde março de 1844.

Em agosto de 1846 foi para a Europa com o fim de fabricar a fragata. Chegou a Plymouth no 1.º de outubro desse anno e ali se demorou até maio seguinte. A disciplina e ordem em que conservou a garnição captaram-lhe a benevolencia das autoridades inglezas. Lord Auckland, chefe do Almirantado, Sir John West, Sir Samuel Pynn, Sir John Louis... delle tantos elogios

ao agente diplomatico do Brazil, em Londres, o Sr. Marques Lisboa, que este cavalheiro, ao visital-o a bordo da *Constituição*, disse-lhe com a maior effusão de praezo: «Estou na Europa ha 14 annos e é hoje o primeiro dia em que, saudado com essa bandeira digo:—patrioticos, vós me encheis de orgulho chamado-me de brasileiro.» A volta da fragata, em 1847, o Sr. Camello Baptista, tomou o commando da commissão por elle proprio presidida que, como conselheiro naval tratava de todos os negocios da marinha e fez-lhe os mais brilhantes elogios officiaes, que foram transcriptos em sua fé de officio.

Em abril de 1848 foi estacionar para a Bahia. Ameaçada de uma rebelião a provincia de Pernambuco foi para alli mandado com a fragata tomar o commando das forças navaes, o que teve lugar em principios de novembro; chegou a Bahia com os ordens onze navios com mais de 200 praças de guarda e esta de peo de 500 homens, achou-se nas ruas do Recife no luctuoso dia 1.º de fevereiro de 1849; perdeu 25 homens e teve 62 feridos, dos quaes 7 officiaes. Destas 200 praças eram 52 do vapor *Afonso* chegado ás 11 horas da noite de 31 de janeiro sob o commando do bravo e honrado Barão de Tamandaré Joaquim Marques Lisboa.

Em 14 de março de 1850 foi promovido a capitão tenente e guerra. A 26 de maio de 1850 tomou a inspecção do arsenal de marinha da Corte, em que serviu até 1.º de novembro de 1854. No decurso desse anno e meio ultimou a construção da corveta *Bahianna*, construiu a corveta *Imperial Marinho*, o brigue *Maranhão*, o brigue-escuna *Tonelero* e o vapor *Ypiranga*, provendo sempre as necessidades de outras construcções miudas e reparos de navios. Muitas outras obras foram feitas e a actividade com que dirigiu nesse tempo o serviço do arsenal.

Em 1852 foi promovido a capitão de divisão e em 1854, depois de grave molestia e de acurado tratamento, foi removido ao logar de capitão do porto da Corte e provincia do Rio de Janeiro.

Durante a epidemia desse anno ematerico, fez parte da commissão parochial de Santa Rita, esmolando de porta em porta e socorrendo os infelizes acommettidos da peste, e obteve com os mais membros da commissão cerca de 4:000\$, que foram dispendidos em tão caroso fim. E estabeleceu tambem uma mesada á enfermaria da marinha, em quanto funcionei no quartel de Bragança.

A 2 de novembro de 1855 foi nomeado encarregado do quartel-general da marinha, cargo que exerce até 21 de novembro do anno passado, tendo sido promovido a chefe de esquadra em 2 de dezembro de 1856.

Em agosto de 1858 foi nomeado membro effectivo do conselho naval, aonde serviu sempre no logar de vice-presidente. Foi presidente da commissão de presas desde janeiro de 1856 e los conselhos de administração e de compras. Muitas commissões scientificas, economicas e administrativas lhe foram confiadas, na gestão das quaes sempre teve com tanto acerto e intelligencia, que dellas se lhe mandou lançar muitas obras em seus assentamentos.

SS. MM. D. Maria II. de Portugal, a o Imperador dos Francezes, o honraram, aquelle com o habito da Ordem da Torre e Espada e este com a commenda da Ordem de Honra. Tem mais as commendas de S. Bento de Aviz e Christo.

Pela demissão do quartel-general e do conselho naval porque, na elevada patente em que se achava, não podia nem devia, sem quebra da dignidade que sempre presou, soffrer certas desatenções que, repellidas com o impulso de brios e mal comprehendidos, empecião sem duvida a marcha regular do serviço e da disciplina, de que é estremo observador. Preferia pois reduzir-se ao minguado soldo de terra e condemnar-se a ostracismo voluntario.

Da commissão de presas, de que era presidente e a que deu todo o desenvolvimento, desembaraçando-a de difficuldades extraordinarias e pondo-a em via facil de conclusão, desse encargo, que elle desempenharia sem estipendio algum, foi honrado pelo Sr. ex-ministro de marinha.

Em 1859 foi promovido a capitão general e dedicado porque serviu o logar do quartel-general, publicou as publicações do almanak de marinha e a compilação das ordens geraes, productos de sua actividade investigadora e locubraciones litterarias.

Obteve a carta de Conselho em virtude de disposição da lei que creou o conselho naval.

Outros factos da vida militar do illustre general se poderiam adduzir a estes apontamentos biographicos, mas a angustia do espaço desta galeria não comporta analyses e desenvolvimentos, o que deu origem tambem ao programma que fica traçado.

Na vida civil e particular do distincto chefe de esquadra ha factos, que demonstram ainda o elasticidade de sua actividade intelligente e productiva; desses porém não é possivel fazer menção, porque entendem com a modestia, que elle se afana em guardar nos segredos de sua vida.

Por decreto de 2 de março do anno actual foi nomeado Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha sabendo-lhe mais a honra de accumular a interinidade da pasta dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas, ministerio de que foi o primeiro encarregado, visto como a essa epocha começava o seu exercicio.

A marinha deposita toda a confiança nos profundos conhecimentos profissionais do seu actual ministro, que considera uma de suas glorias. Possa elle eleva-la ao grão de perfeição a que se aspira e que é o seu *desideratum*, para execução do qual não hesite em fazer sacrificios, que por ella professa desde que principiou a servir o patria de amara. Entretanto todos esperam que S. Ex. se dignará para corresponder á expectativa do augusto e illustre Imperador a que a elevou a tão eminente cargo do Estado.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1861.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

BARÃO DE SURUBHY

Barão de Surubhy.

BARÃO DE SURVEY.

MANOEL da Fonseca Lima e Silva, filho legitimo do marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, natural da cidade do Rio de Janeiro, nasceu a 10 de junho de 1793.

A 25 de novembro de 1806 assentou praça voluntariamente de cadete de primeira classe na 5.^a companhia do 1.^o regimento de infantaria de linha do Rio de Janeiro, em cumprimento da ordem do Vice-Rei. Foi promovido a alferes por decreto de 13 de maio de 1808.

A 26 de abril de 1811 matriculou-se no 1.^o anno de estudos da Academia Real Militar da corte e cidade do Rio de Janeiro. Foi promovido a tenente ajudante.

A 10 de janeiro de 1812 foi approvedo plenamente nas materias do 1.^o anno, vigorando os estatutos de 4 de dezembro de 1810. A 31 de março de 1813 matriculou-se no 5.^o anno da mesma Academia, e a 25 de janeiro de 1814 foi approvedo plenamente nas materias desse anno, vigorando ainda os mesmos estatutos, completando portanto o curso de sua arma. Foi promovido a capitão da 7.^a companhia.

A 16 de abril de 1817, dia em que teve lugar a organização do batalhão de caçadores da corte, fez passagem para a 5.^a companhia do dito batalhão, e nelle marchou na divisão expedicionaria commandada pelo general Luiz do Rego Barreto, para a provincia de Pernambuco, que se achava revoltada.

Por decreto de 16 de setembro de 1817 foi nomeado cavalleiro da ordem de Christo, em remuneração dos serviços militares prestados até o posto de capitão. Regressou com o dito batalhão para esta corte, depois de concluida a pacificação daquella provincia, no mez de dezembro de 1817. Foi promovido a major.

Por decreto de 18 de janeiro de 1823, dia em que foi organizado o batalhão do Imperador, fez passagem para esse batalhão e com elle marchou para a provincia da Bahia, reunindo-se ao exercito alli organizado a 24 de março do mesmo anno, para expellir dessa parte do imperio as tropas portuguezas commandadas pelo general Madeira, que se oppunha á Independencia do Brasil. Nesse mesmo dia assumiu o commando interino do batalhão, por ter o respectivo commandante passado a commandar a brigada do centro do exercito.

A 28 do mesmo mez entrou com uma parte do batalhão no ataque da ilha de Itaparica, a um dos pontos da linha inimiga, e a 3 de maio commandou o batalhão no ataque geral de toda a linha do exercito brasileiro contra a do inimigo.

A 27 de maio de 1823 passou a commandar a 1.^a brigada do exercito, continuando tambem no commando interino do batalhão, e a 3 de junho, no ataque geral de toda a linha do exercito brasileiro contra a do inimigo, commandou a referida 1.^a brigada. Restaurada a cidade da Bahia a 2 de julho desse anno, por terem as tropas portuguezas embarcado, e sendo dissolvido o exercito quanto á sua organização provisoria, deixou porisso o commando interino da brigada e batalhão no mez de novembro, para reentrar no exercicio do seu posto de major do referido batalhão, com o qual embarcou naquella provincia, e chegou a esta corte em 16 de novembro do mesmo anno.

Por provisão da Casa Imperial de 20 de novembro de 1825, foi nomeado Moço da Imperial Camara, e por decreto de 17 de fevereiro do anno seguinte foi nomeado official da ordem imperial do Cruzeiro, em attenção aos seus bons e uteis serviços. Foi promovido a tenente coronel commandante do mesmo batalhão do Imperador.

Por ordem do dia do governo das armas da corte e provincia do Rio de Janeiro, de 28 de fevereiro de 1825, se publicou haver S. M. o Imperador determinado se fizesse constar ao exercito, em ordem do dia, que tendo o mesmo Augusto Senhor, inesperadamente apparecido no quartel do batalhão do Imperador, para observar seu arranjo e aceio, o achara em tal estado, que merecera não só a sua imperial approvação, como louvores ao seu respectivo commandante pelo religioso desempenho de seus deveres, bem como que não era aquella a unica occasião que tinha observado o estado de arranjo, aceio e disciplina do mesmo batalhão.

Por occasião de S. M. o Imperador passar revista ás tropas que tinham de marchar em 1825 para a provincia de Pernambuco, mandou o mesmo Augusto Senhor, em ordem do dia adicional do governo das armas da corte e provincia do Rio de Janeiro de 27 de março do citado anno, certificar ao batalhão do Imperador que ficara plenamente satisfeito por ver que, sem nenhuma antecipação e dentro do espaço de uma hora se apromptara em ordem de marcha e em estado de embarcar á primeira voz se fosse preciso; o que fazia um contraste com alguns dos demais corpos a que passara revista, e dava um exemplo do quanto era vantajoso a boa disciplina em que o conservava o seu respectivo commandante.

Marchou com o batalhão do seu commando, em maio desse mesmo anno, para a praça de Montevideo, por occasião da revolta da provincia Cisplatina. Em virtude do decreto de 2 de julho de 1825 foi condecorado com a medalha concedida ao exercito imperial que fez a guerra a favor da Independencia na provincia da Bahia, e por provisão da Casa Imperial de 20 de outubro de 1826 foi nomeado guarda-roupa honorario. Foi promovido a coronel graduado.

Em dezembro de 1828 regressou a esta corte com o batalhão de seu commando, por ter cessado a guerra da referida provincia Cisplatina, em virtude do tratado de paz feito com o governo argentino, tendo durante sua estada naquella provincia entrado nos diferentes ataques parciaes que houverão entre as forças brasileira e argentina.

Por decreto de 19 de outubro de 1829 foi nomeado cavalleiro da ordem da Roza. Foi promovido á effectividade do posto de coronel. Por officio do mordomo da Casa Imperial de 10 de julho de 1850 foi nomeado veador de S. M. a Imperatriz, e por decreto de 16 de julho de 1831 ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra.

Por aviso do ministerio da guerra de 8 de fevereiro de 1852 foi, a pedido seu, desligado do 1.^o batalhão de caçadores de 1.^a linha (antes batalhão do Imperador) e considerado como avulso.

Por decreto do 1.^o de agosto de 1852 foi nomeado ministro e secretario d'estado dos negocios da justiça (interino), sendo, por decreto de 3 do mesmo mez exonerado, a pedido seu, não só desse cargo, como do de ministro da guerra, louvando-lhe a Regencia os bons serviços prestados nos referidos cargos.

Por decreto de 15 de setembro do mesmo anno foi nomeado commandante das armas da corte e provincia do Rio de Janeiro, e pelo de 15 de outubro do anno seguinte foi nomeado membro da commissão creada para formar o projecto de ordenança geral do exercito, em cujo trabalho desde logo se empregou com os outros membros da commissão.

Nomeado ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra e interino da marinha por decreto de 14 de outubro de 1855, foi exonerado desse ultimo

cargo, por se ter preenchido a vaga daquelle ministerio, pelo decreto de 5 de fevereiro de 1856; e dispensado tambem de ministro da guerra por decreto do 1.º de novembro do mesmo anno, foi pelo dito decreto nomeado ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio.

Por officio da camara municipal da cidade de Nitheroy de 19 de novembro de 1856, foi-lhe remettido o diploma de deputado á assembléa provincial do Rio de Janeiro na primeira legislatura, e convidado para tomar assento na sessão daquelle anno.

Por decreto de 24 de abril de 1837, foi, a pedido do Imperador do cargo de ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio sendo-lhe louvado pelo Regente os bons serviços que prestou no exercicio do referido cargo. Foi promovido a brigadeiro.

Por decreto de 4 de setembro de 1857, foi nomeado vogal do conselho supremo militar.

Por officio do secretario da assembléa provincial do Rio de Janeiro de 2 de outubro de 1857, foi por ordem da mesma assembléa chamado a tomar assento na sessão daquelle anno, o que tendo feito foi por ella eleito Presidente da respectiva provincia em quinto logar para a seguinte legislatura.

Por aviso do ministerio da guerra de 24 de janeiro de 1858, foi novamente nomeado membro da commissão encarregada de concluir o projecto da ordenança do exercito.

A 8 de junho de 1859 casou-se com D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva, filha legitima do marechal de campo Francisco de Lima e Silva.

Por aviso do ministerio da guerra de 29 de agosto de 1859, mandou o Regente agradecer-lhe e aos demais membros da commissão encarregada do projecto da ordenança os trabalhos concluidos pela mesma commissão relativamente á formação, administração disciplinada e repartição do exercito.

Por decreto de 11 de janeiro de 1840, foi nomeado membro da commissão encarregada da parte penal do projecto da ordenança para o exercito.

Em virtude do diploma de 5 de novembro de 1840, foi declarado eleitor da freguezia de Sant'Anna desta corte.

Por aviso do ministerio da guerra de 25 de janeiro de 1841, lhe foi declarado e ordenado que dêsse parecer a respeito dos acontecimentos que havião perturbado a tranquillidade da provincia do Rio Grande do Sul, ajudando das operações militares naquella parte do territorio brasileiro, e que respondesse a diversos quesitos do dito aviso: o qual cumprio a 9 de fevereiro do referido anno.

Por aviso do mesmo ministerio de 17 de maio de 1841, foi encarregado de rever e mandar imprimir o terceiro volume da legislação militar do marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos.

Sendo por officio do commandante superior das tres legiões de Ponso-Alagoas, provincia de Minas, do 1.º de maio de 1841 nomeado para por parte daquellas legiões assistir ao acto solemne da sagração e coroação de Sua Magestade o Imperador, foi no dia competente admittido em virtude do aviso do ministerio do imperio de 7 de junho de 1841.

Por decreto de 18 de julho de 1841, foi-lhe concedido o titulo de conde em virtude dos serviços prestados durante o tempo da minoridade de Sua Magestade o Imperador, no exercicio dos cargos de ministro e secretario d'estado dos negocios do imperio e da guerra.

Por aviso do ministerio da guerra de 22 de março de 1842, foi louvado pelo zelo com que se empregou na revisão e impressão do 3.º volume da legislação militar.

Por decreto de 15 de novembro de 1842 foi nomeado secretario de guerra interino do conselho supremo militar, em cujo logar entrou logo em exercicio.

Por aviso do ministerio da guerra de 17 de outubro de 1843 foi nomeado membro de commissão encarregada de estabelecer o systema geral de manejo das differentes armas do exercito, manobras e evoluções militares.

Por carta imperial de 9 de maio de 1844, foi nomeado presidente da provincia de S. Paulo.

Por decreto de 10 de maio de 1844, foi nomeado commandante das armas da mesma provincia, e pelo de 20 do mesmo mez e anno, secretario da guerra

effectivo do conselho supremo militar. Foi promovido a marechal de campo graduado.

Sendo por decreto de 29 de julho de 1845 abollido o commando das armas da provincia de S. Paulo, foi por isso d'elle dispensado em o 1.º de setembro d'esse mesmo anno, continuando na presidencia da dita provincia.

Por decreto de 14 de março de 1846 foi nomeado grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, em consideração aos seus bons serviços. Foi promovido á effectividade do posto de marechal de campo.

Em virtude do diploma de 5 de outubro de 1847, foi declarado eleitor da freguezia da Sé da provincia de S. Paulo.

Por decreto de 30 de outubro de 1847 foi exonerado do cargo de presidente da provincia de S. Paulo.

Tendo-se procedido nessa provincia no mesmo dia á eleição de um senador, em resultado della foi o seu nome incluído na lista triplex, recabindo porem a escolha imperial em um dos outros dois individuos igualmente votados.

Por decreto de 21 de dezembro de 1848 foi nomeado commandante superior da guarda nacional do municipio da corte, em cujo exercicio entrou no dia 24 do mesmo mez.

Por aviso do ministerio da guerra de 29 de julho de 1850 foi nomeado inspector dos corpos da guarnição da corte, entrando logo no exercicio desta commissão.

Por aviso do mesmo ministerio de 27 de setembro desse anno, foi nomeado membro da commissão encarregada de propor ao governo quaes as actuaes instruções para manobras e exercicios dos corpos de artilharia, cavallaria, e infantaria devendo ser preferíveis para o nosso exercito o que cumprio a 30 do dito mez.

Por aviso do mesmo ministerio de 25 de outubro de 1850 foi louvado pelo bem que cumprio a commissão acima.

Por aviso do mesmo ministerio de 5 de dezembro de 1850, foi encarregado de dar parecer a respeito do projecto do regulamento que lhe fôra remettido para execução da lei de 6 de setembro de 1850: o que satisfiz a 10 de dezembro do mesmo anno.

Por decreto de 15 de julho de 1851, por occasião da nova organização da guarda nacional, foi novamente nomeado commandante superior da guarda nacional do municipio da corte. Foi promovido a tenente-general.

Por decretos de 3 de julho de 1852, foi nomeado conselheiro de guerra, e exonerado do logar de secretario de guerra do conselho supremo militar.

Em virtude do diploma de 11 de novembro de 1852, foi declarado eleitor da freguezia de Sant'Anna desta corte, e pelo de 19 de fevereiro de 1854, foi tambem declarado eleitor especial da referida freguezia a fim de eleger os senadores da provincia do Rio de Janeiro.

Por decreto de 2 de dezembro de 1854, lhe foi concedido o titulo de barão do Surubim, com honras de grandeza.

Por decreto de 21 de janeiro de 1855, foi nomeado ajudante general do exercito.

Por aviso do ministerio da justiça de 8 de fevereiro de 1855, mandou Sua Magestade o Imperador louvar-lhe pelos bons serviços que prestou, zelo e lealdade de que deu prova durante o tempo que tão dignamente exercera o logar de commandante superior da guarda nacional da corte; agradecendo o respectivo ministro de sua parte a coadjuvação que lhe prestara em negocios relativos á guarda nacional, com especialidade na sua organização.

Pela ordem do dia do exercito de 18 de fevereiro de 1855, sob n.º 1, tomou posse do logar de ajudante general do exercito n'esse mesmo dia, deixando por isso de exercer o de inspector dos corpos da guarnição da corte.

Em virtude do decreto n.º 2677 de 27 de outubro de 1856, foi reformado a secretaria d'estado dos negocios da guerra e a repartição do ajudante general, foi nomeado por decreto de 31 do mesmo mez e anno, director geral da segunda directoria geral da referida secretaria d'estado.

Por decreto de 7 de novembro de 1856, publicado na ordem do dia do exercito n.º 218, foi exonerado do cargo de ajudante general do exercito.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1861.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. de S. A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

JOÃO LINS VIEIRA CANSANSÃO DE SINIMBU

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu

JOÃO LINS VIEIRA CANSANSÃO DE SINIMBÚ.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, filho do capitão das extinctas Ordenanças Manoel Vieira Dantas e de sua mulher D. Anna Maria José Lins, nasceu no Engenho Sinimbu, termo da villa de S. Miguel, da provincia das Alagoas, no dia 20 de novembro de 1810.

Destinado á carreira das letras, começou seus estudos na capital da mesma provincia, indo depois completal-os na cidade de Olinda.

Matriculado no anno de 1831 na Academia das Sciencias Sociaes e Juridicas, foi contemplado entre os concorrentes ao segundo premio do merito litterario naquello anno, obtendo o primeiro no anno seguinte.

Em 15 de novembro de 1835 recebeu o grau de bacharel formado, e regressou ao seio de sua familia, da qual novamente se separou em junho do anno seguinte para viajar alguns paizes da Europa.

Depois de varias excursões pelo norte da França e por toda a Belgica, recolheu-se a Paris, onde, levado pelas tendencias que o inclinavão para o estudo das sciencias naturaes, ouviu as lições dos sabios professores da Escola de Medicina, e fez um curso de chimica applicada ás artes com o preparador da mesma escola o celebre Barruel.

Prevendo as necessidades futuras do paiz, e reconhecendo a conveniencia de visitar os lugares e estudar os costumes de um povo, cuja emigração seria em pouco tempo objecto das mais serias indagações dos homens d'Estado do Brasil, o Sr. Cansansão de Sinimbu propoz-se a viajar as partes da Allemanha, d'onde já milhares de colonos sahião annualmente para povoar e fertilisar os desertos da America do Norte. No outono de 1837 percorreu a parte oriental da França, e atravessando o ducado de Baden, viajou as provincias rhenanas, e passou-se á Hollanda, onde a recommendação do sabio portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira demorou-se para visitar o mais interessante de quantos estabelecimentos pios havia então na Europa, as colonias agricolas de Frederik Ort. Passando-se depois para o norte da Allemanha, fez varias excursões até o interior desse paiz, percorrendo grande parte da Saxonia, da Silesia e da Bohemia, não nas linhas ferreas, como actualmente se viaja, mas algumas vezes com o sacco ás costas, como viaja quem de já conhecer as feições caracteristicas que distinguem os diferentes povos que habitão o mesmo continente. Depois de ter estado em Berlin, Dresde, Vienna e Munich, voltou o Sr. Cansansão de Sinimbu novamente a Paris no outono de 1838, tendo nesse regresso atravessado a Suissa, onde o demorou o desejo de visitar as prisões penitenciaras de Berne e Genebra, e o famoso instituto agricola de Hofville.

Passando-se a Inglaterra, onde pretendia demorar-se, foi em consequencia de molestia grave de pessoa de sua familia obrigado a voltar ao paiz natal, onde chegou em janeiro de 1839.

Restituido á sua provincia, foi logo pela respectiva assembléa provincial contemplado na proposta dos vice-presidentes, sendo por decreto imperial collocado no primeiro lugar. Achava-se em outubro daquelle anno na villa de Maceió entregue á pratica de deveres filiaes junto ao leito de sua mãe moribunda, quando rebentou na cidade das Alagoas a sedição que tinha por fim depor o presidente Agostinho da Silva Neves.

O procedimento do Sr. Cansansão de Sinimbu por essa occasião foi referido por aquelle presidente na falla com que em 3 de dezembro abriu extraordinariamente a assembléa provincial, nos seguintes termos:

« Em quanto estas cousas se passavão nesta cidade, a villa de Maceió apresentava um aspecto differente. O Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, que alli estava, 1.º vice-presidente escolhido por decreto imperial, e já juramentado nesta casa, sabendo os acontecimentos da capital, e que eu me achava reduzido dentro das casas do palacio a estado de capturação, phisicamente impossibilitado de dirigir o governo, ipso facto, se julgou autorisado a tomar conta da administração da provincia, e deu o signal da contra sedição á todos os municipios em favor da legalidade ultrajada; declarando a villa de Maceió séde interina do governo, pondo a mesma em estado de defeza, e ao abrigo de qualquer tentativa dos sediciosos, fez reunir alli, e nas villas de S. Miguel, Campos e Atalaia a força necessaria para reprimir o movimento sedicioso, em

quanto chegavão os auxilios que tinha pedido ás provincias de Pernambuco e Bahia, que habilitassem o governo a marchar contra a capital, caso não quizesse ella antes render-se, pondo a minha pessoa em liberdade, e depondo as armas.

« Esta energica resolução do vice-presidente embarçou os desordeiros, os quaes mostrando-se ao principio desejosos de o convidarem a tomar as redeas do governo em meu impedimento, se virão a isso forçados pela conducta inesperada daquella autoridade, em consequencia, a camara desta cidade lhe dirigiu um officio, pedindo-lhe que se recolhesse á esta capital para assumir o governo (documento n. 5), ao que respondeu o vice-presidente, que o não faria sem que lhe constasse haver o povo e tropa deposto as armas e posto em liberdade a minha pessoa (documento n. 4).

« Durante essa correspondencia, e quando todas as municipalidades á porfia se vantavão para protestar contra o procedimento illegal desta cidade, e os guardas nacionaes se alistavão em massa debaixo das bandeiras da legalidade, cuidarão os sediciosos, depois de muitas hesitações, da minha deportação, e sabendo que na villa de Maceió um navio devia dar á vella para a cidade da Bahia, mandáram ajustal-o para tocar no porto do Francez, e alli receber-me.

« Com effeito assim aconteceu: no dia 1.º do mez proximo findo, fui avisado que devia embarcar, e no dia seguinte acompanhado de força armada, de alguns chefes da sedição e de pessoas que me quizerão dar um testemunho de estima, fui conduzido ao mencionado porto do Francez, e d'alli á bordo do patacho *Dous Amigos*, cujo mestre tinha ordem do vice-presidente de me receber com as horas devidas ao lugar que occupo, e de pôr o seu navio á minha disposição, para entrar em qualquer porto desta provincia, que por mim lhe fosse designado.

Tão energico e leal procedimento mereceu do Regente a mais completa approvação, sendo logo o Sr. Cansansão de Sinimbu por ella nomeado presidente daquella mesma provincia.

Empossado dessa presidencia em janeiro de 1840, foram seus primeiros esforços applicados em acalmar as paixões excitadas pela sedição, dar impulso aos melhoramentos materiaes da provincia, e tornar effectiva a acção protectora da lei no sentido de garantir a segurança individual.

Infelizmente as exigencias parlamentares da época não permittirão que sua administração fosse duradoura, pois em julho desse mesmo anno foi della exonerado.

Larga compensação porém lhe derão seus comprovincianos elegendo-o logo após essa exoneração para o cargo honroso de deputado á Assembléa Geral e membro da Assembléa Provincial.

Em abril do anno seguinte foi nomeado presidente de Sergipe, cargo que exerceu pouco tempo, por ter sido logo removido para a provincia do Rio Grande do Norte.

Pedindo exoneração dessa nova nomeação, dirigiu-se para sua provincia, onde se demorou até abril de 1842, em que pela primeira vez veio a esta côrte para tomar assento como deputado.

Tendo essa camara sido previamente dissolvida, recebeu o Sr. Cansansão de Sinimbu, dos alagoanos, as honras de uma nova eleição.

No exercicio do seu mandato pertenceu ao numero daquelles deputados que, condemnando os movimentos revoltosos de Minas e S. Paulo, e applaudindo o triumpho da legalidade, censuravão o governo pelo emprego de medidas offensivas da constituição e da lei.

Por decreto de 27 de maio de 1843 foi nomeado ministro residente junto ao governo da republica oriental do Uruguay.

Erão então melindrosissimas as relações do Imperio com as republicas do Prata. O dictador de Buenos-Ayres, D. João Manoel de Rosas, recusando ratificar o tratado que em 23 de março daquelle anno havia o general Guido, seu फिर o tratado que em 23 de março daquelle anno havia o general Guido, seu ministro, negociado com o governo imperial nesta côrte, tinha rompido todo o véo que ainda occultava sua politica tenebrosa; esse acto imprudente revelou o pensamento que tinha de excluir completamente o Brasil de toda e qualquer ingerencia na intervenção dos negocios do Estado Oriental, que sendo criação de ambos, era por aquelle governador ambicionado como devendo fazer parte

integrante da Confederação Argentina, contrariamente ao espirito e á letra da convenção de 30 de agosto de 1828.

Por outra parte, o governo de Montevidéo, hostilizado por aquelle dictador parecia ser o melhor auxiliar que tinham os dissidentes da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, cuja revolta o governo imperial tinha muito a peito debellar. Abandonar a causa do governo de Montevidéo era dar ganho ás pretensões injustas e ambiciosas do governador de Buenos-Ayres; favorecel-a, era favorecer indirectamente a causa dos dissidentes da provincia do Rio Grande.

Era esse o grande escolho da politica brasileira no Rio da Prata no anno de 1845, quando o Sr. Cansansão de Sinimbu foi designado para desempenhar aquella missão diplomatica. Se a situação dos negocios era difficil quando o general Oribe, commandando as tropas argentinas tinha em assedio a capital da republica, essa situação se tornou verdadeiramente grave, quando em setembro desse mesmo anno tres successos importantes ameaçãõ tornar impotente qualquer tentativa de resistencia da parte dos sitiados orientaes.

O general Urquiza ás ordens do dictador de Buenos-Ayres logrou atravessar incolume o Uruguay á frente das melhores tropas argentinas, e repellido Fructuoso Rivéra para a fronteira do Rio Grande franqueou a campanha ás forças de Oribe; abrindo o sitio em que aquella se tinha posto. O governo francez expelliu ordem a seus agentes para desarmar a legião franceza, um dos mais fortes sustentáculos da causa de Montevidéo; e como se isso não fosse bastante, a França e a Inglaterra recusando o apoio solicitado pelo governo Oriental, expedirão instrucções ás suas autoridades para desconhecem o bloqueio argentino com as condições propostas pelo ministro Mandeville.

Attonito sob o peso e effeito simultaneos de tantos golpes, o governo de Montevidéo julgou-se quasi na impossibilidade de continuar na heroica defenza do ultimo baluarte em que estava refugiada a soberania da republica; um meio restava ainda tentar, essa tentativa foi julgada perigosa e arriscada pelo bravo general Pax. Prolongar a defenza através das fortificações era possível, seis mezes de luta tinham demonstrado, atacar os sitiados com um exercito improvisado, a quem faltava o elemento mais poderoso daquella guerra, a cavallaria, era empresa temeraria que poderia dar em resultado a tomada da cidade, e com ella uma carnificina espantosa. Foi essa a opinião do bravo e experimentado general, e foi essa opinião que prevaleceu nos conselhos do governo de Montevidéo.

Não restava por tanto á causa do governo Oriental outra esperança que pedir para o procedimento das autoridades brasileiras.

O ministro do imperador viu bem quão critica se tornava a situação; abandonar o governo de Montevidéo, era abrir ao governador de Buenos-Ayres a última porta que lhe faltava para completar seu dominio no Estado Oriental. Conquistado esse estado o governador Rosas procuraria dar novo emprego ás suas forças; qual seria esse emprego? já não era mysterio.

A revolta do Rio Grande tinha tomado consistencia com o apoio e reconhecimento do general Oribe quando presidente da Republica Oriental. Quem poderia asseverar que não fosse elle victorioso então com o apoio das forças argentinas, que consummariam a sua obra de hostilidade contra o Brasil?

Tudo isso previu o Sr. Cansansão de Sinimbu, e tudo isso expoz ao conhecimento do seu governo. Mas como antes de tudo convinha salvar a situação de Montevidéo, isso conseguiu com o acto da energia que praticou ordenando ao almirante Frederico Mariath commandante da força naval do imperio que não reconhecesse o bloqueio argentino, bloqueio *sui generis* estabelecido fóra das regras do direito das gentes.

Com esse acto ainda até hoje tão mal apreciado, conseguiu dar ao governo imperial tempo para resolver-se na posição que lhe conviesse tomar nos negocios do Rio da Prata no triumpho previsto de Rosas, e aos Orientaes que combatião por essa independencia, occasião de reconhecerem o perigo a que se expunhão não estreitando com o governo imperial relação de perfeita cordialidade e alliança sincera.

A verdade é que em quanto o almirante Brown pelo não reconhecimento do bloqueio demandava de novo o porto de Buenos-Ayres, o governo de Montevidéo prevendo novo perigo contrahiu um empréstimo, e abastecia a cidade de generos necessarios á alimentação de seus defensores.

A verdade é que quando o vapor *Imperatriz* entrara em Montevidéo trazendo ordem do governo imperial para reconhecimento do bloqueio argentino, já a primeira impressão tinha passado, e a cidade se achava preparada para continuar a sua patriótica defenza, como de facto realizou favorecida pelos successos posteriores, até que a nossa intervenção de 1851, foi abrir-lhes as portas da campanha e restituir-lhes a paz. Julgando finda sua missão com o reconhecimento do bloqueio, e não desejando agravar com sua presença no theatro daquelles acontecimentos as relações do imperio com o governador de Buenos-Ayres, o Sr. Cansansão de Sinimbu regressou a esta capital para dar conta ao governo do seu procedimento, expor-lhe verbalmente a situação dos negocios, e pedir dispensa de sua commissão, a qual lhe foi logo aceita.

Na sessão legislativa do anno seguinte pertenceu ao numero daquelles deputados que apoiarão o ministerio de 2 de fevereiro, agredido então por ter concedido annistia aos compromettidos na revolta de Minas e S. Paulo.

De volta á sua provincia depois da dessolução prestou ao presidente de então

tudo o seu apoio em favor da ordem publica alterada por um movimento sedicioso em que tomou parte o celebre fascinora Vicente de Paula.

Desgostoso pelo estado anarchico em que então ficarão os negocios daquella provincia e não querendo que seu nome servisse de pretexto a injustas perseguições veio para esta cõrte com destino a empregar-se na carreira de magistratura.

Foi por decreto de 2 de dezembro de 1845 nomeado juiz de direito da comarca da Chapada na provincia do Maranhão, posteriormente removido para a do Porto Imperial em Goiaz, e desse removido novamente para o de Cantagallo no Rio de Janeiro, onde serviu desde maio de 1848 até novembro de 1852. Despensando em prol do melhoramento da localidade, o tempo que lhe sobrava das funções de juiz, promoveu o estabelecimento de algumas obras, como fossem o cemiterio, a cadeia, e a nova matriz de Nova Friburgo.

Nomeado presidente do Rio Grande do Sul por carta imperial de 16 de setembro de 1852 tomou posse desse cargo em 2 de dezembro de 1852. Os beneficios que de sua administração logrou a provincia do Rio Grande permanecem na lembrança dos seus habitantes, alguns dos quaes querendo testemunhar o alto apreço em que a tem, lhe fizeram offerta de uma commenda de brilhantes. Foi durante essa presidencia que teve lugar a marcha de uma divizão de 5000 praças que a pedido do governo Oriental foi estacionar em Montevidéo.

Essa expedição model'o da ordem e da disciplina apresentou-se tão brilhante e previdentemente armada e equipada, e fornecida de todos os aprestos necessarios para desempenhar sua honrosa tarefa, que excitou admiração na capital da republica vizinha, e o presidente que para mandal-a nesse estado não se havia poupado a nenhum trabalho, mereceu por isso do governo imperial especial louvor.

Eleito pela terceira vez deputado á assembléa geral por sua provincia, o Sr. Cansansão de Sinimbu pediu exoneración do cargo de presidente do Rio Grande para exercer as funções do seu mandato.

Fiel ao principio de tolerancia e moderação que fazem a base do seu caracter politico, o deputado alagoano sustentou francamente a politica de conciliação seguida pelo gabinete Paraná, concorreu com um voto para que passasse na sessão daquelle anno a reforma eleitoral que estabeleceu a eleição por districto.

Nomeado por decreto de 5 de outubro de 1855 chefe de policia da cõrte na occasião em que era ella invadida pelo cholera-morbus, entrou no exercicio desse cargo em 20 do mesmo mez, e nelle prestou serviços que são conhecidos.

Em junho de 1856 foi interrompido dos trabalhos legislativos para ser encarregado da presidencia da Bahia, commissão que aceitou com relucancia.

O modo imparcial e inergico com que se houve nessa presidencia, garantindo a liberdade do voto, e sustentando a ordem publica, quando uma população desenfreada no dia 27 de fevereiro e 1 de março de 1858 pretendeu invadir a residencia presidencial para insultar as irmãs de Caridade ali asyladas, e extorquir da autoridade medidas illegaes, o impulso que deu aos melhoramentos da provincia, estabelecendo um systema de viação, e lançando as primeiras sementes para fundação de escolas nacionaes na margem do rio das Contas, gratgearão a esse presidente uma sympathia tão grande e profunda entre os habitantes da Bahia, que repetidos testemunhos della lhe hão sido manifestados.

Tendo-se dado com a morte do visconde de Sepetiba, que representava a provincia das Alagoas, uma vaga no senado, não era possível que os filhos daquella provincia esquecessem o nome do comprovinciano que nos diversos cargos publicos que exerceu procurou sempre honrar a lembrança da sua terra natal.

Assim é que tendo-se de se proceder á respectiva eleição, o nome do Sr. Cansansão de Sinimbu foi collocado na lista triplíce em primeiro lugar, e com notavel differença de seus concurrentes. Honrado com a benevolencia imperial, foi por carta de 19 de abril de 1857 escolhido senador do imperio, em cuja camara veio tomar assento em maio de 1858.

Com a saída do ministerio de 12 de dezembro desse anno, foi o Sr. Cansansão de Sinimbu convidado para fazer parte do gabinete que se organizou a 10 de agosto de 1859, cabendo-lhe a pasta de ministro dos negocios estrangeiros. Na gerencia dessa administração negociou com o governo francez a convenção postal de 9 de julho, e a convenção consular de 10 de dezembro do anno passado, e outra de igual natureza com o plenipotenciario do governo da confederação Suissa, que pende ainda de ratificação.

Não é ainda a occasião de apreciar o merito de um ministro, cujos actos estão ainda sujeitos ao juizo do parlamento.

O Sr. Cansansão de Sinimbu tem por diversas vezes recebido testemunhos da munificencia imperial.

Por decreto de 18 de julho de 1841 foi condecorado com a commenda de Christo; por decreto de 2 de dezembro de 1854 teve o officialato da Rosa, e a commenda da mesma ordem por decreto de 2 de dezembro de 1858.

Em 1856 forão-lhe concedidas as honras de desembargador. E' grão-cruz da Ordem Austriaca da Coroa de Ferro, membro do Instituto Historico desde outubro de 1840, membro honorario da Academia d'Archeologia da Belgica, e doutor em utroque jure pela Universidade de Iena.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisaen Editor. Rua do Cano 45

VISCONDE DE PEDRA BRANCA

Visconde de Pedra Branca

VISCONDE DA PEDRA BRANCA.



PENNA esquiva-se-me em acompanhar os movimentos que a mão lhe imprime ao traçar este rapido esboço biographico da vida do visconde da Pedra Branca, afim de que sirva, no futuro, de material á algum habil biographo.

Compenetrado da minha incapacidade para um trabalho tão superior ás minhas forças, sou comtudo forçado á elle pelo dever imperioso da amisade, e o respeito profundo que voto ás cinzas do finado visconde.

Carregarei sobre os meus debeis hombros o pesado madeiro e caminharei resignado pela senda escabrosa da amisade, cuja extremidade se perde no infinito.

Domingos Borges de Barros, depois visconde da Pedra Branca, nasceu a 10 de outubro de 1780 na cidade de S. Salvador, capital da antiga e rica capitania da Bahia. Forão seus pais o capitão-mór Francisco Borges de Barros e D. Luiza Borges de Barros.

A patria dos *Caramurús* se vangloria de ter nascido em seu seio um cidadão tão distincto.

A applicação que desde criança se lhe notou, aos estudos, demoverão seu pai a mandal-o estudar humanidades na cidade natal. Concluidos estes primeiros estudos seguiu para Portugal afim de cursar as aulas de sciencias juridicas e sociaes na antiga universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de doutor.

Amigo das sciencias, como foi, não lhe era possivel desprezar as bellas-artes; e, estudando os mais decantados poetas antigos, vivendo n'uma época de apogéo para as musas, cultivando a amisade das celebridades poeticas contemporaneas, taes como Bocage, Nicoláo Tolentino, Filinto Elysio, José Agostinho de Macedo e outros, soube fecundar por tal fórma seu espirito que era reconhecido pelos homens illustrados do seu tempo, como um distincto filho das letras.

Na defficiencia de datas e de alguns pontos essenciaes da vida do illustre visconde da Pedra Branca, socorro-me do que escreveu o Sr. Porto Alegre, na *Revista do Instituto Historico*, sobre o vulto que me occupa:

« O visconde da Pedra Branca, o amavel poeta das senhoras brasileiras,

« depois de haver completado as suas humanidades na Bahia, foi para Portugal, onde tomou na universidade de Coimbra o grau de doutor em direito, e fez alguns estudos na faculdade de philosophia para os applicar á agricultura. Herdeiro de uma grande fortuna, que soube conservar, viveu em Lisboa por algum tempo cultivando as musas, e em companhia daquella pleiade de poetas que contava em seu numero Bocage, Tolentino e J. Agostinho de Macedo.

« Amigo de Hippolyto, do redactor do *Correio Brasiliense*, e do laborioso Filinto Elysio, participante das idéas francezas, soffreu pela liberdade da sua patria, e até foi encarcerado.

« Deputado ás côrtes portuguezas, erotico por natureza, e amigo de uma lisongeira nomeada, advogou a liberdade politica das mulheres, mas os seus amaveis esforços naufragarão com as tentativas dos discipulos de S. Simão, e as das reuniões promovidas pela duqueza de Abrantes posteriormente: o seculo não quiz abdicar uma parte da sua masculinidade, e as amazonas parlamentares voltarão as almofadas e bastidores.

« Nomeado representante do Brasil em França, teve de lutar para o seu reconhecimento, que implicitamente envolvia o do novo imperio. Foi em Paris e durante a sua missão que deu á luz dous tomos de *poesias offerecidas ás senhoras brasileiras por um bahiano*.

« Eleito senador do imperio, na fundação do areopago brasileiro, poucas vezes veio ao senado; os seus habitos europeus, e o amor que tinha ás viagens o demorarão por longos annos fóra da patria.

« A velhice e as enfermidades o fizerão regressar: o calor intertropical é conservador para os velhos valetudinarios.

« Como poeta pertencia á escola classica, mas o seu genero favorito, o da sua natureza erotica, o impedia de elevar-se aos arrosos varonis das musas inflammadas; purista e suave metrificador gozará por muito tempo de boa nomeada. Peza-me o não ter lido até hoje a sua ultima obra, — *Os tumulos*.

« Alguns escriptos deveria ter deixado, porque fóra laborioso, porém é tal ainda o estado de nossas cousas a respeito desta materia, que de nada sabemos pelo momento. »

Não foi pela litteratura unicamente que se distinguiu o visconde da Pedra Branca : importantes forão os serviços de outra cathegoria que prestou á patria.

A negociação do casamento da princeza Amelia na corte de Leuchtemberg com S. M. o Imperador Pedro I. foi de tanto alcance, e tão dignamente se houve elle nessa emergencia, que mereceu as graças daquelle grande monarcha, que o condecorou com a grã-cruz da imperial ordem de Christo.

Anteriormente, o fundador da dymnastia brasileira houve por bem recompensal-o dos serviços de outra natureza, com o titulo de barão da Pedra Branca, tendo, posteriormente, o de visconde do mesmo titulo.

Alem da grã-cruz que tão justamente lhe guarnecia o còlo, sobresahião ainda a grande dignitaria da ordem da Roza, e a commenda da ordem de Christo.

Quando em Portugal, logò após seu doutoramento, casou-se (1814) com D. Maria do Carmo de Gouvêa Portugal.

Depois de ter percorrido alguns paizes importantes do velho mundo, já em character official, já como simples particular, e quando a idade fazia-se sentir dos rigores do inverno europeu, regressou ao paiz natal, prestou importantes serviços, especialmente á agricultura, que tanto prezava, a qual era por elle considerada como o principal manancial da nossa riqueza.

Operario incansavel, escreveu muito, porem quasi todo esse trabalho a modestia roubou ao dominio da publicidade, restando-nos apenas o seu volume de *Poesias dedicado ás senhoras brasileiras, e o seu poema --Os tumulos.*

Domingos Borges de Barros era um homem de estatura regular, bem proporcionado, de forte compleição, traços regulares, e de uma phisionomia agradável. A elle era bem cabido o espirituoso dito de Izabel Catholica: « A natureza e a educação formão os gentis-homens; o nascimento e a posição os contrafazem. » O seu aspecto exterior infundia respeito, e o seu trato um sentimento de amisade. Os incautos se illudião, porque sob apparencias tão calmas e amaveis cuidavão encontrar uma alma timorata; pelo contrario, todo elle era a energia reflectida, a tenacidade tranquilla.

Falleceu Domingos Borges de Barros, a 21 de março de 1855, com 75 annos de idade, em um dos ultimos graus da escala social.

Foi deputado, senador do imperio, veador de SS. AA. Imperiaes, visconde da Pedra Branca, ex-ministro em Paris, grã-cruz da imperial ordem de Christo, commendador da mesma ordem, dignatario da ordem da Rosa, membro de diversas sociedades scientificas e litterarias de Paris, membro do instituto historico brasileiro, etc.

Foi um grande vulto, e como tal é digno de figurar na galeria dos contemporaneos.

OS CONTEMPORANEOS



Lith S.A. Sisson Editor. Rua do Cano 45

D. MANOEL DE ASSIS MASCARENHAS

D. Manoel de Assis Mascarenhas

D. MANOEL DE ASSIS MASCARENHAS.

NA VIDA das sociedades ha quadras infelizes em que os principios os mais sagrados são desconhecidos, ou despresados, em que os homens, allucinados por más paixões, suffocam a voz da consciencia, deleitam-se na pratica dos vicios, e chegam a um estado de verdadeira prostituição moral. São quadras em que as sociedades dominadas por um materialismo grosseiro, tornam-se incapazes de elevar-se á ideias nobres, de dar expansão ás tendencias superiores da natureza humana.

O historiador philosopho encara esses periodos da vida dos povos com verdadeira tristeza, porque encheria nelles o predominio dos sentimentos mais baixos do coração humano.

Felizmente, para gloria da humanidade, a invasão do máu principio nunca é completa. Alguns homens em cujo coração a mão de Deus gravou mais profundamente o sentimento do justo e do honesto, formam um contraste consolador com o resto da sociedade, e vingam a moralidade ultrajada.

O Brazil não está certamente em um desses periodos synistros a que tem chegado os imperios que entram em decadencia, ou preparam-se para a dissolução. Nação nova, passada ha pouco pelo crysol de uma revolução, que com a independencia deu-lhe a liberdade, tem muita seiva, muita força de vitalidade. Não pode, pois, ser comparada ás sociedades decrepitas, corroidas pelos vicios, e pela indifferença por todos os bons principios que constituem a força e a nobreza da humanidade.

O corpo social, sem duvida, não se acha invadido pela corrupção. Convenientemente dirigida, a nossa sociedade pode comprehender bellamente os grandes principios que a civilização do nosso seculo tem conquistado para a humanidade, e á sombra delles realizar os brilhantes destinos que a Providencia parece ter reservado á este paiz.

A sociedade em geral é boa, mas cumpre não desconhecer uma triste verdade: os homens que a dirigem estão bem longe de realizar o ideal que se deve formar dos primeiros cidadãos de um paiz novo, rico, e livre. Sem fazer-lhes injustiça, pode-se affirmar que em sua quasi totalidade acham-se dominados pela materia á tal ponto, que tornaram-se indifferentes aos grandes principios e aos nobres sentimentos que inspiram as acções que mais honram a raça humana.

Dever, desinteresse, abnegação, patriotismo, são palavras que foram riscadas do nosso vocabulario politico. O interesse, e só o interesse, é o motivo que determina as acções dos nossos homens publicos.

Em tão deploravel situação, sente-se verdadeiro prazer, ao contemplar alguns desses varões que podem resistir á torrente da corrupção, e que formam verdadeira excepção da quasi totalidade dos que se acham nas mais eminentes posições do Estado.

No minguido grupo dos nossos politicos honestos, occupa lugar mui distincto o Sr. D. Manoel de Assis Mascarenhas, objecto das breves observações que traçamos.

Não existe entre os politicos brasileiros um nome mais conhecido no paiz do que o do Sr. D. Manoel. Nenhum dos nossos homens é objecto de mais sympathia, de mais amor, de mais respeito.

O Sr. D. Manoel desde que appareceu no parlamento brasileiro chamou sobre si a attenção publica, por seu esclarecido patriotismo, por sua nobre e corajosa franqueza.

O parlamento brasileiro, é talvez entre todos os que existem, o que mais se distingue na applicação do que se chama conveniencias parlamentares. Nos outros paizes não se liga á estas palavras a mesma ideia que no Brazil. As conveniencias parlamentares não permitem que se use na tribuna de uma linguagem menos decente; que se compromettam os interesses do paiz em relação ao estrangeiro, por meic de revelações indiscretas; mas o respeito ás conveniencias não domina o orador a ponto de obrigar-o á não revelar os escandalos da administração, a corrupção dos funcionarios e todos os abusos que se introduzem no governo da sociedade.

O predominio dos interesses materiaes, o egoismo officialmente reconhecido como unico movel dos homens publicos, deu uma extensão immensa ás conveniencias parlamentares. Censurar um abuso para o qual havia concorrido um ministro, um senador, ou um deputado, era offender as conveniencias; declarar contra a corrupção era uma grave offensa ás conveniencias parlamentares, pois a corrupção era favorecida e largamente praticada pela maioria dos membros do parlamento; procurar cohibir o governo nos seus excessos, no seu systema corruptor, nas suas criminosas invasões, era ir de encontro a todas as conveniencias da tribuna, porque o governo é quem faz o deputado, ou o senador, quem distribue o orçamento, quem noméa para as boas commissões, quem paga as dedicações. Emfim querer a pratica leal e sincera do systema representativo era a maior das inconveniencias.

O Sr. D. Manoel nunca pode comprehender esse funesto systema de encobrir a verdade, de illudir o paiz. Desde que appareceu no parlamento tornou-se notavel por seu character independente, e pela sua franqueza.

Na camara temporaria, onde teve assento, á principio como representante do Rio Grande do Norte, depois de Goyaz e á final do Rio de Janeiro, seu character manifestou-se em toda a sua verdade. O paiz inteiro via no corajoso deputado um dos caracteres mais nobres e mais patrioticos do nosso tempo.

Em 12 de Junho de 1850 foi o Sr. D. Manoel escolhido senador pelo Rio Grande do Norte, provincia que por duas vezes havia administrado. Desde então sua vida, por assim dizer, tem-se passado na tribuna. Nenhuma questão de alguma importancia tem sido levada ao senado sobre a qual o illustrado senador não se tenha pronunciado.

O Sr. D. Manoel não é desses que entendem que o senado é um lugar de repouso, de ocio, verdadeira aposentadoria concedida aos servidores do paiz. Compreendeu pelo contrario que é um cargo que, por isso mesmo que colloca aquelle que o occupa em posição eminente, importa compromissos muito sérios, que devem ser cumpridos ainda com sacrificio dos interesses particulares.

Formando uma verdadeira ideia do que deve ser o representante da nação, o Sr. D. Manoel dedicou-se todo á realisação do typo que concebera. Estuda as questões politicas e administrativas com todo o cuidado, e pronuncia-se a favor da opinião que lhe parece mais justa, que se acha mais em harmonia com os grandes interesses do Estado, embora tenha de incorrer no desagrado de alguns individuos, embora tenha de irritar os interesses privados.

Em uma epocha em que o interesse publico é quasi sempre abafado por calculos de egoismo, em que os politicos, antes do bem do paiz consultam as suas particulares conveniencias, e tratam da sua elevação pessoal, o procedimento cheio de abnegação e de civismo do Sr. D. Manoel tem-se tornado verdadeiramente notavel. Sem querer remontar a epochas anteriores, lembraremos que o illustre senador fez opposição energica e franca ao ministerio presidido pelo fi-

nado marquez de Paraná, homem forte cuja vontade bem poucos ousaram contrariar. Os relevantes serviços prestados ao paiz pelo Sr. D. Manoel na opposição que fez aos ministerios de 12 de Dezembro de 1858 e de 10 de Agosto de 1859, são ainda muito recentes. O papel que S. Exc. representa actualmentemente em relação ao ministerio de 2 de Março de 1861 honra sobremaneira o seu character, e é mais um documento da pureza do seu patriotismo.

Na vida parlamentar do Sr. D. Manoel ha um facto que por si só faria a gloria de um parlamentar, de um cidadão honesto, e que por isso merece ser especialmente memorado.

Em 1859 o thezouro publico achava-se nas peniveis circumstancias que ainda hoje subsistem. A elevação do preço de todas as cousas necessarias á vida, collocou as classes menos favorecidas nas maiores difficuldades para prover ás necessidades mais imperiosas. Uma das mais importantes das nossas provincias estava á braços com uma fome horrivel, produzida por uma secca prolongada.

Com esse estado desolador contrastava o progresso e florescia do theatro lyrico italiano do Rio de Janeiro, grande escola de luxo, origem da ruina das familias, verdadeiro foco de corrupção. Precisamente na quadra em que mais se fazia sentir a penuria do Estado e a miseria de muitos particulares é que esse estabelecimento ousou pedir ao poder legislativo que elevasse ao dobro a subvenção que por meio de loterias lhe prestava.

Tão arrojada pretensão era sem duvida um insulto feito aos supremos poderes do Estado, um escarneo lançado em face á população soffredora. Entretanto o theatro lyrico era poderoso. Ninguém ousava arrostar de frente sua influencia; ninguém abertamente contrariava suas arrojadas pretensões. A camara dos deputados approvou o projecto por grande maioria de votos.

No fim da sessão de 1859 foi elle dado para a ordem do dia do senado. Todos contavam que, apesar da indignação que essa medida produzira em todas as classes sensatas da sociedade, o senado a approvaria, por não ser possível resistir ao grande poder que protegia o theatro lyrico. O Sr. D. Manoel determinou embaraçar por todos os meios a approvação do projecto.

Todos lembram-se com admiração e reconhecimento do papel que fez o Sr. D. Manoel por essa occasião. Combateu o projecto com todos os argumentos que sua illustração e seu patriotismo lhe inspiraram. Fallou longamente sobre as inconveniencias da medida nas difficeis circumstancias em que se achava o paiz; censurou o theatro lyrico como a principal origem, a maior animação ao luxo que tendia a arruinar completamente a nossa sociedade. Infelizmente o Sr. D. Manoel não encontrava quem o contestasse. A questão do theatro lyrico era uma dessas que ninguém apoia com a palavra, mas que muitos sustentam

com o voto. No momento, pois, em que o Sr. D. Manoel, entendendo ter esgotado todas as suas razões contra o projecto recolhesse-se ao silencio, a medida seria votada.

O Sr. D. Manoel comprehendeu bellamente a tactica dos amigos do projecto, e não de-animou. Occupou a tribuna constantemente, sempre que o projecto era posto em discussão. Fallou durante sessões inteiras, e conseguiu a final que a medida não passasse em 1859.

Na sessão de 1860 renovou-se a lucta. O Sr. D. Manoel continuou no seu systema. A final ficaram tão patentes os inconvenientes da medida, tornou-se tão escandalosa a questão do theatro, que o senado regeitou o projecto.

Para que o publico colhesse os beneficios que inquestionavelmente resultam da suppressão do theatro, muitos sacrificios, muitos desgostos teve que soffrer o Sr. D. Manoel. Sobre elle recai todo o despeito, todos os furores dos interesses que foram feridos com o acto do senado. Deve, porem, restar ao illustre senador a consolação e a gloria de ter prestado um serviço importante ao paiz, e de ter seccado uma das fontes de desmoralisação da nossa sociedade.

O Sr. D. Manoel nasceu na capital da provincia de Goyaz aos 28 de Agosto de 1806. E' filho do finado D. Francisco de Assis Mascarenhas, marquez de Palma. Estudou direito na Universidade de Coimbra, onde tomou o gráu de doutor.

Pouco depois de sua formatura foi nomeado addido de 1.ª classe na legação de Berlim, e em seguida secretario da legação em Vienna, onde exerceu interinamente o cargo de encarregado de negocios.

A diplomacia não o prendeu por muito tempo. Abandonou-a pela magistratura na qual exerceu varios cargos. Ha alguns annos exerce o lugar de desembargador da Relação da Córte, e é um dos juizes que por sua illustração e incorruptibilidade mais honra fazem á magistratura brasileira.

E' commendador da ordem de Christo, official da Rosa, e gentil-homem da camara de Sua Magestade o Imperador.

O Sr. D. Manoel nunca foi ministro. Não lhe pese porem isso. No ministerio, a experiencia o tem demonstrado, os homens mais bem intencionados nada conseguem. Como senador S. Exc. presta ao seu paiz serviços importantissimos, e tem já adquirido inquestionavelmente direito de fazer parte do pequeno grupo dos nossos parlamentares com que se occupará o futuro.

Conclindo estas rapidas observações temos de pedir desculpa pela imperfeição e pelas lacunas de que este trabalho se resente. Nossa justificação está odá na obstinada recusa do Sr. D. Manoel de prestar-nos qualquer auxilio. S. Exc. levou tão longe seu escrupulo que nem mesmo nos quiz fornecer algumas datas que lhe pedimos.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. S.A. Sisson Rua da Assembléa 67

JOZÉ BENTO LEITE FERRA DE MELLO

Jose Bento Leite Ferrá de Mello

JOSÉ BENTO LEITE FERREIRA DE MELLO

A MORTE entre nós goza de um singular privilegio: nivela perfeitamente todas as condições sociaes. O talento, as virtudes, o saber, o genio, o patriotismo, os serviços, apenas lembrados, são completamente esquecidos. Prestadas as derradeiras homenagens ao homem eminente que baixa ao tumulo, a nossa sociedade parece que julga importuna sua memoria. Preocupada em demasia com os interesses de momento, confunde na mais completa indifferença o estadista consummado e o patriota sincero com o usurario que não soube abrigar em seu coração um sentimento

Não é porem assim que uma sociedade pode elevar-se a brilhantes destinos. Os povos que mais se tem distinguido na scena do mundo tornam-se notaveis pelo culto que rendem á memoria dos seus grandes homens. Honrando-os, consagramo religiosamente a lembrança de seus feitos, inspiram ás gerações novas o desejo de imital-os, e excedel-os. E' desta sorte que se fundam e se robustecem as grandes nacionalidades. Sem o laço da tradição que prende a geração actual ás gerações passadas, sem o culto dos avós não ha propriamente nacionalidade; a sociedade não passa de uma união determinada simplesmente por interesses actuaes e ephemeros, e por isso não pode resistir ao choque de elementos hostis.

Os homens que mais se empenharam na fundação da nossa nacionalidade, os varões eminentes que sacrificaram seu repouso, seus interesses, sua vida para conquistar as liberdades de que ainda hoje gosamos, são recompensados com o esquecimento nacional....

E é assim que o Brasil pretende os fóros de nação? Que razão os estranhos pelas nossas glorias se somos os primeiros a desprezal-as? Que incitamento para o bem se offerece á sociedade se o cidadão eminente e o homem obscuro são confundidos no mais profundo esquecimento?

Poucos hoje se lembrarão do senador José Bento Leite Ferreira de Mello. A excepção dos que partilharam suas glorias e seus trabalhos, e de alguns amigos fieis para quem a morte não é um titulo de esquecimento, raros serão os contemporaneos que se recordarão desse homem cujo nome ha pouco todos conheciam. Entretanto não passaram-se ainda 20 annos depois de sua morte! E entretanto o senador José Bento tem direito de figurar entre os homens mais distinctos do nosso paiz!

Commemoremos, ainda que brevemente as circumstancias mais notaveis de sua vida.

José Bento Leite Ferreira de Mello nasceu na provincia de Minas Geraes, na villa, hoje cidade da Campanha, aos 6 de Janeiro de 1785. Foram seus pais o sargento-mór José Joaquim Leite Ferreira de Mello e D. Escolastica Bernardina de Mello. Descendia de uma familia illustre da villa de Guimarães em Portugal, e da familia Prado da cidade de S. Paulo.

Destinado por seus pais ao estado ecclesiastico, aprendeu a lingua latina na villa da Campanha e seguiu logo para a cidade de S. Paulo afim de instruir-se nas sciencias moraes e theologicas.

Em S. Paulo residiu com o virtuoso bispo D. Matheus até a conclusão da sua carreira.

Em 1810 foi creada a freguezia de Pouso Alegre na capella do Senhor Bom Jesus do Mandú. O padre José Bento compareceu ao concurso feito para provi-

mento da igreja e conseguiu ser nomeado e collado. Logo depois foi nomeado para a comarca ecclesiastica, ministerio que exerceu até seu fallecimento.

O governo imperial nomeou-o conego honorario da sé de S. Paulo, e posteriormente cavalleiro e commendador da ordem de Christo.

A povoação do Mandú, séde da nova freguezia, constava então de meia duzia de casas e apparecia nua e deserta. O padre José Bento apenas tomou posse da freguezia fundou uma povoação importante nas bellas margens do Sapucahy. Attrahiu para ahi muitos amigos e parentes e lançou os fundamentos da cidade de Pouso Alegre, uma das mais importantes povoações do sul da provincia de Minas.

O alinhamento das ruas, a disposição das habitações, tudo o que interessava á belleza e aformoseamento da nova povoação foi planejado e dirigido immediatamente pelo vigario.

Aos esforços do padre José Bento, á sua influencia que crescia com seus serviços, deve-se a transformação da mesquinha povoação do Mandú em uma villa bella, rica e populosa.

As ideias liberaes, que por fim chegaram a ser o espaço de Portugal em 1821, encontraram um sectario sincero e ardente em José Bento. A historia das fileiras do general de que se contestação um dos mais b

Nesse mesmo anno participou nas eleições para deputados ás côrtes portuguezas, foi o padre José Bento nomeado eleitor da parochia de Pouso Alegre, depois eleitor da comarca do Rio das Mortes em S. João d'Elrei, e finalmente membro da junta eleitoral da provincia.

Achando-se na capital como eleitor, distinguiu-se tanto que foi nomeado membro do governo provisorio que então foi installado.

Fez parte do primeiro conselho geral da provincia de Minas, e nesse cargo revelou-se homem de intelligencia superior, de uma firmeza de caracter pouco commum.

Essas qualidades preciosas tornaram-o um dos cidadãos mais populares da provincia de Minas. Na primeira eleição a que se procedeu para deputados geraes, os mineiros deram-lhe um lugar na deputação da provincia. De 1826 em diante interferiu constantemente nos negocios do paiz como representante da nação. Em 1854 sendo apresentado pela provincia em lista triplice de que faziam parte os finados senadores Vasconcellos e Manoel Ignacio de Mello e Souza, foi escolhido senador pelo governo regencial.

Por occasião da sedição militar promovida pelo partido retrogrado em Ouro Preto, no anno de 1835, achava-se o padre José Bento na capital como membro do conselho do governo. Coube-lhe a gloria de ser uma das victimas escolhidas pelos absolutistas. Deposto na noite de 22 de Março o presidente Manoel Ignacio de Mello e Souza, depois barão de Pontal, os sediciosos prenderam o vice-presidente da provincia, Bernardo Pereira de Vasconcellos, então um dos mais proeminentes chefes do partido liberal, e o padre José Bento.

Acompanhados por uma escolta, que tinha ordem de leval-os até fóra da provincia, foram libertados pelo povo da villa de Queluz, seguinndo Vasconcellos para S. João d'Elrei onde foi installar o governo legal.

O padre José Bento não se contentava com a influencia que exercia sobre a opinião por meio da tribuna. Comprehendendo que a imprensa é o mais poderoso meio de propagação de ideias levou para Pouso Alegre uma typographia,

na qual publicou por algum tempo o *Pregoeiro Constitucional* e depois o *Recopilador Mineiro*.

A primeira publicação impressa da constituição brasileira foi feita nessa typographia. Nunca podemos obter exemplar algum dessa edição da constituição; asseveram-nos entretanto que existe.

José Bento foi um dos mais devotados campeões dessa opposição memorável que o partido liberal fez aos desmandos do primeiro reinado. O governo do Senhor D. Pedro foi por elle combatido energeticamente na tribuna e na imprensa. A provincia de Minas que em cada uma das suas povoações mais importantes tinha um jornal que combatia o poder e advogava as ideias livres, contava igualmente numerosas sociedades patrióticas, que trabalhavam para o mesmo fim.

Em Pouso Alegre foi fundada em 1831 pelo padre José Bento a sociedade patriótica—Defensora da liberdade e independência nacional.

A direcção que o governo regencial nos últimos annos de sua existência dava aos negocios publicos era deplorável. Em vez de procurar consolidar as instituições livres por meio de um novo sistema representativo, o governo da regencia, os conservadores, procuravam aniquilar todo o fructo das nossas revoluções.

O acto adicional, o mais seguro penhor da união brasileira, foi destruído por terríveis com a lei de interpretação de 12 de Maio de 1840.

O código do processo, que dava perfectas garantias á liberdade individual, por meio das suas disposições do processo e por meio de magistraturas populares, era igualmente ameaçado de uma annulação. Discutiu-se então o famoso projecto que foi convertido em lei á 3 de Dezembro de 1841 e que tanto sangue custou ao Brasil.

Tratava-se tambem de restabelecer o conselho de estado annullado em 1834 pelo partido liberal.

A reacção era completa. O edificio levantado á custa de tantos annos de sacrificios esboroava-se assim aos golpes repetidos dos conservadores, que dominavam o governo regencial.

O partido liberal na maior parte de intenções teve o bello sonho de conservar a liberdade por meio da monarchia. O objecto para quem esse partido generoso havia conservado um throno que parecia ser supprimido, achava-se na adolescencia. Nascido no meio das festas populares que celebravam a união, quem melhor do que elle poderia realizar essa ideia feliz.

Tal foi o pensamento do partido liberal quando concebeu a revolução de 1840. E' verdade que um artigo constitucional seria sacrificado; mas o partido liberal só tomava essa responsabilidade com o fim de fazer parar o carro da reacção que ameaçava esmagar todas as instituições livres.

José Bento, democrata da escola de Feijó, abraçou a ideia da maioridade com verdadeiro enthusiasmo, e foi um dos seus mais estrennos propugnadores. Seu nome figura entre os seis signatarios do projecto apresentado ao senado a 15 e regeitado a 20 de Maio de 1840.

Não tendo vingado o outro projecto que o finado senador Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva apresentara a 20 de Maio na camara dos deputados, por ter sido dissolvida a camara no dia 22 pelo ministro do Imperio Bernardo Pereira de Vasconcellos, os deputados dirigiram-se para o senado e com os senadores e povo proclamaram revolucionariamente a maioridade.

Nessa memorável sessão o senador José Bento elevou-se á toda a altura do seu talento e do seu patriotismo. Tribuno do povo advogava com calor a medida revolucionaria a fim de salvar as instituições; verdadeiro patriota mode-

rava as paixões populares para que o triumpho da ideia liberal não fosse manchado por excessos.

Sua figura foi a mais proeminente desse dia popular. Transcrevamos aqui as palavras eloquentes de um escriptor liberal, testemunha ocular do acontecimento:

« Está vivamente impresso em minha memoria a scena desse dia. A figura ante a qual a monarchia no exercicio de suas funções. José Bento Leite Ferreira de Mello, a primeira figura desta *tournee des dupes*, occupava uma das janellas do senado, e ali abraçado com o busto do imperador exhortava o povo impaciente pela demora da commissão que se dirigia ao paço de S. Christovão. Parece-me estar vendo ainda a multidão das nobres paixões de uma alma entusiasmada e patriótica! A decisão do principe que quer governar desde já é annunciada e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos os seus compatriotas alcançada para a causa do paiz. Ah! desventurada monarchia! quequelle momento illuminao-se repentinamente as trevas que nos cercavam e as paginas do porvir tu visses em seguida o Brasil estrebuchando nos esgaras da reacção, as aldeias e as povoações agelhoadas, seus annos lançados nas masmorras e no desterro, tu a bella provincia entregue ao saque e devastação; e mais longe, teu proprio cadaver ensanguentado e repellido em uma estrada publica, o bacamarte da reacção.... o que dirias, o que farias?... »

As mesmas causas que levaram o partido liberal a operarem a revolução da maioridade, forcaram-o á recorrer ao extremo dos combates em 1842. Os mais eminentes liberaes tiveram uma participação maior ou menor no movimento revolucionario de Minas Geraes e S. Paulo. Feijó, Marinho, Ottoni e outros consorciaram-se com toda a franqueza.

O senador José Bento não foi estranho á reacção. Em sua casa reunia-se o club de deputados e senadores de S. Paulo e Minas, que concertava os planos do movimento.

Em um discurso proferido no senado em 1845 o illustre democrata deixou ver bem claramente a participação que havia tido na revolução.

A sessão de 1845 foi a que assistiu o ineluz senador José Bento. No dia 8 de Fevereiro de 1845, tendo-se ás 4 horas da tarde a cidade de Pouso Alegre para sua fazenda, situada no quarto de regua de distancia, foi assassinado arbitrariamente por 4 individuos seus protegidos, sendo um d'elles seu afilhado.

O sacrificio dessa illustre victima consternou a gente honesta da cidade de Pouso Alegre, e o partido liberal de todo o imperio que se achava de perder um dos seus mais distinctos membros.

O senador José Bento era um homem verdadeiramente superior. Com a inefficiente que em 1810 exigia-se em um senador conseguiu, á força de talento, tornar-se um dos vultos mais eminentes de um partido em que figuravam muitos homens notáveis. Não era um simples soldado; era um chefe precioso, dotado de intelligencia superior que sabia combinar o ataque e a defesa, e de uma vontade firme que não se abateu obstaculos. Estas qualidades davam-lhe grande ascendencia entre os liberaes. Muitas illustrações do partido entregavam-se com docilidade á sua intelliçãe de direcção.

Emfim, o senador José Bento era um felizmente organizado, distinguia-se do tanto por sua intelligencia e pelo seu caracter forte que, poderia avançar se tivesse tido uma educação litteraria e scientifica completa, tendo sido o primeiro vulto politico de seu tempo.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. SA Sisson. Rua da Assembléa 67

THEOPHILO BENEDICTO OTTONI

Theophilo Benedicto Ottoni.

THEOPHILO BENELECTO OTTONI



CIDADE do Serro, antiga villa do Principe, orgulha-se com justa razão de ter sido o berço do cidadão eminente, de cuja vida vamos dar uma rapida noticia.

A 27 de Novembro de 1807 nasceu naquella povoação do norte da provincia de Minas Geraes o Sr. Theophilo Benedicto Ottoni, fructo da união legitima de Jorge Benedicto-Otoni e de D. Rosalia Benedicta Ottoni.

Sua familia paterna é originaria da Italia, terra classica dos grandes cidadãos. Em principio do seculo passado seu terceiro avô Manoel Antão Ottoni, forçado a deixar Genova, sua patria, asylo-se em Portugal. Depois de 15 annos de residencia em Lisboa naturalisou-se subdito portuguez á 7 de Dezembro de 1725, e transportou-se com sua familia para a cidade de S. Paulo.

Ignoramos se desta cidade a familia Ottoni passara-se immediatamente para a villa do Principe. E' porem certo que Manoel Vieira Ottoni, avô do Sr. Theophilo Ottoni ali exerceu o emprego de fundidor na intendencia do ouro.

Jorge Benedicto Ottoni não possuia riquezas; vivia com sua familia nessa modesta abastança que dá o trabalho honesto. Em compensação era rico de sentimentos elevados e conhecia com justeza todo o valor de uma boa educação.

Deus concedeu-lhe um favor que raras vezes dispensa: numerosos filhos, que fizeram o enlevo e o orgulho de sua vida.

Ao Sr. Ottoni, seu filho primogenito, deu a educação litteraria que era possível em uma povoação central da colonia portugueza. No estudo da lingua latina revelou o Sr. Ottoni essa memoria vasta, essa intelligencia facil e brilhante que com o correr dos tempos desenvolveram-se com tanta felicidade.

Terminados os estudos de latim, o joven Ottoni dedicou-se á carreira commercial. No circulo acanhado de uma povoação central, cujo commercio aliás estava peiado pelas disposições vexatorias e tyranicas da administração dos diamantes, os recursos de sua intelligencia eram impotentes. O joven Ottoni achava-se evidentemente fóra do elemento que seu espirito buscava. A vida commercial consummava-lhe o tempo, sem vantagem alguma.

Uma circumstancia feliz veio dar á vida do joven serrano a direcção que mais lhe convinha. Os acontecimentos politicos de Portugal, que por sua vez quiz associar-se á obra da regeneração social que desde os fins do seculo passado occupava a Europa e as colonias americanas, repercutindo com força no Brasil, encheram de enthusiasmo pela causa da liberdade a todos que possuíam sentimentos generosos. Desde então ficou assentado que o joven Ottoni viria pedir á capital do Brasil a instrução superior que não podia obter em uma povoação de provincia.

Matriculado em 1827 na academia de marinha dedicou-se seriamente ao estudo das mathematicas, e dentro em pouco tinha conquistado a reputação de primeiro estudante da academia.

O brilhante exame que fez no fim do primeiro anno valeu-lhe uma portaria do ministro da marinha de então, Diogo Jorge de Brito, ordenando que se lhe desse praça de aspirante graduado em guarda marinha, distincção que nem antes, nem depois, nem na armada portugueza, nem na brasileira fóra conferida a estudante algum.

Ao passo que se applicava com ardor aos estudos academicos, o joven Ottoni achava tempo para explicar geometria, e para relacionar-se com os patriotas mais distinctos daquelle tempo.

Como elle mesmo o diz, Evaristo e Vasconcellos o acariciavam como que presagiando-lhe brilhantes destinos.

Bem podera o Sr. Ottoni continuar tranquillamente a carreira que havia escolhido. Se o seu comportamento não se tornasse suspeito, se se houvesse limitado ás suas mathematicas, estamos certos que não teria encontrado embaraços. Mas um estudante de intelligencia superior, que travava relações com homens como Evaristo e Vasconcellos, os anarchistas de então, que fazia parte de sociedades secretas, e que tinha a audacia de, como escrutador liberal da mesa parochial do Sacramento, advogar com calôr a causa popular e propôr

que fosse multado o ministro da guerra, um tal estudante não podia pretender as boas graças do poder.

Cedo teve o Sr. Ottoni occasião de conhecer as boas disposições que haviam a seu respeito. Tendo completado o curso de marinha, requereu para continuar os estudos mathematicos na escola militar. Os crimes de que se havia tornado réu não lhe davam direito ao menor favor. Negou-se-lhe a licença requerida!

Enfretando, esperando talvez que mais tarde lhe fizessem justiça, começou a frequentar, como ouvinte, as lições do illustre patriota o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaboraay, então lente de mechanica na escola militar.

« Não sei, diz o Sr. Ottoni na sua circular aos eleitores de Minas, onde o Sr. Rodrigues Torres enlevava mais o seu discipulo, se na academia iniciando-o nas formulas de Franceur e de Poisson, se nas palestras do livreiro patriota, explicando as bellas theorias de Jefferson, de que S. Ex. era caloroso encommista e eloquente expositor.

A ligação do Sr. Ottoni com o Sr. Rodrigues Torres incommodava sobretudo os homens do poder, que lhe moveram a mais desabrida perseguição. A decidida má vontade do governo, que se traduzia em ordens de embarque para a costa d'Africa e para o Baixo Amazonas, e em outros vexames de natureza semelhante, desviou o Sr. Ottoni da carreira das mathematicas a que se dedicava com gosto. Aceitou baixa do posto de guarda marinha e voltou para sua terra natal.

Era no anno de 1850. O Sr. D. Pedro I. por seus desvios preparava a revolução que trouxe sua abdicção em 7 de Setembro de 1851. Os ministros abusavam de um modo revoltante e atraçoavam o monarcha, cujo temperamento ardente difficilmente se accommodava ás formulas do systema representativo. As nossas instituições livres que pela pratica mal conheciamos, pois que a constituição só começara a ter principio de execução em 1826, eram seriamente ameaçadas. O patriotismo então era um sentimento muito verdadeiro, muito real. A lembrança ainda bem viva do despotismo dos tempos colonias, o desvanecimento de uma nacionalidade que se fundava, o odio a estrangeiros que pouco antes eram senhores, os receios de uma recolonização, tudo isso despertava o civismo dos brasileiros e levava-os a fazerem seria opposição ao governo.

A alma ardente, entusiasta e sinceramente patriótica do Sr. Theophilo Ottoni não podia ser indifferente ao movimento de resistencia que se organisava. Pelo contrario ninguem sentiu melhor do que elle a necessidade de fazer ao governo uma opposição energica, que puzesse um termo aos males do paiz. A imprensa era a arma mais poderosa contra a tyrania. Esclarecendo o povo sobre seus direitos, fazendo-lhe conhecer que as liberdades estabelecidas pela constituição eram sacrificadas, e que o governo absoluto preparava-se para installar-se em lugar do constitucional, formava a opinião que de uma ou de outra forma acabaria por triumphar.

Animado destas ideias o Sr. Ottoni levou para a cidade do Serro uma pequena typographia na qual a 4 de Setembro do mesmo anno começou a publicar a *Sentinella do Serro*.

Os contemporaneos sabem a influencia que a *Sentinella* exerceu nos acontecimentos que precederam, acompanharam e succederam a revolução de 7 de Abril. Apesar de ser escripta em uma povoação central a *Sentinella* estava no caso de exercer grande influencia no paiz, já porque a imprensa da côrte, pouco desenvolvida então, não tolhia os movimentos á das provincias, já porque Minas comprehendendo as vantagens de um governo livre tornara-se o principal centro da resistencia, e já porque era escripta por um talento superior que tornava interessantes todos os assumptos de que tratava.

As columnas da *Sentinella* eram animadas de um patriotismo verdadeiramente antigo. Nenhum dos jornaes da epocha profligou com mais talento, com mais calôr, com mais eloquência os fataes desmandos do primeiro reinado.

A *Sentinella* inspirava ao povo amor á liberdade, odio á tyrania, iniciava-o no conhecimento dos seus direitos e prégava francamente a resistencia á oppresão. A divisa da *Sentinella* era a seguinte: *O fim de toda a associação politica é a conservação dos direitos naturaes e imprescriptiveis do homem; estes*

direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e—a resistencia á oppressão.

A doutrina da *Sentinella* não era simplesmente uma theoria prégada no silencio do pacifico gabinete do jornalista. A epocha era de sacrificios, de dedicações, de civismo. Os cidadãos, sempre que a patria o reclamava, traduziam em facto essas theorias em que confiavam.

A' noticia das scenas de 13 e 14 de Março no Rio de Janeiro o redactor da *Sentinella* chamou o povo ás armas, no dia 6 de Abril reuniu-o na camara municipal, formou uma caixa militar, organisou completamente a resistencia armada.

Ninguém faz ideia do entusiasmo da população daquella cidade central com a noticia do 7 de Abril recebida poucos dias depois. O triumpho da democracia foi dignamente celebrado com festejos populares.

Não havia mais receio de despotismo. Funcionava o governo democratico da regencia; mas a obra patriótica não estava terminada. Cumpria realisar nas instituições as aspirações da opinião, traduzir em leis as ideias que haviam dado o triumpho á opposição nacional.

A *Sentinella do Serro* continuou, pois, sua missão. Pouco depois, em 25 de Junho de 1831, o Sr. Ottoni propunha as reformas constitucionaes que julgava necessarias. Essas reformas consistiam no cerceamento das attribuições do poder moderador, na organização das assembléas provinciaes e na abolição da vitaliciedade do senado.

Pouco tempo depois o redactor da *Sentinella* organisava no Serro a sociedade Promotora do Bem Publico, que tornou-se celebre em todo o paiz por ter convidado as sociedades patrióticas de Minas e das outras provincias a influirem para que os eleitores dessem aos futuros deputados poderes constituintes, se acaso o senado regeitasse o projecto de reforma que havia passado na camara.

As opiniões arrojadas do redactor da *Sentinella* suscitaram-lhe perseguições. A folha foi chamada aos tribunaes e absolvida. Algum tempo depois, a 17 de Março de 1832, cessava a publicação da *Sentinella* com o n. 89.

Ocupamo-nos deste jornal com alguma extensão porque entendemos que nelle se acha a explicação de tudo quanto o Sr. Ottoni tem sido e tem feito posteriormente. Ahi estão consignadas as opiniões politicas que fazem sua gloria, e que ao mesmo tempo tem servido de pretexto ás perseguições que seus inimigos lhe tem movido.

Nessas folhas escriptas aos 25 annos encontram-se esses sentimentos puros e patrióticos que mais se tem acrysolado com a idade e com a experiencia, e que desde então tornaram o objecto das sympathias populares.

A *Sentinella* recommenda-se ainda por uma qualidade bem rara naquella epocha—um estylo correcto, fluente e por vezes eloquente. Jamais empregava essa language: pouco nobre de que, á excepção da *Aurora*, usavam quasi todos os jornaes do tempo.

Depois de Março de 1832 o Sr. Ottoni continuou na vida commercial a que se havia dedicado desde que regressou para a cidade do Serro. Dessa profissão, exercida com a honestidade que sempre caracterizou sua familia, é que o Sr. Ottoni tirava seus meios de subsistencia, lançando ao mesmo tempo as bases dessa fortuna que depois sacrificou em parte em beneficio do paiz.

No fim do anno de 1834, o nome do Sr. Ottoni, illustrado pelo talento e patriotismo revelado na imprensa, foi lembrado pelos mineiros na occasião da primeira eleição de membros da assembléa provincial, á qual não foi candidato.

Os louros de jornalista não emmurcheceram na tribuna. O joven deputado tornou-se immediatamente notavel pelo seu talento oratorio, realçado pelo patriotismo mais ardente.

Em 1837 foi eleito deputado á assembléa geral legislativa. Ahi estão os jornaes do tempo para provar que desde sua entrada para a camara o Sr. Ottoni conquistou na representação nacional um dos lugares mais distinctos. Com a coragem que sempre o distinguia censurava energeticamente a tendencia retrograda dos governos do regente Araújo e Lima.

O profundo descontentamento que o governo da regencia havia causado á todo o paiz, tornou popular a ideia da maioridade. O partido liberal iniciou-a, propagou-a e afinal realiso-a. O Sr. Ottoni não se separou dos seus correligionarios. Com elles partilhava a ideia da necessidade de uma mudança no governo do paiz em ordem á assegurar as conquistas liberaes realisadas depois da revolução de 1831. Mas apartava-se delles em um ponto essencial: Entendia que o artigo 121 da constituição não podia ser reformado por lei ordinaria, porque contem materia constitucional. A maioridade para elle era uma medida de salvação publica que os representantes da nação deviam tomar, sujeitando-se depois ao juizo popular.

Neste sentido fez um discurso notavel que transcreveu na sua circular. Impressionado com os argumentos do empoeirado direito divino de que alguns liberaes pouco adiantados, ou algum tanto tímidos se serviam para justificar a maioridade, declarou bem alto que a legitimidade do segundo imperador nascia da soberania popular manifestada na revolução de 1831, assim como a do primeiro tinha por fundamento a revolução da independencia.

Transformadas em decepções as esperanças que os liberaes haviam concebido quando conspiraram contra o governo da regencia, convertido em lei o projecto de reforma judiciaria, restaurado o conselho de estado, dissolvida previamente a camara temporaria, as deputações de S. Paulo e Minas entenderam que o unico recurso dos liberaes estava em um appello ás armas. Os representantes paulistas comprometteram-se a levantar em sua provincia uma força respeitavel, capaz de fazer recuar as tropas regulares do governo; os mineiros obrigaram-se por sua parte a promover uma manifestação que distrahisse as forças legaes em proveito dos insurgentes paulistas.

Os mineiros cumpriram o prometido. A 19 de Junho de 1842 fizeram o pronunciamento revolucionario na cidade de Barbacena. Quiz, porem, a fatalidade

que a manifestação coincidissem com a derrota dos liberaes paulistas na Venda Grande, e com a retirada da Ponte dos Pinheiros. Vencida a revolução em S. Paulo, o movimento em Minas não tinha mais objecto. Entretanto era tal o entusiasmo dos mineiros, tal a indignação causada pelos actos do governo, que o pronunciamento planejado como um accessorio da revolução de S. Paulo, tomou as proporções que todos conhecem.

O Sr. Theophilo Ottoni achava-se no Rio de Janeiro, onde havia fixado sua residencia desde 1838. Na noite de 15 de Junho, quando o governo festejava na capital do imperio a derrota dos paulistas, seguiu para Minas, pelo caminho de terra, illudindo a vigilancia da policia, fazendo viagens forçadas, e arrostando toda a casta de perigos. Ia partilhar a sorte dos seus amigos, já compromettidos com o pronunciamento de Barbacena.

Depois de alguns recontros em que a vantagem ficou do lado dos revoltosos, marcharam estes para Santa Luzia. Nas proximidades da capital da provincia propoz o Sr. Ottoni aos seus amigos que o presidente interino fizesse uma proclamação ás forças insurgentes, convidando-as a deporem as armas, visto estar pacificada a provincia de S. Paulo; que a proclamação fosse presente ao Sr. barão, hoje marquez de Caxias, á quem se deviam apresentar os homens mais notaveis que se achavam no acampamento dos revoltosos.

Esta proposta, feita nos ultimos dias de Julho, não foi levada a effeito. Entretanto, desenvolveram-se os acontecimentos, e no dia 20 de Agosto foram os revoltosos derrotados em Santa Luzia. Apesar desta derrota os liberaes podiam continuar o movimento. O valor de que os mineiros deram provas irrecusaveis, as forças de que dispunham, podiam ter determinado os chefes a prolongarem indefinidamente a revolução, oppondo ao exercito do governo uma resistencia tenaz. Quem sabe se em pouco nima acção decisiva não teria apagado a lembrança da derrota de Santa Luzia, convertida em simples revéz?

Prevaleceu, porem, a ideia do Sr. Ottoni manifestada perto da capital da provincia. Depois da acção os chefes deram o movimento por terminado; os militares, acompanhados ainda de forças respeitaveis, foram em Mattosinhos declarar perante o subdelegado que as debandavam para evitar o derramamento de sangue mineiro; o Sr. Ottoni com alguns outros chefes insurgentes esperaram em Santa Luzia a entrada do exercito vencedor e entregaram-se ao Sr. marquez de Caxias.

De Santa Luzia seguia preso até a capital da provincia. Homens que não possuíam a intelligencia necessaria para comprehender que um réu de crime politico, longe de parecer-se com um criminoso ordinario, revela as mais das vezes uma alma nobre e patriótica, não duvidaram usar para com o Sr. Ottoni e seus companheiros de injustificaveis rigores. Cumpre, porem, confessar que esse procedimento indigno cessou no segundo dia de viagem.

Recollido á prisão do Ouro Preto o Sr. Ottoni não ficou silencioso. Nas columnas do *Itacolomy*, periodico liberal da capital de Minas, discutiu largamente as questões politicas que haviam levado os mineiros ao campo da batalha. Publicou o seu interessante itinerario de Santa Luzia a Ouro Preto, e numerosos documentos relativos ao movimento. O Sr. Ottoni preservou das chammas o archivo da revolução com o que prestou um relevante serviço á historia, e á todos os compromettidos, que desta sorte poderam confundir as calumnias dos seus adversarios e justificar seu procedimento perante a opinião.

« Ainda as algemas nos toxeavam os pulsos, diz o Sr. Ottoni na sua circular, e já estavam appellando para a imprensa, que tudo salvou.

« Reparavamos assim o grande erro que havíamos commettido recorrendo ás armas, mas não cessavamos de estygnatisar os actos inconstitucionaes que tinham dado causa ao movimento. »

A assembléa provincial de Minas, liberal em sua maioria, pretendeu dirigir uma representação ao poder moderador, pedindo amnistia para todos os compromettidos na revolução de Minas. Tal era, porem, a confiança do Sr. Ottoni e dos outros chefes no juizo da opinião, que influíram para que a assembléa não realisasse seu intento.

A opinião estava com effeito pronunciada a favor dos revoltosos. Na assembléa provincial do Rio de Janeiro discutiu-se a conveniencia da amnistia; e o auctor da ideia, o fallecido José Augusto Cesar de Menezes, tratando do Sr. Ottoni, pronunciou as palavras que aqui transcrevemos: « Merecerá aquelles epithetos (*inimigo da ordem publica, ousado, turbulento, vilipendiador das leis*) esse moço, por quem mais se deve echer de orgulho o Serro do que pelas pedras preciosas que rolam pelos leitos dos seus rios, esse moço no qual todas as vezes que penso digo:—Assim foi de certo Catão na sua idade, esperanças do Brasil, se alguma commissão militar lhe não fizer saltar a cabeça, ou se alguma taça ministrada por algum fingido amigo lhe não corroer lentamente as entranhas? »

O captiveiro do Sr. Ottoni durou pouco mais de um anno. No fim de Setembro de 1845 o jury de Marianna absolveu-o por unanimidade de votos.

Restituído á liberdade voltou ao Rio de Janeiro onde entregou-se á vida commercial com toda a actividade que o distingue.

Politico de convicções, patriota sincero o Sr. Ottoni não é desses que entendem que o homem publico deve ser um eterno pensionista do orçamento. Desde 1830 tem tido uma larga participação em quasi todos os acontecimentos politicos do paiz, mas não consta que, á excepção do cargo de deputado, tenha exercido emprego publico algum retribuido pelo Estado. E' politico porque tem ideias sobre as cousas publicas, e deseja vel-as realisadas; mas nunca formou o mesquinho calculo de viver á custa dos cofres publicos. Entregou-se com ardor á honrosa profissão de commerciante a fim de conquistar uma posição que lhe garantisse a mais completa liberdade na sua vida publica.

Chamada ao poder em 1844 a opinião liberal, o Sr. Ottoni voltou á camara dos deputados. Seu procedimento durante o quinquenio chamado liberal, tem

sido censurado por alguns. O Sr. Ottoni, durante esse periodo, contra o seu costume, absteve-se da palavra, ou usou della com muita parcimonia.

Sendo o homem mais popular do partido, passando no publico como o inspirador de quasi todas as combinações ministerias desse tempo, não quiz aceitar a responsabilidade do poder, como estava nos votos de todos os seus correligionarios.

Essas accusações hoje cahiram por terra. Não ha ninguem que ignore que o quinquenio só por ironia podia ser chamado liberal. E' verdade que os liberaes estavam no poder, mas acima delles existia uma entidade inconstitucional, uma camarilha que tolhia-lhes os movimentos e tirava-lhes toda a liberdade de acção. Parece mesmo que havia intenção de inutilisar os liberaes condemnando-os a não realizarem nenhuma das ideias porque pugnavam.

Esta situação anomala explica e justifica o procedimento do Sr. Ottoni. Deveria elle aceitar o poder sabendo previamente que não poderia pôr em pratica suas ideias? Deveria combater os ministerios liberaes que faziam esforços para derrocar a influencia da facção dominante?

Ao sacudir o jugo colonial o Brasil era um paiz virgem em todos os sentidos. Não existia a liberdade de enunciar o pensamento. O grande movimento politico, scientifico e litterario que agitava e transformava a Europa desde o seculo passado, era ignorado da maxima parte da nossa população. Apenas alguns homens mais felizes podiam beber algumas noções das novas doutrinas em um ou outro livro que escapava á censura, e á vigilancia da policia colonial, que procuravam entreter no Brasil a mais completa ignorancia. Não havia imprensa que discutisse os actos da administração e esclarecesse a população acerca de seus direitos. A declaração da independencia e as instituições livres que se lhe seguiram encontraram o povo em um estado quasi primitivo. Era preciso pois educal-o, ensinar-lhe o verbo da era de regeneração que começava.

A imprensa encarregou-se dessa nobre missão. Se o povo brasileiro tem hoje consciencia de seus direitos; se, como ninguem desconhece, existe na grande massa da população amor profundamente arraigado ás instituições livres, devemol-o á imprensa e aos seus corajosos sacerdotes.

Nos primeiros vinte annos que se seguiram á independencia a principal questão era a fundação da nacionalidade, a conquista e consolidação de instituições livres, a organização politica e administrativa do paiz. Não havia tempo para mais nada. Essa questão primordial fazia esquecer todas as outras. Conseguidos, porem, ao menos em parte, esses resultados, era mister volver a attenção para outro lado. Tinhamos uma patria, uma patria livre, instituições como não possuíam muitas das velhas nacionalidades europeas; mas o Brasil estava inculto, a população pobre pisando sobre thezouros, mattas uberrimas entregues ao selvagem e ás feras; não possuíamos estradas; estávamos privados de todos os grandes melhoramentos com que a sciencia e a arte modernas tem melhorado a condição do homem.

O desenvolvimento dos recursos materiaes do paiz chamava, pois, a attenção dos homens patriotas e emprehendedores. O Sr. Theophilo Ottoni foi o primeiro brasileiro que bem comprehendeu essa grande necessidade e tratou de realisal-a. E' uma gloria que não se lhe pode contestar.

Em 1852, quando ninguem pensava em estradas e em navegação de rios, já o Sr. Theophilo Ottoni comprehendia perfeitamente a necessidade desses grandes melhoramentos. Dominado desde a sua mocidade pela ideia de ligar as povoações do norte e do centro de Minas Geraes com o littoral do Espirito Santo que fica a poucas leguas de distancia, acolheu com entusiasmo a companhia ingleza que se propunha navegar o Rio Doce e seus afluentes, e foi um dos seus mais uteis auxiliares. Infelizmente a companhia, por não estar o paiz então preparado para essas grandes empresas, ou por falta de recursos, ou por qualquer outra razão, morreu sem realisar a navegação do Rio Doce, que é sem contestação o caminho natural por onde perto de 500,000 habitantes do norte e centro da provincia de Minas, em um futuro mais ou menos proximo, entrarão em comunicação com o littoral.

A ideia era util e digna de sacrificios. O insuccesso da companhia de navegação do Rio Doce não desalentou o Sr. Ottoni. Em 1846 começou elle com seu finado irmão o Sr. Honorio Benedicto Ottoni a estudar a navegação do Mucury, que explorações recentes apresentavam como uma via fluvial da maior importancia. Feitos os exames necessarios os dignos empresarios trataram de obter do governo geral e da provincia de Minas os privilegios necessarios para a realização da sua ideia. Approvados os privilegios em 1847 passaram a tratar da organização da companhia, para o que em 17 de Outubro do mesmo anno apresentaram suas condições, acompanhadas de uma exposição das vantagens da empresa.

Infelizmente a crise financeira que se fazia sentir nas nossas praças embarçou a incorporação da companhia, que só realisou-se, mediante uma prorrogação de praso, no anno de 1851.

Ninguem faz ideia dos sacrificios de toda a ordem que o Sr. Ottoni fez para levar avante a navegação do Mucury, que por causa das opiniões politicas do director da companhia encontrou adversarios desde os seus principios. Abandonou interesses muito reaes do seu commercio, vendeu o seu acreditado estabelecimento e deixando as commodidades do lar domestico ia passar grande parte do anno a disputar aquelles sertões inhospitos ao selvagem e ás feras.

A navegação do Mucury para o Sr. Ottoni não era uma especulação destinada a enriquecer os empresarios á custa da credulidade de accionistas illudidos. Os directores recusaram o favor que a assembléa provincial de Minas quiz fazer-lhes subscrevendo previamente a quarta parte das acções da companhia que organisassem. Esse favor realisou-se somente depois que a empresa se achava em plena actividade. Na incorporação provisoria da companhia, feita em 1851 com a emissão de mil acções apenas, o Sr. Ottoni e seus parentes subscreveram

nada menos de 700 acções. A fortuna por elle accumulada em muitos annos de trabalho ia correr os azares da empresa do Mucury. Nisto, como em tudo o que diz respeito a essa infeliz empresa, sobresahe a boa fé, a lealdade, o desinteresse do Sr. Ottoni, e revela-se de um modo inequivoco a confiança que tinha nas vantagens futuras dessa navegação.

Os sacrificios do infatigavel director no fim de alguns annos acharam-se de certo modo compensados. Aquillo que ha pouco não passava para muitos de um bello sonho convertia-se em realidade. O vapor sulcava as aguas do rio levando o calor da civilisação áquellas brenhas onde pouco antes dominavam as hordas ferozes dos Giporoks. Uma bella estrada, larga e feita segundo todas as prescrições da sciencia atravessava o mais espesso das mattas, e mais adiante, como por encanto surgia do meio das florestas virgens uma povoação improvisada de um dia para outro, fundada segundo o plano largo e ambicioso dos Yankees. As mattas onde ha pouco as tribus de estupidos Botocudos exterminavam-se reciprocamente, entregues ao braço civilisado do mineiro e do colono europeu transformavam-se em bellas fazendas, em ricas plantações. O commercio do norte de Minas encontrava em fim um caminho facil e commodo para communicar-se com o grande mercado do Rio de Janeiro.

E' realmente admiravel que com o pequeno capital de 1,200 contos o director da companhia pudesse fazer tanto. Mais de 50 leguas de estradas regulares, sendo cerca de 50 proprias para rodagem, grande numero de colonos europeus dos melhores que tem vindo ao Brasil, importantes estabelecimentos, vapores para a navegação maritima e fluvial, e muitos outros objectos que representam não pequeno valor foram obtidos com esses pequenos recursos.

No ponto em que se achava a companhia não era possivel recuar. Havia ainda muito a fazer. Era necessario ligar Philadelphia com Minas-Novas por uma estrada de rodagem igual á que daquella povoação vai a S. Clara. O Sr. Ottoni meditava ainda outras muitas vias de comunicação, muitas outras obras que em pouco deviam mudar completamente a face do norte de Minas e do sul da Bahia.

Esgotados os recursos da companhia, dirigiu-se ao corpo legislativo que autorisou e garantiu um emprestimo de 1,200. Já o governo havia contrahido o emprestimo e a companhia recebido por conta 500 contos de réis, quando subito mudáram-se as vistas do governo imperial em relação á impreza do Mucury. O gabinete de 10 de Agosto de 1859 suscitou as maiores difficuldades a proposito do emprestimo, e como solução da questão passou no corpo legislativo uma lei auctorisando o governo a encampar o contracto, o que realisou-se em Março deste anno.

Nesta ultima phase da existencia da companhia ainda o Sr. Ottoni deu provas do interesse com que procedeu nos negocios do Mucury: não fez questão da indemnisação a que tinha direito pelos privilegios que cedeu á companhia.

Na administração do Mucury o Sr. Ottoni prestou um serviço revelante á causa de civilisação e de humanidade: provou que os infelizes habitantes das nossas selvas não são incapazes de receber o influxo civilisador. Nas suas relações com os selvagens só impregou os meios dignos de um povo christão e civilisado.

Prohibindo absolutamente que contra elles se impregasse a violencia, affagando-os com presentes e com um tratamento humano, conseguiu domar a tradicional fereza das diversas tribus de Botocudos, terror de quantos se approximavam do centro das mattas. Ficou plenamente demonstrado que o melhor systema de cathequese não é polvora e bala como até pensam homens mais ferozes do que os selvagens.

Não é só isto. O Sr. Ottoni esclareceu um ponto obscuro da historia dos nossos aborigenes. Antes da descoberta do Brazil a costa de Porto Seguro era habitada por selvagens da raça dos Tapuios. Muitas tribus da raça dos Tupis invadiram a costa e obrigaram os antigos habitantes a internarem-se pelas mattas. Os Tupis, sob diferentes denominações, são os selvagens que os portuguezes encontraram na costa, e com os quaes contrahiram a mais intima alliança. Passados muitos annos os Aymorés, Abatiras, Pataxós e outras tribus tapuias desceram das suas serras, acómmetteram os portuguezes e seus alliados Tupis, e installaram-se na colonia que de rica e prospera tornou-se mineral. Desfructaram por algum tempo asua conquista; mas afinal, vencidos pelas forças que o governo da Bahia mandou contra elles, regressaram ao centro das mattas.

A questão historica a resolver era a seguinte: Quaes os descendentes actuaes dos Aymorés, Abatiras, Pataxós, etc.?

Na ausencia de dados positivos suppoz-se que os Botocudos eram os descendentes dos Aymorés. Esta hypothe-se não contestada ia passando como verdade historica.

O Sr. Ottoni depois de amplos e minuciosos exames chegou ás seguintes conclusões: 1.º Todas as tribus que habitam ao vale do Mucury pertencem á raça dos Botocudos; 2.º Antes destes, habitaram aquellas mattas selvagens de outra raça mais civilisada, da qual restão vestigios no sólo, como tapéras, telhas de antigas habitações, etc.; 3.º Esta raça foi disimada pelos Botocudos, e seus ultimos representantes, sob os nomes de Malalis, Machacalis, etc., ha alguns annos apresentaram-se em um quartel no Alto dos Bois, pedindo a protecção dos christãos, que os transportaram para o Jequitinhonha onde existem aldeados; 4.º Os Malalis e Machacalis, mais intelligentes, mais aptos para receberem a civilisação do que os Botocudos, pertencem incontestavelmente á raça Tapuia, e são portanto os descendentes dos valentes Aymorés. Todas as tribus de Botocudos pertencem á raça estúpida dos Tupis.

O Sr. Ottoni adduz minuciosamente as provas destas proposições em uma interessante carta que em 1858 escreveu ao Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo e que corre impressa.

Os arduos trabalhos da grande empresa do Mucury não absorviam a extraor-

dinaria actividade do Sr. Ottoni. O tempo que qualquer outro consagraria ao repouso, empregava elle em assumptos do mais subido interesse social e humanitario. Eleito em fim de 1855 presidente do Monte Pio Geral, fez uma administração que por si só bastaria para fazer a reputação de um homem de intelligencia superior, e de um philantropo digno da estima da humanidade. Os fundadores do Monte Pio formulando as ideias das joias e annuidades, reguladas pela vida média dos instituidores e dos instituidos, tomaram por base o juro de sete por cento que então davam os fundos publicos. Esqueceram-se, porém, de prevenir a hypothese de uma alteração no juro, e, o que é peor, não deixaram a formula segundo a qual haviam organizado as suas tabellas.

Logo que tomou a si a suprema administração daquelle pio estabelecimento, o Sr. Ottoni tratou de estudar escrupulosamente a sua organização, e chegou a convencer-se que a continuarem as tabellas existentes, dada a alteração na taxa dos juros, em um futuro mais ou menos proximo, o Monte Pio não teria recursos para fazer face a todos os seus empenhos. No notavel relatório que apresentou a assembléa geral dos accionistas em 1854 demonstrou que as joias e annuidades, com os respectivos juros compostos contados até o fim da vida média dos instituidores, não prefaziam a quantia necessaria para fornecer a pensão ao instituido durante a sua vida média. Demonstrado isto por algarismos, e por um processo inteiramente seu, estava descoberto o vicio que poderia trazer a ruina do Monte Pio no fim de algum tempo, e ao mesmo tempo indicado o meio de prevenir a catastrophe. Ficou demonstrado que a tabella das joias e das annuidades deve basear-se não só na vida média do instituidor e do instituido, como tambem na taxa dos juros. Desprezar este ultimo elemento do calculo seria expôr um estabelecimento da maior importancia social aos azares das oscillações dos fundos publicos.

O Sr. Ottoni organizou novas tabellas de joias e annuidades tendo em vista o juro de seis por cento então corrente, apresentando o processo de que se serviu para chegar a esse resultado. Não contente com esse trabalho organizou outra tabella para o caso de descer o juro a $5 \frac{1}{2}$ por cento.

Para dar uma ideia da influencia benefica da administração do Sr. Ottoni basta lembrar que o fundo do Monte Pio que em 1853 era de 614:000\$000, no fim de 1857 elevou-se a 1,531:000\$000. Este magnifico resultado é todo devido ás extensas relações do Sr. Ottoni e á confiança que a todos inspiravam sua alta intelligencia e sua conhecida probidade.

O decennio de 1848 a 1858 foi consagrado todo á patriótica empresa do Mucury; foi um periodo de abstenção politica. Entretanto o lidador que se assignalára em todas as nossas luctas desde o anno de 1850, não procurava esconder nas solidões do Mucury a memoria de seus feitos, de suas opiniões de outra ora. Preocupado com a ideia do grande melhoramento com que queria dotar sua provincia natal, e alem disso bem persuadido que a mão de ferro da reacção não dava respiro á opinião liberal, deixou a milicia activa, mas conservou puras todas as crenças que desde a juventude faziam-lhe palpitar o patriótico coração.

Em 1851 chamado a tomar assento na camara dos deputados como supplente pela provincia de Minas não acceitou o convite, resignou o lugar de deputado. Procedeu deste modo porque havia anteriormente protestado contra a legalidade da eleição dessa camara.

Em 1856 tratando-se de preencher no senado as vagas deixadas pelos finados marqueses de Paraná e de Valença, o Sr. Ottoni e seu digno irmão o Sr. C. Ottoni dirigiram ao corpo eleitoral mineiro uma circular em que insistiam sobre a opinião que em outros tempos haviam manifestado de tornar-se temporario o senado brasileiro.

O Sr. Ottoni não se apresentou candidato nessa circular; entretanto o corpo eleitoral distinguiu-o com perto de 800 votos, que o collocaram no setimo, ou, segundo a opinião de muitos, no sexto lugar da lista sextupla.

Em 1859 entendeu o Sr. Ottoni que era chegado o tempo de volver á vida politica. Apresentou-se francamente candidato á eleição de senador a que se ia proceder em 21 de Agosto para preencher a vaga deixada pelo finado barão de Pontal. Os mineiros collocaram-no no 1.º lugar da lista triplice.

A morte de Vergueiro abriu uma outra vaga no senado. O Sr. Ottoni de novo dirigiu-se aos seus comprouvianos, que deram-lhe mais um testemunho do alto conceito em que o tem, elegendo-o o primeiro da lista triplice.

Não havendo sido escolhido nessa occasião, em 28 de Abril, um dia depois da publicação da escolha do Sr. Manoel Teixeira de Souza, dirigiu aos eleitores uma circular em que declarava que não era candidato á vaga aberta pela prematura morte do Sr. Luiz Antonio Barbosa.

Apesar de declaração tão explicita foi de novo offerecido em lista triplice á escolha imperial.

Avisinhava-se a eleição de deputados geraes para a legislatura de 1861 a 1864. O Sr. Ottoni apresentou-se candidato ao lugar de deputado pelo 2.º districto de Minas Geraes. A circular que então dirigiu aos eleitores, sendo uma memoria completa de toda a sua vida publica, é tambem um dos mais interessantes documentos para a historia politica de 1829 até 1860. O illustre mineiro nunca manifestou com mais brilho seu ardente patriotismo e os dotes superiores de sua intelligencia. Escripção com a nobre franqueza que o distingue, em um estylo vivo e cheio de animação, essa circular foi um verdadeiro acontecimento politico. Foi lida com avidez por amigos e adversarios, que confirmaram a elevada opinião que formavam de seu auctor.

Restituido á vida politica o Sr. Ottoni desenvolveu uma actividade admiravel nas eleições primarias da côrte. Soube despertar nas massas populares o entusiasmo pelas ideias democraticas; provou aos mais incredulos que o povo brasileiro é essencialmente liberal, e que as urnas serão contrarias á opinião conservadora sempre que não forem prostituidas pela fraude ou pela violencia.

O Sr. Ottoni distingue-se pelo seu amor ás letras. Os numerosos relatorios do Mucury, a circular que temos citado, a memoria sobre os nossos indigenas, e outros escriptos seus provam que o illustre patriota aprecia o bello litterario e sabe alliar materias muitas vezes aridas com uma forma agradavel.

Em 1851 escreveu uma interessante *Noticia Historica* sobre a vida do seu fallecido tio, o poeta José Eloy Ottoni. É um trabalho sob todos os pontos de vista recommendavel. É escripto em estylo singelo, dá uma informação cabal da vida do illustre poeta, e faz sobre as suas obras apreciações litterarias de muito merecimento. A politica insinuou-se no trabalho do litterato. A proposito da traducção versificada dos *Proverbios de Salomão*, o biographo lembrou-se do —*Per me reges regnant*— famoso proverbio com que por muito tempo se escudou o direito divino. O Sr. Ottoni provou que o famoso —*me*— não é pronome de —*Deo*— como queriam, mas simplesmente de —*sapientia*—. Esta opinião é confirmada pela traducção de José Eloy.

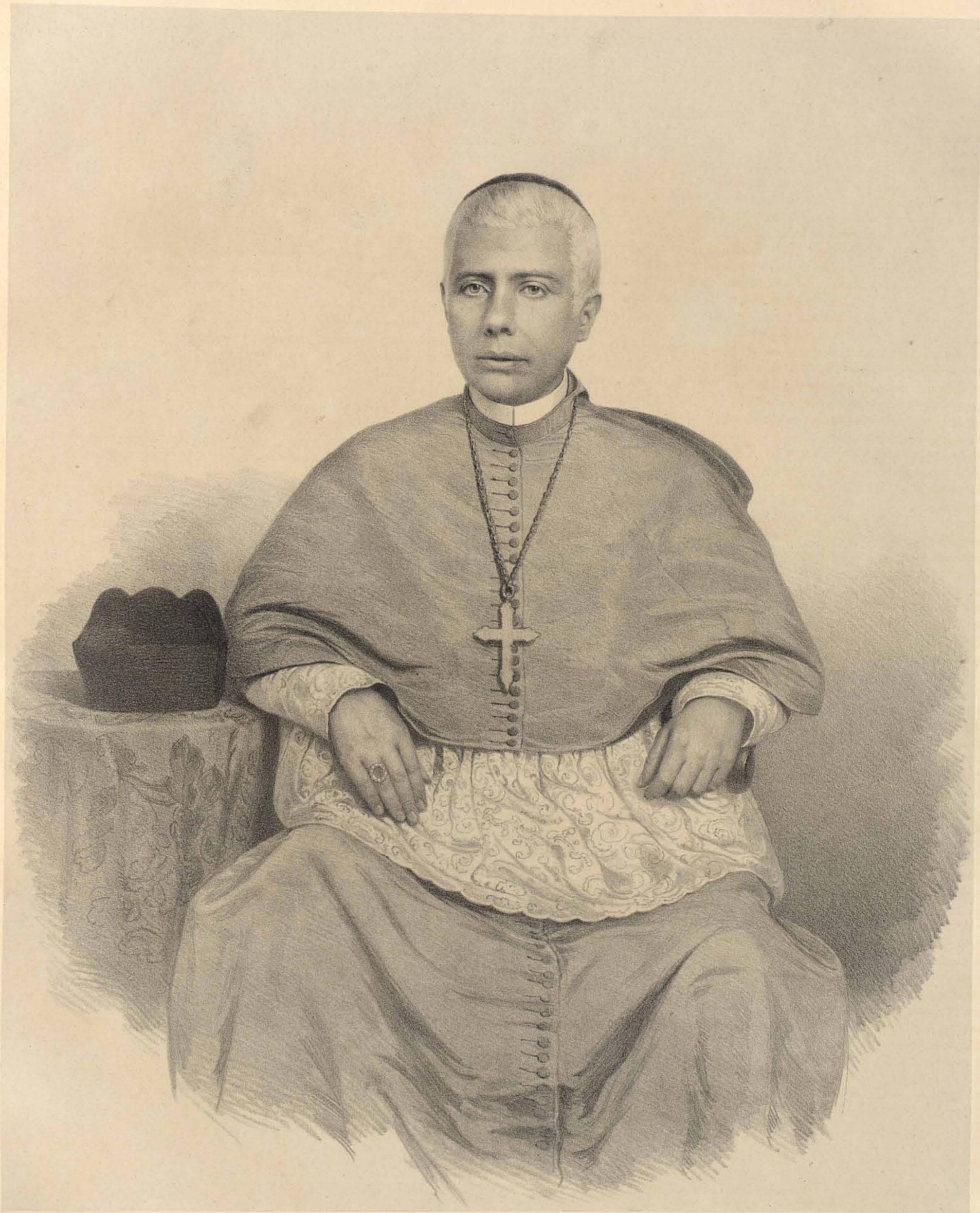
O Sr. Ottoni é um dos mais abalisados latinistas deste paiz. Sua conversação e seus escriptos brilham pelas felizes reminiscencias classicas com que sempre as amenisa. Na litteratura latina, que conhece a fundo, acha sempre um texto que com a maior propriedade applica á situação presente.

Quem sabe se a licção de Tacito, de Cicero, de Seneca, se Tito Livio com a sua narração epica das grandezas de Roma republicana não concorreram poderosamente para dar uma tempera antiga a essa alma que foi formada para amar a liberdade?

Os inimigos do Sr. Ottoni em todos os tempos fizeram-lhe crua guerra, reconhecendo-lhe porem intelligencia superior e honestidade a toda prova. Seus amigos e correligionarios depositam nelle a mais cega confiança. O partido liberal de todo o imperio considera-o seu chefe. Os liberaes mais esclarecidos e que desejam ardentemente que o partido se eleve á posição que deve occupar no Brasil, lamentam que o Sr. Ottoni, levado pela natural bondade de seu coração, não se resolva a dirigir o partido com mais decisão e energia.

O Sr. Ottoni é actualmente o homem mais popular do imperio e o idolo do partido liberal. A sua posição de chefe popular é a mais honrosa, a mais elevada que um cidadão pode ambicionar em um paiz livre; mas ao mesmo tempo envolve uma tremenda responsabilidade. Se o Sr. Ottoni não souber usar do poder que os liberaes lhe confiam; se, levado pelo receio de offender susceptibilidades particulares deixar de dirigir o partido como o deve fazer um chefe, o futuro lhe tomará contas muito severas.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. SA Sisson. Rua da Assembleia 67

D. MANOEL JOAQUIM DA SILVEIRA

ARCEBISPO DA BAHIA. PRIMAZ DO IMPERIO DO BRAZIL

+ Manoel, Arcebispo da Bahia.

D. MANOEL JOAQUIM DA SILVEIRA

ARCEBISPO DA BAHIA

O BENEMERITO varão que a sabedoria do governo imperial acaba d'elevar á primeira cadeira episcopal do Brasil, nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro aos 11 d'Abril de 1807, sendo baptisado na freguezia de Santa Rita nove dias depois, conforme o louvavel costume de nossos maiores.

Foram seus pais Antonio Joaquim da Silveira, empregado vitalicio da casa da moeda, e sua legitima consorte D. Maria Rosa da Conceição: pessoas recommendaveis pela rigidez dos seus costumes e pratica das virtudes christãs.

Educado por tão diligentes preceptores revelou o joven Manoel, desde a sua primeira puericia extrema docilidade de character, summa affeição aos seus progenitores, realçando essas nobres qualidades precoce talento e grande amor ao estudo.

Com grande aproveitamento cursou as aulas de preparatorios que então existião nesta capital, merecendo de seus mestres e condiscipulos os maiores gabos. Ainda em bem verdes annos havia elle terminado o curso a que então se denominava —*humanidades*— e convinha que fizesse escolha d'uma profissão em que podesse illustrar seu nome com mór proveito da patria. Antes porém d'abraçar qualquer carreira, quiz seu honrado pai, com esse juizo seguro que tanto o caracterisava, que, á semelhança do que se pratica na Inglaterra, se dedicasse elle á um meio de vida que em circumstancias aziagas lhe fornecesse o pão pelo honesto trabalho, e mandou-lhe ensinar a escripturação mercantil, habilitando-o dest'arte para tornar-se um distincto guarda-livros.

Perpassou nessa epocha pela mente do mancebo uma velleidade que poderia talvez converter-se em ardente vocação: em seus aureos sonhos appareceram-lhe os epicos vultos dos Gamas e Cabraes; julgou-se chamado por irresistivel vontade do destino á carreira maritima. Objectou-lhe seu pai as asperezas de semelhante mister, a que sua delicada e morbida compleição se oppunha; chorou a extremosa mãe lembrando-se das ausencias a que seria condemnada, e sentindo antecipadamente traspassar-lhe a alma o agudo espinho da saudade. Hesitou o mancebo, e como filho submisso submetteu-se á vontade paterna.

Ingenhoso é o amor d'uma mãe: victoriosa D. Maria nesta primeira prova, quiz assegurar seu completo triumpho, e habilmente desenvolvendo o germen religioso que desde o berço semeara no coração do virtuoso mancebo, facil lhe foi de disputar nelle a vocação para a vida ecclesiastica.

Tomando resolutamente o seu partido, desta vez fervorosamente apoiado por seu pai, e matriculou-se o moço Silveira no curso theologico do episcopal seminario de S. José, deixando ali, como por toda a parte por onde passára, o sulco luminoso do seu grande talento e applicação.

Faltava-lhe a idade legal para o preenchimento de seus anhelos, e já como diacono recebia do sabio bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coitinho o emprego d'escrivão ajudante da camara ecclesiastica, e como penhor da grande confiança que em sua súsudez depositava, incumbia-o do expediente da referida camara e do regimen interno da sua casa durante uma visita que fez á diocese. Do modo porque desempenhou tão honrosa commissão serve de prova a paternal affeição que lhe consagrou aquelle respeitavel prelado até o ultimo instante da sua vida.

O dia 2 de Maio de 1830 marcou a epocha mais memoravel na existencia do actual arcebispo da Bahia. Recebeu nelle o presbyterado, tornou-se sacerdote segundo a ordem de Melchisedech. Pouco tempo depois cantando a sua primeira missa perante o venerando D. José Caetano, dizia este a dois amigos do joven levita que enternecidamente lhe beijavam as mãos: *Beijai-as como padre; porque não tardareis a beijal-as como bispo.* Propheticas palavras, que o céo confirmou, ou antes que as dictou.

A morte do seu protector, occorrida em 1835, fel-o desejar uma posição mais estavel, onde mais proficuamente se empregasse no serviço da igreja. Vagára a parochia de N. S. da Candellaria e o padre Silveira inscreveu-se como oppositor á ella. Approvado com a nota de quarenta e quatro pontos, foi pelo digno vigario capitular, monsenhor doutor Francisco Correia Vidigal, proposto em primeiro lugar. Antepoz-lhe porém a regencia outro sacerdote que muito inferiormente fôra classificado. Doeu-se o padre Silveira da clamorosa injustiça que lhe fôra feita; mas resignou-se, e aguardou melhores dias para de novo entrar no pleito, temperando cada vez mais o fino aço das suas armas litterarias.

Dois annos e meio depois deste revez (á 14 de Novembro de 1836) sentava-se o padre Silveira na mesa dos oppositores á parochia de Santa Rita, a cuja obtenção ligava o maior apreço, por ser aquella em que nascêra, fôra baptisado e residira até esse dia. O mais brilhante triumpho coroou os esforços do joven lidador: imparciaes juizes marcaram-lhe setenta e um pontos, facto até então inaudito. Como era d'esperar coube-lhe o primeiro lugar na proposta; e a freguezia em peso foi comprimentar seu illustrado vigario. Esquecia-se porém a opinião publica que dest'arte o acclamava, que por uma das excentricidades do nosso regimen politico, acintosamente lhe contrariaria seu primeiro delegado, o regente Diogo Antonio Feijó! Ao distincto theologo que acabava de fazer um exame modelo foi preferido um obscuro sacerdote que apenas pôde obter a insignificantemente nota de sete pontos!!

Curvou-se o douto ecclesiastico á vontade de Deos, manifestada na injustiça dos homens: e desistiu para sempre da vida parochial para que sentia-se bastante propenso.

Tão extraordinarios haviam sido os conhecimentos revelados pelo padre Silveira em seu concurso, que o então vigario capitular, conego (hoje monsenhor) Narciso da Silva Nepomuceno desejou incluil-o no magisterio do seminario de S. José, e obtendo a sua acquiescencia, mandou-lhe passar a provisão de 13 de Fevereiro de 1837, pela qual o investia do cargo de lente de theologia moral, considerada como a primeira cadeira do curso theologico. Não parou aqui o testemunho d'apreço que do saber do joven ecclesiastico fazia o distincto vigario capitular; porquanto, apesar da vacancia da sé em que de ordinario se suspendem todas as nomeações que não são por sua natureza urgentes, despachou examinador synodal ao novo lente de moral por sua provisão datada de 28 de Junho de 1837.

Achava-se então á frente do seminario um illustre ecclesiastico (hoje fallecido) a quem, não se podendo negar variada e solida instrucção, e exemplar comportamento, faltava contudo esse tino administrativo, esse tacto de conhecer e apreciar a juventude através das suas metamorphoses. Sem querer irrogar injuria á sua memoria, faltariamos á verdade se occultassemos que mal dirigido estava então o seminario de S. José, e que profundos golpes havia soffrido a disciplina collegial.

A' um tal estado convinha occorrer com prompto remedio. Lembrou-se o conego Narciso do padre-mestre Silveira, e conseguiu pelo ascendente que sobre elle exercia, vencer as repugnancias proprias d'um homem que sentia deixar o lar domestico, a pacifica sociedade de seus livros, para arrostar com os incommodos e dissabores d'uma complicada administração. A 10 de setembro de 1838 lia-se em acto de comunidade a provisão pela qual era o lente de theologia moral nomeado reitor do seminario de S. José do Rio de Janeiro.

Sem vexar pessoa alguma augmentou consideravelmente as rendas do estabelecimento elevando-as quasi que ao duplo, reparou toda a capella, e fez um novo e hygienico dormitorio. Foram estas as principaes vantagens materiaes que do seu regimen se colheram: quantos ás Moraes perguntai-o aos seus numerosos discipulos, aos que tiveram a fortuna de viver no seminario, ou frequentar suas aulas durante o seu reitado, e todos *una voce dicentes* vos dirão:

« Foi um pai extremoso, amigo, protector dedicado, mestre esclarecido, de cujos labios distilava a sciencia com essa fluidez, com essa elegancia, com essa natural eloquencia que mereceram á Xenophonte o titulo d'abelha attica. Pendentes de seus labios esquecíamos o tempo e por vezes vinha a noite surprender-nos sem que nos tivéssemos apercebido.

Logo que cessou a prohibição imposta na lei da regencia de prover os beneficios canonicos, foi o padre-mestre Silveira honrado com uma prebenda na nossa cathedral e capella imperial por decreto de 2 de Dezembro de 1839.

No seguinte anno, havendo findado a viuvez da igreja fluminense, e sentando-se na cadeira dos Desterros, Guadelupes e Mascarenhas, o virtuoso e sabio D. Manoel do Monte Rodrigues d'Araujo, foi confirmada por este a nomeação d'examinador synodal, feita durante a vacancia da sé, em favor do conego Manoel Joaquim da Silveira.

A severidade dos seus estudos, os cuidados d'administração do seminario, ainda augmentados pelos onus canonicos de que não pediu dispensa, ainda que tivesse em seu favor o direito, aggravaram as enfermidades que habitualmente padecia, e pozeram em risco a sua preciosa existencia. Havendo conseguido a pericia dos seus habéis medicos debellar a terrivel enfermidade que o accomettera foi, por conselho destes, convalescer n'um dos mais pictorescos arrabaldes do Rio de Janeiro. Mal pensava elle que nessa Thebaida ir-lhe-ia procurar a mais honrosa e delicada commissão que póde um sacerdote receber do seu governo. No dia 16 de Fevereiro de 1843 era communicada ao conego Silveira a sua nomeação de capellão de S. M. a Imperatriz, a Sra. D. Thereza Christina, cujo consorcio com o Sr. D. Pedro II acabava de celebrar em Napoles o conselheiro Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cayrú.

Não lhe permittia seu estado de saude o emprehender tão longa viagem: immolou porém o conego Silveira seus commodos, quicá a propria existencia, ao desejo do monarcha que de tal modo o distinguia, aceitou a nomeação e em poucos dias preparou-se para seguir na expedição, composta da fragata *Constituição* e das corvetas *Dois de Julho* e *Euterpe*, que á 5 de Março de 1843 desfraldava as velas aos ventos, orgulhosa do seu destino.

Chegando á capital das duas Sicilias apresentou-se ao rei Fernando II, que apreciando devidamente suas luzes e ameno trato, condecorou-o com a cruz de cavalleiro da ordem de Francisco I.

Devera a esquadilha brasileira demorar-se alguns dias em Napoles, e aproveitando-se desta feliz oportunidade o conego Silveira, sempre avido d'instruir-se, deliberou de visitar a capital do orbe catholico. Posto que mais penosa, era a viagem por terra mais rica em observações, mais sitios notaveis tinha que percorrer. Deu-lhe portanto preferencia. Visitando o tumulo de Virgilio em Pausilippo, recordou-se da sua infancia, das graciosas imagens colhidas nas paginas da Eneida, ou das Georgicas, e que tanto contribuíram para despertar-lhe o sentimento do bello. Atravessou o Garigliano em sua majestosa ponte suspensa, viu Gaeta, a Sebastopol do Mediterraneo, e em Fondi contemplou a modesta camara em que por largos annos residiu um dos mais asombrosos genios da idade media, o nunca assás admirado sancto Thomaz d'Aquino.

Acordou-o de suas graves cogitações a voz do *vitturino* que bradava: *Si vede Roma, Roma la Santa*. E de facto a viuva dos Cesares se mostrava indolentemente reclinada sobre as suas sete colinas, e banhando seus pés nas *fulvas aguas* do Tibre.

A narrativa dessa piedosa excursão acha-se estampada na *Minerva*, revista litteraria que nessa epocha redigiam alguns amigos seus, e forma um dos mais bellos trechos dessa preciosa collecção.

De volta ao seu patria Rio reassumiu no dia 1.º de Outubro do dito anno o exercicio dos seus empregos com summa satisfação dos seus discipulos e subordinados.

Acabara de firmar-se, depois desta nova prova, a sua reputação de sciencia e probidade; e o governo imperial aquilatando devidamente o grande serviço que acabava de prestar-lhe, galardoou-o com a commenda da ordem de Christo por decreto de 14 de Março de 1844.

Posto que mui restricto esteja hoje o fóro ecclesiastico, importantes são ainda nelle as funções de promotor; e por morte do ultimo serventuario lembrou-se o nosso sancto prelado de commettel-as ao dignissimo reitor do seminario episcopal de S. José mandando-lhe passar a sua provisão de 20 de setembro de 1845.

Um anno depois elevava-o o imperante á cathedra de monsenhor da cathedral e capella imperial do Rio de Janeiro, honrando-o com a carta de conselho nos ultimos dias do mez de Janeiro de 1847.

O tacto governativo que revelara na gestão do seminario indigitou-o ao governo para collocar-o na administração interna dessa mesma cathedral de que fóra nomeado uma das dignidades. No exercicio d'inspector e fabricante de que lhe investira o decreto de 15 d'Outubro de 1849, prestou o monsenhor Silveira verdadeiros e reaes serviços, sendo entre outros digno de especial commemoração a maneira energica e acertada com que dirigiu as obras da mesma capella, que por uma extranhavel negligencia quasi que tocára á sua completa ruina.

Mencionemos aqui um facto que muito abona os sentimentos patrioticos e estheticos do monsenhor Silveira.

Todos sabem que no altar-mór da capella imperial existe um riquissimo painel do nosso famigerado pintor José Leandro, representando el-rei D. João VI e toda a sua augusta familia ajoelhados aos pés de N. S. do Carmo; mas o que talvez ignore é que na quadra vertiginosa que seguiu-se á revolução de Abril, julgou-se *patriotico* cobrir com uma espessa camada de tinta as regias personagens que ahi se achavam figuradas. Reparando a igreja entendeu o inspector que devera tambem reparar a injustiça; chamou habil artista que res-

taurando o quadro restituiu aos fluminenses um monumento da piedade do seu bondoso rei, um legado do amigo de Valentim, e de José Mauricio.

Cumulado d'honras, fruindo da geral estima dos seus concidadãos, nada mais ambicionava monsenhor Silveira. Havia porém se tornado muito notavel para viver na penumbra em que estava; seus dias pertenciam á religião e á patria. Sabido é o particular cuidado com que o imperador prové á todas as vacancias de bispados, demorando-as ás vezes annos em busca d'algum sacerdote que lhe pareça reunir os predicados tão difficeis de possuir. Viuva achava-se a sé do Maranhão pelo passamento do doutissimo D. Fr. Carlos de S. José e Souza que expirára entre a cruz e o evangelho. Por esse dom singularissimo que possuem as almas elevadas de discernir o bem, comprehendeu o monarcha brasileiro que ninguem melhor do que o illustrado e virtuoso monsenhor-reitor poderia preencher o vazio deixado pelo sabio cenobita pernambucano.

Como a explosão outr'ora do Vesuvio que de lavas innundou os tectos d'Herculano e Pompeia, veio o decreto de 5 de Maio de 1851 surprender monsenhor Silveira quando vislumbra n'um proximo futuro as venturosas veigas do descancó. Força foi aceitar, porque, como ha pouco dissemos, tal homem não tinha direito de se pertencer.

Conhecido pessoalmente pela mór parte dos membros do sacro-collegio, e instruido o seu processo com os mais lisongeiros documentos, facil foi a sua confirmação, proclamada no consistorio secreto de 5 de setembro do referido anno: sendo a 25 de Janeiro seguinte sagrado na capella imperial pelo seu intimo amigo o bispo-conde d'Irajá, assistido pelos menses Nepomuceno e Fernandes da Silveira.

Havendo tomado posse do bispado de S. Luiz do Maranhão por intermedio do seu procurador, o conego mestre-escola Luiz Raymundo da Costa Leite, no dia 30 de Janeiro, deixou a 25 de Março as plagas guanabarenses, saudando a 6 d'Abril a donosa filha de La Ravardière, a quem porfiosamente galanteiam o Pindaré, o Itapicurú e o Mearim.

Já tinha a diocese do Maranhão bispo, faltava-lhe porém cathedral. Dois raios cahindo sobre a torre do magestoso templo construido pelos jesuitas e consagrado a N. S. da Victoria, haviam-no consideravelmente arruinado, tornando-o incapaz de nelle serem celebrados os officios divinos. Funcionava o cabido na pequena capella de N. S. do Rozario, e paradas estavam as obras da sé por esgotada achar-se a exigua consignaço que para ella fóra votada na lei d'orçamento. Magoou semelhante estado d'abandono ao piedoso coração do virtuoso prelado, e mandou que, sob a sua responsabilidade, fossem continuadas as obras, logrando a satisfação de ver restaurada a principal igreja da cidade de S. Luiz, benzendo-a solemnemente e para ella transferindo a sua cadeira no dia 9 de Maio de 1854, com extremo jubilo dos bons maranhenses. Não podia deixar de merecer a approvação do governo imperial o religioso procedimento do zeloso bispo; e de facto deu-lhe sua acquiescencia mandando que fossem pelos cofres geraes pagas as despezas.

Não correspondia porém a decoraço interna do templo á sua belleza externa: assim pois pensou D. Manoel Joaquim da Silveira em reparar esta falta obtendo do 1.º vice-presidente da provincia, o Dr. João Pedro Dias Vieira, a autorisação para despender com essas obras a quantia de seis contos que foram mandados entregar-lhe pelo conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, que na cadeira presidencial do Maranhão nessa epocha sentava se.

Satisfeita esta primeira necessidade estendeu o bispo suas perspicazes vistas á outros objectos de summa importancia, como v. g., a reparação das matrizes, que pela mór parte cahiam em ruinas, e a educação moral e intellectual do clero, que por causas que são alheias ao nosso assumpto, tinha sido desprezada. Conhecendo a falta que havia na provincia do Piahy de sacerdotes filhos do paiz conseguiu da respectiva assembléa provincial a consignaço de fundos no orçamento para que fossem alguns mancebos pobres fazer seus estudos ecclesiasticos no seminario do Maranhão. Desta sábia medida começava a colher vantajosos resultados quando foi removido para a sé archiepiscopal da Bahia.

Havendo dispendido grande parte da sua vida no ensino e direcção da juventude cuidou o novo bispo em organizar o seu seminario sobre bases solidas e proficuas; e, sendo no seu nobre empenho auxiliado pelo governo imperial, creou mais cadeiras, provendo-as em pessoas dignas de tão difficil missão. Acanhado porém era o espaço em que funcionava o antigo seminario, não podendo caber ahi os novos obreiros chamados para a vinha do Senhor. Provou o diligente prelado a esta difficiencia alcançando do guardião do convento de S. Antonio a cessão d'um bello dormitorio, a que mais tarde addicionou outro com os meios pecuniarios que lhe foram fornecidos pelo governo imperial. Graças pois aos seus e-forços possui hoje o Maranhão um espaçoso seminario edificado com todas as condições hygienicas tendo um bello jardim para recreio dos alumnos.

Quando achava-se D. Manoel Joaquim da Silveira todo entregue ao ministerio pastoral, recebeu o honroso convite, que conjunctamente com o arcebispo metropolitano D. Romualdo Antonio de Seixas, lhes fazia a S. Sé d'irem a Roma assistir ao concilio que para ahi convocára o SS. P. Pio IX paraser defenido o dogma da Immaculada Conceição da Virgem Santissima, com recommendação expressa de seguirem para a capital do catholicismo embora terminado estivesse o concilio. Disponha-se para obedecer a tão invejavel chamado, quando chegou-lhe a ordem de S. M. o Imperador para que se deixasse ficar em sua diocese, visto ser absolutamente impossivel estar em Roma no dia 8 de dezembro d'esse anno (1854) em que devera abrir-se o concilio.

Indemnisou-se o bispo do Maranhão de sua falta de comparecimento pela solemnidade com que festejou no anno seguinte e no proprio dia a declaração do concilio, mostrando d'est'arte a sua ardentissima fé por tudo quanto se refere á rainha dos anjos.

Como pai extremo anhelava D. Manoel por conhecer todos os seus filhos; e desde o momento em que pisou o sólo de seu bispado tencionou seguir a trilha dos Bartholomeus dos Martyres, dos Caetanos Brandões, e do seu virtuoso mestre na vida episcopal D. José Caetano da Silva Coitinho.

No intervallo de nove annos em que administrou a igreja maranhense fez seis visitas: derramando por toda a parte o balsamo das consolações, e semeando a palavra do Evangelho.

Foi a cidade d'Alcantara a primeira localidade da provincia, (á excepção da capital) que honrou-se com a sua presença, chegando a ella no dia 30 de setembro de 1852, e fazendo a sua solemne entrada a 2 d'outubro. Características são as palavras com que abriu a visita: « Jesus Christo tinha morrido no alto do Calvario com as costas viradas para este povo deicida que o tinha abandonado com os braços abertos, e a face voltada para o meio dia do mundo. E' vós, meus amados filhos, que elle chamava, é em seu nome que hoje appareço no meio de vós. Preposto pelo Espirito Santo para reger esta parte do rebanho que Jesus Christo adquiriu com o seu precioso sangue, vim para chamar aos peccadores, para curar a enfermidade de suas almas, porque os que estão bons não tem precisão de medicos. Assim como elle ouviu o ladrão, e perdoou a adúltera, também eu venho ouvir os peccadores, absolver seus peccados, e absolver a seus delictos. »

Infructiferos não foram estes conselhos, dignos por sua uncção d'um Basilio, d'um Gregorio de Nazianzo; em 10 dias em que demorou-se S. Ex. Rev. em Alcantara, novecentas e quatro pessoas se confessaram, e duas mil cento e oitenta e seis receberam o sacramento da confirmação.

Infatigavel athleta da igreja apenas repousou do seu labor eis que emprehende de novo a mais penosa viagem partindo a 22 de dezembro desse mesmo anno para a villa de Tury-assú, a bordo do brigue escuna *Andorinha*. E' esta a ultima freguezia da diocese de S. Luiz pelo lado do norte, sendo fronteira com a do Pará. Incommodo foi o trajecto em razão do rijo vento que encrespava as aguas do rio, obrigando a adornar quasi que constantemente a embarcação apezar de ser alterosa para aquellas paragens. No dia 25 de Dezembro em que a igreja celebrava o nascimento do Homem-Deus chegou o bispo ao aprisco d'estas suas tão remotas ovelhas, que por tal modo o prezaram que havendo de retirar-se foi acompanhado em hora adiantada da noite pelas pessoas mais gradas do lugar, inclusive grande numero de senhoras.

Regressando desta ultima visita foi acommettido em Alcantara d'uma violenta febre que tomou o character maligno: em imminente perigo estiveram seus dias: o céo porém ouviu as preces dos seus extremos diocesanos, e o pastor foi conservado ao rebanho.

Não se arrefeceu o zelo apostolico do illustre varão com esta rude prova: e poucos mezes depois ei-lo que affrontando o terrivel *Boqueirão*, tão celebre nos fastos maritimos da provincia, vai pelo Itapicurú abaixo demandar novas almas para o céo, conquistar novos corações para a fé.

Como sempre, *pertransivit benefaciendo*: chrisinou no Rosario duas mil trezentas e doze pessoas, baptizou a vinte e quatro crianças, fez quatorze casamentos, retirou-se aconselhando aos pais de familia a educação religiosa de seus filhos, famulos e escravos; passou, como celeste mensageiro pela freguezia de N. S. da Lapa, e em Itapicurú-merim, onde sua presença é festejada com tres dias de luminarias; veio um ataque de febre intermitente interromper o curso de suas visitas, obrigando-o a voltar á capital.

Não socegava o animo do prelado maranhense emquanto houvesse um só sitio do bispado a que não tivesse levado o alimento da palavra evangelica. O que eram as fadigas, e até as molestias para reter o seu espirito amante e inflamado pelas chammas da fé? — Anhelavam por conhecê-lo os povos do interior do ilha do Maranhão; e a 27 de dezembro de 1850 apresenta-se inopinadamente na freguezia de Vinhaes, d'onde depois de cumpridas as formalidades do costume, encaminhou-se para a villa de Paço do Lumiar, contemplando o magestoso panorama que a seus olhos se desdobrava.

Commovido pelos testemunhos de amor e veneração que lhe votaram os ingenuos habitadores d'essas brenhas, escreveu o virtuoso bispo em seu itinerario estas tocantes palavras: « Sensibilisou-me excessivamente o empenho que fazia este povo simples em me obsequiar, offertando-me qualquer cousa que proferisse, e que eu recebia com mais complacencia do que se me offerecesse os aromas preciosos, o ouro puro d'Ophir, e as perolas mais finas do Oriente: estes são os dons da riqueza, aquelles do coração. »

Na sua visita á villa de Vianna, e emprehendida em fins do anno de 1857,

correram seus dias extremo perigo, encalhando o barco que o conduzia n'uma das coroas do porto, e escapando de ser victima do magestoso e terrivel phenomeno conhecido pelo nome de *pororoca*.

Prende-se á historia d'esta excursão um facto que eminentemente honra o respeitavel antistite: queremos fallar da sua visita aos presos da cadeia, exhortando-os ao arrependimento e rociando suas palavras com o orvalho de caridade. Nem menos pathetica foi a sua entrevista com os lazarus, cujo hospital cuidadosamente percorreu, consolando-os em seu infortunio e conjurando-os a supporta-lo na graça do *Senhor*.

Foi a ultima das suas visitas a da provincia do Piahy, que como se sabe, faz parte integrante da provincia do Maranhão. Para ella sahio a 10 de outubro de 1859, regressando a 27 de janeiro seguinte. N'esses tres mezes e 17 dias fez D. Manoel Joaquim da Silveira todo o bem que era possivel fazer: provou praticamente a excellencia da religião catholica, e dictou pela sua edificante conducta um hymno d'enthusiasmo e gratidão aos moradores das margens do Parnahyba, que perenne lembrança guardaram do seu sancto prelado.

Extranho á politica, era bem quisto por todas as parcialidades: comprehendendo que o bispo deve ser unicamente bispo, declinou da honra que lhe queriam fazer elegendo deputado á assembléa geral legislativa; e pediu humildemente exame do cargo de primeiro vice-presidente da provincia para que fora nomeado.

Inteiramente identificado com o interesse das suas ovelhas não curava o deligente e zeloso pastor d'apartar-se do meio d'ellas, quando um acontecimento imprevisto obrigou-o a levar algures sua missão apostolica. Fallecera o venerando marquez de S. Cruz, e a nenhum outro ecclesiastico julgou o imperador que melhor caberia a mitra archiepiscopal da Bahia do que ao virtuoso prelado maranhense.

Era este um facto virgem em nossa historia ecclesiastica: nenhum bispo brasileiro havia ainda sido transferido d'uma Sé para outra, nenhum accesso julgava-se possivel no episcopado, assim procedendo firmou o governo um precedente de grande utilidade, porquanto convém, que, á imitação do que se pratica nos demais paizes catholicos, sejam os bispados de maior importancia administrados por quem possuir o thesouro da experiencia, devendo ser o lugar d'arcebispo a recompensa do que melhor desempenhar o anno pastoral.

Geralmente applaudida foi tão acertada escolha, ainda mesmo por aquelles que com ella iam ser privados de sua solicitude.

O decreto de 5 de janeiro de 1861 foi para D. Manoel Joaquim da Silveira novo testemunho do subido conceito que de suas muitas luzes e raras qualidades faz o monarcha brasileiro: e mais uma prova do que já dissemos que a sua vida não lhe pertence. Com as lagrimas nos olhos por apartar-se de sua familia adoptiva pegou da penna para escrever ao ministro significando-lhe a sua completa obediencia ás deliberações que a seu respeito se dignasse de tomar o governo.

Preconisado no consistorio de 19 de março do corrente anno, foram expedidas as competentes bullas a 22 d'esse mesmo mez; achando-se d'est'arte canonicamente alçado á primeira dignidade ecclesiastica do Brasil. Como testemunho da grande affeição que sempre votára á igreja maranhense doou S. Ex. Rev.^{ma} á sua antiga cathedral os paramentos pontificaes que, á sua custa, comprára.

Doloroso lance foi a despedida do novo arcebispo das suas antigas ovelhas, e nos annos do Maranhão ficaram registadas as benções que em prol da sua prosperidade lhe enderessaram todas as classes da população: porque todas d'elle haviam recebido finezas.

Conhecido em todo o Brasil seu nome havia-o precedido na Bahia, onde triumphante foi a sua entrada; congratulando-se os briosos habitantes d'esta heroica provincia pela acertada successão que tinha o marquez de S. Cruz.

Recebendo o pallio das mãos do bispo do Pará D. Antonio de Macedo Costa, e assumindo as redeas d'administração diocesana, dispoz-se o arcebispo a vir ao Rio de Janeiro beijar a munificente mão que incessante se tem mostrado em beneficia-lo. Confiado o regimem da igreja ao deão do cabido, embarcou-se para esta capital onde os seus numerosos amigos e admiradores tiveram occasião d'exprimir-lhe verbalmente o jubilo de que se achavam possuidos.

Pomos aqui termo á nossa pallida narrativa, desejando a S. Ex. Rev. longos dias de vigorosa saude, e occasiões em que possuão sua piedade, saber e zelo ser postos em relevo.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. SA. Sisson. Rua da Assembléa 67

VISCONDE DE SEPETIBA

Visconde de Sepetiba

VISCONDE DE SEPETIBA

AURELIANO de Sousa e Oliveira Coutinho nasceu na provincia do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1800 e foi baptisado na freguezia de Itaipú. Seu pai, o coronel do imperial corpo de engenheiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, deixou seu nome gloriosamente estampado nas diversas obras que ainda avultam na corte e provincia do Rio de Janeiro.

Veio da serra da Estrella e frequentou o seminario de S. José com tal aproveitamento e sudez, que o reverendo professor regio, João Baptista Soares de Meirelles, dedicou-lhe uma d'essas afeições que honram tanto o individuo que as merece, e que nunca diminui até á morte, que ha pouco foi, daquelle perito latinista. Deviam os elogios do severo padre-mestre ser-lhe mais lisongeiros do que o entusiasmo publico que tanto realce deu á sua carreira administrativa. Assim pensamos, porque a multidão é menos poderosa do que se julga, mesmo no reinado das maiorias : ae massas nunca julgam por si : por isso tal suffragio apenas embriaga ; mas o dos homens superiores deve encher-nos de legitimo orgulho.

Em seguida matriculou-se na academia militar, onde sobejamente patenteou sua bella intelligencia, e obteve em dous annos consecutivos o primeiro premio. Dahi partiu para Coimbra, em cuja universidade formou-se em direito.

El-Rei D. João VI concedera uma limitadissima pensão com a expressa clausula de que elle se formasse em sciencias naturaes. O favor do rei não teve lugar, pois que o futuro estadista preferiu as sciencias juridicas e sociaes.

De volta ao Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I houve por bem despacha-lo para S. João d'El-Rei e Ouro Preto, onde serviu os cargos de juiz de fóra e de ouvidor, e de tal sorte se conduziu que quando partiu para a corte a tomar assento na camara como deputado á assembléa geral, um concurso extraordinario de bons cidadãos o acompanhou longe com demonstrações inequivocas de muito pezar por sua ausencia, e n'uma despedida por escripto com cerca de 600 assignaturas nota-se este eloquente periodo : « Ide coberto de benções, homem probo e leal ; a pureza da vossa consciencia grangeou-vos um titulo glorioso ; bem sabeis que vos chamais aqui — o juiz recto. »

Em S. João, em Ouro Preto, como em todos os lugares onde elle esteve, revelou seu genio creador, seu inaudito amor ao trabalho e o gosto de bem servir a sua patria. Tentou estabelecer ali uma bibliotheca publica, pois que a instrucção de seus concidadãos lhe mereceu constantemente particular attenção. Por mui atiladas medidas fez entrar para o thesouro nacional grossa somma de dinheiros transviados e considerados perdidos : serviço eminente que frequentes vezes repetiu com immenso tino nos diversos cargos que occupou.

Sabe-se que o augusto fundador do imperio indagava minuciosamente da conducta de seus subditos por elle incumbidos da distribuição da justiça. Ouvindo a todos render encomios á inteireza, prudencia, zelo e virtudes daquelle seu despachado, não occultou o seu contentamento, fê-lo cavalleiro do habito de Christo, e quando como deputado á assembléa geral tornou a vê-lo na corte, o nomeou presidente da provincia de S. Paulo, então aballada por extranhas commoções e em perigosa fermentação. Ninguém ignora como esse digno presidente conseguiu apaziguar a provincia. Nesse tempo deu-se o facto da abdicção e sahida do primeiro imperador ! O Sr. Aureliano de modo algum, nem indirecta nem directamente, concorreu para taes successos. Deixou em S. Paulo intensas amizades, pois era privilegio seu fazer-se amado de quantos o conheciam, e o dia de sua retirada foi um dia de tristeza.

Em seu regresso á corte foi logo procurado para desempenhar com sua costumada pericia e honra os lugares de juiz de orphãos, intendente geral da policia e desembargador. Com grande e espontanea votação foi novamente eleito deputado á assembléa geral legislativa. De 1832 a 1836 serviu os cargos importantissimos de ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, de ministro do imperio e de ministro dos negocios estrangeiros. Nessa quadra sobretudo, em grandioso relevo apparecem herculeos, memoraveis serviços feitos á sua patria, á monarchia e á sociedade. Oppoz-se com energia á restauração, porque entendeu muito bem que esse movimento revolucionario traria a destruição do throno do Sr. D. Pedro II. Zelou noite e dia com incrível vigilancia e sabida dedicação, toda a infancia do monarcha, a quem votou sempre do fundo do coração o mais sagrado e respeitoso amor. Procurou com afortunado acerto para tutor de S. M. I. o nobre marquez de Itanhaem, para seu mordomo o conselheiro Paulo Barbosa da Silva, para seu mestre o illustrado Sr. D. Fr. Pedro, bispo de Chrysopolis. Embalde cartas anonyms indicavam-lhe que se erguia contra elle o punhal dos demagogos e sicarios, embalde uma phalange repulsiva uivava cantos de morte sob suas janellas, com impertubavel serenida-

de e circumspecto vigor suspendeu as convulsões da anarchia, destruiu os facinoras audazes que assoberbavam a capital e seus suburbios, aniquilou as facções, restabeleceu a ordem tão profundamente comprometida, e conseguiu firmar a unidade dos espiritos em redor do throno, então como hoje, salvação do imperio. Innumerous, indestructiveis documentos abundam que comprovam tantos e tão reaes serviços. Sem duvida ha de recolhe-los do pó das secretarias a mão piedosa de alguns dos seus descendentes. E convém relatar que um dos seus mais illustres adversarios, o senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, disse, com seu espirito logico, e reconhecendo taes esforços emfim coroados de felicissimo exito, que o Sr. Aureliano gravara seu nome na base da nossa monarchia.

Então, depois de haver, por assim dizer, organizado de novo nossa sociedade, dilacerada por violentos embates, fez surgir como por encanto essas obras magnificas e de transcendente merito : os omnibus, a casa de correição, o monte pio, a caixa economica, a nova Carioca, a introdução no gelo no paiz, a destruição dos moedeiros falsos, dos jogos illicitos nos lupanares, os muitos beneficios á instituição liberal da guarda nacional, ao corpo de permanentes, o impulso da navegação á vapor entre as provincias, etc., etc. Já nesse tempo, previdente como era, occupava-se muito da nossa colonisação, como prova sua correspondencia para Bremen e o Gran-Ducado de Hesse Darmstadt. Fez com uma nação amiga um dos nossos melhores tratados ; escreveu e publicou nessa occasião o regimento de nossas legações, e buscou dar garantia e estabilidade ao nosso corpo diplomatico. Um bom systema de viação, canalisar nossas aguas, tornar navegaveis nossos rios, franquear nossos portos, desenvolver e sustentar a industria, a agricultura, as artes, era sua occupação favorita, e em tudo isso deixou vestigios de seu elevado espirito. Quiz mudar para o vasto terreno ao lado direito do Atterrado, o Passeio Publico, e do lado esquerdo, pela frente da correição, cavar um grande canal que findasse no campo de Santa Anna, seião na praia em face do Mercado ; devendo erguer-se no lugar do Passeio a camara dos deputados, e ficar a academia de medecina no paço da dita camara, e assim perto da Misericórdia por causa da clinica e das autopsias. Seu afastamento do ministerio suffocou esses e outros projectos de vital interesse e belleza para o nosso paiz. Nunca o viram inoccupado, pois nada lhe era mais insupportavel do que a ociosidade. Todavia, seu acrisolado patriotismo, a tenacidade em tão sérias e arduas tarefas, que demandavam incessantes vigalias, arruinavam-lhe pouco a pouco a robusta saude.

Todos sabem que o senador Diogo Antonio Feijó instara com elle para que ficasse na regencia em seu lugar ; todos sabem como o Sr. Aureliano se eximira desse brilhante posto. Cheio de modestia, ardia, sim, em desejos de bem servir sua patria, mas preferia como Cincinnati, como Washington, o socego que tanto agrada, após tormentosas lidas, aos homens virtuosos. Quando ia deixar o ministerio, e já assim o participara aos seus amigos, recebeu a melhor recompensa de seus valiosissimos trabalhos. O estimavel e erudito Francisco Ramiro de Assis Coelho, occupando a tribuna, no meio de um religioso silencio exclama : « O Sr. Aureliano dentro e fóra da camara é o melhor cidadão ! São muitos e de immensa importancia os seus serviços ; estão ahí bem patentes ; e praza a Deos que não nos esqueçamos nunca, nós todos brasileiros, de apreciar e respeitar tão benemerito cidadão ! » A camara dava pleno assenso ás palavras arrebatadoras de um homem independente e sensato, e assim agradeceu o incansavel ministro. Nssa mesma data S. M. o rei dos Belgas, conferia-lhe a grã-cruz da ordem real de Leopoldo I.

Aureliano sahio triumphante dessa luta formidavel. Acabava de consolidar e manter a ordem material, a autoridade das leis, a acção da administração, de fazer emfim reconhecer pelo mundo o nascente governo do actual imperante. Quiz por alguns momentos descansar : seu laborioso espirito vedava-lhe esse gosto. Em sua tranquilla residencia, que então era no Engenho Velho, ainda acuradamente attentava nos meios de promover a industria e a fortuna geral. A diminuição dos impostos, a conversão da divida estrangeira, os favores á agricultura, o engrandecimento da nossa marinha foram motivos que prenderam sua attenção, produzindo idéas uteis que nos teriam adiantado se entre nós houvesse antes politica do que intriga. Angustiado como bom brasileiro pelos estragos causados pela secca no Ceará, elaborou um projecto curioso por seu interesse e magnitude, para que rompendo-se a serra de Borborema viesse um braço fertilizador do rio S. Francisco estender-se pelos plainos dessa desditosa provincia. Desconhecidas suas intenções, consolou-se entretendo-se com os seus amigos o Rev. conego Januario da Cunha Barbosa e o sabio visconde de S. Leopoldo ácerca do Instituto Historico.

Entretanto uma imprensa ardente aticava o fogo das paixões subversivas e belicosas, e por cumulo de difficuldade havia em quasi todos os espiritos « desconfiança, » em quasi todas as cousas « incerteza. » Subito os olhos todos

fitaram-se no homem vigilante pela segurança nacional, e que puzera o Brasil ao abrigo de um cataclysmo temível pelas exaltações, então em moda, apolo-gísticas da revolução franceza. Havia uma verdadeira sympathia para com o individuo experimentado que restaurara o credito, garantira a ordem publica, e déra á auctoridade sua justa ascendencia. Aureliano, com o poderio de um grande caracter, exercia em torno de si a auctoridade que dão a razão e o san-gue-frio. Suas palavras, sua conducta energica, sua attitudo enfim acham-se pintadas na eloquente expressão de um heroico Pernambucano: « Aureliano foi o Achilles da maioridade! » Com effeito, pezaroso ao aspecto dos negocios publicos, elle repetia incessantemente aos seus amigos que só na frente imperial do moderno Trajano enxergava realisado o sonho eterno dos melhores corações — a justiça chamando a si todos os effeitos e desejos. — Depois, como relator da comissão de resposta á falla do throno, Aureliano exprimiu-se assim: « Senhor, a camara vê com infinito prazer approximar-se a época feliz em que V. M. I., assumindo as redeas do governo, vai tornar venturoso e firme este bello paiz. » Longo, acalorado debate seguiu-se, do qual foi o triumpho a de-claração entusiastica da maioridade.

O jovem imperador subiu ao throno rodeado de um prestigio immenso, de-vido ás suas qualidades pessoaes. Dotado de uma vasta intelligencia, de uma bondade cheia de attractivos, de uma perspicacia rara, conhecendo os homens á força de estudo e de lembrada experiencia, apreciando e galardando o mérito com particular satisfação, dir-se-hia a tutelar divindade da terra da Cruz. Hoje a vida do imperador está cheia de meritorios factos que hão de fulgurar com inaudito brilho nas paginas de sua historia; mas o que era sobremodo notavel no principio de sua carreira publica era o zeloso cuidado que sempre manifes-tou de manter sua dignidade pessoal; era o sentimento consciencioso de sua responsabilidade moral, mesmo quando presidia seu imperial conselho; era enfim a idéa que involuntariamente derramava ao redor de si, de sua supe-rioridade natural. Por toda a parte onde apparecia inspirava de prompto a crença de seus grandes destinos. A S. M. o Sr. D. Pedro II cabe de ha muito a gloria, conservando-se chefe do estado e nunca chefe de um partido, de re-solver o difficil problema do governo de um povo livre. Um exemplo recente caracteriza seu pensamento benigno e generoso coração. Quando se deu o co-mico successo de uma camara sem um só representante da opinião popular e nacional, foi S. M. I. o primeiro que sinceramente affligiu-se e mostrou a fla-grante violação do principio elementar, commum e historica origem da liber-dade moderna. Reunido pois em seu gabinete, em 1840, estadistas de opiniões talvez oppostas, deu o monarcha o exemplo desse gosto pelos homens supe-riores, que ás vezes falta aos mesmos homens superiores, e dessa alta impar-cialidade que, longe de isola-las, de quebranta-las, aproxima e liga as influen-cias e os talentos. Foi de tal sorte, e fazendo sua vontade, que o imperador assegurou a liberdade do paiz. O Sr. Aureliano foi o escolhido para ministro dos negocios estrangeiros.

Elle aceitou essa missão com o sentimento de um dever sagrado, com a co-ragem de um grande coração; porque era daquelles que não sabem aceitar a honra da confiança do principe senão depois de certificarem-se dos meios de tornarem-se dignos della. O imperador, a quem nem de leve incomodavam os sacrificios inseparaveis de sua alta posição; o imperador, que fixara sobre a patria um olhar attento, e seguia com muita solicitude o curso dos negocios publicos, teve azada occasião de conhecer de perto seu distincto ministro, sincê-ro e leal; por sua munificencia nomeou-o cavalleiro do habito da Rosa, official da ordem do Cruzeiro, seu camarista, e approvando uma eleição popu-lar, senador do imperio. Ao mesmo tempo alguns soberanos estrangeiros enviavam-lhe tambem distincções honorificas. Com o preciso desvelo tratou do casamento de SS. MM. II. o Sr. Aureliano, e todos sabemos quanto é mereci-damente adorada a excelsa Sra. Imperatriz D. Thereza Christina de Bourbon. Sem quebrá dos brios nacionaes sustentou nossas boas relações com as potencias européas; contribuiu com seus collegas para exterminar a rebelião de 1842 e a guerra civil que devorava o Rio Grande do Sul; reformou com applaudido cuidado a secretaria de estado dos negocios estrangeiros, e no meio de immen-sos, variados trabalhos, esforçou-se para que o imperio tomasse, na America Meridional, a supremacia a que tem direito, e consequentemente adoptou para com as republicas conterraneas a politica mais sensata e de evidentes vantagens. « A paz do Brasil, affirmava elle, depende da sua prudencia, e a politica que o pacifica interiormente é tambem a unica que o garanta no exterior. Defensiva e conservadora, tal é, tal será minha marcha. » Muitos mezes depois, por uma co-incidencia rara, Palmerston expedia no parlamento britanico a mesma opinião. O tempo mostrará a bem fundada providencia do illustre brasileiro; então se dirá delle o que disse de Pitt lord Castlereagh: « Sua politica triumphou sobre seu tumulto. » E, cousa singular! enquanto uma raça sem escrupulos e sem principios, agentes de uma intriga sarda, espalhavam que o ministro acurvava o paiz ao jugo da Inglaterra, o embaixador inglez lord Ellis, como para des-menti-los, em tom ameaçador se queixava do mesmo ministro! E Hudson, tambem diplomata daquelle paiz, embora elogiando o Sr. Aureliano por suas eminentes qualidades e como um dos melhores servidores do estado, o dizia pouco favoravel á Gran-Bretanha.

Superior, mas não insensível á calumnia e á injustiça, o Sr. Aureliano quiz, com permissão de S. M. o Imperador, trocar pelo repouso suas elevadas func-ções. Porém, mesmo fóra do poder, nunca os seus amigos o abandonaram, e nem diminuiu jamais a cordial affeição que lhe tributavam numerosos estrangei-ros de nomeada. Entre estes citaremos com prazer o barão de Langsdorff, o conde Oriola, o barão Daiser, Taunay, Sevelot, o conselheiro de estado da Russia Lomonosoff, Ouseley, de Sauve, Dell'Hoste, o barão d'Arcet, que lhe beijava as mãos, D. Gennaro Merola, o general Guido, o barão Rouen, o inter-nuncio apostolico Fabbrini, que referia ao celebre cardeal Lambruschini a admiração e estima que lhe inspirava tão perfeito cavalleiro, enfim um medico da armada do sultão Abdul Medjid, o Dr. Castro, que cheio de gratidão ergueu em sua sala em Constantinopla o retrato do Sr. Aureliano.

Mais socegado entregava-se ao cultivo do chá e á curiosa educação das abelhas, sobre cujos assumptos preparou interessantes puzculos, quando um evento deploravel em si mudou bruscamente a face dos negocios politicos. Então S. M. o Imperador mandou-o presidir a provincia do Rio de Janeiro. Apenas correu essa noticia, houve um verdadeiro regozijo publico, e com razão. Naturalmente inimigo da desordem, profundamente adhezo a todas as idéas de autoridade, de subordinação, de respeito, inaccessible ás illusões especula-tivas, cheio de ironia e desdem pela politica romanescas e futil, o Sr. Aureliano abriu ao partido liberal o campo da politica, duramente fechado por longo e odioso dominio. Depois de haver com decisiva firmeza estabelecido a igualdade legal das condições, dos direitos, depois de haver reunido ao redor do throno não só interesses como dedicações, e assim assegurado á razão de estado o apoio da convicção e do entusiasmo, converteu a provincia n'um vasto arsenal de trabalho. Magicamente obedecendo ao seu passamento, todos os municípios á porfia se ufanaram de engrandecer-se e de exarar na frente de seus edificios o nome de tão habil não patriótico administrador. Grandes obras paradas tive-ram espantoso incremento ou concluíram-se, levantaram-se chafarizes, e a agua artisticamente conduzida circulou pelas villas e cidades, abriram-se es-tradas, transpoz-se o cume de soberbas montanhas, as matrizes restauraram-se alicerces de novos templos prendiam-se na terra, creou-se, utilissimo para o nosso mercado, um deposito de sal, auxiliou-se a empresa dos theatros nacionaes, premiou-se a intelligencia de habeis engenheiros, lançaram-se pontes sobre diversos rios, e n'outros lugares fluctuaram barcas que facilitaram o trato dos fluminenses e o transporte dos productos agricolas. Enquanto Petrich ta-lhava no marmore seu busto para o canal de Magé, um pincel amestrado re-produzia os traços de seu ameno semblante para o salão da companhia Seropedica de Itaguahy, e n'uma reunião esplendida, presidida pelo venerando visconde de Araruama, seu nome mil vezes repetido foi mil vezes abençoado nas margens do canal de Campos. Fundou a formosa colonia de Petropolis, para a qual o augusto imperante, protector de tudo o que é grande, mandou fornecer as terras e onde mais se lê o seu nome e o de muitos dos seus amigos. Tal confiança inspirava, tanto amor merecia, que muitos cidadãos com generosa espontaneidade ofereceram não pequenas sommas para a confecção do cães de Nitherohy, o capitão-mór Gabriel Alves Carneiro, só pelo impulso da ami-zade que lhe consagrava, fez á provincia doação de espaçosos terrenos que se converteram em praças publicas. As camaras municipaes, quasi unanimemente o felicitaram pelos resultados de sua benefica e exemplar administração, e a ca-mara da municipalidade nitherohyense, empenhada no commodo e belleza da cidade, quiz todavia perpetuar a lembrança de tantos serviços, dando a uma nova rua o nome de *rua Aureliana*.

No meio de tão multiplicados alazeres nunca Aureliano recusou amparo aos desvalidos que o procuravam, nunca fechou sua bolsa ás viúvas que se ames-quinhavam tristes cercadas de filhos, nunca evitou o olhar do pobre que lhe estendia a mão, nem jamais, jamais! cerrou seu coração ás magoas dos infelizes. S. M. I. perlustrou a provincia de norte a sul: viu, observou tudo com com seus proprios olhos, e juiz competente, satisfeito, nomeou seu fiel dele-gado dignitario da imperial ordem do Cruzeiro.

Nesse comenos a munificencia imperial veio de novo sorprendel-o outorgan-do-lhe no anniversario natalicio de S. M. a Imperatriz, o titulo de visconde de Sepetiba.

Em 30 de março, obtida licença de S. M. o Imperador, partiu com seus filhos e sua senhora, cultivada dos melhores dotes, a visitar alguns pontos desta provincia.

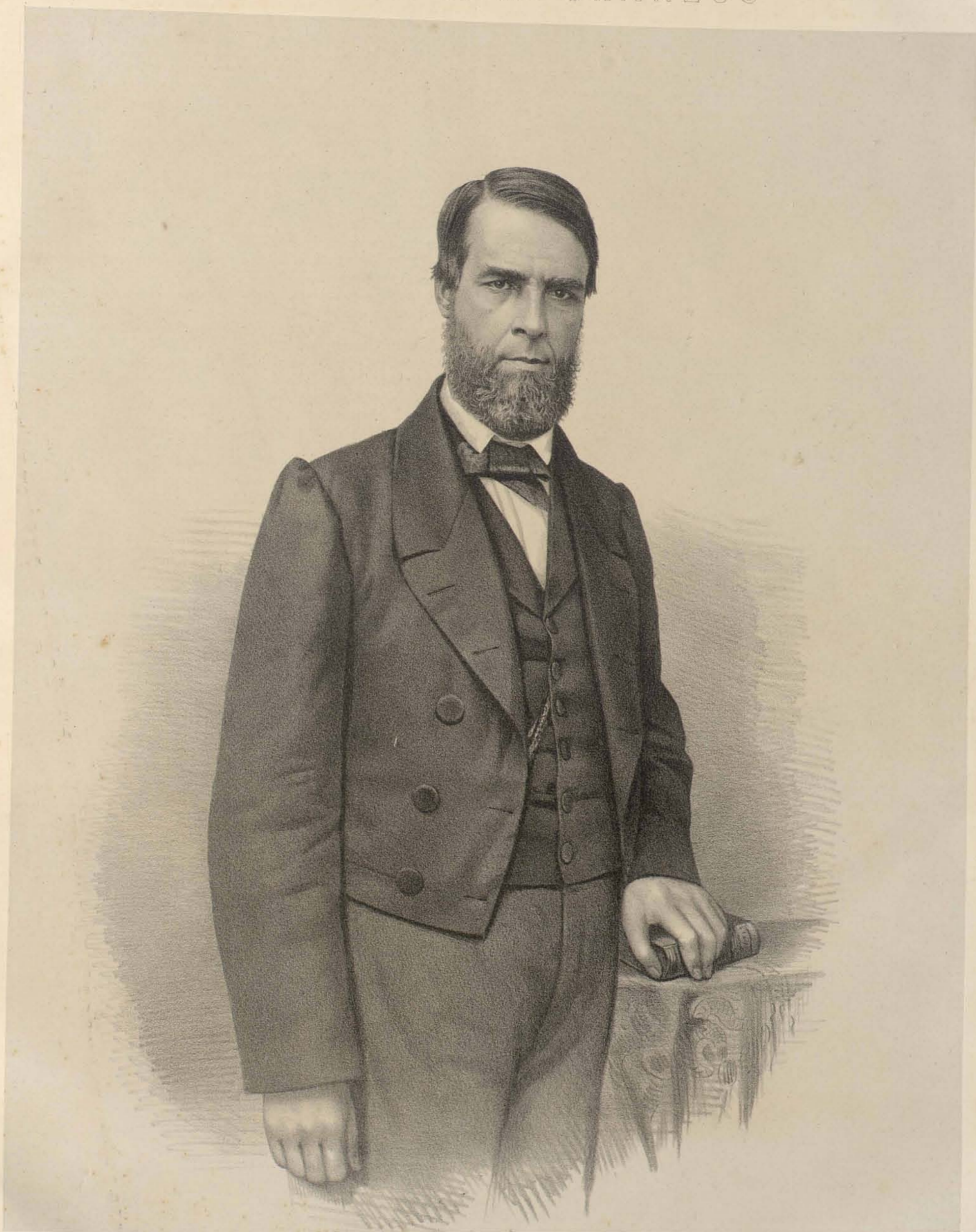
Em agosto, dia por dia, sua saude alterou-se sensivelmente. Crescia-lhe a pallidez: preferindo a solidão, raras vezes fallava, elle de tão facil accesso e ameno conversar. Dir-se-hia que uma febre, uma dôr occulta, mas terrivel, o devorava. Em 7 de setembro mal pôde no cortejo pronunciar em nome do Ins-tituto Historico palavras de congratulação pela independencia. No dia imme-diato, cheio de respeito por seu monarcha e sua soberana, acompanhou seus delicados amos desde manhã até a hora avancada em que terminou um baile: beijou pela ultima vez as augustas mãos de SS. MM. I., e seu leito de descanso foi daquelle momento em diante um leito de agonia!

A 24 a artilharia gemeu desde a madrugada em geral recordação pelo Sr. D. Pedro I. Esses tiros amiudados fizeram-lhe impressão, e ás 10 horas da manhã, com sobrehumano vigor, revolveu-se em luta á morte; cruenta, me-donha, prolongada luta, que só findou pouco além da meia-noite!

Como um boato sinistro, em surda voz correu de boca em boca na manhã seguinte a noticia do seu passamento! Fr. Fabiano, que o ungira, estava de joelhos, postas as mãos, a cabeça apoiada n'uma das bordas do leito, que uma multidão consternada contemplava immobil. O sacerdote ergueu-se: « Está tudo acabado », disse. Como se esperassem o som d'esta voz para desperta-rem, um, e depois outro, e todos precipitaram-se sobre o corpo de quem occupava lugar tão grande no coração de seus concidadãos. Beijavam-o em soluços, chamavam-o, regavam-o de pranto.... Tudo foi inutil! Aquelle que inventa no céu solemnes tragedias e manda se cumpram na terra, chamara um justo para guardal-o consigo seculos e seculos!

Esse justo chamou-se Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, grande do imperio, do conselho de S. M. o Imperador, fidalgo de sua casa, gentil-homem de sua imperial camara, senador do imperio, desembar-gador da relação do Rio de Janeiro, cavalleiro das ordens de Christo e da Rosa, dignitario da imperial ordem do Cruzeiro, grão-cruz de Leopoldo I da Belgica, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa de Portugal, da real ordem de Fernando de Napoles, da nobre e antiga ordem de Carlos III de Hespanha, de Alexandre Newshy, dos quatro imperadores da Russia, cavalleiro de S. João de Jerusalem, vice-presidente do instituto historico geographico bra-sileiro, membro da sociedade Ethnologica de Paris, da sociedade Archeologi-ca de Bruxellas, da real associação das sciencias, letras e artes de Antuerpia, etc.

OS CONTEMPORANEOS



Lith. SA. Sisson Rua da Assembléa 67

FRANCISCO DE PAULA DE NEGR^{OS} SAYÃO LOBATO

Franc.º de Paula de Negreiros Sayão Lobato

FRANCISCO DE PAULA NEGR.^{OS} SAYÃO LOBATO

CHAMADO em Março deste anno para o ministerio, havendo entrado no parlamento em 1849, o Sr. Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, herdado de um bello nome, tem sabido conservar-o tão puro como o deixou seu pae, augmentando-lhe o brilho e a gloria.

Filho do conselheiro João Evangelista de Faria Lobato, senador do imperio pela provincia de Minas Geraes, e da Sra. D. Maria Isabel Manso Sayão, nasceu elle nesta cidade do Rio de Janeiro em 25 de Maio de 1815.

A constancia das opiniões, a admiravel coragem civica, essa virtude tão rara em nossa terra e em nossos dias, a illibada inteireza do senador João Evangelista deixaram vestigios profundos na memoria dos contemporaneos, e são de certo os modelos adoptados pelo filho; d'ahiresulta que ainda os adversarios que desgostam-se da tenacidade de convicções com que se vem combatidos, honram o seu character, e poupam-lhe até a calumnia.

A sua fraca compleição physica impoz ao carinho dos paes, que o queriam convenientemente educar, a dôr de uma prematura separação; foi necessario mandal-o, ainda na idade de 9 annos, para o collegio da serra do Caraça na provincia de Minas, para que umar mais puro lhe robustecesse a saude.

Acompanhou-o nesse destino seu irmão mais moço, o Dr. João Evangelista Negreiros Sayão Lobato, actual juiz de direito de Porto Alegre, que vimos por diversas vezes na camara dos deputados pelo voto das provincias de S. Paulo e do Rio Grande do Sul.

O collegio do Caraça ainda então não gosava da justa celebridade que depois lhe grangearam os insignes alumnos que d'elle sahiram, e entre os quaes logo se distinguio, nas nossas academias juridicas, o alumno que por conselho da medicina lá tinha ido abrigar a sua debil e valetudinaria infancia.

Matriculado em 1850 no curso juridico de Olinda, tanto se distinguio entre os seus condiscipulos que foi pela congregação dos lentes premiado: no anno seguinte, foi continuar seus estudos no curso juridico de S. Paulo, onde recebeu em 1854 o grau de bacharel formado. Nessa academia conhecemos o joven fluminense, distincto desde então pelas mesmas qualidades que ainda hoje o ornã, frieza de raciocinio sempre logico, sempre bem deduzido, elocução animada que captiva os que o ouvem, séria applicação, e character severo para si, ameno para os seus amigos.

Como todos os talentos chamados a representar papel consideravel no regimen de discussão em que vivemos, o joven Sayão Lobato era amigo das letras, e nos estudos litterarios fortificava, enriquecia a sua intelligencia, e adquiria essa dicção elegante e firme que o recommendam como escriptor e como orador.

Seguiu a carreira da magistratura; juiz de orphãos da cidade de Nictheroy em 1855, foi despachado juiz de direito em 1858, e serviu seguidamente na provincia do Espirito Santo, e nas comarcas de Vassouras, de Nictheroy, de Campos da provincia do Rio de Janeiro, tendo sido em 1840 chefe de policia da cidade da Bahia.

O nome de magistrado que então adquiriu, de magistrado como todos deveriam ser, tão illustrado e severo, quão recto e justiceiro, deve ser para o Sr. Sayão Lobato um publico galardão de que justamente se ufane; esse nome o acompanha na carreira politica que tem trilhado, e muito lhe facilitou as avenidas de altas posições a que tem subido.

Infelizmente o corpo de S. Ex. não é tão firme e robusto como o seu espirito: achando-se em 1856 gravemente enfermo, teve de resignar-se a ser aposentado com as honras de desembargador, e a magistratura brasileira ficou privada de um dos que mais a ennobrecem.

Posteriormente a molestia deu treguas á sua preza, e o espirito activo do Sr. Sayão, supprindo a fraqueza physica em que ella o deixara, habilitou-o para prestar-se ao convite honroso que lhe fez o ministerio de 12 de Dezembro, para aceitar a alta posição administrativa de director da alfandega da côrte.

No novo emprego a que foi chamado, o Sr. Sayão confirmou o seu renome, e ao passo que sua inteireza zelava com efficacia os interesses do Estado, confiados ao seu espirito de fiscalisação, soube grangear toda a estima e sympathia dos honrados negociantes que com aquella repartição tem dependencias, e dos funcionarios que, debaixo das suas ordens, cooperam nessa importantissima casa de arrecadação. Uma intelligencia clara, um espirito justo, mas não chicaneiro, uma benevolencia que tempéra o zelo, sem fazel-o adormecer, foram as qualidades que distinguiram o administrador, como haviam ennobrecido o magistrado.

Vejamos agora o Sr. Sayão na vida politica.

Magistrado antes de tudo, o Sr. Sayão não militava nas bandeiras dos nossos partidos politicos, não se envolvia em suas lutas, e portanto estava extreme de

suas paixões e interesses. Ninguem porém ignorava que o digno magistrado herdara, com as virtudes paternas, as nobres convicções do distincto senador; era pois conservador. Na grande reacção que houve de 1843 a 1848, e que tão implacavel se mostrou na provincia do Rio de Janeiro, pois cumpria a todo transe conquistal-a e dominal-a, achou-se envolvido o juiz de direito de Vassouras. Então appareceu elle na imprensa fluminense com uma bellissima publicação acerca dos actos presidenciaes de que fôra victima. E essa publicação revelou aos homens das ideias proscriptas um habil escriptor com que poderiam contar para a divulgação das sãs doutrinas.

A eleição de 1849 o chamou á tribuna parlamentar pela provincia do Rio de Janeiro; desde então os votos dos eleitores fluminenses sempre o acompanharam; pois se na eleição de 1856 não foi mandado á camara, deve ser isto attribuido a não se haver elle apresentado candidato, a não ter escolhido circulo, e talvez a ter reservado as suas forças para a eleição de senador que de proximo se lhe seguiu. Nessa eleição appareceu elle em 1.º lugar na lista triplíce, e com tão brilhante votação qual até então não tinha obtido candidato algum que estivesse em opposição ao ministerio.

De feito, a sessão legislativa que terminára em 1856, vira o Sr. Sayão em opposição, não ao principio da conciliação, mas ao modo porque ia elle sendo applicado: separando-se do ministerio, combateu algumas das suas propostas e especialmente a que reformava a lei de 3 de dezembro de 1842, proposta contra a qual houve essa demonstração politica, geralmente conhecida com o nome de —agitação de Vassouras,— e que, approvada pela camara, foi dormir nas pastas da commissão do senado. Sem fazer uma opposição acintosa e systematica a esse ministerio, o Sr. Sayão raro abandonava a tribuna, quando tinha de contra elles sustentar as saas doutrinas politicas, ou os grandes interesses administrativos.

E pois, quando se apresentou a eleição para a lista triplíce de senador, havendo 9 concorrentes, alguns altamente sustentados pelo governo, entre elles, todo de certo dignissimos, não estava o Sr. Sayão Lobato. Essa circumstancia dá maior realce ao resultado conseguido, prova mais cabalmente a confiança e a estima do corpo eleitoral fluminense.

A eleição que no Rio de Janeiro a esta se seguiu, foi a do anno passado, e trouxe de novo á camara o Sr. Sayão; sem embargo dos esforços empregados pelos amigos de um candidato para abrir brecha no districto por onde se apresentava o digno Fluminense, nunca foi duvidoso o resultado da eleição.

Na vida parlamentar do Sr. Sayão Lobato ha uma parte gloriosissima, que não devemos omitir; foi a que elle teve no projecto da lei das estradas de ferro, o seu incançavel zelo pela decretação da via ferrea do valle do Parahyba, a sua constancia em todas as discussões travadas a esse respeito, as considerações previdentes que fez sobre os inconvenientes necessarios da simultanea decretação de tantas estradas, com que imprudentes desejos de melhoramentos ainda não necessarios, ainda não sazoados, ião sobrecarregar o thesouro publico, e comprometter os poucos capitaes accumulados no paiz. A sua voz previdente não foi ouvida; mas hoje ninguem ha que lhe não faça justiça, e não lastime o ter ella sido perdida, o haver o entusiasmo prescindido da reflexão, e desdenhado dos seus conselhos.

Magistrado, orador, administrador, politico, o Sr. Sayão tem mais um titulo, o de bellissimo escriptor. Dous opusculos politicos de algum vulto appareceram nas columnas do *Jornal do Commercio e Correio Mercantil*, appareceram anonymos, mas a curiosidade publica não respeitou o anonymo, e S. Ex. não nega a paternidade delles.

Em ambos esses opusculos, o Sr. Sayão Lobato sahio em defeza do principio fundamental das suas crenças politicas, a sustentação da monarchia como fiadora da liberdade e da ordem, do progresso moral e material do paiz.

O escriptor deixou exuberantemente provadas as suas theses; mas infelizmente são ellas taes que constantemente vencedoras pela razão, são constantemente atacadas, abaladas pelo arrastamento do erro, pela cegueira da paixão, e assim carecem de continua defeza, de constante victoria.

Enfim, em Março foi chamado ao ministerio o Sr. Sayão: ahi não o acompanharemos neste breve esboço: o futuro o completará. Mas o que podemos afirmar sem que a nossa voz seja suspeita, é o que todos ahi podem ver nas columnas do *Jornal do Commercio*. Em uma epocha em que os mais sanctos principios são contestados pela irreflexão, que não mede o alcance dos seus ataques, e quando tantos esmorecidos acham que não vale a pena refutar o erro, o Sr. Sayão Lobato tem se mostrado grande pensador, tanto quanto distincto orador: insistente na sustentação das suas convicções, pois ao triumpho dessas convicções está ligado todo o porvir do paiz, S. Ex. não tem perdido occasião de apparecer — *pro ara et focis*. Outros, que não nós, dirão se na tribuna de 1861 houve quem mais se distinguisse.



